

**ELAINE APARECIDA CANCIAN DE ALMEIDA**

**A CIDADE E O RIO**  
**Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza.**  
**O caso de Corumbá (MS)**

**DOURADOS/MS - 2005**

**ELAINE APARECIDA CANCIAN DE ALMEIDA**

**A CIDADE E O RIO**  
**Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza.**  
**O caso de Corumbá (MS)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Campus de Dourados, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Brazil

**DOURADOS/MS - 2005**

981.7226 A447a	<p>Almeida, Elaine Aparecida Cancian de A CIDADE E O RIO: Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS) / Elaine Aparecida Cancian de Almeida. - Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2005.</p> <p>234p.</p> <p>Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Brazil Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.</p> <p>1. História – Mato Grosso 2. Arquitetura urbana 3. Escravidão I. Título.</p>
-------------------	---

**ELAINE APARECIDA CANCIAN DE ALMEIDA**

**A CIDADE E O RIO**  
**Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza.**  
**O caso de Corumbá (MS)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientadora PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA DO CARMO BRAZIL \_\_\_\_\_

2º Examinador PROFº DRº MÁRIO MAESTRI FILHO \_\_\_\_\_

3º Examinador PROFº DRº CARLOS MARTINS JUNIOR \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

## **DADOS CURRICULARES**

**ELAINE APARECIDA CANCIAN DE ALMEIDA**

NASCIMENTO 28/05/1976 – SANTO ANASTÁCIO/SP

FILIAÇÃO FRANCISCO JAIR CANCIAN  
APARECIDA TERCI CANCIAN

1996/1999 Curso de Graduação – Licenciatura Plena em História  
Centro Universitário de Corumbá, Universidade Federal de Mato  
Grosso do Sul, UFMS – Corumbá - MS

2000/2003 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Especialização  
Centro Universitário de Corumbá, Universidade Federal de Mato  
Grosso do Sul, UFMS – Corumbá - MS

## RESUMO

Esta pesquisa refere-se, em especial, a Corumbá, espaço urbano situado no coração do Pantanal, na fronteira com a Bolívia. A cidade surgiu a partir da política de consolidação do domínio luso no extremo oeste da colônia, por determinação do soberano dom José I, através de seu primeiro ministro, Marquês de Pombal. Com base na mão-de-obra escrava, a Coroa Portuguesa criou estrategicamente, no ano de 1778, entre outros povoados, um núcleo urbano de rara beleza natural à margem direita do rio Paraguai, sonhando imprimir nele sua marca e seu domínio.

Sob o título *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza*. O caso de Corumbá (MS), procurei, através de quatro capítulos, caminhar pelo centro das funções da cidade e de seu rio. Refleti a cidade como lugar de troca, de movimento, de cobiça, de poder, de diálogos, de nostalgias, de lembranças e de sentimentos utópicos de segurança. Tentei discutir o espaço urbano e as relações sociais que ali se davam em seus dois principais elementos: o espaço privado representado pelos sobrados e casas térreas; e o espaço público, representado pelas ruas, portos e becos.

Desde o período colonial Corumbá surgiu como o lugar de poder, onde as autoridades pretendiam ocupar, povoar, governar, inserindo no discurso oficial a defesa da tranquilidade pública, da segurança urbana e da justiça. Mas em meio a essa forte pulsação de promover o dinamismo urbano vigorava, na tessitura social, a escravidão, a iniquidade e a marginalização.

Em meados do século XIX, diante das mudanças ocorridas no mundo ocidental a cidade portuária de Corumbá incorporou ao cenário já existente as edificações de nuances e de transição para acentuar as imagens do belo. Àquilo que enlevava pela extraordinária beleza natural devia ser acrescentado um toque estético especial acompanhado de um certo apuro artístico nos quadros da arquitetura.

No início do século XX, as edificações se apresentam com as mesmas características do século anterior, mas sempre acentuando as mudanças gradativas no modo de viver e de morar em Corumbá. Ao orgulho gerado pelas condições naturais agregavam-se as aspirações pelo novo. Daí a reinvenção da beleza, da estética urbana, do investimento no visual da cidade e o interesse na superação da mão-de-obra escrava. Entretanto, o belo restringia-se ao porto, sobretudo a área de comércio, às ruas iluminadas e ao espaço movimentado da praça da República.

A área urbana de aspecto desagradável, triste, escuro e pobre, que feria a vista dos visitantes e enublava os efeitos de criação artística, foi refluída para as sombras do silêncio, infelizmente pelas mãos de historiadores que pouco se importaram em lançar esforços para estabelecer discussões profícuas sobre um espaço de indubitável significado para o passado social da cidade. O lugar de negros e pobres ficou guardado no álbum poético de Lobivar de Matos, nas páginas pungentes de Sarobá.

## ABSTRACT

This research refers, especially, to the city of Corumbá, located in the heart of Pantanal, on the border with Bolivia. The city was founded due to the consolidation policy of the Portuguese domain in the west of the colony, by the Prime Minister Marquês de Pombal's determination. With the use of slave labor, in 1778 the Portuguese Crown strategically created, among other villages, an urban nucleus with rare beauty on the right bank of the Paraguay river, with the dream of printing there its mark and domain.

In this work, entitled *The city and the river: slavery, urban architecture and the invention of beauty. The case of Corumbá (MS)*, I took, in four chapters, a walk through the center of the functions of the city and the river. I made a reflection of the city as a place of exchanges, movement, greed, dialogues, nostalgia, reminiscences and utopian feelings of safety. I tried to discuss the urban space, as well as the existing social relations in Corumbá, with their two main elements: the private space, represented by two- and one-floor houses, and the public space, represented by streets, ports and alleys.

Since the colonial period, Corumbá has arisen as a power site, which the authorities intended to occupy, populate and govern, including, in the official speech, the defense of public tranquility, urban safety and justice. But amidst the strong pulsation for the promotion of urban dynamics, there was, in the social context, slavery, inequality, and marginalization.

In the middle of the 19th century, after the changes in the western world, the city of Corumbá incorporated, in the existing scenery, nuance and transition buildings, in order to enhance the images of beauty. A special aesthetic touch, with a certain artistic concern, was added, in the architecture of the city, to the extraordinary natural beauty.

In the beginning of the 20th century, the buildings still had the same characteristics of the previous century, but showed the gradual changes in the city's way of life. The aspirations for the new added to the pride generated by the natural conditions. Therefore came the reinvention of the beauty, the urban aesthetics, the investments in the city's appearance and the interest to overcome the slave labor. However, the beauty was restricted to the port, especially the commercial area, the illuminated streets and the busy Republic square.

The urban space, unpleasant, sad, dark and poor, which hurt the visitors' eyes and clouded the effects of the artistic creation, was re-flowed to the shadows of silence,



unhappily by the hands of those historians who did not care to make efforts to establish useful discussions about an undoubtedly meaningful space for the city's social past. The black and poor people's place was kept in Lobivar de Matos's poetic album, in Sarobá's poignant pages.

A todos os que reconhecem o valor da pesquisa científica.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer do Curso de Mestrado especialmente durante a construção da dissertação, muitas pessoas contribuíram de modo significativo, a elas meus sinceros agradecimentos.

À prof<sup>a</sup> Maria do Carmo Brazil, mestre de espírito aberto, a quem devo pela valiosa forma amiga e respeitosa com que me acompanhou no decorrer da escrita do trabalho e, sobretudo disponibilizou grande parte das obras usadas como suporte na pesquisa. Sou grata não só pela orientação, mas sobretudo pelo exemplo que me transmitiu de humildade, de seriedade profissional, paciência e compreensão.

Ao prof. Mário Maestri que, com atos constantes de disponibilidade, respeito e incentivo, acreditando sempre no meu projeto, ofereceu-me valiosíssimas observações e ajuda na correção dos originais.

À prof<sup>a</sup> Vilma Eliza Trindade de Saboya pelo apoio proporcionado.

À minha família que com amor e paciência esteve ao meu lado colaborando, e apoiando nos momentos mais difíceis da minha trajetória. Especialmente à minha querida mãe Aparecida Terci Cancian que com carinho e dedicação auxiliou-me nos cuidados com o meu filho durante as minhas viagens e pesquisas.

Ao meu esposo Sergio Nepomuceno de Almeida e meu filho Azriel C. Nepomuceno de Almeida, os quais apoiaram o novo projeto da minha vida, entenderam com grandeza minhas ausências e estiveram ao meu lado me fortalecendo quando o cansaço, a dúvida e os problemas surgiram no decorrer do curso.

À Silas de Almeida e Rosa de Almeida pelo apoio prestado nos momentos difíceis e aos meus amáveis sogros Sebastião Nepomuceno de Almeida e Marina Pinto de Almeida pelo carinho, compreensão e amor proporcionado a mim diante das minhas dificuldades.

Às queridas amigas Isabela de Fátima Schwengber e Salete, pessoas maravilhosas que me ajudaram e me acolheram em sua casa durante todo o curso.

Aos professores do Curso de Mestrado em História/Ceud/UFMS.

Ao coordenador do curso de Mestrado no ano de 2003, professor Cláudio Alves de Vasconcelos, o qual esteve sempre disponível a ouvir e ajudar os mestrandos diante das dificuldades.

Aos colegas do Curso de Mestrado pelo apoio dado nos momentos mais difíceis. Com vocês aprendi muito, sobretudo o valor de uma amizade.

Aos simpáticos e competentes funcionários da sessão de Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande Indira Aguilhera Pedreira Gonçalves, Maria Luiza Bajarunos Ramos, Julia D'amore e Alexandro, os quais com presteza facilitaram-me o acesso aos documentos organizados e mantidos no local.

Ao senhor Laucídio, responsável pelo arquivo da Câmara Municipal de Corumbá, o qual sempre esteve disposto a ajudar durante os meses em que estive pesquisando nos documentos relativos ao século XIX.

À coordenadora Lúcia Helena Cestari Baruki e ao diretor Advanir Oliveira Malheiros, da Escola Municipal CAIC. Pe. Ernesto Sassida, os quais foram compreensíveis nos momentos em que necessitei ausentar-me da citada instituição para cumprir com os deveres exigidos pelo Curso de Mestrado na cidade de Dourados-MS.

À minha eterna gratidão a todas as pessoas e instituições, que direta e indiretamente, colaboraram para a realização desta pesquisa.

## SUMÁRIO

Resumo.....	5
<i>Abstract</i> .....	7
Lista de figuras.....	13
Lista de tabelas.....	19
Introdução.....	20
Capítulo I	
Escravidão, arquitetura urbana e o debate historiográfico.....	24
Capítulo II	
O espaço urbano no Brasil escravista.....	60
Capítulo III	
Evolução das edificações urbanas de Corumbá no período escravista.....	88
Capítulo IV	
Corumbá e as edificações de nuances e de transição.....	119
Considerações finais.....	162
Fontes e bibliografia.....	164
Glossário.....	176
Anexos.....	178

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Planta da povoação de Albuquerque – 1792. MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 108.

Figura 2. Planta da cidade de Corumbá – 1875. FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil*. p. 237.

Figura 3. Planta da cidade de Corumbá – 1889. MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 132.

Figura 4. Planta mostrando o local exato da fundação de Corumbá. MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 236.

Figura 5. Vista parcial de Corumbá. Ladeira da Candelária (atual Cunha e Cruz). Carroças subindo a ladeira. Em primeiro plano estão as construções da rua Manoel Cavassa esquina com a referida ladeira. No alto, em cima da barranca calcárea, algumas construções, entre elas a Igreja Nossa Senhora da Candelária. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 6. Vista parcial do porto. Rio Paraguai, como um chão vidrento, reflete o célebre Casario e as antigas construções na parte alta da cidade. Em primeiro plano edificação de 1880, com telhado de quatro águas. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 7. Vista parcial do porto de Corumbá. À direita, a ladeira José Bonifácio; a construção firma Larocca, Mônaco & Cia e a lateral da construção Vasques & Filhos construída com sotéia plana. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 8. Porto de Corumbá. No centro, a construção Vasquez & Filhos; à direita, a Alfândega e à esquerda, a edificação que foi sede da firma Larocca, Mônaco & Cia,

fundada em 1902. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 9. Vista da rua do Comércio (atual Manoel Cavassa). Edificações alinhadas na via pública e carroça usada no transporte de madeira, água, mercadorias. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 10. Rua Delamare. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Figura 11. Construção de 1858, destruída durante a invasão paraguaia e reconstruída em 1870 após a guerra. Foi propriedade do comerciante Manoel Cavassa. Rua Manoel Cavassa, nº 109.

Figura 12. Construção de 1858. Os balcões do pavimento superior foram derrubados e as portas de madeira foram substituídas por portas de metal e vidro. AYALA, S. Cardoso; Simon, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914.p. XXI.

Figura 13. Construção de 1880 localizada na rua Manoel Cavassa, nas margens do rio Paraguai. Erigida de alvenaria.

Figura 14. Pavimento Térreo da construção de 1880. Aberturas em arco pleno.

Figura 15. Lateral da construção de 1880. Detalhe do telhado feito em quatro águas.

Figura 16. Ornamento da fachada com a data de 1880. Interior da casa. Cobertura de madeira e telhas de barro. Piso do pavimento superior de madeira.

Figura 17. Casa de 1885. Rua 7 de Setembro entre Delamare e 13 de Junho. Paredes de alvenaria.

Figura 18. Casa de 1885. Ornamentação da fachada com desenhos e colunas.

Figura 19. Casa de 1885. Rua Antônio João esquina com a Rua Delamare. Inspiração eclética. Foi propriedade do comerciante português Manoel Cavassa.

Figura 20. Ornamentação da fachada da casa de 1885.

Figura 21. Construção de 1894. Erigida pelo construtor Martino Santa Lucci. Rua: Antônio Maria esquina com a 13 de Junho.

Figura 22. Pavimento superior da casa de 1894. Detalhe do formato das janelas e da ornamentação da fachada. Balcão com gradil na abertura central apoiado por cachorro.

Figura 23. Edificação de 1894. Rua Delamare esquina com a Rua Ladário. As paredes são de alvenaria.

Figura 24. Edificação de 1896, construída pelo arquiteto Martino Santa Lucci. Abrigou a Alfândega de Corumbá e está localizada no porto.

Figura 25. Fachada com a data e símbolo. Antiga alfândega de Corumbá construída em 1896.

Figura 26. Vista do telhado de quatro águas da edificação erigida em 1896 para abrigar a Alfândega.

Figura 27. Casa nº 386 construída em 1899. Rua 13 de Junho, entre Tiradentes e Ladário.

Figura 28. Construção de 1898. Rua Delamare entre 7 de Setembro e 15 de Novembro.

Figura 29. Detalhe da fachada com colunas aplicadas. Inspirada no estilo eclético.

Figura 30. Casa *Vasquez & Filhos*. Construção concluída em 1898. Obra do arquiteto Martino Santa Lucci. Ladeira José Bonifácio nº 171. Edificação inspirada no art-nouveau.

Figura 31. Cobertura da construção *Vasquez & Filhos*. Açotéia (terraço).



Figura 32. Porta com balcão de grade sustentada por cachorros.

Figura 33. Fachada com ornamento. Janela com gradil desenhado.

Figura 34. Wanderley, Baís & Cia. Erigida em 1876. Rua Manoel Cavassa, nº 275. Edificação inspirada no ecletismo.

Figura 35. Wanderley, Baís & Cia. Balcão com gradil sustentado por mísulas e cachorros.

Figura 36. Construção do final do século XIX. Inspirada no ecletismo. Abrigo a firma Pereira, Sobrinhos & Cia., fundada em 1909, em sucessão à firma Pereira & Sobrinhos fundada em 1882. A firma importava produtos em geral e exportava borracha, ipecacuanha e penas de garça. AYALA, S. Cardoso; Simon, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p. XXVI.

Figura 37. Casa construída de pedra, coberta com estrutura de madeira e telhas de barro. Localizada na rua 13 de Junho entre Ladário e Tenente Melquíades. Possui um reservatório de água no quintal feito de pedra já deteriorado. Nas janelas observa-se as vergas em curva, características das construções mais antigas.

Figura 38. Construção do final do século XIX. Ladeira José Bonifácio nº111. Erigida de alvenaria com dois pavimentos e açotéia (terraço).

Figura 39. Detalhes da construção do final do século XIX, localizada na Ladeira José Bonifácio, nº 111. Inspiração no ecletismo.

Figura 40. Edificação da rua 13 de Junho esquina com 15 de Novembro. Em 1914 serviu de hotel denominado *Hotel Royal*. AYALA, S. Cardoso; Simon, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p.333.

Figura 41. Fundos da construção. Alpendre sustentado por colunas.

Figura 42. Algibe.

Figura 43. Edificação de 1901. Rua Dom Aquino nº. 670 esquina com Antônio João.

Figura 44. Porta principal da construção de 1901.

Figura 45. Construção de 1905. Construída de alvenaria com alinhamento à calçada. Parcialmente derrubada. Encontra-se ainda de pé a fachada e parte da primeira peça Rua Ladário entre General Rondon e Delamare

Figura 46. Ornamentos da fachada. Beiral apoiado por cachorro.

Figura 47. Edificação de 1909. Rua Delamare nº. 1392. Entre as ruas 7 de Setembro e Major Gama. Casa geminada.

Figura 48. Fachada da casa de 1909.

Figura 49. Construção de 1910. Rua 7 de Setembro nº. 214, entre Delamare e 13 de Junho.

Figura 50. Casa de 1911. Rua Delamare nº. 1568 entre Major Gama e Firmo de Matos.

Figura 51. Casa construída em 1912. Rua Tiradentes nº 787, entre América e Cuiabá.

Figura 52. Casa ao lado, da construção de 1912 no mesmo estilo construtivo.

Figura 53. Construção de 1917. Rua Tiradentes, nº. 275.

Figura 54. Construção de 1917. Rua Tiradentes, nº. 275.

Figura 55. Casa de 1920. Rua Delamare nº. 1277. Entre as ruas 13 de Junho e 7 de Setembro.

Figura 56. Formato de uma das janelas.

Figura 57. Construção do início do século XX, localizada na rua Delamare nº 427.

Figura 58. Corredor lateral de acesso ao algibe e outras peças da casa

Figura 59. Algibe construído em área coberta de telhas de barro.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Preço médio do escravo por profissão com idade média de 25 a 40 anos, existente na Província de Mato Grosso no período de 1850-1888. ....	101
Tabela 2-Produtos importados entre 1878 - 1879. ....	105
Tabela 3-Relação de cativos com suas profissões e proprietários. ....	107
Tabela 4-Relação dos escravos residentes em Corumbá não matriculados nem averbados na Alfândega. ....	108
Tabela 5-Relação dos cativos matriculados em outros Municípios e não averbados na Alfândega. ....	108
Tabela 6-Quantidade de cativos do senhor Jacintho Pompeo de Camargo. ....	113
Tabela 7-Quadro demonstrativo das profissões de cativos em Corumbá – 1873, 1874 e 1877. ....	114
Tabela 8-Quadro demonstrativo de qualidade e quantidade de escravos em Corumbá no período de 1873, 1874 e 1877. ....	115
Tabela 9-Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de emancipação. ....	179
Tabela 10-1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. ....	185
Tabela 11-1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação. ....	194
Tabela 12-Quadro demonstrativo de cativos por senhores proprietários / 1877. ....	204

## INTRODUÇÃO

A produção historiográfica evidencia que o conhecimento histórico não é necessariamente construído a partir de documentos ou crônicas oficiais. Elementos da memória como um obelisco, uma casa, um quadro, um conjunto arquitetônico e até mesmo objetos e móveis antigos ajudam o historiador a explicar a complexa trama das relações sociais, econômicas e políticas de períodos distintos da história. Nesse sentido, a arquitetura, a escultura, a posição geográfica das cidades, enfim, o patrimônio material e imaterial permitem observações, leituras críticas e a construção do discurso histórico. Podemos, portanto, escrever a história usando a memória.

Em nota de apresentação, a obra *Memória da Nação*, organizada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada (1987, p.7), registra que a “[...] memória da nação está presente um pouco por todo lado, pontuando de sinais o cotidiano das gentes, informando a sua maneira de viver e de sentir, balizando o presente e o futuro enquanto forma de representação de uma identidade construída ao longo [...] de séculos de forma descontínua. Encontra-se materializada nos monumentos [...] ou que celebram reis e heróis, políticos, literatos ou cientistas [...]. É visível no traçado urbano, nomeadamente através da toponímia, mas também na própria configuração das praças, recheadas de referências históricas”.

O número de trabalhadores escravizados e a extensão da *casa* representavam a posição social da família patriarcal e seu poder perante a sociedade regional, na qual estava inserida. A casa-grande da fazenda, assim como o sobrado urbano, ambos também edificadas para representar a influência do proprietário e o costume de resguardar a si e a sua família do aglomerado de cativos que nas cidades, praticavam todo tipo de serviço. Partindo dessa perspectiva e, diante da necessidade de centrar esforços na compreensão do passado escravista brasileiro à luz da arquitetura, elegi as antigas residências da cidade de Corumbá, construídas no século XIX, como objeto de pesquisa. Corumbá, localizada à margem direita do rio Paraguai, no antigo sul de Mato Grosso, foi fundada em 21 de setembro de 1778, pelo capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, para cumprir a política de expansão territorial, determinada pela antiga metrópole portuguesa.

Os estudos sobre o passado escravista corumbaense são ainda incipientes em relação a outras antigas cidades brasileiras. Entretanto, a partir do material disponível sobre

a história de Mato Grosso e sobre o cativo no Brasil, é possível tecer algumas considerações sobre as particularidades do escravismo numa região distante do litoral brasileiro. A idéia de realizar essa investigação nasceu de um viés explicativo que vincula arquitetura, urbanismo e cotidiano escravista, estudando evidentemente a paisagem urbana com o objetivo de discutir o grau de utilização do braço escravizado no universo social da cidade, apensada aos aspectos singulares da sociedade escravista mato-grossense.

À esteira dos estudos realizados, entre outros, pelo historiador gaúcho Mário Maestri (2001) e pelo arquiteto Günter Weimar (1992), pretendeu a pesquisa colaborar com o avanço dos estudos históricos sobre o escravismo, recorrendo às habitações construídas na antiga cidade de Corumbá, no final do período imperial e início da República. A *casa* foi estudada como espaço privilegiado do exercício de poder, considerando que, além de espaço de morada e abrigo, ela era uma unidade de vivência e de relação social, como propõem pertinentemente Nestor Goulart Reis Filho (1970) e Carlos Lemos (1989). A *casa* representou uma emaranhada teia de pessoas com padrões distintos de relação, em que algumas dispunham de privilégios e domínios sobre outras.

Já no processo de arrolamento das obras e teses que tratam da arquitetura corumbaense e o patrimônio cultural ficou evidente que o alvo da maioria das pesquisas concentra-se no Casario do Porto, por ser um espaço representativo do período áureo do comércio importador-exportador que permitiu registros e documentos sobre a chegada e o estabelecimento de negociantes estrangeiros na cidade, bem como a conseqüente instalação de lanço de casas comerciais na orla espelhada do rio. Portanto, o conjunto de edificações no porto de Corumbá tem sido objeto de estudos interdisciplinares, embora muitos autores tenham se limitado a apenas contemplar os estilos arquitetônicos e o período do intenso comércio entre Mato Grosso e o resto do mundo através do estuário platino.

A leitura de alguns historiadores, arquitetos e cronistas, sobre as construções locais, ligaram-se à beleza estética e ao *auge e decadência* comercial da cidade, mito construído por observadores que só conseguiram vislumbrar as notáveis construções sob o ponto de vista economicista. Por isso decidi assinalar neste trabalho que as edificações erguidas a partir de meados do século XIX e que se estenderam ao início do século XX refletem muito mais que a estrutura econômica de uma época. O propósito é apresentar um contraponto àqueles que difundem a idéia de que o Porto Geral é a representação de toda a história local, como se ladeira acima e antes de 1870, não existissem outros elementos significativos capazes de figurar na história da cidade. A reprodução dessa memória habilmente construída acaba negligenciando importantes evidências do passado social de

Corumbá, as quais entendemos como merecedoras de estudos mais profícuos. Cabe explicar que o mito do *auge e decadência* da cidade foi irradiado por um segmento acadêmico local que, sob influência de um viés explicativo de tendência historicista contagiou, a partir da década de 1980, inúmeros estudiosos os quais, por meio de dissertações, artigos e outras produções, passaram a reproduzir o discurso ideológico da *decadência*, cujo objetivo era explicar o *inevitável* fim do mundo ocidental.

Através dos relatos de viajantes que passaram por Mato Grosso, especialmente em Corumbá e documentos diversos produzidos no período colonial e imperial, este trabalho pretendeu mostrar a forma de viver e de morar das pessoas e explicar como o poder público e os recursos naturais influenciaram no modo de construir. Para tanto foi necessário coligir e anotar dados referenciais das construções do final do século XIX ainda de pé, bem como as edificações do início do século XX.

Empenhei-me em mostrar que as primeiras construções corumbaenses eram edificadas com materiais simples encontrados na região como barro, madeira e palha, apesar da grande quantidade de pedra disponível. Somente na segunda metade do século XIX é que as construções duradouras de pedra e cal começaram a ser erguidas e muitas delas ainda hoje são mantidas de pé. Portanto, a cidade de Corumbá, que foi fundada em cima das barrancas do rio Paraguai manteve recôndito um passado urbano, hoje inegável, constituído de casas de palha e de barro.

As construções do final do século XIX foram estudadas e descritas como forma de entender as relações sociais e os aspectos geohistóricos da referida cidade portuária. A arquitetura do início do século XX foi também abordada para revelar que ela se apresentou com as mesmas características das edificações do século anterior e que os diversos aspectos de mudanças verificadas no modo de viver e de morar em Corumbá foram gradativas, à semelhança do que ocorreu com as demais cidades brasileiras de passado escravista.

Para desenvolver a pesquisa recorri à documentação dos seguintes órgãos institucionais de pesquisa: Arquivo Público de Mato Grosso – APMT; Instituto Luiz de Albuquerque – Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul; Biblioteca Pública Municipal de Corumbá; Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá e Memorial do Tribunal de Justiça-Campo Grande.

O tema, que redundou no título *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)* foi desenvolvido em quatro capítulos, a

saber: 1. *Escravidão, arquitetura urbana e o debate historiográfico*; 2. *O espaço urbano no Brasil escravista*; 3. *Evolução das edificações urbanas de Corumbá no período escravista*; 4. *Corumbá e as edificações de nuances e de transição*. O primeiro capítulo foi destinado à discussão da produção historiográfica disponível, da qual boa parte foi utilizada como suporte referencial de sustentação da pesquisa e de onde retirei os pressupostos básicos para o entendimento da escravidão e da arquitetura urbana no Brasil, sobretudo em Mato Grosso; no segundo, foram analisados o funcionamento das casas brasileiras e a participação dos cativos em sua organização. Além disso, foi feita uma reflexão sobre a historicidade das habitações ao longo do período escravista, bem como a forma de construir as moradias das famílias abastadas e dos núcleos mais pobres; no terceiro capítulo tratamos da utilização da mão-de-obra escrava em Mato Grosso, com destaque para Corumbá. À esteira dessa discussão realizei uma análise sobre o processo de organização do espaço urbano desde a fundação do antigo povoado, em 1778, até o desenvolvimento das atividades comerciais no final do século XIX; no quarto capítulo estudamos as características da arquitetura de Corumbá do final do século XIX e início do século XX, evidenciando como era a forma de construir na região, quais eram os materiais utilizados e como o poder público normalizou a paisagem urbana através dos códigos de posturas.



# CAPÍTULO I

## **Escravidão e arquitetura urbana: o debate historiográfico**

*Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa. Evocando as lembranças da casa, adicionamos valores de sonho. Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida.*

Gaston Bachelard, 1957.

# 1 Escravidão, arquitetura urbana e o debate historiográfico

## 1.1. O Historiador, as Fontes, os Métodos

O historiador conhece os limites relativos das fontes ou dos suportes historiográficos capazes de oferecer informações e elementos referenciais de sustentação às hipóteses levantadas. Fontes como obras, jornais, documentos oficiais, revistas especializadas, entre tantas outras, que podem fazer parte do referencial do pesquisador, impõem a necessidade de se estabelecerem recortes temáticos para a realização de uma narrativa historiográfica crítica, a mais próxima da verdade objetiva possível.

Na procura por um quadro de referência que auxilie a compreensão do objeto escolhido para investigação, o historiador deve estar atento às armadilhas que os livros podem apresentar devido às correntes historiográficas seguidas por seus escritores. O mesmo cuidado deve-se ter na leitura dos documentos oficiais e outras fontes consultadas.

A discussão sobre a arquitetura e a escravidão desenvolvida pelos sociólogos, arquitetos e historiadores é pertinente para o entendimento de como ocorreu, no passado escravista, as relações sociais no espaço público e privado. É preciso perceber a visão dos diferentes estudiosos sobre o trabalhador escravizado e sua participação no cotidiano do mundo rural e urbano e, como a mão-de-obra escravizada estava imbricada na arquitetura de então.

A proposta de estudar o cativo como fator determinante das atividades das moradias urbanas, bem como da arquitetura presente no período escravista, foi apresentada por Gilberto Freyre em sua obra clássica, *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, de 1936.<sup>1</sup> O mesmo autor, em *Casa-grande & senzala*, de 1933,<sup>2</sup> produziu importante conhecimento sobre a arquitetura, sobretudo colonial; sobre as representações da casa e seu interior. Contudo seu estudo, sustentado em preciosas descrições das casas senhoriais, associadas ao trabalhador escravizado, não despertou o interesse dos estudiosos brasileiros.

Efetivamente, ainda, na segunda metade do século XX, quando a produção historiográfica e os pesquisadores voltaram suas atenções à história da escravidão brasileira, a arquitetura escravista ficou relegada ao tempo, porque a política brasileira

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

implantada nas décadas de 50, 60 e 70 buscava a modernização do país e simultaneamente a destruição dos símbolos do atraso, vinculada naquele momento, às construções dos séculos anteriores, em especial os estreitos e compridos casarões do século XIX, representantes da vida senhorial e do passado escravista.

### **Derrubando o que é velho**

A concretização desse projeto político brasileiro modernizador associado às necessidades capitalistas transformaram gradualmente as paisagens urbanas. Casas antigas foram derrubadas enquanto algumas poucas foram preservadas, sobretudo aquelas que traziam à memória da sociedade local algum fato importante. Em meio às modernas construções do século XX, restaram, então, algumas antigas moradias representantes da vida senhorial e do passado escravista.

A questão da preservação do patrimônio cultural envolve interesses diversos desde econômicos até particulares de uma classe ou de indivíduos, o que tem dificultado portando a aplicação de programa ou da lei que visa defesa dos elementos significativos no reconhecimento dos bens culturais de uma dada sociedade no tempo e espaço.

Para elucidar o exposto acima, é preciso reportar-se ao arquiteto paulista e ao especialista na problemática da preservação do Patrimônio Cultural, Carlos Lemos, que direcionou seus estudos à arquitetura brasileira e à preservação patrimonial, tornando-se um importante colaborador no conhecimento sobre as construções brasileiras associadas ao contexto cultural de cada época. Carlos Lemos já se referia, no século XX, ao desinteresse do poder público pela preservação do patrimônio e à ação individual de grupos que o preservavam segundo seus interesses particulares. Em *O que é Patrimônio Histórico* mostrou que: “[...] nunca houve um movimento que conciliasse esses interesses visando a gestão de um único Patrimônio visto sob um enfoque global. De um modo geral, podemos dizer que foram os antiquários colecionadores, os gabinetes de curiosidades, os variados museus ditos históricos, etnográficos, de arqueologia e de antropologia, as galerias de arte, as pinacotecas, as gliptotecas, as hemerotecas, as coleções de história natural etc., que, ao longo do tempo, conservaram artefatos vários para os estudiosos de hoje. Muitas construções importantes, pela sua história ou pela sua beleza, também foram respeitosa e conservadas, pelo respeito dos mandados e pela vaidade dos mandantes e mandatários”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 32-33.

De acordo com o especialista em História da Arquitetura e do Urbanismo da América Latina, Ramón Gutiérrez, a degradação urbana é fruto não só da especulação imobiliária, mas também da busca pela modernidade à custa da destruição da tradição, do patrimônio existente, o qual é visto como “velho” e, portanto passível de ser detestado. Assim entende o autor: “A cidade construída pela especulação imobiliária constitui o apogeu da desintegração das identidades, na medida em que nega a urbe como bem comum e despreza os valores sociais e culturais que constituem essa identidade. [...] A degradação de nosso ambiente não se produz apenas pela destruição física de nosso patrimônio histórico e cultural, mas por muitas outras linhas de ação, como a falsificação historicista, a monotonia, a dispersão e o caráter caótico de uma arquitetura de especulação. O mais dramático, porém, é a perda dos valores sociais de convivência, a destruição da solidariedade comunitária na cidade construída com base na competição e não na cooperação”.<sup>4</sup>

### **O documento e o historiador**

Considerado o problema da destruição das moradias que constituem o patrimônio cultural das cidades, o historiador enfrenta ainda as más condições físicas dos bens patrimoniais que sobrevivem. Fatores como a péssima condição das construções; a não conservação do acervo arquitetônico histórico dos municípios; a falta de organização nos arquivos; os dados sem seqüência e perdidos no espaço; o próprio desinteresse do poder público em manter os documentos históricos têm dificultado o trabalho do historiador. E isso não é tudo, porque como já exposto, há igualmente fortes interesses econômicos na não preservação do patrimônio arquitetônico nacional.

No passado brasileiro, bens culturais foram destruídos por se constituírem em uma memória inaceitável. Construções, documentos, artefatos, símbolos de dominação e de práticas pouco civilizadas representantes de uma época da nossa história tiveram sua permanência comprometida por governos posteriores ou por particulares, que almejavam apagar da memória histórica certos acontecimentos.

Também os governos atuais, em nome da modernização de uma cidade, permitem a descaracterização do traçado de praças e a derrubada de casarões antigos ou a preservação só das fachadas, porque os mesmos não foram incluídos em projeto de tombamento. Com essa atitude, a sociedade transforma em proporção gradativa as cidades, de acordo com os interesses particulares privados e raramente devido as necessidades inerentes à própria

---

<sup>4</sup> Cf. GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura Latino-Americana*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 39-40.

transformação social, sem permitir que elementos substanciais da memória sejam preservados à posteridade.

Neste contexto geral, enquadra-se a história da arquitetura em Corumbá, no relativo aos seus primeiros tempos. A ação do tempo, o desinteresse ou desconhecimento das autoridades públicas e dos segmentos privados sobre o valor de uma residência do século XIX puseram em risco a permanência de estruturas internas e externas projetadas para atenderem às necessidades sociais e econômicas dos habitantes do passado, com valores diversos dos nossos. Vale ressaltar que mesmo a intervenção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, representado em Corumbá pelo escritório regional, não foi suficiente para intervir neste processo de transformação da memória local.

A ausência de grande quantidade de residências preservadas em Corumbá, somada à falta de uma historiografia sobre a cidade, composta de obras que discutam o passado a partir da arquitetura residencial e dos espaços públicos e privados urbanos, fez da investigação proposta um grande desafio, ainda que contasse com materiais, como fotos, relatos de viajantes, documentos oficiais, entre outros que compõem as fontes coligidas. Por esse motivo, optei por compreender a arquitetura e a escravidão no Brasil e em Mato Grosso durante o século XIX que consubstanciou a sociedade estudada, para então construir um entendimento de como se projetaram em Corumbá, as moradias, no contexto das relações escravistas no espaço público e privado.

## 1.2. Historiografia e Escravidão no Brasil

Na busca da compreensão do processo da escravidão em Mato Grosso, em geral, e em Corumbá, em especial, e seu reflexo nas construções da época, foram utilizadas obras que estabelecem discussões sobre a questão do trabalhador escravizado e da arquitetura na história brasileira e regional, num período em que o cativo era a mão-de-obra principal nas plantações, nas minas, nas tarefas domésticas, urbanas e rurais, nas mais diversas atividades cidadinas.

Da extraordinária literatura existente sobre o tema *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre<sup>5</sup>; *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender<sup>6</sup>; *Da senzala à colônia*, de Emília Viotti da Costa<sup>7</sup>; *Os últimos anos da escravatura no*

---

<sup>5</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2000; *Sobrados e mucambos*. 12 ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

<sup>6</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>7</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

*Brasil: 1850-1888*, de Robert Conrad<sup>8</sup>; *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*, de Mário Maestri<sup>9</sup>, representam as obras substanciais para um eficiente exercício metodológico e para uma boa reflexão historiográfica.

Da mesma forma, utilizei relevantes trabalhos abordando a escravidão e a arquitetura, como *Quadros da arquitetura no Brasil*, de Nestor Gourelat Reis Filho<sup>10</sup>; *Cozinhas, História da casa brasileira, Arquitetura Brasileira e Alvenaria Burguesa* de Carlos Lemos<sup>11</sup> e *O sobrado e o cativo - a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista*, de Mário Maestri<sup>12</sup>.

No conjunto da historiografia regional grande importância teve na investigação os trabalhos *Território negro em espaço branco*, de Maria de Lourdes Bandeira<sup>13</sup>; *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888*, de Luiza Rios Ricci Volpato<sup>14</sup>; *Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, de Lúcia Helena Gaeta Aleixo<sup>15</sup>; *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, de Edvaldo de Assis<sup>16</sup>; *Fronteira negra: Dominação, violência e resistência escrava: 1718-1888*, de Maria do Carmo Brazil<sup>17</sup>. Estas obras ofereceram grandes contribuições para o avanço do conhecimento histórico da escravidão bem com as condições de trabalho a que foram submetidos os cativos em Cuiabá, Corumbá e Vila Bela da Santíssima Trindade (antiga capital de Mato Grosso).

Para o entendimento das características assumidas pela arquitetura regional, foram usadas obras como *A inserção do novo no existente: uma abordagem sobre reabilitação de edificações no Casario do Porto – Corumbá – MS*, da arquiteta Vanda Alice Garcia

---

<sup>8</sup> CONRAD, Robert Edgard. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>9</sup> MAESTRI, Mário. *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>10</sup> REIS FILHO, Nestor Gourelat. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

<sup>11</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978; *História da casa brasileira*, São Paulo: Contexto, 1989; *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979; *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

<sup>12</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>13</sup> BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>14</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: UFMG, 1993.

<sup>15</sup> ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho Livre (1850-1888)*. Brasília: Alvorada, 1984.

<sup>16</sup> ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*, Cuiabá: UFMT/ Proed, 1988.

<sup>17</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava: 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

Zanoni<sup>18</sup> e *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*, de Lenine C. Póvoas.<sup>19</sup> Em geral, a literatura ficcional em prosa do século XIX, importante fonte historiográfica, a qual tem sido esquecida pelos estudiosos. Entre outros de grande importância foi o romance *As vítimas-algozes: Quadros da Escravidão* de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869.<sup>20</sup>

A vastidão das obras que procuram resgatar a história do trabalhador escravizado no Brasil, partindo de diferentes correntes historiográficas, não esgota o tema, mas são importantes elementos de apoio nas pesquisas sobre a história de cada região de nosso país. Nesse sentido o presente trabalho toma como ponto de partida a historiografia brasileira disponível – geral – para compreender os particularismos regionais – particular. Daí a importância das obras elencadas para abordagem do objeto deste estudo.

### Visões velhas e novas

Compreender a escravidão no período colonial e imperial exige igualmente a análise de questões historiográficas, já que as produções são frutos do contexto social de cada época. Sendo assim, a historiografia do final do século XIX e primórdios do século XX abordaram a escravidão negro-africana como um acontecimento natural, já que propunham que o nativo e o *homem branco* não se adaptavam ao trabalho sistemático e pesado nos trópicos, sendo, portanto, necessária a substituição por africanos. Essa concepção está presente nos trabalhos *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagem<sup>21</sup>, *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna<sup>22</sup>, 1919, e *O espetáculo da raças*, de Lilia Moritz Schwarcz<sup>23</sup>, que destacaram a pretensa superioridade da elite-raça branca e a necessidade de a mesma dominar a nação, para um dia ser erradicado do Brasil o símbolo do *atraso* e da *vergonha* que era sua população negra, tornando, se possível, toda a sua população branca.

A partir dos anos de 1930, ocorreu importante inovação na historiografia brasileira. A escravidão passou a ser explicada a partir das necessidades de lucro metropolitanas e

---

<sup>18</sup> ZANONI, Vanda A. G. *A inserção do novo no existente: uma abordagem sobre reabilitação de edificações no Casario do Porto – Corumbá – MS*. 2000. Dissertação (Mestrado). UFRGS/UNIDERP. Campo Grande-MS.

<sup>19</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

<sup>20</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas-algozes: Quadros da Escravidão, Romances*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

<sup>21</sup> VARNHAGEM, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro. J. E. & Laemert Ltda. [s.d.].

<sup>22</sup> VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Nacional. [s.d.].

<sup>23</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo da raças*. In: *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos, históricos e geográficos brasileiros*, São Paulo: Idesp, 1989.

coloniais. O uso do trabalhador afro-descendente escravizado deixou de ser justificado como decorrência natural do processo civilizador empreendido, pelos homens europeus, sobre americanos e africanos [racismo científico], para ser compreendido em contexto mais amplo: o do lucro obtido pela Metrópole e pelos proprietários na colônia ao empregarem grande quantidade de cativos nas plantações. Nessa transformação teórica tiveram grande importância as obras clássicas *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, 1933,<sup>24</sup> e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, 1936.<sup>25</sup>

Nos anos de 1930, como assinalado, foi editada a obra *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre, seguida, em 1936, por *Sobrados e mucambos*, produções diversas das reflexões habituais na época sobre a formação nacional brasileira, já que abandonando a descrição política cronológica, fizeram uso da interdisciplinaridade, criaram uma metodologia e interpretaram o passado brasileiro a partir do universo dominante, da casa-grande nordestina, símbolo do poder político-econômico e projetou no debate historiográfico a tese da democracia racial.

Gilberto Freyre construiu diversas representações em *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*, tais como a harmonia entre as raças, as condições climáticas favoráveis à escravização dos africanos e afro-descendentes nas grandes propriedades e a adequação dos mesmos às tarefas pesadas; a inadaptação do nativo ao trabalho, etc., mas, também foi o primeiro a executar um importante estudo sobre diversas questões referentes à sociedade da época, entre elas, as moradias edificadas pedra por pedra pelos cativos, baseando-se em uma muito rica diversidade de fontes historiográficas.

No decorrer do século XX, diversas críticas foram e ainda são formuladas, por várias gerações de historiadores, à interpretação realizada por Gilberto Freyre concernente a sociedade brasileira patriarcal. Mesmo assim, não se pode negar que o respectivo autor apresenta, nas suas duas primeiras obras, diversos aspectos imprescindíveis à compreensão da sociedade brasileira patriarcal em sua totalidade, ao expor questões sobre a culinária, os costumes da época, as canções, as doenças, a prática de feitiçaria, a sexualidade, a relação senhor-escravo, a arquitetura, entre outras particularidades abordadas.

### **Sobrados e Mucambos**

Nesse sentido, o historiador rio-grandense Mário Maestri, ao se referir à linguagem e às fontes utilizadas em *Sobrados e mucambos*, lembra que este livro “[...] impõe-se,

---

<sup>24</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

<sup>25</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.



sobretudo como descrição envolvente do universo abordado, apoiada no uso imaginoso de diversidade de fontes primárias sequer imaginadas pelas ciências sociais da época: diários; iconografia; folclore; tradição oral; arquivos pessoais; papéis de velhos engenhos; documentação notarial; anúncios de jornais; inventários *post-mortem*; teses de escolas de medicina; depoimentos de viajantes; literatura oitocentista; anúncios de cativos fujões, etc.”.<sup>26</sup>

Devido à importância desses trabalhos, utilizei *Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, como fonte impressa muito importante na compreensão do sistema patriarcal da colonização portuguesa no Brasil, da arquitetura das casas grandes das fazendas e sobrados urbanos e da participação dos trabalhadores escravizados no cotidiano dos escravistas, apesar da visão claramente apologética dessa obra.

O historiador Mário Maestri, apenas citado, crítico implacável da apresentação apologética adocicada do sociólogo baiano da obra, lembra a importância germinal, sobretudo de *Sobrados e mucambos*: “A dissolução do patriarcalismo materializaria-se, sobretudo no deslocamento não apenas simbólico da casa-grande rural pelo sobrado urbano. E, para descrever esse processo, Freyre empreende, a partir do estudo do sobrado senhorial, investigação que resultou em valiosíssima contribuição à história da vida urbana do Brasil escravista do século 19. Apesar do caráter germinal desse estudo, por décadas, a historiografia brasileira prosseguiria fixada no mundo rural, exceção de uma plêiade de historiadores da arquitetura – Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos, etc. – que retomaram com criatividade a lição do pernambucano”.<sup>27</sup>

Em *Casa-grande & senzala*, o discurso fora, sobretudo rural, com ênfase a influência dos cativos na construção e funcionamento da casa-grande campestre. Efetuada e concluída essa investigação, Freyre empreende apresentação, igualmente exaustiva, em *Sobrados e mucambos*, dos novos elementos sobre as construções do período, relacionadas principalmente ao ambiente urbano, com destaque para o século XIX. O estilo e os materiais utilizados na construção dos sobrados e as relações sócio-econômicas e culturais associadas a sua arquitetura são pontos-chaves da discussão dessa obra monumental.

As duas obras de Gilberto Freyre são primordiais para a compreensão dos estilos aplicados nas construções dos séculos XVI a XIX e as relações sociais *escravizador-escravizado*, no que se refere ao uso de cada peça da casa, quer seja da fazenda ou do

---

<sup>26</sup> Cf. MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: Da *Casa-grande* ao *Sobrado* Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. Algumas considerações.” *Cadernos IHC - Revista*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, 2004.

<sup>27</sup> Id. ib.

sobrado urbano. O referido sociólogo foi o primeiro a valorizar e tentar compreender a escravidão através da arquitetura, a partir das visões radicais do engenheiro francês, de “pontes e calçadas”, Louis Léger Vauthier, que esteve no Brasil de 1840 a 1846.<sup>28</sup>

### **Escravidores e escravizados**

Gilberto Freyre propôs definir a identidade nacional na obra *Casa-grande & senzala*. Para entender as questões sociais, econômicas, políticas e culturais do início do século XX, Freyre retomou a tradição e relatou com minúcias o cotidiano de escravistas e dos escravizados. Ainda que tenha compreendido as relações sociais escravistas a partir de um conjunto harmônico, em que *cativas* e *senhores* se relacionavam sexualmente *com prazer*, por outro lado, evidenciou, também, os interesses do colonizador e a dependência que tinham aos trabalhadores escravizados.

Apesar de ter revelado uma postura reacionária perante certas questões, Freyre conseguiu agregar a sua obra várias ciências, a fim de explicar o estabelecimento do português na colônia, os costumes e a formação da família patriarcal, a mistura de raças, as instituições da época colonial, as doenças, a educação, o sexo, as festas, a influência indígena e negra na constituição social brasileira. O escravocrata foi caracterizado por ele também como terrível e preguiçoso cercado de cativos para lhe servir.

Para Freyre “[...] a vida do senhor de engenho tornou-se uma vida de rede. Rede parada, com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeio debaixo de tapetes e cortinas. Rede rangendo, com o senhor copulando dentro dela. Da rede não precisava afastar-se o escravocrata para dar suas ordens aos negros; mandar escrever suas cartas pelo caixeiro ou pelo capelão; jogar gamão com algum parente ou compadre. De rede viajavam quase todos - sem ânimo para montar a cavalo: deixando-se tirar de dentro de casa como geléia por uma colher [...]”.<sup>29</sup>

Gilberto Freyre descreveu a arquitetura desde o século XVI; as representações da casa e seu interior; o uso das peças pela família patriarcal e a participação dos cativos na construção e manutenção das moradias localizadas nas extensas propriedades. Mostrou que a casa colonial materializava uma estrutura social – o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil; a ideologia da raça branca superior; as formas européias, que teriam sido segundo ele, modificadas no ambiente tropical brasileiro.

---

<sup>28</sup> VAUTHIER, L. L. Casas de residência do Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, (7), 1943. p. 43.

<sup>29</sup> FREYRE, G., *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 482.

Por sua vez, a análise interpretativa de vocação materialista de *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado, permitiu-lhe entender a economia agrária como a base material da sociedade colonial brasileira, e, também, o desenvolvimento resultante do trabalho escravizado, devido ao fato de os portugueses já terem conquistado a África, que serviu de sementeira de mão-de-obra para a América escravista.

### **Terras, braços e títulos**

Somente as grandes propriedades, representadas pelos senhores possuidores de muitos trabalhadores escravizados, conseguiram participar com seus produtos da economia colonial, devido ao fato de que eles monopolizavam a riqueza e o poder, sustentados por suas terras, braços e títulos. “É de fato numa base essencialmente escravista, ninguém o ignora, que assenta a economia colonial brasileira. Sem escravos não era possível aos colonos abastecerem-se da mão-de-obra de que necessitavam. A imigração branca era escassa, e tornava-se assim indispensável o emprego do braço escravo de outras raças”.<sup>30</sup>

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, por sua vez, Caio Prado desconsiderou que o trabalhador escravizado tivesse contribuído profundamente na formação brasileira, sendo um dos primeiros teóricos da proposta do cativo como protagonista muda, hoje absolutamente desacreditada. “A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. (...) Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe”.<sup>31</sup>

Mesmo que na obra citada de Caio Prado Júnior tenha desconsiderado a determinação de nosso passado pela escravidão, ela não deixou de contribuir ao mesmo tempo para um estudo abrangente sobre a colonização em suas várias instâncias. Questões relacionadas à economia, à organização social e ao povoamento foram tratadas detalhadamente, conduzindo o leitor a uma compreensão ampla sobre a vida material e social, peculiares ao período colonial e imperial.

---

<sup>30</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1953. p. 22.

<sup>31</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 272.

Três décadas mais tarde, Fernando Henrique Cardoso, em seu trabalho sobre a escravidão, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, retoma essa visão da impotência servil: “A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente. [...] houve fugas, manumissões e reações. [...]. A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos [...]”.<sup>32</sup>

A obra clássica *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, também é referencial ímpar para se entender as relações escravistas do Brasil. Para Holanda, o colonizador português era um ser indolente, despreocupado com o trabalho, enfim um aventureiro conquistador dos trópicos em busca de riquezas às expensas do esforço cativo.<sup>33</sup>

### **O colono negro**

Sérgio Buarque de Holanda explicou o “que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros -, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações”.<sup>34</sup>

Uma visão que, Manuel Querino, em *O colono preto*, de 1918, havia radicalizado, empreendendo profundo elogio a qualidade laborativa e civilizadora do trabalhador africano, que apresentou como verdadeiro “herói do trabalho”.<sup>35</sup> Para este autor, ainda não reconhecido devidamente, a “idéia de riqueza fácil banira da mente do aventureiro faminto o amor do trabalho, que era considerado uma função degradante. Por mais respeitável que fosse a ocupação era ela desprezada pelos reinóis de pretensões afidalgadas.” Assim sendo, tudo que foi construído deveria-se, sobretudo ao braço do africano e do afro-descendente escravizado.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962. p.140-2.

<sup>33</sup> HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 49.

<sup>34</sup> Id. *ibidem*.

<sup>35</sup> QUERINO, Manuel. *O africano como colonizador*. Salvador: Progresso, 1954. p. 16.

<sup>36</sup> QUERINO, Manuel. *O africano como colonizador*. Salvador: Progresso, 1954. p. 18, 41.

Os debates acerca da escravidão tomaram uma nova direção a partir dos anos 50, quando a idéia de uma escravidão branda, proposta por Gilberto Freyre foi contestada. Efetivamente, naqueles anos, uma equipe de brilhantes universitários desenvolveu projeto ambicioso de investigação referente à escravidão e às relações raciais no país, destacando-se, na “Escola Paulista”, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni<sup>37</sup>, ao qual se associou, de alguma forma, o francês Roger Bastide.<sup>38</sup> Estes autores apresentaram os maus tratos reservados aos cativos como dura forma de controle da rebeldia servil. Entretanto, entenderem o cativo como instituição sustentadora das relações capitalistas, o que limitou a portada de suas investigações.

Nos anos 1960, estudos importantes, como o de Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*<sup>39</sup>, analisaram detidamente a escravidão brasileira como sistema econômico. Luís Carlos Lopes, em *O espelho e a imagem* assinala sobre este estudo: “[...] Viotti não foi a primeira a ressaltar a dicotomia senhor *versus* escravo. Porém, é inegável que ela percebeu que, para analisar a história do Brasil, era imprescindível recuperar a imagem do escravo. Nesta historiadora, o homem escravizado transforma-se de ‘ectoplasma’ em ser real de uma história real”.<sup>40</sup>

Em *Da senzala à colônia*, Viotti da Costa apresenta o cotidiano dos cativos nas cidades portuárias do século XIX. Expõe que o espaço urbano dava a impressão aos viajantes de estarem em um país de negros e mestiços, já que estes últimos faziam todo o trabalho, tais como, atravessar nos braços os viajantes até um local mais limpo; vender produtos variados; oferecerem-se para trabalho ou aluguel, carregar objetos e mercadorias.

### **Da Senzala à Colônia**

Viotti da Costa assinala que os cativos urbanos andavam mal vestidos, com roupas de tecidos grossos e comumente gastos pelo tempo. Lembra que os homens usavam apenas uma calça curta e que as mulheres, camisa e saia, portando, na cabeça, um tecido enrolado. Registra que todos andavam descalços. Os cativos *ganhadores* tinham a liberdade para

<sup>37</sup> Cf. FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960; FERNANDES, Florestan *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

<sup>38</sup> Cf. BASTIDE, Roger. [1898-1974]. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. Trad. E.O.Oliveira. São Paulo: Difel. EdUS, 1974; BASTIDE, Roger *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

<sup>39</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

<sup>40</sup> LOPES, L. Carlos. *O espelho e a imagem : o escravo na historiografia brasileira [1808-1920]*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987. p. 61.

trabalharem nas ruas para poder pagar somas fixas aos proprietários – o ganho –, por dia, por semana ou por mês. Eles eram extremamente vigiados e repreendidos pelas leis municipais. Nesse sentido, essa *condição de semi-livre* tinha rígidos limites.<sup>41</sup>

Através da referida obra, de Emília Viotti da Costa e de *O feitor ausente*, de Leila Algrantri, percebi que a *condição de liberdade*, colocada por historiadores como Enrique Peregalli<sup>42</sup>, é muito limitada, pois ao cativo urbano era proibido vender e comprar certos produtos; aglomerar-se ou permanecer nas vendas e nas esquinas; participar de jogos de azar.<sup>43</sup> As crueldades produzidas pela escravidão foram mostradas por esses pesquisadores revisionistas, os quais deixaram claro que tanto o cativo rural como o urbano eram tratados com o rigor das leis. O cativo da cidade não poderia igualmente andar nas ruas após o toque de recolher, sem autorização escrita pelo proprietário. Caso infringisse essa norma e outras proibições, era duramente punido, como assinala o historiador sulino Mário Maestri, em *O cativo e o sobrado*.<sup>44</sup>

O historiador Jacob Gorender, responsável por salto revolucionário na historiografia da escravidão em fins dos anos 1970, em sua tese *O Escravismo Colonial*, deixa explícito que o cativo era propriedade do escravista e que sua essência humana só era reconhecida plenamente, na esfera jurídica, pela sociedade, quando cometia um delito. Então, as penosas leis punitivas que lhes eram aplicadas, não raro os condenando à morte, reconheciam-lhes, porém como homens.

O cativo podia também ser punido no seio da família ou da unidade produtiva, sendo comumente chicoteado no tronco. O feitor e o proprietário eram os responsáveis pelos castigos aplicados aos cativos, pela imundície da senzala, pela doença e pela morte que causava ao trabalhador escravizado, devido às duras condições de existência a que eram submetidos. Jacob Gorender<sup>45</sup> lembra que o trabalhador escravizado era uma mercadoria sujeita aos desejos, ações, ímpetos e a transação comercial e financeira realizada por seu *proprietário*. *Coisificação* ao qual o cativo resistia rebelando-se das mais várias formas.<sup>46</sup>

---

<sup>41</sup> Cf. ANDRADE, Maria José de Sousa. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, 1988.

<sup>42</sup> PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Global, 1988. p. 63-64.

<sup>43</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>44</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *O cativo e o sobrado: arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*, Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>45</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>46</sup> A respeito da resistência ver FREITAS, S. C. *Tecendo Laços: As práticas comunitárias dos escravos em Antonina (1840-1870)*. Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e História. UFSC. Florianópolis 2003; BRAZIL, M. do C. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, Passo Fundo, UPF. 2002.

A análise do escravo-mercadoria, do ponto de vista dos escravistas, é encontrada na obra do historiador Perdigão Malheiro, de 1866,<sup>47</sup> o qual dedicou-se na escrita sobre a condição do escravo perante a Lei nas suas várias modalidades-política, administrativa, criminal, policial, civil e fiscal. Segundo mostrou o autor, na legislação, o cativo não passava de uma mercadoria como outra qualquer e era manipulada pelo proprietário conforme suas necessidades pessoais. Na condição de coisa, o escravo afirmou o autor “[...] é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma, como já havia decidido o Direito Romano. Não pode, portanto, pretender direitos políticos, direitos da cidade [...] nem exercer cargos públicos: [...]”.<sup>48</sup>

### **O escravismo colonial**

Registrou o emancipacionista moderado sobre a condição do escravo: “Pelo direito de propriedade, que neles têm, pode o senhor alugá-los, emprestá-los, vendê-los, dá-los, aliená-los, legá-los, constituí-los em penhor ou hipoteca, dispor dos seus serviços, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer enfim todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário.[...]Como proprietário pode o escravo ser objeto de seguro”.<sup>49</sup>

Jacob Gorender também deixou registrada a admiração, causada nos viajantes estrangeiros, por causa da quantidade elevada de escravos urbanos e o emprego de muitos deles na prostituição e mendicância. “As cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas. Eram eles os encarregados de todos os serviços urbanos, sobretudo do transporte de mercadorias e passageiros. Constituíam a categoria especial dos *negros de ganho*, [...]. Passavam o dia na rua alugando seus serviços com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada, pertencendo-lhes o que sobrasse”.<sup>50</sup>

Afirmou Gorender que além do *escravo de ganho*, “a escravidão propiciava ainda duas espécies de renda muito especiais: as rendas de mendicância e de prostituição.”<sup>51</sup> Eram os cativos velhos obrigados a pedir esmolas e entregá-las ao seus escravizadores. Já

---

<sup>47</sup> MAHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

<sup>48</sup> Id. ib. p. 35.

<sup>49</sup> Id. ib. p. 70-71.

<sup>50</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 476.

<sup>51</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 479.

as cativas eram enfeitadas com jóias e vestidas com trajes elegantes pelos seus donos e induzidas a se prostituírem como forma de obter rendas.<sup>52</sup>

Os escravos domésticos além de úteis na execução das tarefas domésticas satisfaziam à condição social dos proprietários. A esse respeito escreveu Gorender: “[...] toda a casa empenhava-se em contar com o maior número possível de servidores. É obvio que, àquela época, faltavam os aparelhos, que hoje preenchem inúmeras necessidades domésticas, e, afora isso, serviços públicos, como os de águas e esgotos, se reduziam ao mais sumário e primitivo, muito atrás do já existente nas cidades européias. Mas, a par da satisfação de necessidades efetivas, o número de escravos domésticos constituía indicador de status e a forma elementar e geral do conceito social de luxo”.<sup>53</sup>

Na década de 1980, foram propostos novos enfoques sobre a escravidão, como os de Silvia Lara, no livro *Campos da violência*, e Sidney Chalhoub, em *Visões de Liberdade*, que enfatizaram a ação subjetiva do cativo em forma quase independente das determinações econômicas. Destaca-se também na época a obra de Kátia de Queiroz Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, criticada por Jacob Gorender em *A escravidão reabilitada* como retomada do neo-patriarcalismo.

### **Ser escravo no Brasil**

Para Kátia Mattoso, o escravo só era objeto, mercadoria, quando capturado e retirado do seu meio social, quando sua relação com familiares era rompida, sendo obrigado a se tornar outro ser. Depois de vendido e colocado no seu novo ambiente, sua personalidade era estabelecida através do relacionamento com o senhor e os demais cativos. Essa adaptação é explicada da seguinte forma: “São as tensões continuadas dessa integração difícil que abrigam a própria vida do escravo a adaptar-se às relações de tipo escravista e o levam a todos os esforços, todas as humildades, todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis”.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Cf., Igualmente, sobre a escravidão urbana: Cf., ALGRANTI, Leila Mezan. *O feito ausente*. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988; ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre*. (1840-1860). Passo Fundo: UPF Editora, 2002; SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas* (1822-1850). Passo Fundo: UPF Editora, 2002, ANDRADE, M. J. de S. *A mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988; GUTIERREZ, E. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EdUFPEL; Mundial, 1993; SILVA, M. R. N. da. *O negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1988; WEIMER, G. *O Trabalho Escravo no RS*. Porto Alegre: Sagra, EdUFRGS, 1991.

<sup>53</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravidismo Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 485.

<sup>54</sup> MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 102.



Segundo a autora, a obediência que o cativo praticava não era a mesma no campo e na cidade, porque as relações de dominação aconteciam de modo diverso. As diferentes tarefas produziam no cativo formas diversas de vivência e de obediência. “Escravo dos campos, escravos das minas, escravos dos sertões terão destinos diversos e viverão de maneiras muito diferentes suas relações com sociedade que os obriga ao trabalho”.<sup>55</sup>

A presença do escravo nas cidades foi entendida pela autora como algo natural, já que o trabalho era visto como execrável pelos brancos e imigrantes. “Num sistema dominado pelo trabalho servil, é fatal que inúmeras atividades sejam entregues aos escravos”. “A eles cabe todo o trabalho considerado vil pela população branca de origem européia que, mesmo pobre, não se quer rebaixar executando certos serviços manuais”.<sup>56</sup>

Kátia Mattoso também distingue entre o cativo rural e o urbano ao considerar que nas cidades o trabalhador escravizado era um ser quase independente e, portanto privilegiado. A autora é enfática ao afirmar, “não resta dúvida que o escravo urbano é com freqüência mais independente diante de seu senhor do que o escravo rural”.<sup>57</sup> A obrigação do cativo urbano de ter que se deslocar nas ruas para executar os serviços, a mando do proprietário, é interpretada como autonomia. A autora desconsiderou as leis repressivas que normalizavam as ações dos cativos, já que aos *negros* que trabalhavam nas cidades eram proibidas as aglomerações, a venda de produtos sem autorização, a permanência na rua sem identificação, etc.

O cativo na verdade era obrigado a estar nas ruas oferecendo seu trabalho ou certos produtos, caso contrário era castigado. Lembremos que muitas famílias pobres tinham cativos que garantiam o sustento dos proprietários mesmo que fosse ilícitamente, através da prostituição ou da mendicância. Para Kátia, homens livres e cativos eram dependentes uns dos outros, viviam em condições opostas, mas os últimos buscavam estabelecer relações de solidariedade – laços de solidariedade entre escravo-senhor, escravo-escravo e escravo-liberto, através da família, do compadrio e do trabalho – como forma de sobrevivência no conturbado contexto da convivência escravista.

### **O cativo na cidade**

Outro importante estudo regional sobre a presença do cativo no meio urbano foi apresentado por Marilene Rosa Nogueira da Silva no artigo *Os escravos na paisagem urbana*, onde propõe enxergar o passado escravista de forma diferente, repensando-o

---

<sup>55</sup> Id. ib. p. 110.

<sup>56</sup> Id. ibidem.

<sup>57</sup> Id. ib. p. 110-111.

através de novas fontes. Para ela, o cativo introduzido no Novo Mundo para atender às necessidades de mão-de-obra foi personagem histórico que, no decorrer de trezentos anos, foi capaz de ações como a de se rebelar, se aquilombar, de fugir, de envenenar, de mentir, de negociar, de intrigar, de boicotar, etc.

Segundo Marilene Rosa, o cativo de aluguel, de ganho e doméstico estava no centro da vida da própria cidade.<sup>58</sup> Sua permanente presença nas ruas do Rio de Janeiro causava medo à população *branca*, que temia as revoltas dos *negros*. Por isso, leis foram criadas para determinar que os cativos e negros libertos vivessem restritamente sob as ordens e desejos dos proprietários. Os Códigos de Posturas são prova da tentativa escravista de regular minimamente a ação dos cativos urbanos.

Carlos Soares em artigo intitulado *Os escravos de ganho do Rio de Janeiro* lembra que os ganhadores foram parte indissolúvel da vida urbana do século XIX. Assinala que, no Rio de Janeiro, grande parte dos cativos eram ganhadores, submetidos a atividades variadas: oferecer mercadorias em cestos, tabuleiros ou na cabeça; transportar pessoas pela cidade; carregar barris com dejetos até o mar; funcionar como operários, marinheiros, quitandeiros, barbeiros, cirurgiões e pescadores.

Depois de um dia, uma semana ou um mês de labor nas ruas, os cativos eram obrigados a entregar a seus proprietários a quantia em dinheiro estipulada – o ganho. Para Carlos Soares, com o dinheiro recebido dos *ganhadores*, muitos proprietários garantiram o seu sustento e o de suas famílias.<sup>59</sup> Apesar da proibição, senhores e senhoras obrigavam jovens cativas a se prostituírem e cativos idosos e inválidos a pedirem esmolas, igualmente sob a obrigação de pagarem diariamente um ganho.

Com a abolição do tráfico transatlântico de trabalhadores africanos escravizados, em 1850, os cativos passaram a ser vendidos para os fazendeiros de café, em grande número, ensejando que se reduzisse a quantidade de cativos urbanos. Isso fez reduzir a quantidade de escravos de ganho na Corte.<sup>60</sup>

Soares afirma ainda que, apesar da redução do seu número, os cativos do ganho continuaram a desenvolver suas atividades até as vésperas da abolição da escravatura, em 1888, quando ainda podiam ser vistos *mulambentos*, perambulando pelas ruas da cidade, oferecendo os seus produtos ou carregando pesadas cargas.<sup>61</sup> Não havia limites na

---

<sup>58</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Os escravos na paisagem urbana. *Ciência Hoje-Revista*, v. 8, n. 4, 1988. p. 15.

<sup>59</sup> SOARES, Carlos. Os escravos de ganho do Rio de Janeiro. *Ciência Hoje-Revista*, v. 8, n. 4, 1988. p. 108.

<sup>60</sup> Cf. PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro*. Passo Fundo: UPF, 2002.

<sup>61</sup> SOARES, Carlos. Os escravos de ganho do Rio de Janeiro *Ciência Hoje-Revista*, v. 8, n. 4, 1988. p. 110.

utilização dos trabalhadores escravizados que cumpriam múltiplas atividades. Eram obrigados a empregarem-se em trabalhos lícitos ou ilícitos para obterem a o *ganho* diário, semanal ou mensal. Se não obtivessem, eram mais ou menos duramente castigados.

### 1.3. Escravidão Rural e Escravidão Urbana

Na cidade ou no campo, os trabalhadores escravizados constituíram a mão-de-obra primordial, executando praticamente todas as atividades nas residências: limpando, cozinhando, carregando água e dejetos domésticos e humanos. No mesmo sentido, trabalhavam nas ruas para aumentar ou propiciar rendas ao proprietário. Para tal, vendiam doces, água, alimentos e outros produtos; prostituíam-se; carregavam mercadorias, etc. Os cativos podiam trabalhar como ganhadores e podiam ser explorados diretamente ou alugados pelos proprietários. O esforço era negócio de cativo negro enquanto ao proprietário cabia o controle e a utilização da força cativa.

Em *A Servidão Negra*, Mário Maestri trata das variadas tarefas exercidas pelos cativos nas ruas das principais cidades brasileiras, ressaltando que as mesmas funcionavam essencialmente devido ao trabalho feitorizado. Os homens livres dependiam para tudo dos cativos, que eram os responsáveis por fazer circular pelas ruas desde os produtos mais corriqueiros e necessários como o pão, o leite e o café, o alho, a cebola, etc. até mercadorias mais valiosas. “Muitos serviços urbanos eram igualmente executados pelos negros de ganho. Com pobres bacias, navalhas e tesouras de pouco preço, escravos cortavam os cabelos e as barbas dos cativos e livres pobres”.<sup>62</sup> A força, sobretudo do cativo ganhador movia todas e quaisquer mercadorias. Nos portos, não havia máquinas para carregar-descarregar as pesadas cargas; nas cidades, os senhores não aceitavam sequer deslocar-se com seus chapéus ou pequenos e leves pacotes nas mãos.

Segundo a ideologia escravista, o cativo urbano e o rural eram caracterizados como meras mercadorias, objetos que poderiam ser usados pelo comprador como desejasse, já que havia pago o preço dos mesmos. Era pouca a diferença entre um cativo que no campo e na charqueada trabalhava descalço, em barracões, no meio da lama e do sangue do gado cortando a carne do animal, e um trabalhador escravizado da cidade, obrigado a carregar dias e noites em seus ombros barris cheios de excrementos, acumulados na casa de

---

<sup>62</sup> MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 47.

proprietário, para serem despejados no mar, isso quando esses depósitos não se abriam no percurso.<sup>63</sup>

A mesma idéia explicitou Mário Maestri na obra *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*, pois critica a idéia de que o cativo urbano era um quase privilegiado. O cativo urbano na sua visão fazia parte das cidades, sendo verdadeiro *pau-para-toda-obra*.<sup>64</sup> A posse de cativos urbanos significava renda para os escravistas, além de poder e prestígio. Os proprietários das residências mais ricas tinham muitos cativos, cada qual destinado a diversas atividades. Para mostrarem seu poderio, exigiam que eles ficassem aos domingos nas calçadas, nas frentes das residências, portando suas melhores roupas, a mercê dos olhos curiosos.

Maestri registra que a proposta do cativo urbano privilegiado aparece na historiografia por três grandes motivos. Primeiro, porque, em alguns casos, se desempenhasse bem sua atividade, poderia, após longos anos e grandes privações, obter ou comprar sua liberdade. Segundo, porque o trabalho doméstico ou artesanal que realizava, não era eventualmente tão pesado como nas fazendas açucareiras e minas. E, finalmente, porque era tratado, em geral, de forma menos rígida que em meio rural, já que, nas cidades, o despotismo do escravista era freado pelos vizinhos e conhecido pelas autoridades. Uma realidade que não permite, lembra o autor, em nenhum caso, afirmações sobre escravidão branda, como defendida por Gilberto Freyre.<sup>65</sup>

Comprovando tal afirmação, aquele autor registra caso do cotidiano servil de Porto Alegre: “Nada [...] inibiu a sevícia sistemática do cativo urbano. Algumas vezes, atos de significativa violência resultavam em denúncias às autoridades, sem conseqüências. Em 1874, a *crioula* Luiza apresentou-se à polícia desesperada, pois ela e seus companheiros eram “diariamente” “castigados com bolos” e “paus”, e amarrados “em uma arcada por baixo do porão”. Dois anos mais tarde, o subdelegado de polícia registrou que a cativa Rosalinda fora encontrada “toda ferida, contusa e maltratada, gritando por socorro e misericórdia”, presa por “grilhões e machos aos pés”, em quintal de Porto Alegre.” O caso é ainda mais ilustrativo já

---

<sup>63</sup> Cf. CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*, 1983; ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre. (1840-1860)*, 1994. Dissertação (Mestrado)-PUCRS, Porto Alegre.

<sup>64</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p.43.

<sup>65</sup> Cf. MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: da Casa-grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil”. *Cadernos IHC - Revista*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, 2004.

que se referia à moradia de Gaspar Silveira Martins, principal líder do Partido Liberal do Rio Grande do Sul e indiscutido representante dos grandes fazendeiros sulinos.<sup>66</sup>

#### 1.4. História, Historiografia e Arquitetura

Obras que discutem sobre a arquitetura brasileira foram consultadas para entendermos o programa de necessidades e os estilos aplicados nas construções do Brasil escravista. Assim, na discussão sobre a arquitetura implantada no Brasil durante a escravidão, foi um colaborador notável o arquiteto Carlos Lemos, o qual escreveu obras específicas sobre a história da arquitetura colonial, imperial e republicana. Entre seus inúmeros trabalhos, os que propiciaram valiosas informações para a presente discussão, como já citado, foi *História da Casa Brasileira*,<sup>67</sup> que apresenta uma síntese da casa colonial. Suas descrições não se restringem aos séculos XVII e XVIII, mas têm continuidade nos séculos XIX e XX. Também a obra *Cozinhas*<sup>68</sup> ofereceu elementos substanciais para o entendimento aprofundado sobre as cozinhas e as influências recebidas dos nativos e africanos.

Para Lemos, a casa é mais que um simples abrigo ou proteção contra os fenômenos da natureza. Ela é fruto dos aspectos culturais dos usos e costumes de uma sociedade. Devido a sua função de abrigo, a moradia é fruto das condições climáticas. A casa foi e continua sendo projetada para atender às necessidades de seus proprietários, bem como às ações destes dentro dela, determinadas então pelos costumes.

Pelo exposto a arquitetura não se traduz exclusivamente através de elementos como modelo, padrão, técnica construtiva, beleza visual, estrutura ou cálculos. Uma edificação é, sobretudo, uma atividade que, além dos aspectos técnicos, reúne em si determinações culturais e funcionais. “[...] o interesse de uma residência está muito mais no seu aspecto sociológico, do que nas suas qualidades arquitetônicas decorrentes da técnica construtiva e da intenção plástica. A casa deve ser entendida como um todo, como uma unidade, cuja *função abrigo*, a função principal, tem a primazia e o resto dela decorre”.<sup>69</sup>

Ao associar as edificações ao período de sua estruturação, Lemos entende que a casa é uma representação de um contexto histórico. Sendo assim, ao abordar as antigas

---

<sup>66</sup> Cf. MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, Resistência, Sociedade*. 3. ed. Corri. e ampliada. Porto Alegre: EdUFRGS, [no prelo]. [Original cedido pelo autor].

<sup>67</sup> LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

<sup>68</sup> LEMOS, Carlos A. C., *Cozinhas*, etc. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>69</sup> LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.p. 11.

construções patriarcais registrou que: “A nossa velha casa patriarcal não pode ser imaginada sem a presença do escravo solícito – é difícil imaginarmos uma servidão pressurora, mas assim foi intramuros – subindo e descendo escadas, carregando sacos de lixo, feixes de lenha, potes de água, tigres plenos de fezes de sinhozinhos e nhandês mandonas; subindo e descendo pesadas janelas de guilhotinas; abanando e afastando as moscas do patriarca à mesa, esfregando areia molhada nos assoalhos sempre limpos; fazendo comida, fazendo velas, fazendo sabão de cinzas”.<sup>70</sup>

O mesmo autor lembra, ainda, que, para o entendimento de uma casa, é preciso fazer um exame sobre as marcas deixadas nelas pelos imigrantes, arquitetos e engenheiros estrangeiros, influências vindas através de livros e periódicos da Europa, enfim a compreensão de uma residência exige a averiguação de aspectos culturais, políticos, sociais, técnicos e, sobretudo funcionais. Por isso, acrescentou que: “Se a história de nossa casa tem o seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena e até perceptíveis compromissos com a África e com o Oriente, com a Índia, nas tentativas de contornar os incômodos do calor abrasador. Só o negro escravo não contribuiu na definição da casa nacional, embora tenha sido figura indispensável ao seu funcionamento”.

71

### **Tarefas sem fim**

Cada peça da residência é caracterizada pelo uso, determinado então, pelas relações sociais de cada momento histórico caso contrário, as moradias da época da escravidão seriam pequenas, sem escadarias, para facilitar a vida das senhoras. Porém, a grande quantidade de cativos favoreceu a edificação de grandes moradias as quais funcionavam as expensas da mão-de-obra escravizada. Era o *negro* que executava todas as tarefas das casas, carregar água para abastecimento da cozinha e camarinhas, limpar os vários cômodos, tirar os dejetos acumulados nos tigres, cozinhar para a família, enfim, a abundância de trabalhadores permitia que as residências do período escravista fossem espaçosas e servissem de reconhecimento social. A extensão da casa e a quantidade de cativos garantiam aos proprietários *status* e representavam seu poder na sociedade local.

Através da leitura da obra *Quadros da arquitetura no Brasil*, do arquiteto e historiador Nestor Gourelat Reis Filho, percebi que novos elementos foram introduzidos pelo autor na discussão sobre a relação entre a prática de edificar e a sociedade em seu

---

<sup>70</sup> LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 11-12.

<sup>71</sup> Id. ib. p. 11.

todo, pois além de visualizar a importância das relações sociais urbanas como determinantes da arquitetura, ele destacou a dependência mútua entre o modo de construir e o modelo dos lotes urbanos.

Na visão do citado autor, as construções do século XIX seguiram os padrões do século XVIII. Apesar de tratar da arquitetura escravista, encontra-se em Nestor Goulat um contraponto ao pensamento de Gilberto Freyre, na medida em que considera a arquitetura brasileira uma cópia adaptada da portuguesa. Na concepção do sociólogo, as formas européias foram modificadas e adaptadas ao ambiente tropical brasileiro.

Também para Nestor Goulat, a arquitetura é determinada por fatores de ordem social, cultural, econômica e tecnológica, quando traçada informalmente pela tradição. Mas, para ele, também é definida por outros fatores, sobretudo quando planejada racionalmente. Enfatizou que tanto os traçados informais quanto os formais obedeceram as necessidades reais de cada época e que a arquitetura residencial urbana e os lotes apresentam-se numa relação de dependência mútua.

No relativo a esse último caso, lembra que enquanto perdurou a escravidão, as construções mantiveram-se assentadas sob a mesma uniformidade do período colonial, chegando a confundir os observadores. Foi considerado pelo autor que, mesmo após a independência brasileira, 1822, as construções continuaram sendo estruturadas seguindo os padrões urbanísticos e arquitetônicos da época colonial, num perfeito registro da continuidade da produção escravista.

### **Arquitetura e escravidão**

Nestor Goulat escreveu: “Persistindo o sistema escravista, nas mesmas condições do período colonial, é compreensível que, afora umas poucas tentativas de renovação no Rio de Janeiro, continuassem a ter ampla aceitação as soluções até então conhecidas. Subsistiam comumente as formas de uso das habitações e os mesmos processos construtivos consagrados pelas tradições, em função da existência do trabalho escravo. As edificações dos começos do século XIX avançavam sobre os limites laterais e sobre o alinhamento das ruas, como as casas coloniais”.<sup>72</sup>

As edificações brasileiras, segundo ele, têm raízes na arquitetura medieval renascentista. As Cartas Régias e os Códigos de Posturas colaboraram na padronização construtiva no Brasil, garantindo às cidades um aspecto lusitano. Somado a essas condições, a simplicidade das construções edificadas com parede de pau-a-pique, adobe ou

---

<sup>72</sup> REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 34.

pedra, etc., relacionava-se igualmente ao tipo de mão-de-obra presente na sociedade colonial e imperial, até o ano de 1888.

O trabalho escravizado condicionou profundamente as construções dessa época: “É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os “tigres”) ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro, cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se ao nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo uso, de modo indireto, estava baseado na escravidão.”

73

Portanto, ao associarem a arquitetura ao contexto sócio-econômico e cultural, Carlos Lemos e Nestor Goulart consideraram que as casas coloniais e imperiais e a respectiva utilização das suas peças estiveram vinculadas profundamente à ordem escravista.

### **1.5. Escravidão e Arquitetura no Mato Grosso**

Após abordarmos algumas das obras clássicas sobre a escravidão e de sua relação com a arquitetura no Brasil, é necessário discutir aquelas que tratam sobre o cativo e as construções no antigo Mato Grosso. Nessa perspectiva é significativa a contribuição da historiadora mato-grossense Maria de Lourdes Bandeira.

Em *Território negro em espaço branco*, a historiadora Maria de Lourdes Bandeira empreende uma análise antropológica da comunidade negra de Vila Bela e de sua identidade étnica.<sup>74</sup> Como a própria autora declara, esse trabalho não teve compromisso com a narração seqüencial dos fatos históricos, mas procurou recuperar a história da região, tendo a população afro-descendente como ator da sua construção, decadência e reconstrução.

Nas suas investigações, Maria de Lourdes constatou, que Vila Bela da Santíssima Trindade foi construída às expensas do “trabalho, força e tenacidade dos negros que a edificaram e a mantiveram através de mais de dois séculos.”<sup>75</sup> Segundo informações da historiadora, o projeto de fundação de Vila Bela foi idealizado em Portugal e, o de suas residências, no Rio de Janeiro.

---

<sup>73</sup> REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 27-28.

<sup>74</sup> BANDEIRA Maria de L. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 2.

<sup>75</sup> BANDEIRA Maria de L. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 85.



A autora explica que somente o traçado urbano não foi modificado, mas que as casas assobradadas tiveram seus alicerces reforçados; as paredes receberam uma espessura maior e as fachadas diferentes daquelas projetadas no Rio de Janeiro, tudo justificado pelas condições ambientais locais. Além das espaçosas residências, “permitiu-se construções de pau-a-pique e cobertura de capim, exigindo apenas que obedecessem aos traçados das ruas com 70 palmos de largo, e ao alinhamento das casas no limite fronteiro dos terrenos”.<sup>76</sup>

Os materiais usados na edificação das casas – pedra canga, baldrame, telha, cal, entre outros materiais – vinham de locais distantes, o que encarecia os produtos e dificultava a realização do projeto metropolitano português. Maria de Lourdes mostrou que, apesar de trabalhadores livres terem sido atraídos às terras mato-grossenses para trabalhar no projeto de construção de Vila Bela, foram os *negros* que executaram as construções. Afirmou a autora: “Bandos publicados na Província de São Paulo sobre a construção da cidade atraíram trabalhadores livres para a beira do Guaporé. Vieram artífices, ferreiros e oficiais. Mas foram os negros livres, “negros do Povo”, escravos de aluguel, a mão-de-obra que construiu Vila Bela, canga sobre canga, taipa sobre taipa, telha sobre telha, capim sobre capim”.<sup>77</sup>

*Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*, do historiador Lenine Póvoas<sup>78</sup>, é obra regional relevante, já que trata especialmente da antiga arquitetura dos sobrados e casas senhoriais da cidade de Cuiabá, atual capital de Mato Grosso. Nas descrições das edificações, o autor privilegiou os aspectos construtivos e a posição social e política dos seus primeiros proprietários. No mesmo trabalho, apresenta fotos de construções da época colonial e destaca os sobrados, hoje demolidos, que no passado enriqueciam o conjunto arquitetônico da cidade.

Em geral, Lenine Póvoas caracteriza a arquitetura cuiabana da seguinte forma: “Casas de adobes ou de tijolos, quase sempre pintadas de cores vivas, encostadas umas às outras, no velho estilo peninsular; beirais trabalhados; portas e janelas abrindo-se diretamente sobre as ruas estreitas, de estreitas calçadas”.<sup>79</sup> Lenine Póvoas informa que, até 1950, a cidade conservou sua arquitetura típica do período colonial, permanecendo igualmente o costume popular de conversar nas portas das casas, de jogar carta e bocha, de fazer serenatas, etc., hábitos que foram suplantados gradativamente quando o cuiabano

---

<sup>76</sup> Id. ib. p. 86.

<sup>77</sup> Id. ib. p. 9.

<sup>78</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

<sup>79</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980. p. 26.

teve acesso, através dos meios de comunicação e das rodovias, aos hábitos vivenciais das grandes cidades.

Lenine Póvoas afirma que, vencido o isolamento da região as residências mais antigas, “no centro urbano, foram cedendo lugar aos edifícios destinados às sedes dos hotéis, dos Bancos, das Repartições Públicas, das lojas e das galerias. As grandes residências foram sendo divididas e transformadas as sua fachadas; por entre elas foram surgindo construções de moderna arquitetura; ruas foram sendo alargadas; avenidas foram sendo rasgadas; novos bairros foram surgindo e por toda parte o requintado gosto das novas construções foi transformando, inteiramente, o aspecto da vetusta Capital matogrossense”.<sup>80</sup>

### **O cativo e o Mato Grosso**

A historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo<sup>81</sup> registrou bem a utilização do trabalhador escravizado, em Mato Grosso, entre os anos 1850 a 1888, nas minas, plantações da cana-de-açúcar e nas atividades urbanas. Em sua pesquisa, encontrou nos documentos referentes a Cuiabá, cativos que se especializaram nas funções de banqueiro, carpinteiro, carreiro, ferreiro, lavrador, oleiro, sapateiro, tropeiro, vendedor ambulante, purgador do açúcar, caldeireiro, serviço de alambique, taxeiro e pedreiro.<sup>82</sup>

Como vimos, a utilização do cativo nas mais diferentes atividades não foi exclusiva de Mato Grosso, sendo normal em todo o Brasil escravista. Nas casas senhoriais, do Brasil, os cativos executavam os serviços domésticos, como cozinhar, lavar, arrumar, arear, transportar água e lenha, beneficiar os alimentos, fabricar velas, enfim executar todas as tarefas que uma casa exigia naquele período.<sup>83</sup>

O trabalho de ganhador realizado nas ruas era uma esperança para o cativo que desejava comprar a liberdade. Porém, como vimos as Posturas Municipais disciplinava a circulação urbana dos cativos e a venda de produto. Apenas os cativos que tinham permissão do proprietário e eram cadastrados como exigia a lei poderiam executar a função de escravo de ganho.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> Id. ib. p. 27.

<sup>81</sup> ALEIXO, Lúcia H. G. *Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889)*, Brasília: Alvorada, 1984.

<sup>82</sup> Id. ib. p. 52.

<sup>83</sup> Cf. FREYRE. *Sobrados* [...]; MAESTRI. *O cativo* [...]; ANDRADE. *A mão de obra escrava em Salvador*.

<sup>84</sup> Cf. SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas (1822-1850)*, Passo Fundo: UPF, 2002.

Segundo Aleixo, apenas em 1883 o trabalho de ganho foi regulamentado pela Assembléia Legislativa Provincial da Província do Mato Grosso, a qual decretou a Resolução n. 615, que proibia a compra de qualquer objeto de cativos ou criados, sem autorização dos proprietários. Mesmo assim, Aleixo propôs que a mão-de-obra escravizada utilizou-se do comércio ambulante para garantir a sua subsistência e dinamizá-lo.<sup>85</sup>

Na obra *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*, Edvaldo de Assis<sup>86</sup> retrata o negro escravizado que, introduzido nas fazendas para extrair erva-mate, a poaia e a seringa no vale do Guaporé, produzia a cana-de-açúcar, retirava os metais preciosos das minas e realizava as tarefas de vaqueiros, curtidores, remadores e defensores territoriais. Esse historiador fornece dados concretos sobre a utilização da mão-de-obra escravizada em edificações na região mato-grossense.

### **Fronteira do Brasil**

Na sociedade escravista mato-grossense, o cativo trabalhou igualmente no esforço de defesa territorial, extremamente importante, nessas regiões de fronteira, em locais como o “Destacamento de Casalvasco, das Pedras, nos Fortes de Coimbra, do Príncipe da Beira, Fortim de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente, Fortaleza de Bragança nos Arsenais da Marinha e da Guerra e na Fábrica de Pólvora”.<sup>87</sup>

Os cativos esforçavam-se nos projetos de construção de empreendimentos públicos ou particulares. As razões eram simples. Na época da escravidão, inexistia mercado de trabalho livre. Ou seja, farta população pobre, sem meios de subsistência, disposta, portanto a arrendar sua força de trabalho, por um prato de comida ou pouco mais. Nesse contexto, a mão de obra escravizada era a única solução. O que ensejava que, em qualquer região brasileira, fosse desonroso para um homem branco, latifundiário, comerciante, mineiro, burocrata, militar, padre, artífice, rico ou pobre, executar tarefas pesadas e manuais. Nem mesmo um pequeno embrulho, ou algo comprado num comércio não era carregado pelo *homem de bem*. Era o cativo que tudo fazia. Os escravistas dependiam plenamente dos trabalhadores escravizados para a realização das tarefas, desde as mais simples e leves, como pendurar uma bengala, até as mais complexas e pesadas, como construir uma casa.

---

<sup>85</sup> ALEIXO, Lúcia H. G. *Mato Grosso. Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889)*, Brasília: Alvorada, 1984. p. 55.

<sup>86</sup> ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*, Cuiabá: UFMT/ Proed, 1988. p. 2.

<sup>87</sup> Id.ib. p. 40-41.

Em *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850–1888*, de 1993, Luiza Rios Ricci Volpato<sup>88</sup> colabora também para o conhecimento de Mato Grosso no período da escravidão, já que analisou o cativo e o cotidiano cuiabano. Segundo a autora, Cuiabá, até 1850, “era uma pequena e pobre cidade incrustada no sertão, cuja população não chegava a onze mil habitantes entre homens e mulheres, livres e escravos”.<sup>89</sup> Ela refere-se igualmente à atuação do *cativo de ganho*, seus mecanismos de resistência ante a opressão dos proprietários e do poder público.

A autora descreve que a arquitetura do século XVIII, época da mineração era simples, com igrejas de adobe ou taipa. Os logradouros, prédios públicos e praças acompanhavam igualmente o mesmo padrão. Ainda na segunda metade do século XIX, a simplicidade das construções era grande. “As construções cuiabanas eram simples: mesmo as residências dos mais abastados eram casas de adobe e de taipa cobertas de telha, em sua maioria de um pavimento só, compondo-se de sala, alcova, loja, varanda e cozinha. Possuíam quintais espaçosos, cujos fundos iam até a outra rua, plantados de árvores frutíferas”.<sup>90</sup>

Assim como o uso de cativo no trabalho especializado não foi uma peculiaridade de Cuiabá, também as casas com quintais compridos reservados às plantações e outras atividades, descritas por Luiza Rios, foram habituais em outras regiões brasileiras. Em *Sobrados e mucambos*, em 1936, Gilberto Freyre já se referia a esse espaço, corriqueiro em Salvador até o século XIX. Lembrou o sociólogo pernambucano que, nos sobrados das famílias mais abastadas, havia espaço “reservado à cultura da mandioca e das frutas, e à criação dos bichos de corte. Os moradores dos sobrados não podiam depender de açougues, que quase não existiam [...]”.<sup>91</sup>

### **O sobrado e o cativo**

Mário Maestri, no trabalho *O sobrado e o cativo*, já citado, refere-se longamente às funções dos quintais na Colônia e no Império: “Nos tempos coloniais, os quintais urbanos eram amplos e possuíam inúmeras funções. Em São Paulo, em 1620, a câmara municipal instou, sob ameaça de multa, moradores a derrubarem os matos que se encontravam em seus quintais! Os quintais das residências urbanas desempenhavam uma função essencial, suprimindo inúmeros serviços e necessidades das famílias senhoriais. Hoje, nos é difícil

---

<sup>88</sup> VOLPATO, Luiza Rios. R *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 2.

<sup>89</sup> Id. ib. p. 25.

<sup>90</sup> Id. ib. p. 30.

<sup>91</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 216.

imaginar a atividade febril que animava, periodicamente, os quintais das grandes residências, com senhoras organizando, com voz ríspida, os trabalhos dos atarefados negros e negras domésticos”.<sup>92</sup>

Segue o mesmo autor: “A partir de fins do século XIX, com o desenvolvimento dos serviços urbanos, os grandes quintais dos sobrados foram perdendo suas funções produtivas e despovoando-se, tornando-se mais e mais áreas de lazer. Agora, eram ocupados eventualmente por algum galinheiro desengonçado. Sobretudo os fundos desses grandes pátios, territórios quase misteriosos, tornaram-se o refúgio de velhos gatos e locais de exploração da criançada, antes que as velhas residências fossem abatidas para dar lugar a edifícios e outras construções”.<sup>93</sup>

A arquitetura cuiabana não se resumiu às obras rústicas, mas contou igualmente com sobrados imponentes edificadas para atender as necessidades dos proprietários mais abastados. Eram eles, “de aparência elegante, pintados a óleo, forrados de papel e bem mobiliados, com móveis fabricados na Província ou importados”.<sup>94</sup> As casas das classes populares eram caiadas, praticamente sem móveis, com poucos utensílios domésticos, com redes e couro para dormir. Era comum que a água usada nas moradias fosse fornecida por cisternas localizadas nos quintais ou pelo próprio rio Cuiabá. Cativos domésticos e de ganho iam e vinham dos córregos e do rio Cuiabá para a retirada da água necessária aos afazeres domésticos e à higiene corporal.<sup>95</sup>

Sobre a utilização da água e o deslocamento dos escravos em Cuiabá, Luiza Rios Ricci lembrou que: “Não eram os escravos de ganho, no entanto, os únicos de sua categoria a transitar pela cidade. Parte integrante da sociedade cuiabana, homens, mulheres e crianças cativas circulavam pelas ruas, cumprindo ordens de seus senhores ou atendendo a algum interesse pessoal. Os pontos privilegiados de encontro dos escravos eram as fontes: a inexistência de um sistema de água encanada em Cuiabá colocava todos à mercê do fornecimento de suas cisternas particulares, que muitas vezes forneciam água salobra, e das fontes. A venda de água trazidas dessas bicas ou do rio Cuiabá era um importante setor de atuação tanto de escravos de ganho, como de libertos. Aqueles que dispunham de recursos enviavam seus próprios escravos em busca do suprimento de água, bem como da eliminação das águas usadas”.<sup>96</sup>

---

<sup>92</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 107.

<sup>93</sup> Id. ib. p. 107.

<sup>94</sup> VOLPATO, Luiza Rios. R *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 30.

<sup>95</sup> Id. ib. p. 31-33.

<sup>96</sup> VOLPATO, Luiza Rios. R *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 33.

Os proprietários cuiabanos assim como os de outros núcleos urbanos brasileiros, raramente transitavam pelas ruas, espaço dos cativos de ganho, vendendo serviços e produtos, e dos homens livres e pobres. O Código de Posturas Municipais de Cuiabá, de 1832, regulamentava o movimento dos cativos nas ruas e as construções no espaço urbano. Segundo Luiza Rios Ricci, várias “[...] determinações presentes nesse código e repetidas nos precedentes diziam respeito à ordenação do arruamento, à construção de muros e calçadas: preocupavam-se com o escoamento de águas usadas, com a eliminação de lixo e dejetos e iam mais além procurando definir um padrão de qualidade para as construções urbanas. Determinavam ainda esses códigos que as casas deveriam ser caiadas, rebocadas e cobertas de telha”.<sup>97</sup>

### **Fronteira negra**

*Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718 – 1888*, de Maria do Carmo Brazil, auxilia o entendimento do papel produtivo do cativo como mão-de-obra indispensável nas minas, plantações, portos e zonas urbanas de Mato Grosso. Nesse trabalho, a historiadora sul-mato-grossense aborda também as formas de resistência dos trabalhadores escravizados como fugas para os domínios castelhanos, formação de quilombos reunindo negros e nativos; revoltas de negros escravizados no campo, justificação dos escravistas e prepostos, entre outras questões.<sup>98</sup>

O principal foco de análise de Maria do Carmo Brazil é o processo de dominação dos escravistas sobre os escravizados em Mato Grosso; a violência e a resistência dos cativos a esse sistema. A rebeldia dos cativos é analisada, sobretudo a partir de documentos primários como processos-crimes, nos quais constam acusações a escravos que cometeram *crimes* contra seus proprietários.

Brazil registrou, ainda, que, ao contrário do afirmado comumente pela historiografia regional mato-grossense, o cativo urbano em Mato Grosso sofria o mesmo processo geral de exploração de outras regiões do Brasil. Especialmente nos portos, os cativos vendiam produtos variados: “[...] pretos e pardos amarravam embarcações nos atracadores; na estiva, nos cais, ocupavam-se carregando e descarregando mercadorias, como mão-de-obra de aluguel”.<sup>99</sup> Afirmação interessante da historiadora é que poucos cativos faziam diversos serviços diversificados, também ao igual que em outras regiões do Brasil.

<sup>97</sup> Id. ib. p. 32.

<sup>98</sup> BRAZIL, Maria do C. *Fronteira negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*, Passo Fundo: UPF, 2002. p. 2.

<sup>99</sup> BRAZIL, Maria do C. *Fronteira negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso*, Passo Fundo: UPF, 2002. p. 84.

Gilberto Freyre lembrou em *Sobrados & mucambos* que, Daniel Kidder, em fins dos anos 1830, registrou o fato de que, em Salvador, “não se enxergava um único carro, uma única sege, uma única carroça para o transporte de carga, pessoas, ou mercadorias”, já que tudo era transportado por cativos. Cativos ganhadores ficavam em lugar predestinados das cidades, à disposição dos interessados”.<sup>100</sup>

O historiador Mário Maestri, registrou em *O sobrado e o cativo*, já citado, que os cativos de *ganho* empenhavam-se no transporte de pessoas e mercadorias. Entre outras realidades, Mario Maestri refere-se ao interior e exterior das construções senhoriais sulinas; às praças, às ruas, enfim, ao espaço urbano privado e público do século XIX, no Rio Grande do Sul. Maestri lembra que era permanente a presença do negro escravizado no espaço público rio-grandense, por isso mesmo, as ruas eram desprestigiadas pela população, como já assinalado. A presença dos cativos era justificada pela necessidade dos proprietários de encaminhá-los ao trabalho de *ganho* e à execução de tantas outras atividades.<sup>101</sup>

As calçadas de muitas cidades do Rio Grande do Sul foram feitas também pelos cativos. “Turmas de cativos feitorizados, de propriedade de empreiteiros, fincavam pedras, apenas aparelhadas, em toda largura da rua. Comumente, eram cativos condenados à prisão que realizavam esses trabalhos, de ferros nos pés, acorrentados uns aos outros”.<sup>102</sup> O calçamento irregular das ruas sul-rio-grandenses foi executado posterior a construção das calçadas. Mário Maestri assinala que também no Sul as ruas eram comumente definidas pelas casas. “As próprias casas, uma ao lado da outra, definiam os caminhos urbanos. Mas, não raro, as residências, avançavam desalinhadas, sobre o caminho público”.<sup>103</sup>

### **Posturas municipais**

Através dos Códigos de Posturas, o autor percebeu a preocupação do poder público em ordenar o espaço urbano e promover melhorias cidadinas, determinando o aterro do lixo, proibindo a permanência de animais nas praças e depósito de entulhos nas ruas. “[...] as mudanças ocorridas na legislação refletiam uma maior centralização do poder, ordenação e delimitação do espaço - acentuando a diferença entre o público e o privado,

---

<sup>100</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000. p. 155.

<sup>101</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>102</sup> Id. ib. p. 81.

<sup>103</sup> Id. ib. p. 83.

em favor do público-e uma maior organização e limpeza das cidades e normatização dos processos construtivos”.<sup>104</sup>

O espaço privado - moradias senhoriais e casas pobres - também foram discutidos por Maestri: “Os sobrados levantavam-se uns contra os outros. A iluminação e o arejamento das peças eram feitos pelas aberturas das fachadas frontal e posterior. Os sobrados mais simples dispunham, em geral, de duas peças no primeiro piso e três no segundo. As peças tinham pés-direitos que podiam ultrapassar os quatro metros, facilitando suas aerações. Porém, na colônia, sobretudo, tínhamos sobrados de pés-direitos acanhados, principalmente nos andares residenciais [...]”.<sup>105</sup>

Na casa sul-rio-grandense, os cativos homens realizavam grande parte das tarefas dentro das cozinhas. “Devido à maior oferta de africanos escravizados do sexo masculino e, sobretudo, a tarefas domésticas que exigiam força física - cortar lenha, matar e carnear animais, transportar água, etc. – era comum o emprego de cozinheiros e não cozinheiras nas residências sulinas, como atestam os anúncios de jornais do Império”.<sup>106</sup>

Dentro das casas no Rio Grande do Sul, os cativos “preparavam os alimentos, os doces, faziam a limpeza, engomavam a roupas dos senhores, plantavam hortaliças no quintal e até mesmo desobstruíam as bombilhas de erva-mate tomando o primeiro gole. Os cativos domésticos trabalhavam praticamente sem cessar. Tudo era difícil. Os assoalhos de longas tábuas de madeira eram esfregados, penosamente, com areião. Os trabalhadores escravizados compravam lenha no mercado ou de vendedores ambulantes, ou a buscavam nas proximidades das cidades. As lenhas tinham de ser picadas e preparadas para os fogões. No inverno, nas regiões frias, preparava-se carvão e os braseiros eram alimentados incessantemente”.<sup>107</sup>

Os *negros* que trabalhavam nas casas senhoriais desempenhavam-se como cozinheiras, copeiros, passadeiras, babás, amas-de-leite, etc. A escolha dos cativos domésticos era feita considerando a *beleza*, a *cor* e a *inteligência* dos mesmos. Nas casas mais ricas, os cativos eram vestidos com roupas de luxo. Em *A servidão negra*, Maestri assinala que, comumente, entre “os escravos do eito e os escravos domésticos permeava uma profunda desconfiança e antipatia”, possivelmente porque os negros domésticos

---

<sup>104</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 91.

<sup>105</sup> Id. ib. p. 101.

<sup>106</sup> Id. ib. p. 111.

<sup>107</sup> Id. ib. p. 151-152.



vestissem roupas melhores, vivessem na casa-grande e compartilhassem a rotina doméstica, identificando-se não raro com os senhores”.<sup>108</sup>

### **O cativo doméstico**

Maestri explica, porém que a relação entre o escravizador e seu cativo doméstico foi bem mais conturbada do que a historiografia sugere no relativo ao trabalho, à alimentação, ao castigo, etc. Ele lembra igualmente que os cativos domésticos das casas menos ricas trabalhavam habitualmente em inúmeras tarefas, portas adentro e portas afora, por longas e intermináveis horas.

Valéria Zanetti lembra no mesmo sentido o duro tratamento recebido por muitos cativos domésticos: “Sequer os trabalhadores escravizados domésticos destinados a demonstrarem a riqueza dos senhores ficavam isentos de sevícias e maus tratos. Alguns processos criminais delataram a verdadeira condição desses cativos. Em 1851, uma senhora porto-alegrense foi acusada de castigar barbaramente suas duas *negras* domésticas, de menor idade”.

Prossegue a historiadora mineira: “De acordo com depoimento dos vizinhos, ‘chega tanto a desumanidade daquela senhora que queima as partes [genitais] das pobres crianças com fogo”. Uma delas diria ao juiz que os ferimentos foram feitos "porque ela tinha tirado um pão da vizinha Maria, isto por estar com muita fome, pois há dois dias não comia e que os ferimentos externos foram feitos com uma tamanca e os internos com uma colher quente”.<sup>109</sup>

## **1.6. Literatura, história, arquitetura e escravidão**

A interpretação da arquitetura escravista é objeto de estudo que exige a leitura de obras variadas, bem como das diferentes fontes existentes que possam esclarecer o passado. Entre as fontes primárias, destacam-se os romances do século XIX. Referindo-se à importância da literatura como fonte histórica, Mário Maestri assinala: “As propostas de autonomia da Literatura do mundo social não conseguem negar o fato de que ela constrói-

---

<sup>108</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 14.

<sup>109</sup> ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre. (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

se, necessariamente, com as palavras, as idéias, os sentimentos, os temas e as preocupações de sua época, constituindo poderoso registro do mundo que a pariu”.<sup>110</sup>

Assinalando as aproximações e identidades, na diversidade, entre história e literatura ficcional, Mário Maestri propôs: “É função da História penetrar a essencialidade dos fenômenos e definir e descrever, teoricamente, o comportamento tendencial das categorias sociais dominantes. A Literatura realiza o mesmo processo através da *transfiguração essencial* da realidade, servindo-se para tal de personagens que recriem, na singularidade de suas ações, as tendências gerais de uma classe de indivíduos”.<sup>111</sup>

No romance *As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão*, 1869, o ficcionista Joaquim Manuel de Macedo apresenta as moradias e as vendas, ambos espaços ocupados pelos cativos. As *vendas*, por exemplo, localizadas nos povoados ou perto das fazendas, representaram aos cativos durante a escravidão, um local de transgressão. A moradia rural é apresentada como sendo construção segura, já que “era assobradada e toda de grossas paredes de pedra; as portas e janelas de rija madeira de lei chapeadas de ferro tinham, além de grandes e fortes fechaduras, cada uma duas traves de ferro, que tornavam quase impossível o arrombamento, e pequenas frestas sistematicamente dispostas, por onde era ou seria possível observar sem perigo o agressor externo e atirar sobre ele”.<sup>112</sup>

O ficcionista apresenta a *venda* como: “[...] uma taberna especialíssima que não poderia existir, manter-se, medrar em outras condições locais, e em outras condições do trabalho rural, e nem se confunde com a taberna regular que em toda parte se encontra, quanto mais com as casas de grande ou pequeno comércio”.<sup>113</sup> Macedo lembra que nas vendas, durante a noite, os cativos embriagavam-se e envolviam-se em brigas, falavam e riam dos seus proprietários para aliviarem o *ódio* que sentiam deles por sofrerem maus tratos e castigos dos feitores. Para o romancista, a *venda* foi conseqüência da própria escravidão. Era o alívio do escravizado e a maldição do escravista.

Pela descrição feita por Macedo, a *venda, espaço de transgressão dos escravos* enquadra-se à arquitetura vernácula, que, segundo Carlos Lemos, é “aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com o seu próprio e exclusivo ‘saber fazer’ essa sociedade

---

<sup>110</sup> MAESTRI, Mário. As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade. *Cadernos IHU Idéias*. São Leopoldo - RS, v. 2, n.17, p.15 - 20, 2004.

<sup>111</sup> Id. *ibidem*.

<sup>112</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas-algozes: Quadros da Escravidão, Romances*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.p. 62.

<sup>113</sup> Id. *ib.* p. 9.

providencia suas construções, suas casas, satisfazendo a peculiares necessidades expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes. A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser *daquele povo e daquele sítio*. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional. Está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos”.<sup>114</sup>

### **Literatura e escravidão**

Na visão ideológica do romancista, na venda, o proprietário, o *vendelhão*, assim designado por vender objetos furtados pelos cativos aos proprietários, comercializava açúcar, café, cereais, fumo, chumbo, pólvora, garrafas de aguardente. Sua clientela era constituída de violeiros, de cativos fugidos que se escondiam nas florestas, do homem ocioso que passava os dias jogando baralho. Macedo ressalta que além da venda, a cozinha era também espaço de *maldade e inveja* dos negros escravizados. Nela, as cativas *falavam* da vida dos proprietários e preparavam os *crioulinhos* para sentirem o mesmo ódio que elas cultivavam.

Uma das personagens do livro de Macedo o Simeão, era crioulo criado pelos proprietários com algumas regalias. Ele fora *preparado* pela *cozinha*, depois de ter sido, com oito anos completos, impedido, pelos *senhores* Domingos Caetano e Angélica, de comer à mesa e dormir no quarto da família. Segundo o autor, teriam sido as *negras* mais velhas que incutiram em Simeão a consciência da condição de cativo, despertando seu *ódio* pelos proprietários.

Sobre a cozinha, Macedo escreveu: “A cozinha foi sempre adiantando a sua obra: quando conseguiram convencer, compenetrar o crioulinho da baixeza, da miséria, da sua condição, as escravas passaram a preparar nele o inimigo dos seus amantes protetores [sic]: ensinaram-o a espiar a senhora, a mentir-lhe, a atraioá-la, ouvindo-lhe as conversas com o senhor para contá-las na cozinha; desmoralizavam-o com as torpezas da linguagem mais indecente, com os quadros vivos de gozos esqualidos, com o exemplo freqüente do furto e da embriaguez, e com a lição insistente do ódio concentrado aos senhores”.<sup>115</sup>

Os três contos de *As Vítimas-Algozes* são importantes para o presente trabalho porque retratam vivamente a realidade da escravidão, na ótica do romancista, que tentava convencer o público leitor da necessidade de livrarem-se, sobretudo dos seus cativos domésticos, vendendo-os para o campo.

<sup>114</sup> LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 15-16.

<sup>115</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas-algozes: Quadros da Escravidão, Romances*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991. p. 19.

Os estudos de temas regionais e nacionais singulares são objetos recentes de estudos de diversos historiadores. Entretanto, há abundância de obras importantes de variadas gerações de pesquisadores sobre a escravidão e grande escassez de estudos que tratam da arquitetura e da sua relação com a política e a economia no passado. As considerações conhecidas acerca das relações escravistas e da arquitetura não põem fim à complexidade do tema, mesmo com a existência das obras apresentadas sobre a relação do escravismo com a maneira de construir, utilizar as moradias e organizar o espaço público e privado.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> Cf., entre outros: AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do açúcar* : engenhos do recôncavo baiano no período colonial,1990; FREYRE, Gilberto. (1900-1987) *Sobrados & mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1996; LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc.*, 1978; GUTIERREZ, Ester J.B. *Negros, charqueadas & olarias* : um estudo sobre o espaço pelotense, 1993 ; MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho,2001; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*, 1987; LEMOS, Carlos A.C. *A casa brasileira.*, 1989; WEIMER, G. *Trabalho Escravo no RS*, 1991.

## CAPÍTULO II

### O espaço urbano no Brasil escravista

*Cuiabá, a capital idílica no meio do sertão, hospedou-nos perto de dois meses [...].*

*As casas, construídas de adobe e cobertas de telhas, apesar de modestas, parecem graciosas e asseadas, e as portas e janelas pintadas a cores. As paredes das casas mais pobres são de simples barro, socada entre duas tábuas paralelas (taipa) [...].*

*Este solo ondulado, este calçamento exemplar, estas casinhas estreitas, estes candeeiros de azeite, desprendendo-se das paredes, esta independência patriarcal do bom gado, tudo nos envolve num bafejo de idílico repouso, tão indescritível que diria-se uma aldeiola rural da Turíngia (Alemanha).*

*Nas ruas cursam mais porcos do que cães [...]. Ágeis pulam as cabras pelo calçamento [...].*

Herbert H. Smith, 1886.

## 2 O espaço urbano no Brasil escravista

A compreensão do funcionamento das casas brasileiras e da participação dos cativos em sua organização bem, como a história das habitações ao longo do período escravista, não dispensa os estudos basilares de Gilberto Freyre reunidos em *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), aonde o autor realiza interpretação da sociedade escravista brasileira como patriarcal, sendo por isso alvo de muitas críticas. Apesar desses limites, Freyre trouxe a lume significativos vínculos entre arquitetura e escravidão, entre outras particularidades abordadas e já comentadas em capítulo anterior.

Para discutir a evolução da casa urbana mato-grossense recorreremos à vasta produção historiográfica nacional já existente e, às narrativas de viagens e os registros dos cronistas do século XIX, na procura de explicação do modo de viver e de morar da sociedade escravocrata. A relação entre a casa e o cativo fica compreensível ao se analisar que os escravistas dependiam dos cativos para edificarem suas moradias e mantê-las funcionando, sem contar que uma casa espaçosa com muitos trabalhadores escravizados executando as tarefas domésticas ensejava ao proprietário o respeito da população local e sua permanência na mais alta escala da hierarquia social. Essa dependência ao cativo não estava relacionada à incapacidade do eurodescendente em produzir ou construir, mas à ausência histórica de condições de mercado livre de mão-de-obra.

Muitos homens livres, não proprietários de terra, viviam da exploração do trabalho urbano de seus cativos. Herdeiro das tradições portuguesas e participante de uma sociedade eminentemente escravocrata, o homem livre entendia que para ter *status* social era preciso possuir cativos, ainda que fosse apenas um. Em termos produtivos quase nada se fazia sem as mãos do cativo. A população livre repelia o trabalho mecânico, nas condições em que se apresentava, negando-se a realizar tarefas manuais. Segundo a organização social brasileira era o cativo que executava a maioria das atividades braçais e, além disso, associava-se ao trabalho físico uma concepção servil negativa.<sup>1</sup>

### 1. O espaço privado: sobrados e casas térreas

No Brasil colonial e imperial, principalmente nas regiões litorâneas existiam dois tipos comuns de moradias urbanas eruditas – o sobrado e a casa térrea. O sobrado, elevado

---

<sup>1</sup> BRAZIL, Maria do C. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: 2002. p. 81.

em geral com o piso assoalhado, era a moradia das elites. A casa térrea, comumente com piso de terra socada, era a moradia da população pobre.

O período colonial foi marcado por construções, as quais destinavam-se ao abrigo das pessoas, porém elas tinham várias designações. Eram então denominadas de *casas de morada*, *casas de vivenda* ou simplesmente *casas*, expressões estas usadas sempre no plural. A palavra representava exatamente o contexto em que a construção estava inserida e os detalhes arquitetônicos apresentados. Nas fazendas era o conjunto, das edificações umas próximas das outras, que dava o sentido de chamá-lo de *casas*. O espaço usado pela família proprietária, composto por alcovas, varandas, salas de visitas, entre outras peças, não tinha nome determinado até 1822, quando então, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal.

A expressão *casa-grande*, imortalizada na obra citada de Gilberto Freyre, passou a ser usada em referência às moradias dos senhores que, no período colonial, possuíam grandes fazendas, elevada quantidade de cativos e muito prestígio político nas regiões. Entretanto, a expressão *casa-grande* já era usada pelos cativos, para denominar a moradia do proprietário, possivelmente em oposição às suas *casas pequenas*, conforme aparece no romance *O Tronco do Ipê* escrito por José de Alencar em 1871: “A casa de habitação chamada pelos pretos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentava no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte”.<sup>2</sup> Para a historiadora Sheila de Castro Faria atualmente o termo *casa-grande* revela a forma de viver dos grandes proprietários de engenho e traduz um enorme complexo material que envolve o local de morada dos escravistas, o engenho, a capela, as oficinas, as plantações e seres humanos, esposa e filhos do proprietário, agregados, parentes, escravos.<sup>3</sup>

Para Freyre a *casa* do século XVI era edificada para favorecer a proteção dos escravistas e de sua família. Faziam parte da arquitetura as estacas afiadas nas vivendas e nos solares. O estilo *casa-grande*, iniciado no século XVI e mantido aos séculos seguintes, resguardou os escravistas dos bandidos, do sol forte e das chuvas tropicais. Elas eram levantadas com grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, com cobertura de palha ou telha-vã e, o alpendre e os telhados caídos. Gilberto Freyre descreveu essas casas apresentando os seguintes detalhes: “Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capelo; puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copiar;

---

<sup>2</sup> ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. São Paulo: Ática, 1977. p. 09.

<sup>3</sup> FARIA, Sheila de Castro. De olho nas casas da colônia. *Nossa História*. n. 16, p. 57.

senzala. O estilo das casas-grandes-estilo no sentido spengleriano - pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da Silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível”.<sup>4</sup>

Nos séculos XVII e XVIII as moradias eram construídas prevendo o acolhimento de hóspedes. Nos centros urbanos, a arquitetura seguia padrões formais por isso os terrenos e as casas eram muito uniformes. Por ser uma tendência deste período, a uniformidade, no que se refere a altura dos pavimentos, o alinhamento com as moradias vizinhas, a quantidade de portas e janelas, altura e largura, as *Cartas Régias* ou as *Posturas Municipais* fixavam as normas a serem seguidas pelos moradores a fim de que as vilas e cidades brasileiras tivessem um mesmo aspecto arquitetônico.

A ausência de lugar específico para guardar valores e a necessidade de resguardar a família de possíveis ataques dos cativos fez da casa rural, mas também da urbana, o local muito eclético, como explica Gilberto Freyre: “A casa-grande no Brasil pode-se dizer que se tornou um tipo de construção doméstica especializada neste sentido quase freudiano: guardar mulheres e guardar volumes. As mulheres dentro de grades, por trás de urupemas, de ralos, dos postigos; quando muito no pátio ou na área ou no jardim, definhando entre as sempre-vivas e os jasmims; as jóias e moedas, debaixo do chão ou dentro das paredes grossas”.<sup>5</sup>

As construções domésticas contendo compartimentos com fins de “guardar mulheres e guardar volumes” foram observados e narrados pelo viajante Hercules Florence, em junho de 1827, quando a expedição russa comandada por Langsdorff passou pela vila de Quilombo, na Província de Mato Grosso, onde havia “rica lavra de diamantes”. Conta Florence que um proprietário de terra por nome de Domingos José de Azevedo, tinha o costume de guardar sua mulher em um alçapão, quando saía de casa. O alçapão, segundo o viajante era “[...] uma salinha colocada no primeiro pavimento, escura, úmida e com uma única janela de grades que dava para o engenho de cana”.<sup>6</sup> Depois de encaminhar o viajante a um de seus aposentos, o escravocrata levantou do assoalho o alçapão e por fim revelou: “Aqui em embaixo, [...] é que eu guardava a mulher, quando tinha que sair de

---

<sup>4</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 55.

<sup>5</sup> FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 154.

<sup>6</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 172.



casa. Ela descia por uma escadinha que eu recolhia e recebia alimentos pela janela do engenho”.<sup>7</sup>

As habitações tiveram funções definidas a cada século, como abrigar, proteger, hospedar, guardar riquezas, esconder as mulheres. Sobretudo, elas representavam o *status* e poder dos escravistas rurais e urbanos. Os proprietários das moradias grandes e de base forte mantinham sob seu controle as terras, as mulheres, enfim a população. Os domicílios representavam, o poderio do dono que as construíam com o dinheiro proporcionado pela unidade produtiva.

As casas mais simples e os imponentes sobrados foram construídos utilizando amplamente a mão de obra dos cativos. Mas o propósito de garantir a segurança senhorial imprimia aos sobrados e vivendas um aspecto sombrio e malsão, conforme as descrições de Gilberto Freyre: “[...]quase sempre uma casa de condições as mais anti – higiênicas de vida. Não tanto pela quantidade do material empregado na sua construção, muito menos pelo plano de arquitetura nela seguido, como pelas convenções de vida patriarcal, que resguardavam exageradamente da rua, do ar, do sol, o burguês e sobretudo a burguesa. A mulher e principalmente a menina”.<sup>8</sup>

### **1.1 Os sobrados: características e funções**

Era primitivo o modo de construir as moradias das famílias abastadas e das famílias mais pobres. As paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão. A pedra e o barro eram usados nas residências mais importantes, já o tijolo, a pedra e a cal, menos utilizados. Mesmo assim, existiram sobrados nobres edificados com materiais de primeira qualidade e confortáveis, situados no centro das cidades brasileiras. Neles, a mais fina madeira das matas brasileiras era usada em portas e janelas e os tetos eram pintados com motivos variados. Segundo Gilberto Freyre no início da colonização, tanto as moradias dos próprios colonizadores, quanto às habitações dos segmentos subalternos foram um pouco mocambos, já que a cobertura de ambas era de sapé e sua estrutura de palha ou barro, isto em meio à abundância de pedras, madeira e cal.

No Rio Grande do Sul, os sobrados eram comumente feitos com dois pavimentos e essas edificações conforme Maestri: “[...] levantam-se uns contra os outros. A iluminação e o arejamento das peças eram feitos pelas aberturas das fachadas frontal e posterior. Os

<sup>7</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 172.

<sup>8</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 183.

sobrados mais simples dispunham, em geral, de duas peças no primeiro piso e três no segundo. As peças tinham pés direitos que podiam ultrapassar os quatro metros, facilitando suas aerações”.<sup>9</sup>

No Recife, Gilberto Freyre registrou que existiu o sobrado *esguião* de até três andares que chegou a atingir, na metade do século XIX, seis andares. Esses sobrados foram construídos dessa forma a fim de permitir as comodidades da época, em uma região onde era escasso o terreno urbano. Freyre esclarece ainda que “[...] sobrados onde as atividades da família - ainda patriarcal e já burguesa - começaram a espalhar-se em sentido quase puramente vertical, mas com o mesmo luxo e a mesma largueza de espaço das casas-grandes de engenho”.<sup>10</sup>

Segundo Freyre os sobrados de muitos andares era modo típico da habitação dos recifenses mais ricos, sobretudo dos comissários do açúcar e fidalgos do comércio. O espaço, via de regra, a seguinte distribuição: “No andar térreo, ficavam o armazém e a senzala; no segundo; o escritório; no terceiro e no quarto, a sala de visitas e os quartos de dormir; no quinto, as salas de jantar; no sexto, a cozinha. E ainda por cima desse sexto andar havia um mirante, ou cocuruto, donde se podia observar a cidade, admirar a vista dos arredores, gozar o azul do mar e o verde dos mamoeiros, tomar fresco”.<sup>11</sup>

Na Província de Mato Grosso, o sobrado não foi um tipo de construção comum, semelhante às cidades de Recife e Salvador, por exemplo. Entretanto, em Cuiabá, belos sobrados foram erguidos na região com estilo colonial, em geral com a técnica de taipa socada, pelas famílias mais ricas. Alguns desses sobrados foram descritos pelo historiador Lenine Póvoas em *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Aquelas edificações possuíam entre duas e seis portas no pavimento térreo com igual quantidade de janelas. As fachadas eram levantadas de doze a 22 metros de altura, nas quais eram construídas altas e largas portas e janelas, muitas delas com sacadas de ferro. No pavimento superior, tinham sacadas protegidas por grades trabalhadas artisticamente. Os pisos eram de madeira.<sup>12</sup>

Dentre os sobrados estudados pelo autor, dois, merecem destaques, devido as suas peculiaridades. Assim, o sobrado da rua Antônio Maria de estilo colonial foi construído com fachada larga de 22 metros, seis portas no pavimento térreo e seis janelas simétricas com vidros no pavimento superior. Seu telhado foi apoiado em beirais, sobre paredes

<sup>9</sup> MAESTRI, Mario. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo:UPF, 2001. p. 101.

<sup>10</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 193.

<sup>11</sup> Id. *ibidem*.

<sup>12</sup> Cf. PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

levantadas de taipa socada de setenta centímetros de largura. O piso superior, todo de madeira de lei, agregava à casa o estilo nobre da construção. Já o sobrado da rua Pedro Celestino no “Beco Alto”, com o estilo característico das construções do norte de Portugal, destaca-se por sua fachada coroada por um largo beiral forrado de madeira e uma comprida sacada com ferros desenhados. O sobrado, construído de grandes adobes e esteios de madeira, era coberto de telhas, com noventa centímetros.<sup>13</sup>

Para Gilberto Freyre, no período escravista, as casas nobres podiam ser reconhecidas pelos materiais usados no período escravista, para edificação das habitações, bem como no tamanho da mesma. A pedra, a cal, o adobe, a telha, a madeira de lei, o ferro, eram usados nas edificações dos mais ricos, nos sobrados e casas-grandes. Já o sapé e o barro eram usados nas construções dos pobres.<sup>14</sup> Nos pavimentos superiores, as sacadas ou balcões - prolongamento das janelas ou portas, nos pavimentos superiores - afastava o interior da casa e a rua. Do alto, a rica família proprietária podia acompanhar os acontecimentos da rua, sem se expor ao contato de cativos, índios e homens pobres. Os balcões que podiam atingir toda a extensão do pavimento superior era o espaço limite entre público e privado e a representação arquitetônica e comportamental do poder escravista.

Em Cuiabá, os sobrados de iminentes proprietários também possuíam balcões com sacadas de ferro nos pavimentos superiores. Era um privilégio a família poder observar o movimento das ruas sem necessariamente ter contato com os transeuntes, como recém-assinalado. O sobrado que foi residência do 3º

Presidente do Estado Antônio Pedro Alves de Barros, “[...] possuía saliente sacada de ferros artisticamente trabalhados, que avançava quase meio metro além da parede, sobre a rua, e que abrangia todas as portas que desse balcão davam acesso às peças de frente do prédio, no seu pavimento superior, [...]”.<sup>15</sup> Situado no “Beco Alto”, próximo a Igreja Nossa Senhora do Rosário “área onde Cuiabá nasceu, após a descoberta das lavras do Sutil”, foi construído de adobe e coberto de telha e a fachada apresenta um beiral largo.<sup>16</sup>

Das elevadas sacadas dos sobrados, os proprietários ostentavam sua posição de homens brancos e ricos, bem como seu desprezo pela rua. Os balcões protegiam a família escravista dos inconvenientes da escravidão, mas colocavam em situação inversa as pessoas que passavam debaixo deles devido ao costume insalubre dos membros da casa de

---

<sup>13</sup> Cf. PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980. p. 39-42.

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 210.

<sup>15</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

<sup>16</sup> Id. ib., p. 42-43.

esvaziar seus urinóis lançando os dejetos de cima das moradas. Lenine Póvoas comenta ainda que, na cidade de Cuiabá, a sacada também servia à transgressão. De uma delas, foi disparado um tiro por seu dono, fato que transformou a casa em uma das mais famosas da cidade no final do século XIX. Seu dono, homem influente na sociedade local cometeu um crime da seguinte forma: “De uma de suas sacadas [...] Cel. João de Souza Osório - assassinou, com certo tiro, o Dr. Manoel Pereira da Silva Coelho, advogado, que palestrava na calçada fronteira com o Comendador Henrique José Vieira”.<sup>17</sup>

Os balcões de ferro, utilizados nas casas cuiabanas, eram importados do exterior e trazidos para a região transportada nos lombos das mulas. Em 1844 o viajante Francis Castelnau, surpreendeu-se com a variedade de mercadoria que as tropas carregavam do Rio de Janeiro até a capital de Mato Grosso, inclusive os referidos balcões: “Durante a viagem encontramos uma grande tropa que vinha do Rio de Janeiro se dirigia para Cuiabá. Essas tropas gastam em geral de cinco a seis meses para fazer aquele percurso e são muitas vezes compostas de duzentos e até trezentos animais. É surpreendente a variedade de mercadorias que elas transportam; na tropa a que acabo de me referir vimos várias mulas carregando balcões de ferro, provenientes de alguma fábrica da Inglaterra ou da Bélgica”.<sup>18</sup> Não só os balcões vinham de locais distantes, também a cal, usada na pintura das casas, era retirada das barrancas de Corumbá e enviada à Cuiabá.

As construções de Corumbá, erigidas no final do século XIX pelos influentes comerciantes exibem tais balcões com gradil, com destaque para as notáveis casas de Vasquez & Filhos e Wanderley Baís & Cia localizadas na rua Manoel Cavassa, no porto da cidade, ambas as construções tombadas como patrimônio histórico e artístico cultural.

Durante a escravidão, cada peça dos sobrados e das casas térreas, tinha função distinta, ou seja, cada peça era usada de modo a atender as necessidades da família. Segundo Reis Filho em *Quadro da Arquitetura no Brasil*, os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, acomodavam os escravos e os animais ou ficavam quase vazios, não sendo jamais utilizados pelas famílias dos proprietários, devido a sua insalubridade e insegurança.<sup>19</sup> Tradicionalmente as ruas eram vistas como locais de contravenção, as cozinhas lugar de cativo, as varandas suscetíveis às observações alheias. Portanto, as janelas, as cozinhas e as varandas eram motivos de especiais atenções.

---

<sup>17</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980. p. 38.

<sup>18</sup> CASTELNOU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1987. p.112-113.

<sup>19</sup> REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 28.

O naturalista norte-americano Herbert Huntington Smith, que visitou Mato Grosso em 1886, registrou que em Cuiabá um italiano conhecido por Pascoal tinha o hábito de vigiar constantemente certos espaços da sua casa: “O velho permanecia todo o santo dia no mesmo lugar, de onde dominava com o olhar de general a varanda, a cozinha, e uma janela que dava para a rua, expedindo dali mesmo as suas ordens. [...] sempre de casaco, colete e meias, cochilava muito contente da sua vida ou incubava desgosto profundo; de quando em vez monologava em voz alta, e quando não passava o mau humor sovava uma crioulinha, cuja educação tinha tomado a si”.<sup>20</sup>

A postura do homem descrito pelo viajante era típica dos escravistas que, desde o início da colonização, controlavam da sua morada o movimento dos seus cativos e da sua família. Interessante ressaltar que o italiano, depois de se enriquecer em Diamantina, no garimpo, com o trabalho escravo, estabeleceu-se em Cuiabá, onde adquiriu uma espaçosa casa e uma boa quantidade de escravos.

Na fazenda do Buriti, a proprietária Antônia fiscalizava o trabalho das escravas deitada em uma rede e fumando. O viajante Hercules Florence, em visita à Província de Mato Grosso entre os anos de 1826 e 1828, descreveu que na casa da fazenda de dona Antônia havia uma sala espaçosa ao rés-do-chão, na qual ela recebia as visitas e servia a alimentação, o mesmo espaço era também, utilizado como cozinha. “No fundo ficam o engenho ou moinho de moer cana e a grande pipa para recolher a aguardente de cana; à esquerda as formas para refinar o açúcar bruto. D. Antônia tem sua rede armada perto da porta de entrada, á direita: ali passa ela os dias a fumar e a dirigir o trabalho das pretas e mulatas”. Apesar da presença de seus irmãos na fazenda era a senhora quem controlava o serviço executado pelas cativas. Também, na fazenda Jacobina, todo o trabalho executado pelos cativos era inspecionado pela senhora Ana sogra do proprietário, João Pereira Leite. As obras, os engenhos, as plantações, o gado, os escravos, os agregados e igualmente, todos os membros da família eram vigiados pela “matrona de cinco pés e oito polegadas e de corpo proporcionado à altura”.<sup>21</sup>

Os casos apresentados mostram como eram estabelecidas as relações de poder escravistas durante o período colonial e imperial. Um rígido controle disciplinar era exercido sobre os trabalhadores escravizados. Como assinalado, no período escravista, era preciso possuir cativos e morar em casa elevada ou vistosa, para se obter *status* na sociedade local.

---

<sup>20</sup> SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d]. p. 335.

<sup>21</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1828*. São Paulo: Cultrix. p. 180.

Em *História da casa Brasileira* Carlos Lemos assinala o amplo significado da moradia. Para ele, a casa é mais do que um simples amontoado de pedras bem dispostas, já que abriga e registra as manifestações culturais daqueles que nelas vivem. Nesse sentido, as ações dos moradores estão interligadas à disposição das peças.<sup>22</sup>

### **1.1.1 Camarinhas: lugar dos brancos**

Na colônia e no Império, as escadas dos sobrados serviam para acomodar os barris cheios de dejetos - os tigres ou cabungos -, já que não existiam banheiros, aparelhos sanitários, água encanada. As camarinhas serviam para o descanso e os banhos de bacia. O banho mais usado pelas famílias abastadas era aquele tomado sentado ou de pé na bacia, que era de barro, cobre ou folha- de- flandres. Nos quartos era imprescindível a presença do cativo. A água para o banho, a limpeza dos urinóis, o vestir-se dos sinhôs e sinhás, requeriam o emprego de um escravo.

Com o auxílio de um cativo, a água era derramada sobre o corpo da pessoa. Além das bacias de uso pessoal para o asseio diário, eram mantidos nos quartos os urinóis - capitães, pinicos -, fabricados em barro rústico ou nas mais sofisticadas porcelanas. Portanto, era necessário ter cisterna ou um poço no quintal. Mandavam-se também os cativos às fontes de água, para abastecerem a residência. Eles despejam à noite os cabungos, quando repletos.

Os serviços mais sujos, fétidos e pesados eram tarefas destinadas ao trabalhador escravizado. As dificuldades com o asseio por falta de água encanada eram constantes na sociedade brasileira escravista, a qual dependia do líquido carregado pelos escravos. Na capital da Província de Mato Grosso, a água encanada passou a ser uma realidade a partir de 1880. Até esse período, as casas utilizavam a água carregada pelos cativos, que a retiravam dos córregos, do rio ou das sete fontes da cidade cuiabana.

O abastecimento de água nas casas brasileiras não era problema insolúvel para as famílias ricas que tinham vários cativos empenhados nas tarefas domésticas. Não faltava água, mesmo nos sobrados mais altos, com cozinha instalada no último piso. As compridas escadas das moradias e o peso dos utensílios contendo o líquido não impediam que as louças ficassem sujas ou os membros da família sem o banho de costume, realizado nas camarinhas.

---

<sup>22</sup> LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

Em Corumbá, até 1912, não existia serviço de abastecimento de água encanada. A água necessária ao bom funcionamento das casas era retirada de poços e algibes particulares, construídos nos quintais ou, até mesmo, no próprio interior, das residências, ou era trazida em recipientes depois de retiradas do rio Paraguai. Apenas as famílias opulentas possuíam algibes e mandavam buscar água de qualidade na margem oposta do rio Paraguai. As famílias corumbaenses pouco favorecidas dependiam das carretas de água insalubres retiradas da baía do Tamengo, o que era motivo de doenças. Aqueles que não tinham recursos sujeitavam-se à caridade de alguma família rica, no que se refere o precioso líquido.

O memorialista Renato Báez, lembra em *Corumbá: Memórias & Notícias*: “Nos primórdios de sua fundação, os habitantes de Corumbá se serviam de água apanhada na beira do rio Paraguai. Com o passar do tempo, surgiram os aguateiros, vendendo o precioso líquido em pipas, transportado em carros, de tração animal, e entregando-o a domicílio”.<sup>23</sup> [Figura 5 e 9]

Efetivamente, em relatório da Câmara Municipal de Corumbá, de 1886 o presidente registrava: “Da nossa população a mais favorecida de fortuna ou tem algibes onde depositam água da chuva para o seu consumo ou mandam buscar a outra margem do rio, mas os pobres às vezes pagam com a vida as conseqüências de beberem a péssima água da baía ou andam a pedir nesta ou naquela casa um pouco de água de algibe por já não poderem suportar as moléstias intestinais que os atropelam”.<sup>24</sup> [Figuras 42 e 59].

Nos relatórios municipais dos anos de 1884, 85, 86, 87 e 88, as autoridades da província foram alertadas quanto à necessidade de providências, no relativo à água contaminada, já que a população adoecia por consumi-la. Em 1886, o presidente da Câmara assinalava: “É tão sensível a falta deste elemento de primeira necessidade, que a Câmara insiste em reclamar, como nos anos anteriores por uma providencia que ponha a salvo a população e Corumbá das conseqüências dela”.<sup>25</sup>

O presidente alertava sobre a qualidade da água: “A água que banha o porto desta cidade é negra e de um sabor desagradável, e de tão reconhecida insalubridade que mesmo os índios *cadiueos* quando estão aqui acampados, embarcam com seus potes em canoas e vão ao meio do rio abastecer-se de água do Paraguai”.<sup>26</sup> A falta de água potável em Corumbá prolongou-se até 1897, quando então o construtor italiano Martino Santa Lucci

<sup>23</sup> BÁEZ, Renato. *Corumbá: memórias e notícias*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977. p. 81.

<sup>24</sup> Relatório da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso. 28 de julho de 1886. Livro 205, Folha nº 68. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>25</sup> Relatório da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso. 28 de julho de 1886. Livro 205, Folha nº 68. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

edificou dois reservatórios de ferro para água, instalados na rua Delamare, onde os *carros-pipas* eram abastecidos com água. Os reservatórios funcionaram até 1912, quando finalmente foi inaugurado o serviço de abastecimento de água encanada na cidade.<sup>27</sup> Entretanto, nem todas as famílias foram contempladas com a água encanada, sobretudo as mais humildes.

O memorialista e poeta Ulisses Serra, falecido em 30 de junho de 1972, fundador da Academia de Letras e História de Campo Grande e autor de *Camalotes e Guavirais*, lançado em 1971, viveu a infância em Corumbá e conta a maneira como sua família resolvia o problema da falta de água. A narrativa do poeta impressiona pela riqueza de detalhes: “Nossa casa ficava no extremo oriental da cidade, entre muitos terrenos baldios. Do solo duro, pedregoso, calcário, emergia uma vegetação espinhosa e agressiva, de cansação, olho-de-boi, tuna e aromita; de fronde sempre verde, espessa e larga, somente a bela e acolhedora água-pombeira. [...] A cidade não dispunha de rede de água. *Aguateiros*, em carroças de bois ou de muares, providas de duas bordalesas [barril para vinhos de Bordéus] postas em sentido horizontal, vendiam de casa em casa o líquido essencial à vida. Lá um dia veio a canalização, que não alcançou nossa casa, nem mesmo o nosso bairro. Pouco a pouco os *aguateiros* foram desaparecendo”. E continua o autor: “Eu era garoto e uma nova tarefa me surgiu, [...]: ir buscar água, além da ponte, na casa alegre e generosa dos primos Mário e Belinha. De começo, uma lata de querosene ao ombro, mão esquerda espalmada ao invés de rodilha, coberta de folhas de guatambu para não transbordar; depois, para reduzir as caminhadas, duas latas nas extremidades de uma vara. Buscava água para lavar roupa, beber, tomar banho e cozinhar, molhar roseiras, dalias e tinhorões”.<sup>28</sup>

Para Ulisses Serra, a atividade de carregar água todos os dias era monótona e tirava-lhe a possibilidade de manter o contato com as águas do rio Paraguai, já que retirava água do algibe existente na casa de seus primos, por isso acompanhou alegremente a construção de um algibe na sua casa. Sobre a construção do algibe, escreveu que após seu pai tratar a construção com um português chamado Daniel, “[...] Gular, preto, alto, forte, curvado, envolto numa tanga de saco de sarapieira, começou a cavar o solo, duro, calcário e compacto. Por longas semanas o preto brandiu sua picareta e sua pá. [...] Pronta finalmente a cavidade, de forma cilíndrica, começou o seu revestido de tijolos bons, com vibrações de

<sup>26</sup> Relatório da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Matto Grosso. 28 de julho de 1886. Livro 205, Folha nº 68. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>27</sup> BÁEZ, Renato. *Corumbá: Memórias & notícias*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977. p. 81.

<sup>28</sup> SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande. Academia-Sul-Mato-Grossense de Letras, 2004. p. 143-144.



louça, argamassados com cimento da Itália e a famosa areia da lagoa de Mandioré. O meu algibe ficou pronto”.<sup>29</sup>

### 1.1.2 Cozinhas: lugar de negros

A cozinha foi uma outra peça que exigia a constante presença do trabalho dos cativos. A ausência de produtos prontos e industrializados fazia das cozinhas, a peça mais movimentada das moradias. Os utensílios utilizados e a culinária desenvolvida durante a história da casa brasileira ajudam a compreender o modo de viver e de morar das famílias no período escravista. Talvez por isso, Carlos Lemos dedicou-se a um aprofundado estudo sobre as cozinhas das moradias brasileiras. Em *Cozinhas*, esse autor restringiu-se fundamentalmente ao estudo deste compartimento das casas paulistas. Ele registrou que a cozinha trazida pelos colonizadores no período colonial, sofreu profunda transformação devido à sociedade escravista colonial.

Segundo Lemos, até os anos 1850, a cozinha era a peça mais extrovertida da moradia das famílias proprietárias, já que se localizava nos quintais, separada da casa, por razões higiênicas e, sobretudo, sociais. O calor intenso e a presença dos cativos afastaram as cozinhas do restante da morada, propriamente dita, ensejando que fossem construídas no quintal ou no último andar dos sobrados, onde raramente os proprietários visitavam.

Nas casas térreas, o negro escravizado não tinha lugar específico para dormir, servindo as cozinhas e as despensas de dormitório. Assim, à noite, os cativos repousavam entre lenhas, utensílios e alimentos. Como assinalado, as cozinhas das casas térreas localizavam-se nos fundos, nos sobrados de três ou mais pavimentos, o último deles destinava-se ao preparo da alimentação.

Sobre a cozinha, lembra Carlos Lemos: “Cozinha separada, no quintal. Cozinha no alpendre posterior. Cozinha em puxado. Sempre a cozinha menosprezada, lugar de negros. E, nas casas destes e nas dos mestiços pobres, acaipirados e isolados nas bocas do sertão, cozinhas internas [...]. Enfim, na casa do branco, ou na do pardo metido a branco, a cozinha está sempre isolada da habitação, sendo o traço de união entre ambas o elemento servil”.<sup>30</sup> Já na segunda metade do século XIX, as cozinhas das casas térreas foram construídas ligadas à despensas e suas portas dando acesso aos quintais, nos quais se encontravam não raro tinhas para a lavagem de pouca roupa.

---

<sup>29</sup> SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande. Academia-Sul-Mato-Grossense de Letras. p. 145.

<sup>30</sup> LEMOS, Carlos. *Cozinhas*, etc. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 67.

O historiador Mário Maestri explicou que as cozinhas coloniais e imperiais sulinas era um espaço predominantemente masculino: “Devido a maior oferta de africanos escravizados do sexo masculino e, sobretudo, a tarefas domésticas que exigiam força física - cortar lenha, matar e carnear animais, transportar água, etc -, eram comum o emprego de cozinheiros e não cozinheiras nas residências sulinas, como atestam os anúncios de jornais do Império”.<sup>31</sup> Entretanto, nas cozinhas de Corumbá predominou a presença das cativas. Não há registros de cativos cozinheiros nas classificações de escravos consultadas durante a pesquisa. Na sociedade local os cativos homens exerceram outras atividades como lavrador, roceiro, pedreiro, marceneiro, jornaleiro e carpinteiro.

Devido às mesmas relações sociais e origem gerais, o estilo extrovertido da cozinha da casa paulista foi também encontrado em outras regiões do Brasil, por influência, ou devido às mesmas relações sócio-históricas. O viajante Hercules Florence, registrou que na região, em especial Cuiabá, a cozinha, muito rústica, ficava comumente separada das demais peças da casa, embaixo de um simples puxado: “Não há uma só casa que tenha chaminé: a cozinha faz-se no jardim, debaixo de um telheiro”.<sup>32</sup> Além disso, o viajante referiu-se ao costume do cuiabano e de outras regiões da província e do país de cultivar no quintal frutas frescas que não podia obter com facilidade, a baixo preço, nos centros urbanos.

Em sua viagem ao Mato Grosso, Hercules Florence referiu-se igualmente à profunda uniformidade dos povoados brasileiros, ao propor que: “Ver um povoado do Brasil, é vê-los quase todos”.<sup>33</sup> No mesmo sentido, a percepção de uniformidade observada e registrada pelos estrangeiros sobre as residências brasileiras foi uma constante. Para Mário Maestri, as semelhanças encontradas pelos viajantes diante das moradas de diferentes regiões do Brasil podem ser explicadas através da dominância das relações sociais escravistas, implantadas no país a partir dos anos de 1530 e mantidas até o ano de 1888. “A profunda unidade urbanística e arquitetônica das concentrações urbanas brasileiras durante a Colônia e grande parte do Império deve-se, sobretudo, ao caráter dominante da economia escravista durante mais de três séculos de nossa história através de todo o Brasil. A clara hegemonia da mão-de-obra e das relações sociais escravistas determinou os materiais de

---

<sup>31</sup> MAESTRI, Mario. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo. UPF, 2001.p. 111.

<sup>32</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas 1825-1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 174.

<sup>33</sup> Id. ib. p. 246.

construção, as técnicas construtivas, os programas de necessidades, a vida urbana como um todo”.<sup>34</sup>

## 1.2 Casas térreas

Na época, em questão, como vimos, as peças inferiores dos sobrados eram lugares dos animais e de cativos, assim como as casas baixas abrigavam a população desfavorecida. Além de definir a posição social do morador e sua relação na comunidade, a habitação urbana evidenciava como a mulher e os bens eram resguardados dos estranhos. A pequena burguesia, operários, empregados públicos, brancos pobres e negros bem sucedidos nas artes e nos trabalhos manuais, moravam em casas que os expunham à umidade e aos parasitas domésticos, já que eram construídas ao nível do solo, sem assoalho, com poucas janelas e cobertas por telhas. Mesmo assim, segundo Freyre, “[...] eram as casas mais habitáveis e mais decentes; aquelas onde morava o pessoalzinho melhor. Nas outras, de barro, o chão era um horror: a própria terra, úmida, preta, pegajenta, como a dos cemitérios; a cobertura, folha-de-zinco; a preterição a mais completa de construção”.<sup>35</sup>

O telhado das casas era mais comumente em duas águas, com uma caída para a rua e a outra para o quintal, já que construídas com as laterais fazendo meia parede com as moradias vizinhas, grande parte das edificações mais antigas do Brasil seguia essa padronização, pois faltava tecnologia e especialização aos que as construíam, sobretudo ao trabalho escravizado. As casas de Corumbá erigidas no final do século XIX, possuem cobertura de quatro águas, duas águas e algumas com sotéia plana, espécie de terraço. A construção de 1880 localizada no porto, por exemplo, possui um telhado de quatro águas feito de madeira e coberto de telhas de barro. A casa Vasquez & Filhos e a Wanderley Baís & Cia, ambas as edificações construídas no porto, tem a cobertura plana. Da parte alta da cidade as coberturas dessas antigas construções podem ser observadas e, desta forma nota-se que tanto as construções do final do século XIX, quanto às construções do início do século XX, tiveram seus telhados construídos de modo diferente.

Em todo o país, os terrenos urbanos onde se edificam as casas eram estreitos e compridos. Não apenas para aproveitamento de todo o espaço, as moradias térreas eram construídas à meia parede ou geminadas, com os cômodos distribuídos horizontalmente,

<sup>34</sup> MAESTRI, Mario. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo. UPF, 2001 p. 22.

<sup>35</sup> FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 180.

um após o outro. Geralmente, a peça da frente se apresentava no alinhamento da rua com uma janela ou uma porta. Nela, o morador mantinha uma loja especializada ou recebia as visitas. No último cômodo, ficava a cozinha e nos demais as camarinhas – chamadas hoje de quartos. O acesso às várias peças era feito através de um corredor lateral ou por entre os cômodos, que tinham passagem livres facilitada por portas. Apenas a classe média em ascensão e os ricos escravistas construía casas com circulação *francesa*, que não obrigava as pessoas a passarem por vários cômodos para chegar a um lugar desejado.

A abundância de cativos e a ordem social escravista determinaram o modo simples e rústico de construir, a quantidade de peças e a extensão das casas, já que naquela época, como vimos os escravistas não contavam com recursos tecnológicos ou com a prestação de serviços como água, energia, esgoto, sistema de comunicação, elevador, enfim as comodidades atuais que dispensam o uso da força humana. Uma moradia com escadarias, muitas peças, quintais extensos e inúmeros serviços como abate de animais para se obter carne fresca, baldeamento de água, colheita de legumes e frutas nos fundos da casa entre outros, exigiam braços fortes e muitos cativos. O bom funcionamento de uma moradia dependia essencialmente do trabalhador escravizado.

Reis Filho mostra o quanto a presença dos cativos era necessária: “É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (“os tigres”) ou do lixo, especialmente nos sobrados mais altos das áreas centrais, que chegavam a alcançar quatro a cinco e mesmo seis pavimentos. Era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, ligava-se a nível tecnológico bastante primitivo”.<sup>36</sup>

Como assinalado, no meio rural, a casa-grande representou o poder dos escravistas. Também no espaço urbano, a casa teve sua importância na determinação da hierarquia social. Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre registra que as casas urbanas eram menores do que as moradias rurais, não deixando, porém de caracterizar a posição nobre daqueles que a habitavam. O ambiente das cidades foi permeado, pelos sobrados, construídos de pedra ou adobe, e ocupado pelos escravistas abastados, e os mucambos, cobertos de sapé ocupados pelos negros, caboclos, brancos pobres e pardos livres.

### **1.3 As edificações e os materiais utilizados**

---

<sup>36</sup> REIS FILHO, N. G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 26-28.

Os estudos de Gilberto Freyre sobre as construções urbanas no século XIX elucidam que elas não eram em geral edificadas com o mesmo tipo material, sobretudo de baixa qualidade, comumente produzida por cativos, como no caso dos tijolos. Os materiais determinavam a existência de sobrados úmidos, mofados, abafados, colocando os moradores em contato com a umidade que envolvia toda a estrutura da casa, facilitando a instalação de insetos como os cupins, que devoravam tudo que fosse de madeira, tecido ou papel.

As próprias relações sociais escravistas contribuíram para que os espaços internos fossem escuros, mal divididos, oferecendo pouca circulação do ar e luminosidade. Sobrados e vivendas do período escravista eram reflexo de uma sociedade marcada pela presença e medo ao cativo; pelo desprezo do trabalho físico pelo homem livre e pela tentativa de imitação dos padrões europeus, inadequados ao clima tropical.

A casa escravista era edificada para suportar não só o clima e abrigar a família patriarcal. Mais do que isso, era estruturada de forma que seus moradores fossem poupados do sol, mas também dos estranhos e perigos. A moradia escravista senhorial tinha um quê de reduto, no qual o senhor proprietário de cativos protegia a si e seus familiares dos inimigos *internos e externos*. Interna e externamente, ela expressava o valor social de quem a residia, bem como a mão-de-obra de quem a construía e a fazia funcionar.

A pintura dos sobrados urbanos era geralmente em vermelho, amarelo, verde e azul forte, com a dominância do branco – cal. Nas casas mais ricas, os tetos em madeira eram pintados com motivos de frutas, pássaros e anjos. Em *História da Casa Brasileira*, Carlos Lemos destinou um capítulo às moradias do século XIX para mostrar as transformações arquitetônicas ocorridas no período, em função da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Efetivamente, a partir de 1808, novas técnicas construtivas e novos materiais foram usados, ainda que se tenha mantido a estrutura social escravista e, portanto, o modo fundamental de viver e morar.<sup>37</sup> Feitas em madeira, as janelas coloniais foram substituídas pelas de vidro plano, garantindo mais claridade e limpeza nos cômodos, mesmo quando chovia e ventava. À noite, lampiões modernos de mecha circular permitiam iluminação mais intensa.

Os interiores da casa foram ornamentados com relógios de mesa e parede, bibelôs e porcelanas variadas para enfeitar ou servir a alimentação. A higiene pessoal dos proprietários mais ricos aperfeiçoou-se, com a presença de casas de banho nos jardins e lavatórios nos quartos de dormir, compostos com bacias e jarras. Os soalhos das casas

---

<sup>37</sup> Cf. LEMOS Carlos. *História da Casa Brasileira*, São Paulo: Contexto, 1989. p. 44-45.

passaram a ser encerados e as paredes forradas com papel. As modificações introduzidas no Brasil com a chegada da corte de dom João VI, espalharam-se do Rio de Janeiro, para outras províncias, já que não exigiam importantes investimentos financeiros.

Apesar dessas transformações, na primeira metade do século XIX, as moradias do Brasil reproduziam, no geral, as mesmas características das moradias das décadas anteriores, devido à continuidade do uso da mão-de-obra escrava e da tecnologia rústica ensejadas pela produção escravista dominante. Continuaram dominando, nesse período, as moradias levantadas na linha frontal dos lotes com alcovas escuras, corredores estreitos, telhados de duas águas e balcões de ferro batido.

Em Mato Grosso, o historiador mato-grossense Lenine Póvoas registrou que as antigas casas cuiabanas eram edificadas “[...] sobre alicerces de “pedra canga” ou de “pedra cristal”, com paredes de “taipa socada”, antes, e de adobes, mais tarde, tinham sempre, em lugares convenientes, e embutidos nas paredes, grossos e fortes esteios de madeira de lei, sobre os quais se apoiava o peso maior da estrutura do telhado, o que lhes conferia a resistência que lhes permitia atravessar décadas e, às vezes, séculos.” Os pisos “[...] eram, em tempos mais remotos, de “tijolo batido”, passando-se posteriormente ao uso do “mosaico” (ladrilho hidráulico), de diferentes cores e belos desenhos”.<sup>38</sup>

Os sobrados cuiabanos possuíam dois pavimentos. Um exemplo de sobrado cuiabano é o da rua Galdino Pimentel, em Cuiabá, edificado segundo os padrões coloniais, com: “[...] uma fachada de mais de quinze metros, apresenta, em seu pavimento térreo, nada menos de seis portas, as quais correspondem, simetricamente, no pavimento superior, seis elegantes sacadas com proteção de ferro artisticamente trabalhado, que ainda são inteiramente originais. As bocas de relhas do sobrado, apoiam-se sobre um artístico beiral”.<sup>39</sup>

Um dos antigos sobrados cuiabanos, projetados em estilo colonial, mas demolido parcialmente pelo poder público sob alegação de falta de segurança é a construção erigida na praça Alencastro, cujo terreno foi cedido por aforamento em 1910. Após a Guerra do Paraguai, foi ocupado pela Intendência Municipal. Alinhado à via pública, com dois pavimentos, “[...] o mesmo possuía, no seu pavimento térreo, uma porta e seis janelas, encimadas por arcos; e no seu pavimento superior três sacadas e quatro janelas, retangulares, encimadas por molduras. Toda a fachada do prédio era coroada, ao alto, por

---

<sup>38</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980. p. 51-52.

<sup>39</sup> Id. ib. p. 37.

imponente platibanda. O piso do seu pavimento superior e da parte baixa posterior era todo de madeira, de tábuas largas, enceradas”.<sup>40</sup>

Em Corumbá inexitem construções antigas com quatro ou mais pavimentos como as assinaladas por Freyre. Porém, as que resistiram ao tempo e à voracidade do capitalista constituem hoje parte do patrimônio histórico local. Observa-se que estas foram levantadas com alinhamento à rua, sem recuo lateral e com as aberturas das peças direcionadas aos interiores dos mesmos, com grandes janelas e portas nas fachadas, a fim de minorar a falta de ventilação e de iluminação.

Poucos escravistas corumbaenses possuíam um número elevado de cativos, necessário à realização das múltiplas tarefas exigidas por uma casa com mais de dois pavimentos e muitas peças. A falta de recursos econômicos limitava a construção e manutenção de sobrados ou casas de vários pavimentos e a compra e o sustento de muitos cativos para as atividades domésticas.

A possibilidade de ataques indígenas; a longa distância da capital da Província; os terrenos desfavoráveis à agricultura; a história da região marcada pela oscilação das fronteiras coloniais devido à política expansionista empreendida por Portugal; as crises políticas e a devastação das construções por incêndio prejudicaram o rápido crescimento da população e a construção de moradias com materiais duráveis que exigiam maiores esforços econômicos.<sup>41</sup>

Em Corumbá, as casas do início do século XX foram edificadas de pedras com grossas paredes, peças grandes e pouco ventiladas. O alinhamento na rua, a falta de recuo lateral e as aberturas das peças direcionadas aos corredores centrais ou laterais internos registram a simplicidade comum de outras regiões.

## **2. O espaço público: as ruas e os becos**

### **2.1 As ruas**

---

<sup>40</sup> PÓVOAS, L. C. *Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá*. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980p. 29-30.

<sup>41</sup> Cf. MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964; ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá*. Confluência das frentes Espanhola e Portuguesa em Mato Grosso (1536-1778). Campo Grande-MS: UFMS, 2000; SOUZA, João Batista de *Evolução Histórica Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Organizações Simões, s/d.

A casa foi o reduto da família escravista, espaço de ordem e poder, controlado pelo patriarca e apoiado no trabalho dos cativos. Entretanto a rua era o oposto da casa era, como assinalado, espaço desqualificado, de transgressão social, que representava para o negro cativo a possibilidade de transitar, pelo menos por algum tempo, sem as constantes ordens do escravista, criando laços sociais com outros trabalhadores. Isto não implicava que o cativo estivesse livre da vigilância, quando se mantinha na rua. Nas ruas o cativo de ganho vendia produtos variados, os libertos ofereciam seus serviços, os negros velhos pediam esmolas, as negras enfeitadas ofereciam seus encantos. Todos em busca de recursos para sustentar a si e aos seus escravizadores.

Os dejetos, lixos e águas usadas eram lançados das janelas e portas pelos cativos. Era preciso coragem para andar nelas, sobretudo na Colônia, mas também no Império. O desprestígio desse espaço público era tão intenso que os habitantes abastados das casas mais notáveis só saíam de suas moradas para irem a igreja ou para fazer visitas. No romance *As vítimas-Algozes*, de 1869, Joaquim Manoel de Macedo faz uma alusão, ainda que preconceituosa, a essa questão: “[...] toda família que não é indigente ou pobre possui uma, algumas ou muitas escravas, e uma dessas escravas é mucama da filha, da menina de família e companheira assídua da infeliz donzela, condenada às infecções da peste da escravidão....[elo entre a rua e a casa ] leva-lhe os bilhetes....serve-lhe à intriga amorosa contra a vigilância dos pais....excita-lhe os sentidos...portanto a mucama escrava ao pé da menina e da donzela é o charco posto em comunicação com a fonte límpida”.<sup>42</sup>

As mulheres, mais ainda, saíam raramente, sempre acompanhadas, fazendo ainda em fins do século XIX suas compras nas próprias residências, para evitar o contato desagradável com o espaço público. As lojas e mascates vendiam suas mercadorias nos sobrados e vivendas. Produtos como pentes, tecidos, fitas, perfumes e roupas, chegavam às mulheres através dos lojistas e mascates, preservando-as assim das “imundícies” materiais e morais das ruas.<sup>43</sup>

Os problemas que as ruas apresentavam afastaram a classe proprietária delas, limitaram o espaço das mulheres e ofereceram aos cativos a possibilidade de andarem “livremente”. Para Gilberto Freyre, as sinhás de engenho e dos sobrados escondiam-se nas camarinhas e nos jardins ocultando-se aos estranhos: “A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruge-ruge de saias de mulheres fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se

<sup>42</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*. Romances. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991. p. 165.

<sup>43</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 65.



escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. O que se deva tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos”.<sup>44</sup>

Ainda na segunda metade do século XIX, em muitas cidades as ruas não eram comumente calçadas. Ao andar pelas ruas de Cuiabá, o viajante Herbert H. Smith anotou: “Quem passa? Mulheres vestidas de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas ou rapadura, doce primitivo do tamanho de tijolo: uma rapariga vendendo cigarros escuros embrulhados em palha de milho, outra vendendo refrescos em garrafas de vinho ou cerveja, todas balançando os braços pendentes, trazendo mercadorias sobre a cabeça, ainda que fosse um único limão; alguns rapazes chupando cana, um negro velho monologando animadamente, o bobo Totó de cartola amassada, laço de cor na lapela do casaco, consumindo a roupa já sovada, acompanhado da mocidade esperançosa; de vez em quando alguns soldados; um esmoleiro sem chapéu, legitimado pela opa vermelho cereja, de mangas pretas; uma velha horrenda trazendo, envolto num lenço, um santo, que pode ser beijado mediante alguns cobres”.<sup>45</sup>

Enquanto Herbert H. Smith, teve a sua atenção voltada para o movimento das ruas, o argentino Bartolomé Bossi, em viagem pela Província de Mato Grosso em 1862, deixou suas impressões sobre a vila de Cuiabá, considerada um verdadeiro labirinto devido aos defeitos de traçado e da edificação local. Sobre as ruas dessa aglomeração registrou serem “[...] muito bem calçadas, empregando-se neste mister pedras de quartzo aurífero e cristal”.<sup>46</sup> Das ruas observadas pelo viajante a rua Bela mereceu destaque por ser, na sua visão, larga e reta com casas espaçosas levantadas entre jardins. As demais ruas, segundo o autor, eram estreitas, tortuosas e irregulares, portanto, sem atrativos.

Pelas ruas retas e tortuosas de Cuiabá, andavam os cativos de ganho, os livres pobres, os indígenas e com certa restrição, os escravistas. Os cuiabanos abastados dessa época eram os burocratas, os oficiais militares, os profissionais liberais, os comerciantes e proprietários da terra, que preferiam viver recolhidos em suas casas a saírem em passeio. Segundo Joaquim Ferreira Moutinho, os habitantes de Cuiabá “[...] raras vezes vão à igreja, e logo ao cair da noite fecham suas portas”.<sup>47</sup>

No final do século XIX, também nas ruas de Corumbá os animais transitavam livremente por entre a lama e poças deixadas pelas chuvas, já que não possuíam

---

<sup>44</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 68.

<sup>45</sup> SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d]. p. 321.

<sup>46</sup> BOSSI, Bartolomé. *Viaje pinttoresca por los rios Paraná, Paraguay, S. Lourenço, Cuiabá y el Arinos e noticia descriptiva da provincia de Matto-Grosso*. Paris: Libreria Parisiense, 1863. [s/d.]

<sup>47</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typ. SCHROEDER, 1869. p. 15.

calçamento. Em geral a sujeira era lançada e acumulada nas mesmas pela população, apesar da legislação que proibia expressamente “Lançar se cisco, lixo, vidros, palha, animais mortos, nas ruas e praças [...]” da cidade.<sup>48</sup> Também em Corumbá as ruas era espaço desprezado e desprazível aos escravistas. Era nas ruas que os ganhadores vendiam suas mercadorias; que os cativos transportavam os cabungos; que os animais domésticos circulavam livremente. Enfim, era nas ruas que ocorriam as contravenções, os barulhentos batuques, as pelejas entre ralé. As ruas eram, por conseguinte o espaço da desordem e da intranqüilidade pública, ao menos para os escravizadores.

Nas ruas e barrancas da vila, os habitantes que não possuíam latrinas nos quintais, jogavam pesados utensílios contendo dejetos residenciais. Muitos corumbaenses tinham o costume de deslocar-se às áreas desabitadas da cidade para fazer suas necessidades fisiológicas. Comumente, as pessoas depositavam as fezes em latas e jogavam durante a noite nas barrancas. Também em Corumbá era, uma quase aventura sair à noite às ruas. Esta característica é similar às observações de Gilberto Freyre contidas nas páginas de *Sobrados e mucambos*: “Noite de escuro, é que sair de casa, nas cidades brasileiras dos princípios do século XIX, tinha um quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; ‘tigres’ estourados no meio da rua; bicho morto. [...] De modo que o prudente era sair-se com um escravo, levando uma luz de azeite de peixe que alumiasse o caminho, a rua esburacada, o beco sujo”.<sup>49</sup>

## 2.2 Sarobá: bairro de negros

*“Vou lançar a teoria do poeta sórdido. Poeta Sórdido: aquele em cuja poesia há a marca suja da vida”.*<sup>50</sup>

Manuel Bandeira

Abolida a escravidão em 1888, muitos ex-cativos afastaram-se dos ex-proprietários e, portanto dos espaços mais nobres da cidade de Corumbá e estabeleceram-se em locais desprezados pela população local, principalmente pelas pessoas mais abastadas. Nos becos, nos locais desvalorizados, nos arrabaldes, os africanos e afro-descendentes, recém libertos

<sup>48</sup> Cf. Capítulo 3º. Art. 5º. Código de Posturas Municipais da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá. 22 de Abril de 1881.

<sup>49</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 70.

<sup>50</sup> Cf. BANDEIRA, Manuel. “Nova Poética”. In: *Poesia Completa e prosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967. p. 336. “Nova Poética” fez parte do Livro “Belo Belo”, publicado em 1948.

e seus descendentes construíram suas moradas. Era nesses *guetos* sórdidos que se alojavam os homens livres e pobres, excluídos sem rodeios dos espaços burgueses.

Muitos escritores do início do século XX tentaram retratar em seus trabalhos uma visão prismática do cotidiano envolvendo o campo, a cidade, os homens. Na década de 30, o poeta Lobivar de Matos, serve-se de sua imaginação criadora marcada pela influência do modernismo brasileiro, embora não tivesse feito parte do grupo literário nascido em São Paulo, em 1922. A identificação com o estilo modernista é flagrante. Se na *Poética*, Manoel Bandeira revelava-se insatisfeito com as convenções do “*lirismo comedido... do lirismo bem comportado... do lirismo namorador*”<sup>51</sup>, Lobivar também demonstrava as experiências particulares e concretas para contrapor-se aos pressupostos e preocupações do romantismo: “Foram os tempos em que eles [ os poetas] faziam da Arte um divertimento espiritual. Eram egoístas. Falavam de si, de suas tristezas, de suas mágoas, de seus amores, de suas emoções, tudo de forma apropriada, nos quartetos de rimas ricas e nos sonetos metrificados a rigor. Hoje os poetas refletem os anseios, as revoltas, as durezas amargas da época e do meio em que vivem”.<sup>52</sup>

Inconformado com os obstáculos que as pessoas encontravam na vida diária, Manoel Bandeira inclinava-se a extrair idéias das coisas observadas apontando suas intenções e procedimentos na composição de seus escritos: “Vou lançar a teoria do poeta sórdido. Poeta Sórdido: aquele em cuja poesia há a marca suja da vida”<sup>53</sup>. Como Manoel Bandeira, Lobivar marcou sua inquietude em *Sarobá*, 1936<sup>54</sup>, apropriando-se dos lugares onde ficavam registradas as permanências das grandes experiências, como a lembrança, a saudade, o sofrimento: “[...] me arrisco, num lance de coragem e audácia, a publicar este livro [Areôtorare – poemas bororos]. Escrevi-o em Mato Grosso, em 1933, quando terminei meu curso ginásial, aos 18 anos. Faço-o em parte, contentíssimo, na suposição de que contribuo de algum modo para a poética nacional. Quebrando os velhos moldes, abandonando os temas irrisórios, dando largas ao pensamento livre, os poetas da geração moderna são obrigados a falar nas coisas humildes, nos dramas cruciantes dos desgraçados, dos miseráveis, dos parias sem pão, sem amor e sem trabalho. Esse é o papel dos poetas de minha geração”.<sup>55</sup>

<sup>51</sup> Em 1930 ocorreu a publicação de *Libertinagem*, reunindo os poemas de Manoel Bandeira escritos entre os anos de 1924 e 1930, inclusive *Poética*, numa edição de 500 exemplares, custeada pelo próprio autor. Cf. BANDEIRA, Manuel. *Poética*. In: *Poesia Completa e prosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967, p.247-8.

<sup>52</sup> Trecho extraído da seguinte obra: LINS, José Pereira; OLIVEIRA, Doratildo. *Lobivar de Matos - o poeta desconhecido*. Dourados: Departamento Cultural do Colégio Oswaldo Cruz de Dourados, 1994.p. 24.

<sup>53</sup> Cf. BANDEIRA, Manuel. “Nova Poética”. In: *Poesia [...] Ob. cit.* p. 336.

<sup>54</sup> *Sarobá - poemas*. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936.

<sup>55</sup> Cf. LINS, José Pereira; OLIVEIRA, Doratildo. *Lobivar[...] Ob. cit.* p. 23-4.

A poesia “*Sarobá*”, em língua bororo significa “lugar sujo”, não despida de preconceitos, foi escrita na década de 30 por Lobivar de Matos e foi dedicada a um bairro miserável de afro-descendentes de Corumbá: “Bairro de negros, negros descalços, camisa riscada, beíçolas caídas [sic], cabelo carapinhé; negras carnudas rebolando as curvas [sic], bebendo cachaça[sic]; negrinhos sugando as mamas murchas das negras[sic], negrinhos correndo doidos dentro do mato, chorando de fome”. As casas erguidas nesse *beco* localizado, ao que tudo indica, no “extremo nascente da rua Delamare, além da rua Ladário”<sup>56</sup>, com a acesso à ladeira dona Emília, eram simples, de material ordinário e piso de terra socada e seus moradores cotidianamente faziam seus barulhentos batuques: “Bairro de negros, casinhas de lata, água na bica pingando, escorrendo, fazendo lama; roupa estendida na grama; esteira suja no chão duro, socado (...) lampião de querosene piscando no escuro; negra abandonada na esteira tossindo e batuque chiando no terreiro; negra tuberculosa escarrando sangue, afogando a tosse seca no eco de uma voz mole que se arrasta a custo pelo ar parado (...) Bairro de negros, mulatas sapateando, parindo sombras magras, negros gozando, negros beijando, negros apalpando carnes rijas; negros pulando e estalando os dedos em requebros descontrolados[sic]; vozes roucas gritando sambas malucos[sic] e sons esquisitos [sic]agarrando e se enroscando nos nervos dos negros”.<sup>57</sup>

Para a sociedade o espaço ocupado pelos afro-descendentes era um problema social não resolvido, o qual incomodava. *Sarobá* representava a transgressão, a discriminação pungente e a comprovação de que também em Corumbá discriminação racial e social não foi abolida no dia 13 de maio de 1888, resultando na exclusão da população negra e na formação por estes de um espaço próprio, caracterizado pelo poeta como um bairro desorganizado, barulhento e insignificante. “Bairro de negros, chinfrim, bagunça, *Sarobá*”. Nesse espaço miserável, os afro-descendentes viviam em meio à miséria, às doenças, a falta de asseio, à promiscuidade forçada. Os negros do bairro *Sarobá* eram os resquícios e o prolongamento eternamente reiterado da escravidão.

No início do século XX, os prósperos comerciantes investiram na construção de uma imagem que escamoteava os lugares desqualificados, como os becos, as ladeiras escuras, as habitações miseráveis. Nas três primeiras décadas do século XX, um grupo de investidores comerciais, enriquecidos pelo comércio de importação e exportação, buscou deixar na memória do povo mato-grossense a idéia de uma Corumbá moderna, em

---

<sup>56</sup> Cf. BÁEZ, Renato. *Corumbá: Reminiscências e Impressões*. São Paulo: Vaner Bicego, 1975. p.72. O mesmo autor aponta também, outras “zonas bairristas e rivais”: Praia Vermelha, Fortaleza, Trincheira, Borrowski, Cacimba da Saúde, Paiol de Pólvora e Ponta do Morro. p. 72-3.

<sup>57</sup> MATOS, Lobivar de. *Sarobá*. Poemas. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936. p. 9-10.

desenvolvimento, representada por fotos das construções de alvenaria com um e dois pavimentos e várias aberturas.

As ruas fotografadas e expostas exibiam calçamento completo ou em andamento. Sociedades beneficentes, casas comerciais, hotéis, caixa d'água, hospital, postes de iluminação, estação telegráfica, correios, praças, igreja, serrarias, olarias a vapor, cervejaria, escola. Eram as imagens dos melhores espaços da sociedade local mostrados em álbum como símbolos de uma modernidade pretendida, como prova da superação dos problemas do século anterior. Ruas limpas com seus postes de iluminação no meio, calçadas largas, casarões de alvenaria, homens bem vestidos com gravata, paletó e chapéus nas mãos, de compridos bigodes aparecem nas fotos representando a sociedade de Corumbá.

Generoso Paes Leme de Souza Ponce foi um desses prósperos comerciantes da cidade, no início do século XX. Proprietário de um armazém atacadista localizado no porto, Generoso Ponce tinha o costume de todos os dias, após fechar sua loja às seis da tarde, subir uma das ladeiras<sup>58</sup>, trajando “habitualmente fraque e chapéu de Chile” e, quando cansava durante a subida na ladeira, repousava “[...] a bengala sobre a nuca, segurando-lhe as extremidades com as mãos, como se fossem barras”.<sup>59</sup> O referido comerciante morava em uma residência localizada em frente à praça da Matriz, conhecida hoje como praça da República. Nesse espaço privilegiado da parte alta da cidade, Ponce alcançava sua casa através da rua “Frei Mariano, dobrando a De Lamare, à esquerda até a Praça da Matriz”.<sup>60</sup>

Generoso Ponce Filho registrou nas memórias de Generoso Ponce, a forma como seu pai prosperou nos negócios: “A pequena loja, de duas portas e um sobradinho, no porto em pouco tempo exígia para o vulto crescente dos negócios. Troca com Miguel Vasquez e passa para o prédio contíguo, mais de três vezes maior. Em baixo, o armazém, em cima, os escritórios. Uma das ladeiras que dão acesso à cidade, passa nos fundos, à altura do sobrado. É pela porta de ferro de trás que Ponce entra todas as manhãs”.<sup>61</sup>

As construções mais simples, da beira do rio, de duas águas com uma porta e uma janela, algumas de pedra, outras de madeira, construídas desordenadamente incrustadas nas barrancas calcáreas, não passaram despercebidas aos olhos do fotógrafo de Corumbá Miguel Peres, apesar do *Álbum* ter sido confeccionado com a colaboração de vários

<sup>58</sup> Pelo exposto no relato, tudo indica que tratava-se da ladeira conhecida atualmente como José Bonifácio, a qual foi calçada em 1922.

<sup>59</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 352.

<sup>60</sup> Id. ib. p. 353.

<sup>61</sup> FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 351.

segmentos da sociedade mato-grossense e patrocinado pelo presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, com o objetivo de mostrar as peculiaridades do Estado, sobretudo a modernização da cidade de Corumbá, a beleza e a prosperidade dos comerciantes, representadas pelas ruas largas e pela arquitetura existente. Porém, o contraste de imagens da promissora cidade foi amenizado com uma curiosa referência. O conjunto das casas humildes foi denominado “Rancheria pitoresca”, para amenizar o impacto que se esperava ao leitor ou ao observador do progresso corumbaense. A imagem da pobreza, focada nas casas simples rodeadas de mato e pedra, foi transformada em símbolo de originalidade, portanto, apenas por isso, característica de certa beleza e digna de contemplação. Contudo, persistiam muitos problemas sociais, sobretudo nos espaços afastados dos meios comerciais e pouco freqüentados pelos homens bem sucedidos nos negócios. Longe da ribalta faustosa das casas comerciais, nos arrabaldes, existia como já foi exposto, o Sarobá, bairro dos negros transgressores, das casinhas de lata e chão brejado.

Ao contrário das imagens, reproduzidas nas fotografias, cujas intenções pode levar a uma interpretação diversa da realidade, os textos literários reproduzem aspectos da sociedade, através da experiência do próprio autor. Em se tratando da poesia Sarobá, temos a informação de que a cidade de Corumbá do início do século XX, não era tão somente homogênea e próspera, aspectos retratados nas fotografias exibidas no Álbum Gráfico de Mato Grosso.<sup>62</sup> Além das ruas calçadas e amplas, havia as desprovidas de calçamento e sujas. Além dos homens vestidos elegantemente, havia os populares, em boa parte, negros, *descalços*, que vestiam tradicionalmente a *camisa riscada*. Além do porto e das distintas ruas fotografadas por apresentar calçamento e construções semelhantes às construções da Capital Cuiabá, havia o Sarobá, local de contravenções e baderna cujos Códigos de Posturas não eram obedecidos, por absoluta falta de condições dos seus moradores e descaso para com eles das autoridades.

Entretanto, os espaços ocupados pelos negros escravizados e posteriormente pelos ex-cativos após a Abolição foram motivos de preocupação para as autoridades. Desde a escravidão, a sociedade abastada temia os ajuntamentos de cativos. Por isso, a legislação procurou manter os trabalhadores escravizados afastados e os proprietários abusavam de sua autoridade colocando-os para trabalhar incessantemente. Assim, ficariam ocupados e não teriam tempo para se envolver em *delitos*. Durante a escravidão, os espaços freqüentados pelos cativos, *libertos e negros livres* eram evitados pelas chamadas elites.

---

<sup>62</sup> AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. *Álbum Gráfico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914.

Após o fim da escravatura, os locais habitados pelos *negros* prosseguiram sendo considerados inferiores e ameaçadores.

Na obra *Gente e coisas de antanho*, ao comentar os crimes ocorridos em Cuiabá na segunda metade do século XIX, o desembargador José de Mesquita referiu-se também preconceituosamente a um lugar chamado *Beco Sujo*, freqüentado por *negros*, *meliantes*, *escravos reincidentes*, onde haveria muito *barulho*, *batuque* e *crimes*. “Não descure a Polícia na suspicaz vigilância dos meios onde o crápula [sic] se expande em rega-bofes [sic], jogatinas ilícitas e outras manifestações da malandrice [sic]. Assim é que nas ‘partes’ semanalmente enviadas ao Presidente da Província pelo chefe do departamento da segurança pública se observa, com freqüência, as ‘batidas policiais’ nos antros do vício [sic], com prisão de elementos perigosos, escravos, desordeiros, gente da ralé [sic], que, nos batuques e casas suspeitas, se divertem rumorosamente”.<sup>63</sup>

Porém, o “Beco Sujo” da cidade de Cuiabá, para escândalo dos homens “de bem” na época e espanto do autor, era freqüentado também por aqueles que, embora considerados superiores aos negros, buscavam diversão. Essa situação encontrou o chefe de polícia Santos Ferreira, o qual no dia 03 de julho de 1876 numa diligência ao Beco Sujo “[...] onde se realizava barulhento batuque e lá encontrou, a par de meliantes e negros, vários guardas nacionais, de boa extração, que se irmanavam com os demais na esturdia e na vadiagem”.<sup>64</sup>

José de Mesquita, homem do século XX, emitia ainda sua visão reacionária sobre as sobrevivências africanas em Mato Grosso. Para ele, os becos eram “pontos de reunião do populacho [sic], freqüentados por escravos reincidentes na contravenção de andar e desoras eram quase sempre as alfurjas humanas, onde, como num excelente caldo de cultura, germinava a fauna mórbida e sinistra do crime”.<sup>65</sup> Segundo o Aurélio, “alfurja”, termo de origem árabe, significa: “Pátio interno destinado a ventilar e iluminar cômodos de uma casa”; “rua estreita, ou área qualquer, onde se atirava o despejo das casas”; “pocilga, monturo”; “lugar de má fama, ou onde se praticam atos moralmente reprováveis”.

O ajuntamento de cativos e de ex-cativos, com outras pessoas humildes era vigiado pelas autoridades, porque nos becos, espaços socialmente desqualificados, aglomeravam-se cativos sem autorização dos escravistas, que temiam atos de socialização, conspirações, delitos. No *Beco Sujo* cuiabano, os negros escravizados fustigados pela sociedade escravista, procuravam espaço de socialização.

---

<sup>63</sup> MESQUITA, José. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 70.

<sup>64</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>65</sup> Id. *Ibidem*.

O poeta Lobivar de Matos, que também contemplou no seu discurso poético o beco sujo de Cuiabá, através da poesia *Beco Sujo*, retratou o lugar como estreito e escuro. “Beco estreito, beco sujo. O vento está soprando o único lampião que continua aceso. O vento não gosta de luz e quer apagar a lua que se estirou molenga no silêncio da noite. Sombras esguias, sombras frouxas, são cabides para meus sentidos assustados”.<sup>66</sup>

Observou o autor que no beco de Cuiabá, passava mulher *feia*, homem *bêbado* e animais *doentes*, situações negativas supridas pela melodia característica do local, o samba. Também a linguagem e o tratamento, ambos *ordinários*, eram correntes. “Passa uma mulher magra que é esqueleto só. Atrás dela vem um cabra danado, zigue-zagueando, desenhando linhas curvas, tropeça aqui, agarra lá. Psiu!... Psiu!... Vá para o inferno, peste! Passa uma cadelinha sarnenta correndo e atrás um “vira-lata” latindo. Lá adiante, no fim do beco, um chorinho-chorado está dizendo que há samba gostoso, que a tristeza virou alegria, que a carne não tem cor”.<sup>67</sup> Destaque-se o preconceito do poeta ao descrever praticamente no mesmo nível a “mulher negra que é esqueleto”, o “cabra danado”, “cadelinha sarnenta correndo atrás de um vira-lata”.

Prossegue o poeta: “Cururu. Siriri. Chorinho-chorado. Sala cheia. Lampiões enforcados em cordas de fumaça. São Benedito no altar. Negro só: soldados de polícia, marinheiros, gente do povo, gente simples, gente boa. Caninha corre roda, não para, pra que parar? O chorinho vai pegar fogo, negrada! O rio Cuiabá está quieto, encolhido, assustado com a alegria daquela gente triste. [...]”.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> MATOS, Lobivar. *Sarobá*. Poemas. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936. p. 11.

<sup>67</sup> Id. ib. p. 12.

<sup>68</sup> Id. ib. p. 12-13.



## CAPÍTULO III

### **Evolução das edificações urbanas de Corumbá no período escravista**

*Deus atirou no espaço um punhado de estrelas...  
Uma chegou à terra. Outras tardam ainda.  
A que desceu, por certo a mais luzente delas,  
Veio e se transformou numa cidade linda!*

*Desceu, porque do alto o Paraguai parece  
Neste ponto uma jóia: escreve em prata um S  
que a estrela imaginara um prendedor ideal  
ligando à serraria o imenso pantanal.  
E como a muita estrela o céu azul não baste,  
Caiu como um brilhante, à procura do engaste!*

*E Corumbá surgiu, por sobre a terra branca,  
na alegria sem par do gentil casario,  
entre o verde dos montes, no alto da barranca,  
debruçada a sorrir para o espelho do rio...*

*Lenda Bororo do poeta corumbaense  
Pedro de Medeiros.*

### **3 Evolução das edificações urbanas de Corumbá no período escravista**

#### **1. Mãos negras na sementeação de povoados**

Até meados do século XIX, eram poucas as grandes aglomerações urbanas no Brasil, à exceção das cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Em sua grande maioria, os negros escravizados eram comprados nos principais portos do litoral – São Luiz, Recife, Salvador, Belém e Rio de Janeiro – e encaminhados aos núcleos produtivos existentes nos mais diversos pontos do Brasil. Mesmo assim, muitos cativos faziam parte da paisagem urbana. Eles povoavam as moradias e perambulavam pelas ruas, praças, portos, oferecendo seus produtos e serviços. Nas cidades portuárias, cativos negros e mestiços circulavam pelos logradouros públicos desenvolvendo variadas tarefas. Era, sobretudo com africanos e afro-descendentes que o viajante apenas-chegado deparava-se nas cidades do nosso país.<sup>1</sup>

A grande quantidade de cativos, sobretudo nas cidades brasileiras do litoral, levava o visitante europeu a imaginar que se encontrava em uma aglomeração da costa africana. Como vimos, a força do cativo de ganho movia de um lado para o outro todo tipo de mercadoria. Nos portos, não havia maquinário específico para descarregar as mercadorias; além disso, as residências não funcionavam sem a presença do cativo doméstico; nas ruas, os escravistas negavam-se a carregar um chapéu ou pequenos pacotes que fossem. A posse de ao menos um cativo era imprescindível para que o proprietário recebesse reconhecimento e respeito.

Em Mato Grosso, os depósitos auríferos, descobertos às margens do rio Coxipó-Mirim, no início do século XVIII, exigiam braços produtivos para os trabalhos de extração. Predominava nessa região o ouro de aluvião e o minério era encontrado em veios superficiais. A exploração, portanto, era realizada sem grandes recursos materiais, com ampla utilização de instrumentos rudimentares, recorrendo-se às escavações e à lavagem dos cascalhos. Desde os primeiros tempos da extração do ouro em Mato Grosso, quando a cobrança de impostos era organizada sobre a quantidade de ouro extraído, tem-se a notícia da entrada de trabalhadores escravizados nos arraiais, fundados nos locais onde metais preciosos eram encontrados.

---

<sup>1</sup> Cf. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Para o historiador mato-grossense Edvaldo de Assis<sup>2</sup>, o cativo foi introduzido nas minas, sobretudo para sanar a necessidade de mão-de-obra utilizada na extração de ouro iniciada em 1719.

O procurador da Fazenda Real Fellippe José Nogueira Coelho registrou, em suas *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso principalmente da Provedoria da Fazenda real e Intendência do ouro*, acontecimentos pertinentes à capitania de Mato Grosso entre 1717 a 1780. Na obra constam entre os valores cobrados sobre o ouro recolhido nas áreas de mineração, comentários sobre a descoberta das minas, a nomeação de provedores, ataques indígenas, sobretudo o uso da mão-de-obra cativa. Nestes espaços os exploradores foram fundando vilas e erguendo igrejas, moradias e outras construções.

Na margem do rio Coxipó-mirim, onde Pascoal Moreira Cabral e sua comitiva de viagem, em 1717, “observaram que nos barrancos do rio se viam alguns granitos de ouro cravados em pedraria”, fundando rapidamente nesse lugar um arraial. Mais tarde, em 1722, foi fundado um outro núcleo minerador, com o nome de Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Em cada um deles havia provedores e tesoureiros responsáveis pelo registro e cobranças de impostos sobre o ouro extraído e de cativos que chegavam para trabalhar na mineração. Em 1726, com o governador e capitão-general Rodrigo Cezar de Menezes, que teve a missão de elevar o arraial do Bom Jesus do Cuiabá à situação de vila e regular a arrecadação dos impostos, chegaram vinte e oito trabalhadores escravizados para lhe servir, elevando, então, a quantidade de cativos na região. Em 1728, dois mil seiscentos e sete escravos foram registrados nos livros de arrecadação da então Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá.<sup>3</sup>

De 1750 a 1777, durante a administração pombalina, a colônia portuguesa foi marcada pela reorganização administrativa, com o objetivo de ampliar a eficiência da exploração colonial. Nesses 25 anos, Pombal foi o primeiro ministro português que se propôs a redefinir a base territorial do norte do Brasil e a garantir com fortalezas militares terras sulinas e ocidentais de Mato Grosso. Quatro capitães-generais fizeram parte do governo de Mato Grosso, nesse período: Antônio Rolim de Moura (1751-1765), João Pedro Câmara (1765-1767), Luiz Pinto de Souza Coutinho (1767-1769) e Luiz de

---

<sup>2</sup> Cf. ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/Proed, 1988.

<sup>3</sup> Cf. COELHO, Filippe José Nogueira. *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato-Grosso*. Principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro. Revista Trimestral de História e Geografia, 1850. p. 142-144.

Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789). Este último administrou a Capitania na vigência de Pombal e de seu substituto o Ministro Martinho de Mello.<sup>4</sup>

As *Instruções* ditadas por Portugal através dos órgãos administrativos coloniais, como o Conselho Ultramarino, envolviam a questão do povoamento da Capitania de Mato Grosso, depois de definido o Tratado de Limites de 1750. Em atenção às instruções pombalinas, Rolim de Moura fundou, em 1752, às margens do Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade, como sede da Capitania de Mato Grosso.

Em seu estudo sobre *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*, a historiadora Maria do Carmo Brazil explica que: “Enquanto as *Instruções* a Rolim de Moura tinham uma projeção essencialmente amazônica, onde a linha de fronteira vinha riscar o Alto Guaporé, o Madeira e o Mamoré, as *Instruções* a Luiz de Albuquerque projetavam a ocupação da margem oriental do rio Paraguai e a fortificação das margens dos rios, concretizada na construção do Forte Príncipe da Beira, no médio Guaporé e dos Fortes de Nova Coimbra e Miranda, no Alto e Médio Paraguai. Emergiu, nessa galeria de capitães-generais, a imagem de Luiz de Albuquerque, como um agente administrativo cujas ações ultrapassaram as minuciosas Instruções da Metrópole na defesa da soberania lusitana”.<sup>5</sup>

Nesse sentido, durante o século XVIII, o governo português precisava atrair e fixar colonos para consolidar a defesa da vasta área colonial de Mato Grosso. Pela lógica da colonização lusitana, a ocupação do interior significava povoamento e defesa. Mas para labutar nos primeiros núcleos sertanejos de mineração, o negro escravizado tornou-se peça indispensável na instalação do sistema colonial em Mato Grosso.

Esse aspecto foi registrado pela correspondência de Rolim de Moura, primeiro capitão-general de Mato Grosso, datada de 22 de dezembro de 1752: “[...] é circunstância essencial a introdução de negros, pois Vossa Excelência sabe muito bem, os brancos, sem eles, em toda parte da América, e principalmente em minas quase se pode dizer que são inúteis. Além da utilidade que fazem aos comboeiros remando-lhes as canoas, e sendo ao depois aqui a fazenda de maior saída, também a concorrência deles nos livrará a ambos de bastante cuidado, evitando a traficância, e violências que exercitam os ditos comboeiros com os índios, servindo-se do pretexto de não terem pretos para lhe remarem”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Cf. BRAZIL, Maria do Carmo. *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC, 2000. V (CD ROM).

<sup>5</sup> Id. ib.

<sup>6</sup> ROLIM DE MOURA, D. Antônio. (Carta de D. Antônio Rolim de Moura enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado). *Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária. NDIHR/UFMT, 1982. p. 122-23.

Em carta enviada a Diogo de Mendonça Corte Real, em 25 de setembro de 1754, Antônio Rolim de Moura<sup>7</sup> registrou que nenhuma atividade poderia ser realizada sem o braço do cativo. Nas plantações, nos transportes, nos comboios monçoeiros e nas construções, a mão-de-obra cativa era amplamente utilizada. O mesmo ocorria com destaque nas minas, onde o trabalho era árduo e insalubre, a ponto de exigir a substituição freqüente de cativos, pois envelheciam e morriam precocemente.

Como no Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e outras aglomerações urbanas, em Mato Grosso, o cativo ganhador e de aluguel envolveram-se com as construções das moradias e edificações. As construções rústicas das povoações e vilas fundadas nas terras mato-grossenses eram elevadas pelos cativos. Também durante as viagens pelo desconhecido território mato-grossense, paulistas e europeus eram auxiliados por cativos.

Em outubro de 1722, o sorocabano Miguel Sutil, acompanhado por um europeu, vários cativos e índios trilhadores encontrou um local com abundante quantidade de ouro. A região rica em ouro, denominada *Lavras de Sutil*, logo foi transformada em arraial e uma igreja foi construída com cobertura de palha, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Os cativos também construíram uma capela a São Benedito. Segundo o cronista Joseph Barboza de Sá, o qual residiu na vila de Cuiabá desde sua fundação, exercendo a profissão de advogado: “[...] levantaram os pretos uma capelinha a São Benedito ao Lugar chamado depois rua do sebo, que daí a poucos anos, caiu e não se levantou mais”.<sup>8</sup> Registrou ainda que a lavra do Arraial do Coxipó “[...] foi a mancha de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brazil”.<sup>9</sup> Após um mês de trabalho nas *Lavras de Sutil*, quatrocentas arrobas de ouro foram extraídas.

Também a historiadora Maria de Lourdes Bandeira ressalta a participação da mão-de-obra cativa nas construções, em Mato Grosso, ao lembrar que, apesar dos trabalhadores livres serem destinados ao trabalho nas construções, na beira do rio Guaporé, foram, sobretudo os negros que construíram Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso. A seguir, com o refluxo das minas, o cativo passou a trabalhar na retirada da erva-mate, na produção da cana-de-açúcar e nas atividades pecuárias como vaqueiro e curtidor, além de se desempenhar como remador, pintor, sapateiro, oleiro, marceneiro, etc.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Id. ib.

<sup>8</sup> BARBOSA de SÁ, Joseph. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975. p. 15.

<sup>9</sup> Id. ibidem., p. 15.

<sup>10</sup> Cf. BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Na sociedade escravocrata mato-grossense, o trabalhador escravizado labutou igualmente na construção das obras necessárias à defesa territorial: Nos destacamentos “de Casalvasco, das Pedras, nos Fortes de Coimbra, do Príncipe da Beira, Fortim de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente, Fortaleza da Bragança nos Arsenais da Marinha e da Guerra e na Fábrica de Pólvora era empregada a mão-de-obra escrava, através dos chamados escravos da nação”.<sup>11</sup>

O Quartel de São Gonçalo, construído a partir de 1820, também foi erigido por cativos de aluguel que desempenharam atividades de pedreiros, carpinteiros e serventes. No decorrer da construção do Forte do Príncipe da Beira, desenhado e inspecionado pessoalmente pelo capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, os trabalhadores escravizados derrubaram a mata onde seria elevado o quartel e as casas; retiraram as pedras da pedreira e carregaram ao local para levantar as construções; fizeram os serviços de taipa; prepararam a alimentação necessária; levantaram as paredes do forte.

As obras do forte iniciaram no dia 19 de Abril de 1775 “com 27 pretos do Rei e 16 dos de Manoel de Souza Silveira neste lugar das obras tiveram elas princípio, cortando-se o mato na margem do rio e nas vizinhanças da minha morada, aonde tenho mandado levantar o meu quartel com o cômodo destinado para o risco, por me parecer indispensável esta providência, pois não tenho abrigo, nem aonde escreva, muito menos aonde risque”.<sup>12</sup>

Gilberto Freyre teve acesso a cartas, desenhos e projetos feitos por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, guardados pela família dos Albuquerque, em Portugal, na Casa da Ínsua. Com base nesses documentos, escreveu a obra *Contribuição para uma sociologia da biografia*<sup>13</sup>, publicada em 1978 pela Fundação Cultural de Mato Grosso, por ocasião do bicentenário da fundação das cidades de Corumbá e Cáceres, legando valiosa contribuição à historiografia mato-grossense. Freyre narra na obra a trajetória dos portugueses na consolidação do domínio lusitano nas terras mato-grossenses através da construção de fortes e da fundação de vilas e cidades “dando a essas povoações situadas nos trópicos características portuguesas e nomes lusitaníssimos; trazendo escravos

---

<sup>11</sup> ASSIS, Edvaldo. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*. Cuiabá, UFMT/Proed, 1988. p. 41.

<sup>12</sup> Documento nº 1, de 27 de Abril de 1775. Registro de rascunhos de cartas, datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente da autoria do diretor das obras (1775-1777). FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*. Fundação Cultural de Mato Grosso/MT, 1978. p. 289.

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII-Cuiabá*: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978. Corrêa Filho, Virgílio. *Luiz de Albuquerque – fronteiro insigne* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

negros, quer da África e ainda boçais, quer do Pará e do Rio de Janeiro, e já ladinos e peritos como carpinteiros e pedreiros [...]”.<sup>14</sup>

Os cativos que trabalharam na obra do forte Príncipe da Beira descansavam em um “telheiro de dez braças de comprimento e três de largo”, no qual também o serviço de carpintaria era realizado. O serviço de “lavar a pedra” era árduo e desgastante, tanto que Luiz de Albuquerque designava para essa tarefa os pretos “oficiais dos mais inferiores e os pretos aprendizes”.<sup>15</sup>

As primeiras quantidades de pedras usadas na construção do forte foram buscadas em Belém. Era difícil o transporte do material pelo rio Madeira, mas ainda era desconhecida a grande quantidade de pedra existente no povoado de Albuquerque, fundado apenas em 1778, cujo acesso poderia ser feito através do rio Paraguai. “Sabe-se que Luiz fez vir do Pará e, mais tarde, do Rio [de Janeiro], escravos peritos na carpintaria, pedreiros exercitados, ferramentas e ferragens”.<sup>16</sup>

Luiz de Albuquerque acreditava que seria fácil encontrar madeira e pedra na região do Guaporé, materiais necessários às construções, tanto que comunicou ao marquês de Pombal em 12 de Fevereiro de 1774, um ano e dois meses antes do início da fortificação, que sem muitas dificuldades encontraria madeira e pedra. A madeira foi encontrada facilmente. Porém, como já evidenciado, Luiz de Albuquerque não encontrou a mesma facilidade em obter a pedra.

A *Carta de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para o marquês de Pombal acerca das vantagens que reunia a zona da barra do rio Mequéns com a Guaporé para se erigir uma feitoria de comércio*, registrava: “Não será nada dificultoso achar muito na vizinhança da baixa pelas diferentes margens dos rios toda a quantidade e qualidade que se quiser de madeiras próprias para a construção do edifício delineado e se persuade também o mesmo Governador que sem grande diligência se poderá descobrir junto do mesmo sítio determinado toda a porção de pedra que necessariamente for para a fundação dos alicerces; pois que o resto da obra pareceria conveniente fabricá-lo de taipa, segundo geralmente se praticam nestas terras, a respeito dos edificios que se reputam principais, ajuntando-se lhe depois os portais necessários de boa madeira, que ficam sendo de uma perdurável duração”.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> FREYRE, Gilberto. *Contribuição [...]*. Ob.cit. p. 138.

<sup>15</sup> Documento nº 24, de 10 de Dezembro de 1776. Registro de rascunhos de cartas, datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente da autoria do diretor das obras (1775-1777). FREYRE, Gilberto. *Contribuição [...]*. Ob.cit. p. 289- 324.

<sup>16</sup> FREYRE, Gilberto. *Contribuição [...]*. Ob.cit. p. 149.

A construção de fortes e de moradias e a constituição de povoações e vilas representavam as estratégias básicas de ocupação e de povoamento na ampliação do poderio português. As tarefas mais árduas dependiam da força dos muitos trabalhadores escravizados. Além disso, era uma missão que exigia cativos habilidosos na retirada das pedras das pedreiras, preparar o barro e a madeira. A falta de moradias para os próprios agentes da Coroa era premente e tornava-se um problema maior, considerando a missão de ocupação, de povoamento e de construção da fortificação. O próprio Luiz de Albuquerque informou em carta ao rei de Portugal que ao chegar ao local onde mandaria construir o forte Príncipe da Beira foi obrigado a instalar-se “nas casas” que haviam sido da “preta Anna Moreira”, descrita como habitação com alpendre na frente e com cobertura inferior e escura “por falta de janelas como costumam ser as casas que são dos pretos”.<sup>18</sup>

O período da história mato-grossense marcado pelas disputas entre Portugal e Espanha pela posse da margem oeste do rio Paraguai foram tempos difíceis para a povoação de Albuquerque (hoje Corumbá) e para os presídios de Miranda e Coimbra. Frente à possibilidade das autoridades espanholas contestarem as terras ocupadas pelos portugueses, antes das demarcações previstas, a população não teve permissão para levantar edificações de alvenaria. Assim, caso a Coroa portuguesa fosse pressionada a recuar, as pessoas não teriam gastado tempo e valores desnecessariamente. As comissões demarcadoras deveriam ter delimitado as linhas de separação das terras de Portugal e de Espanha em 1777, entrando em acordo sobre a margem direita do rio Paraguai. Mas, devido ao impasse mantido por longos anos, o território foi ocupado pelos portugueses que temiam ser obrigados a recuar.<sup>19</sup>

O primeiro trabalho de derrubada da mata, arruamento da povoação e edificação das primeiras moradias do povoado de Albuquerque [Corumbá] foi iniciado em 4 de novembro de 1778 pelo sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, comandante do Presídio de Coimbra, em cumprimento à determinação do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. “[...] Camponês retornou com os colonos ao local da fundação e iniciou a limpeza de larga área do terreno desmatado. Este trabalho prolongou-se até 17 de dezembro e somente neste dia passou ele

---

<sup>17</sup> Documento de 12 de Fevereiro de 1774. Rio da Madeira. FREYRE, Gilberto. *Contribuição [...]*. Ob.cit. p. 335.

<sup>18</sup> Documento nº 1, de 27 de Abril s de 1775. Registro de rascunhos de cartas, datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente da autoria do diretor das obras (1775-1777). FREYRE, Gilberto. *Contribuição [...]*.p. 287.

<sup>19</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 127.



a arruar a povoação e a locar as moradias. Sobrevindo quatro dias depois, a 21 de dezembro, a deserção de grande parte dos homens, os trabalhos de construção da povoação sofreram novo colapso e ficaram interrompidos. Finalmente, um ano depois, a 4 de novembro de 1779, Leme do Prado, já no exercício do comando, vindo definitivamente de Ladário, instala-se na Povoação, e, sem mais distensas, iniciou a construção das moradias, dando começo à vida da Povoação”.<sup>20</sup>

Conhecido como “semeador de povoados”<sup>21</sup>, Luiz de Albuquerque consolidou a posse e o real domínio português nas terras de Mato Grosso. Sua morte, em 1786, praticamente paralisou as atividades de demarcação de limites. Mas expedicionários luso-brasileiros, como os astrônomos Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes e os engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira continuaram empenhando-se em resolver as questões de limites entre Portugal e Espanha, na área de fronteira de Mato Grosso, sempre defendendo o princípio das fronteiras naturais e do *uti possidetis*, conforme desejava Luiz de Albuquerque.

Ricardo Franco, junto com Joaquim José Ferreira, Lacerda e Almeida, Silva Pontes e outros técnicos exploraram milhares de quilômetros, envolvendo os rios e sertões da bacia do Amazonas e do Paraguai. Segundo Raul Silveira de Mello<sup>22</sup>, Ricardo foi um homem dedicado ao cumprimento do dever, incansável nas expedições sertanejas e resoluto nos trabalhos cartográficos e topográficos. Maria do Carmo Brazil lembra que Almeida Serra, dispondo desses valores, apareceu em todas as comissões de maior importância, legando os trabalhos de redação sobre a história do rio Paraguai e da conquista do extremo oeste brasileiro, para os historiadores.

Assim como as primeiras construções coloniais e imperiais erguidas em outras localidades do Brasil, até a primeira metade do século XIX, a paisagem dos primeiros povoados mato-grossenses foi marcada pela presença de casas simples levantadas em barro e cobertas de palha. Corumbá, fundada para conter o avanço dos espanhóis e garantir a posse da região à Coroa portuguesa, não foi contemplada, em seus primórdios, com opulentas construções públicas e privadas, pelo menos até o estabelecimento de comerciantes estrangeiros, em meados do século XIX, que deram início às construções das grandes casas comerciais de importação e exportação nas margens do rio Paraguai.

---

<sup>20</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 42.

<sup>21</sup> FREYRE, Gilberto. “*Um fidalgo da Beira, governador de Mato Grosso*”. *Contribuição [...]*.p. 138.

<sup>22</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

Como chefe da comissão de engenheiros, Ricardo Franco de Almeida Serra esteve em 1786 no povoado de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Corumbá), caracterizando o local como um forte comandado por normas militares, no qual as pessoas viviam sob disciplina rígida, trabalhando muito, vestindo-se e alimentando mal. Essa disciplina marcial devia-se às condições territoriais. Na época, não se conhecia totalmente essa fronteira brasileira, os perigos com os animais, nativos e castelhanos, advindo daí a necessidade de organização estratégica nos moldes militares.

Ricardo Franco escreveu que a fortaleza tinha a figura de um grande pátio retangular e era fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprimento e cinquenta de largura. Sua população era de duzentas pessoas que plantavam milho e feijão, produtos superabundantes para o consumo anual. O engenheiro registrou que havia muito algodão que, depois de fiado, o tecido ia para Cuiabá, para ser trocado por produtos que os moradores necessitavam. Registrou que a pesca e a caça eram abundantíssimas e que, embora as habitações fossem cercadas pelos paiaguá e guaicuru ou *cavalheiros*, a povoação não era *insultada* pelos nativos, apesar da aspereza do terreno e de sua situação.<sup>23</sup>

Em Corumbá havia pedra, cal e barro para serem usados nas construções permanentes. Porém, até 1790, a população esteve impedida de edificar moradias permanentes, como assinalado. Em conversa com um oficial espanhol Martin Boneo, em setembro de 1790, o português José Antônio Pinto de Figueiredo, comandante de Albuquerque, declarou que “o povoado de Albuquerque tudo produzia bem, e, portanto, no sentido de melhorar-lhe as condições de habitabilidade, propôs construir ali casas duráveis, de tijolo e telhas. A isso lhe respondeu o capitão-general que tratasse tão só de conservá-lo nas condições em que estava, até que se realizassem as demarcações, pois poderia acontecer que esses terrenos passassem à Espanha e tudo o que ali fizessem ficaria perdido”.<sup>24</sup>

Também no presídio de Coimbra as obras não eram de materiais duráveis. As edificações na área escolhida como essencial na defesa do sul da fronteira não passava de uma paliçada desprotegida e fácil de ser derrubada. Assim permaneceu desde 1775, ano em que foi executada por Matias Ribeiro, até 1797, quando as relações entre Portugal e Espanha se agravaram e então, o tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida foi designado ao comando do presídio. Até a chegada de Ricardo Franco “[...] comandaram Coimbra

<sup>23</sup> SERRA, Ricardo F. A. *Diário de reconhecimento do rio Paraguai 1786*, p. 76.

<sup>24</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 129.

oficiais de milícia, improvisados, homens dedicados e leais, capazes de todos os sacrifícios, mas grosseiros e sem luzes necessárias para apreciar devidamente uma situação tática e defrontar-se com tropas regulares inimigas”.<sup>25</sup>

O forte de alvenaria estruturada com pedra foi construído no lugar da estacada a partir de 3 de novembro de 1797. Durante sua edificação, Ricardo Franco de Almeida teve problemas com a diminuta mão-de-obra de que dispunha. Na falta de trabalhadores especializados, em certos momentos, o próprio coronel desempenhou o papel de pedreiro e carpinteiro, ensinando os soldados disponíveis a desempenharem essas atividades. As obras do forte estenderam-se até 1801, quando ainda faltava “fechar parte do recinto, faltando a cortina da tenalha da montanha, e sem que houvesse cômodo ou habitação alguma no seu recinto”.<sup>26</sup>

Depois da população ter se estabelecido no local e construído algumas simples moradias, o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque foi arrasado por um incêndio, em 1800. As casas foram facilmente consumidas pelo fogo, porque eram cobertas de sapé. Somente uma edificação, coberta de telha, restou no povoado. Segundo João Batista de Souza, “o pequeno povoado foi varrido por um violento incêndio, só escapando uma capela, já existente no lugar, por ser coberta de telha, quanto que todas as moradas eram casebres de madeira, cobertas de capim e de palha”.<sup>27</sup>

### **Casas de pau-a-pique e ranchos de palha**

As muralhas de Coimbra não intimidaram as autoridades castelhanas que tentaram em 1801 ocupar o sul de Mato Grosso, atacando para tanto o Forte, que se encontrava em situação lastimável. “Estava inacabado, sem meios de habitabilidade, sem instalações de combate e privado de artilharia”.<sup>28</sup> Além das carências da construção, a guarnição do forte não ultrapassando cem pessoas, descritas por Ricardo Franco como “sendo a maior parte uns negros velhos e auxiliares; umas crianças, outros molestos ou prejudiciais e muito cheios do maior terror pânico”.<sup>29</sup> Os cativos vivendo no forte eram vistos como um outro

---

<sup>25</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

<sup>26</sup> Id. ib. p. 141.

<sup>27</sup> SOUZA, João Batista de. *Evolução Histórica Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Organizações Simões, s/d. p. 113.

<sup>28</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 159.

<sup>29</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 161.

problema para o oficial português, porque estavam velhos e seriam inimigos dos seus proprietários, além de *indignos* de pegarem em armas. Por determinação do comandante, a mão-de-obra cativa restringia-se aos trabalhos mais penosos e grosseiros do Forte.

Enquanto o Forte Coimbra era beneficiado com edificações de pedra e cal, as casas em Corumbá permaneceram em materiais pouco duráveis. O viajante Hércules Florence que passou pelo povoado em 14 de dezembro de 1826 registrou a precariedade das moradias da população. Segundo ele, o povoado compunha-se “de quatro filas de casas em torno de uma praça, uma pequena capela que intitulavam de igreja, e uma casa para os militares”.<sup>30</sup> Sobre a população, escreveu ser de uns cinco brancos e o restante crioulos, caburés, mestiços e índios. As moradias de pau-a-pique, com paredes preenchidas de barro e cobertas de palha permaneceram até 1858.

O comerciante Manoel Cavassa chegou em Corumbá em 1857, onde levantou a primeira construção em alvenaria, em 1858. A transferência de suas atividades comerciais para a aglomeração abriu novas perspectivas para a região. Em 1858, no governo de Joaquim Raymundo Delamare presidente da província foi criada a Mesa de Rendas e, em 1861, a Alfândega, com o objetivo de arrecadar os impostos. Também foi o mesmo presidente que “mandou delinear-lhe as ruas, praças e demarcar lotes, para as construções dos edifícios públicos [...]”.<sup>31</sup> O projeto de urbanização foi elaborado por Delamare, que desenhou a cidade em forma de tabuleiro de xadrez. Em 10 de julho de 1862, foi publicada a resolução na Secretaria do governo de Mato Grosso, decretando a elevação à vila da povoação de Corumbá, com a denominação de *Villa de Corumbá*. A resolução foi decretada pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente da província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna.<sup>32</sup>

Manoel Cavassa deixou registrado em documentos conservados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro como era Corumbá em 1857, quando chegou, e os problemas que enfrentara com as autoridades paraguaias em virtude da guerra. Segundo o comerciante, havia em Corumbá quatro ranchos de palha e nenhuma casa de material, sendo ele o primeiro a edificar casa de alvenaria para depositar as mercadorias. Posteriormente, construiu outras cinco casas, com as quais conseguiu obter quase mil e quinhentos contos, em 1864.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix, 1977.

<sup>31</sup> SOUZA, João Batista de. *Evolução Histórica Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Organizações Simões, s/d. p.113-114.

<sup>32</sup> Cf. Ofício nº 6. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 11 de Julho de 1862. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

Em 1861 a população local de Corumbá era já de 1.315 habitantes, sendo que 44 eram trabalhadores escravizados e 84 estrangeiros. Até 1864, o espaço urbano de Corumbá apresentava ainda muitas moradias simples. Em pau-a-pique, havia trinta e seis casas construídas e vinte e nove em fase de construção e cento e nove ranchos de palha. Grande parte dessas moradias foi destruída pelos paraguaios durante a guerra. Tanto o barro usado nas paredes quanto a palha empregada nas coberturas das casas e ranchos não favoreciam a segurança dos moradores. No caso de incêndio, eram consumidas pelo fogo rapidamente.

O conflito entre Brasil e Paraguai iniciou-se em 1864 e estendendo-se até 1870, causou grandes danos à população da vila de Corumbá. Invasa em 4 de janeiro de 1865, a vila ficou sob o poder dos paraguaios durante dois anos. Terminada a guerra, das cento e setenta e uma casas de barro e palha e dos 109 ranchos cobertos de palha restaram apenas vinte, arruinadas. As casas de alvenaria do comerciante Manoel Cavassa haviam sido igualmente destruídas.

Após a expulsão dos paraguaios, em 13 de junho de 1867, a população iniciou a reconstrução das moradias. Por sua vez, o comércio local foi sendo restabelecido gradativamente. O primeiro incentivo à região foi dado em 1869 pelo governo imperial que isentou os comerciantes de Corumbá do pagamento dos tributos sobre os produtos importados e exportados naquele porto. Devido à facilidade, novos comerciantes foram se estabelecendo na cidade a partir de 1872, onde construíram casas comerciais. No mesmo ano, foi reinstalada a Alfândega para armazenar produtos e arrecadar os impostos de importação e exportação, seguida pela Câmara Municipal, em 17 de agosto de 1872. Neste período de reorganização, moradias e casas comerciais foram construídas em pedra e cal. Por volta de 1873, quatrocentas e cinquenta e cinco casas de pedra e cal, cobertas de telhas, estavam edificadas, estando vinte e cinco moradias em fase de construção. Sessenta casas possuíam cobertura de zinco.

Em Mato Grosso, o exercício da atividade de pedreiro pelo trabalhador escravizado pode ser comprovado pela tabela apresentada na obra de Lúcia Helena Aleixo, que mostra os cativos pedreiros como os mais valorizados, quando de sua comercialização. Como expõe a autora, os pedreiros foram os que conseguiram o preço médio mais alto, por volta de 1871-1874.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> *Memorandum* que dirige da cidade de Corumbá o cidadão Manoel Cavassa ao Exmo Senr Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, 22 de fevereiro de 1894. Rio de Janeiro: IHGB.

<sup>34</sup> ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre 1850-1888*. Brasília: Alvorada, 1989. p. 52.

Tabela 1

Preço médio do escravo por profissão com idade média de 25 a 40 anos, existente na Província de Mato Grosso no período de 1850-1888.

ANOS	PEDREIRO	CARPINTEIRO	TROPEIRO	LAVRADOR	CARREIRO	FERREIRO
1850 – 54	700\$000	600\$000	650\$000	600\$000	650\$000	700\$000
1855 – 58	900\$000	750\$000	800\$000	800\$000	800\$000	900\$000
1859 – 62	1200\$000	1300\$000	1500\$000	1000\$000	1650\$000	1600\$000
1863 – 66	1500\$000	1600\$000	1300\$000	1500\$000	1700\$000	1700\$000
1867 – 70	1700\$000	1700\$000	1900\$000	1700\$000	1900\$000	1900\$000
1871 – 74	2000\$000	1800\$000	1900\$000	1500\$000	1900\$000	1900\$000
1875 – 79	1600\$000	900\$000	1100\$000	1300\$000	1000\$000	1100\$000
1880 – 83	1200\$000	900\$000	1000\$000	1000\$000	1000\$000	1000\$000
1884 - 88	800\$000	800\$000	800\$000	600\$000	800\$000	800\$000

Fonte: ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho escravo e livre (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda Departamento de Administração Divisão de Documentação, 1984. p. 52.

As casas de pau-a-pique, nas quais as paredes eram preenchidas com barro, através da técnica da taipa, também chamada de sopapo, foram construções que estiveram presentes nas regiões brasileiras no início da colonização e ocupação do território. Muitas cidades nasceram do barro e da palha. Com o tempo, muitas dessas construções foram sendo substituídas pelas edificações de pedra, cal e tijolo, mais seguras e mais duráveis. Entretanto, as singelas casas de uma porta e janela, feitas de barro e cobertas de palha, ultrapassaram o período da colonização e chegaram ao século XIX, sendo então as moradias características dos homens pobres, dos ex-cativos, do trabalhador rural.

Em suas viagens a África, o historiador Alberto da Costa e Silva observou que as habitações das aldeias que encontrou entre Acra e Lagos eram muito parecidas com as construções nordestinas. “O mocambo nordestino erguia-se com paredes de pau-a-pique ou de palha, de modo idêntico às aldeias que fui então encontrando, durante as várias viagens que fiz pelo interior daquela parte da África Atlântica. Apresentava, porém, na fachada da frente uma ou duas janelas, e possuía, muitas vezes, nos fundos, uma segunda porta, podendo, em alguns poucos casos, ter também uma varanda. A diferença que saltava à vista, numa paisagem em que até a vegetação circundante aproximava da que deixara no outro lado do oceano, era a cobertura: no lado brasileiro, quase sempre em duas águas, porém, acolá, se dispunham em cone, em calota ou meia esfera, em pirâmide ou em quatro águas”.<sup>35</sup>

Na África, além das casas de sopapo, difundiu-se uma arquitetura mais sofisticada, representada por casas de paredes grossas e alpendradas, moradias com paredes lisas e

<sup>35</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântica: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

resistentes de argamassa, feita com azeite-de-dendê ou manteiga de carité, fachadas, enfeitadas com arabescos, varandas com colunas, construções típicas dos grupos abastados e erigidas por mão-de-obra especializada. Porém foi a técnica mais simples dominada por qualquer africano que se difundiu no Brasil.<sup>36</sup>

As casas de barro também foram erigidas no período colonial em outras regiões. Em São Paulo a falta de pedra, obrigou os colonizadores a elevarem moradias de barro. Para Carlos Lemos, a taipa de pilão foi a técnica empregada nas construções paulistas. Ela é “baseada na terra pisada entre taipas que, pela sua natureza, determina muros contínuos extremamente sensíveis à umidade, de insignificante resistência à tração e de difícil revestimento à vista de sua superfície frágil ao risco”.<sup>37</sup>

A arquitetura bandeirante por usar o barro apresentava “casario baixo, grandes panos de paredes com pequenas janelas e portas muito distantes uma das outras pequenos beirais [...] abriam mão, com frequência, do corredor interno que ligasse a rua, ou a sala da frente, com as dependências posteriores. Em geral, cômodos em sucessão, todos de passagem obrigatória. Até mesmo nas casas estreitas de porta e janela podemos encontrar esse critério de circulação”.<sup>38</sup>

A cidade de Salvador teve suas primeiras edificações erigidas com madeira e barro. Segundo Plínio Salgado, na falta de pedras, as muralhas erguidas para defender a população foram feitas de barro. “Os índios cortavam as madeiras necessárias nas matas próximas e, com os degredados, batiam as estacas para formar os compartimentos em que se deitava a terra, em seguida socada com pesados pilões. Todos trabalhavam arduamente e o próprio Governador – geral dava exemplo, empunhando o pilão e batendo as taipas”.<sup>39</sup>

Também no Mato Grosso, a solução menos onerosa foi aplicada nas construções. Com o barro e a palha, moradias de pau-a-pique foram elevadas, como já exposto, em Coimbra e Corumbá, mas também em Cuiabá. Os cuiabanos pobres descendentes de africanos, nativos e aventureiros que se deslocaram para Cuiabá à procura do ouro viviam no século XIX em condições miseráveis. Moravam em ranchos e casinhas de pau-a-pique e chão batido com cobertura feita de capim e desprovidas de móveis. Também as igrejas,

---

<sup>36</sup> Id. ib. p. 216-217.

<sup>37</sup> LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. p 41.

<sup>38</sup> Id. ib. p. 41-42.

<sup>39</sup> SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades do Brasil*. São Paulo: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1978. p. 54.

construídas ainda no século XVIII eram singelas, pois feitas de adobe ou taipa, com ornamentação muito pobre.<sup>40</sup>

### **Cidade portuária: edificações e trabalho escravo**

Na segunda metade do século XIX, no porto geral de Corumbá havia um intenso movimento de pessoas envolvidas com o comércio, com os serviços e com a alfândega, já que a aglomeração era a grande via de acesso na Província de Mato Grosso. Nos portos de Mato Grosso, era freqüente a presença do cativo. Pretos e pardos amarravam embarcações nos atracadores; carregavam carga dos navios, executavam tarefas na estiva nas áreas da estiva, nos cais como mão-de-obra de aluguel<sup>41</sup>.

Segundo informações do presidente da Câmara Antônio Antunes Galvão, Corumbá era a primeira cidade mato-grossense onde os estrangeiros paravam antes de seguir viagem a outras localidades.<sup>42</sup> No final do século XIX, segundo a historiadora corumbaense Eunice Ajala Rocha, o porto de Corumbá era intensamente movimentado. Navios nacionais e estrangeiros aportavam nos seus atracadouros carregados de mercadorias para o comércio atacadista, que distribuía as mercadorias pela Província: “Era uma cidade-empório constituída na sua maior parte de comerciantes de nacionalidades diversas. Era o único meio de acesso e a porta de entrada para a Província de Mato-Grosso”.<sup>43</sup>

A abertura da navegação do rio Paraguai, em 1856, atraiu diversos comerciantes para Corumbá, onde instalaram suas empresas com o objetivo comprar e vender mercadorias variadas, para atender à demanda local e de toda a Província mato-grossense. Entravam na região produtos estrangeiros da Alemanha, Inglaterra, França, Áustria, Itália, Bélgica, Portugal, despachados pelo Rio de Janeiro. Esses produtos consistiam em “chapas de aço, ferragens, drogas, maquinarias, louças, móveis, chapéus, armas, roupas, goma arábica, utensílios de ferro, vinhos, charutos, manteiga e outros”.<sup>44</sup>

Segundo a historiadora mato-grossense Maria do Carmo Brazil, o porto transformou-se em signo do poder econômico, assumindo o papel de receptáculo das riquezas e de

<sup>40</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: UFMT, 1993.

<sup>41</sup> BRAZIL, Maria do C. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 84.

<sup>42</sup> Cf. Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá-24 de setembro de 1884.

<sup>43</sup> ROCHA, Eunice Ajala. *O Processo de Emancipação dos Escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)*. Separata da revista Dimensão. N. 5/7. UEMT, 1957/1977. p. 82-83.

<sup>44</sup> *Alfândega de Corumbá*. Fundação Universidade de Mato Grosso. Coordenação de Cultura. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Brasília: Ministério da Fazenda. Divisão de Documentação, 1988.p.11.



abrigo de importantes frotas. Grandes navios das Províncias do Prata ancoravam no porto de Corumbá, imprimindo forte impulso econômico ao Mato Grosso: “A navegação inaugurou uma atividade mercantil em escala internacional, ensejando a relação direta e dinâmica entre a província mato-grossense e os centros comerciais dos países do Prata e da Europa”.<sup>45</sup>

Mercadorias como “manteiga, vinhos, moinho para café, charutos, parafusos, escovas, cerveja, querosene, cimento, feijão, móveis, chapéus de sol, massas alimentícias, banha de porco, sapatos, roupas, doces, colchões de palha, máquinas de costura, ferro de engomar, papelaria, sal, gasolina em lata e outros entravam no Brasil através de Montevideú e Buenos Aires e alcançavam o Paraguai, Porto Murtinho, Corumbá, Bolívia e Cuiabá”.<sup>46</sup>

Da mesma forma, eram exportados “gado vacum e cavalari e seus derivados (couros, ossos, sebo), peles de onça, penas de garças, cal, manganês e produtos extrativos vegetais, como borracha, poaia e erva-mate, eram despachados pela Alfândega de Corumbá para Argentina, Uruguai e países europeus. Eram exportados também subprodutos agrícolas como o açúcar e a rapadura”.<sup>47</sup>

Entre as grandes firmas de Mato Grosso responsáveis pela importação e exportação de mercadorias figurava a casa José Maria de Pinho<sup>48</sup>, estabelecida em São Luiz de Cáceres e fundada em 1902. A casa comercial exportava a ipecacuanha e importava produtos variados como roupas feitas, fazendas, ferragens, perfumaria, drogas, chapéus, calçados, louças e vidros.

Em Miranda, a firma Angelo Rebuá & Irmão<sup>49</sup>, fundada em 1908, tinha duas fazendas, a Pastinho e Bocaina, dedicadas à criação de gado vacum e de suínos. Os couros vacuns e as crinas eram também exportados. A casa comercial Vicente Anastácio<sup>50</sup> fundada em Nioaque em 1871, importava ferragens, fazendas, secos e molhados, modas e exportava couro vacum, crina, borracha paina, penas de garça. A casa possuía duas fazendas em

---

<sup>45</sup> BRAZIL. Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro*. (Tese de doutorado). São Paulo/FFLCH/USP, 1999. p. 217.

<sup>46</sup> *Alfândega de Corumbá*. Fundação Universidade de Mato Grosso. Coordenação de Cultura. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Brasília: Ministério da Fazenda. Divisão de Documentação, 1988.p.11.

<sup>47</sup> *Alfândega de Corumbá. [...]*. Ob.cit. Brasília: Ministério da Fazenda. Divisão de Documentação, 1988. p.11.

<sup>48</sup> AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914. p. XLVIII.

<sup>49</sup> Cf. AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914.

<sup>50</sup> Cf. Id. ib. p. LIX-LX..

Nioaque, chamadas São João e Urumbaba, onde mantinha criações de gado vacum, cavalos, lanígero e suíno.

Em Corumbá, a firma Pereira & Sobrinhos & Cia., fundada em 1909 em sucessão à firma Pereira e Sobrinhos (1882), era importadora de produtos em geral, “mantendo para esse fim relações diretas com todas as praças principais do Velho e Novo Mundo, gozando de um crédito quase ilimitado”.<sup>51</sup> Exportava, também, borracha, ipecacuanha e penas de garça. Também a firma Vasquez, Filhos & Cia.<sup>52</sup> importava produtos variados, sobretudo farinha de trigo, exportando todos os gêneros do Estado.

Outras firmas fundadas no início do século XX nas cidades de Mato Grosso, especialmente em Corumbá, também dinamizaram o comércio e promoveram intensa circulação de mercadorias e pessoas pelo porto de Corumbá. Já no final do século XIX, foi registrado movimento de 604:298\$400, valor proveniente dos produtos importados durante o período de 1878 e 1879, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2  
Produtos importados entre 1878 - 1879.

Produtos	Quantidade	Valor
Farinha de trigo	3.396 sacos	84.504\$000
Vinho	137.560 litros	68.780\$000
Sal	645.940 litros	45.215\$000
Banha derretida	672 caixas	43.000\$000
Café em grão	871 sacos	43.350\$000
Cerveja	1.097 barricas	43.880\$000
Manteiga de vaca	154 caixas	35.960\$000
Açúcar branco	574 barricas	34.440\$000
Azeite doce	443 caixas	21.264\$000

Fonte: CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 1943. p. 104.

A intensa movimentação de mercadorias no porto de Corumbá e de Cuiabá impunha a utilização do trabalhador escravizado nas mais variadas tarefas portuárias. A historiadora mato-grossense Lúcia Helena Gaeta lembra: “Nos portos de Corumbá e Cuiabá, costumava-se encontrar negros, alugados pelos seus senhores, para realizarem tarefas diversas, como de carga e descarga de navios. Todos aqueles que não podiam comprar escravos ou que, necessitando, não se interessavam em investir neles seu capital, alugavam negros de outros senhores”.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Cf. Id. ib. p. XXVI-XVII.

<sup>52</sup> Id. ib. p. XXVIII

<sup>53</sup> ALEIXO, Lúcia Helena G. Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888), p. 56.

No porto da vila de Santa Cruz de Corumbá, os cativos trabalhavam dividindo o espaço com os indígenas. Os viajantes estrangeiros e os brasileiros que chegavam ao local não se deparavam somente com os cativos de ganho, que em outros portos do Brasil se aglomeravam para venderem produtos ou fazer diversas atividades. Em Corumbá, os recém-chegados observavam também os nativos *kadiwéu*, que acampavam no porto e eram utilizados pelo comércio local.

Os comerciantes da vila usavam os serviços prestados pelos nativos, porque esse tipo de mão de obra tinha custo ainda menor que o dos escravos de aluguel. A Câmara Municipal chegou a sugerir ao Presidente da Província de Mato Grosso que aprovasse a construção de um galpão para abrigar os indígenas, já que a utilização dos mesmos como mão-de-obra era muito interessante para os comerciantes. Consta no relatório de 1881, direcionado ao presidente da Província: “No intuito de mais relações de amizade já com os índios-*cadiueos* que constantemente vem demorar alguns meses no porto desta cidade, a Câmara deseja ser habilitada a construir um galpão na margem do rio e no lugar indicado, que sirva de abrigo aos mesmos. Constantemente acham-se aqui de 100 a 200, acampados neste porto sem o menor abrigo [...]. A estada destes índios aqui tem sido de muita utilidade para o comércio, que os emprega nas descargas dos navios e carretos de bagagens e mercadorias, cobrando muito menos pelos seus serviços que qualquer outro”.<sup>54</sup>

Apesar do uso esporádico da mão-de-obra indígena nas atividades específicas do porto, era sobretudo o trabalhador escravizado quem executava as atividades de atracar embarcações, carregar e descarregar as mercadorias e executar as demais tarefas cotidianas do ancoradouro. A documentação primária, especificamente as classificações realizadas em Corumbá nos anos de 1873, 1874 e 1877, registram que na região os cativos desempenharam atividades especializadas de carpinteiro, pedreiro, lavrador, roceiro, jornaleiro, lavadeira, entre outras, indicando que, como em outras regiões do Brasil, o cativo fazia em Corumbá tudo que a população proprietária necessitava. A Tabela 3 sugere a plena participação do cativo na vida da sociedade corumbaense do século XIX.

Tabela 3

Relação de cativos com suas profissões e proprietários.

Nº. da Matrícula	Nº. da Classificação	Nome	Cor	Idade	Estado Civil	Profissão	Aptidão para o Trabalho	Nome do Senhor
------------------	----------------------	------	-----	-------	--------------	-----------	-------------------------	----------------

<sup>54</sup> Relatório da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso. Março de 1881. Livro 205, Folha nº 19. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

56	-	Paula	cabra	33	solteira	serviço doméstico	Regular	Joaquim José de Carvalho
43	-	Ângela	preta	28	solteira	cozinheira	Bastante	Antonio Maria Coelho
1205	98	Antonia	preta	30	solteira	lavadeira	Pouca	Benedicto Mariano de Campos
4442	141	Emília	preta	55	solteira	roceira	Pouca	Barão de Vila Maria
-	43	Aleixo	preta	45	solteiro	pedreiro	Bastante	Francisco Nunes da Cunha
3171	71	Galdino	parda	27	solteiro	carpinteiro	Bastante	José de Souza Rondon
4248	88	Agostinho	preta	22	solteiro	lavrador	Bastante	Manoel Pedroso de Barros
	68	Rofino	preta	27	solteiro	jornaleiro	Bastante	Francisco Nunes da Cunha
97	172	Joaquina	preta	38	solteira	todo o serviço	Bastante	Germano José da Silva
6	31	Anna	parda	30	solteira	engomadeira	Bastante	Miguel Paes de Barros
276	129	Ignês	parda	15	solteira	costureira	Bastante	Antônio Antunes Galvão Sobrinho
44	87	Salvador	preta	22	solteiro	jornaleiro	Bastante	Antonio José da Costa

Fonte: Classificações de 1873, 1874 e 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

O livro de *Classificação dos Escravos*, depositado no Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá, também é um importante registro da presença de cativos na Vila de Santa Cruz de Corumbá. No mesmo, há uma relação nominal de cativas residentes em Corumbá, mas que não estavam matriculadas nem averbadas na Alfândega, bem como de cativos matriculados em outros municípios e não averbados na Alfândega.

Tabela 4

Relação dos escravos residentes em Corumbá não matriculados nem averbados na Alfândega.

Nome	Cor	Idade Provável	Nome do senhor ou possuidor	Observações
Cristina	Preta	20 anos	Maria Bernardina de Jesus	A escrava tem um filho de nome Mathias

Márcia	Fula	14 anos	Salvador Augusto Moreira	Alega o possuidor que a escrava está matriculada em Cuiabá, mas não apresentou na junta a relação da matrícula.
Rufino	Preta	17 anos	Orlando Francisco da Silva	Declara o possuidor que o escravo foi entregue por Manoel Maximo Souza Melo.
Nicencia	Ignora-se	Ignora-se	Salvador Benedicto de (ilegível)	Reside no distrito do Taquari e consta que possui mais anos nestas condições.
Candido	Idem	3 anos	O mesmo	Este menor é nascido em abril de 1871 e filho de escrava precedente.
Gabriela	Fula	25 anos	Miguel Martins	Declara o possuidor que esta escrava foi lhe entregue por João Augusto.
Priscila	Preta	35 anos	Balthar Luis da Fonseca	Declara o possuidor que Boaventura da Motta foi quem alugou-lhe esta escrava.

Fonte: Livro nº 28-*Trabalhos da Junta Classificadora dos escravos (1873-1885)*. p. 09. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

Tabela 5

Relação dos cativos matriculados em outros Municípios e não averbados na Alfândega.

Nome do senhor ou possuidor	Nome do escravo	Nº da matrícula	Observações
Sr. Cyrillo José Pereira de Albuquerque	Custodia	1615	Matriculada no Município de Cuiabá
O mesmo	Sebastiana	1616	Idem (sic)
José de Souza Lima	Rufino	154	Matriculado no Município de São José de Tocantins
O mesmo	Miguel	125	Idem, idem (sic)
Randolpho Olegário de Figueiredo	Januario	2210	Matriculada no Município de Cuiabá
O mesmo	José	2211	Idem (sic)
Ana Rosa da Cunha	Bibiana	5002	Idem (sic)
Boaventura da Motta	José	3099	Idem (sic)
João Poupino Caldas	Manoel	2209	Idem (sic)
José Luis Martins	Nicencia	4399	Idem (sic)
Apolinário José Ferraz	Benedicta	5033	Idem (sic)
Antonio Delmiro Pompeo de Camargo	Rosa	3976	Idem (sic)
Carolina Alves Correa	Martinha	1720	Idem (sic). Tem 1 filho de nome Benedicto, nascido livre 8 fevereiro (ilegível)
A mesma	Nicencia	1721	Matriculado no Município de Cuiabá

Fonte: Livro nº 28-*Trabalhos da Junta Classificadora dos escravos (1873-1885)*. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

As *classificações* sobre os cativos existentes na vila de Santa Cruz Corumbá<sup>55</sup> mostram que muitos proprietários locais possuíam pelo menos um cativo para realizar as tarefas diárias. O historiador Mário Maestri lembrou que mesmo as famílias menos favorecidas “esforçavam-se para ter, no mínimo, um moleque ou uma velha escrava. Não possuir sequer um negro imprestável era sinal de pobreza e motivo de dificuldades”.<sup>56</sup> Possuir um só cativo já elevava a posição social de qualquer pessoa. Em qualquer povoado, vila ou cidade o homem branco procurava ter nem que fosse um único escravo à sua disposição. Até mesmo os negros libertos quando possível detinha a posse de negros escravizados.

Ser proprietário de trabalhador escravizado representava no Brasil muito mais que reconhecimento social, já que ele significava fonte de renda e de trabalho. O proprietário de cativo poderia viver sem precisar trabalhar, sem exercer qualquer ofício ou atividade. Exceto as atividades intelectuais e administrativas exercidas pelos homens livres todas as demais eram encargo do trabalhador escravizado. Era comum que cativos que obtinham a liberdade adquirissem trabalhadores escravizados e os pusessem ao trabalho.

Com certa estranheza, José de Mesquita mencionou sobre uma mulher negra, moradora de Cuiabá, proprietária de vários cativos. Ao falar dos moradores e dos nomes de ruas da capital de Mato Grosso no início do século XIX, escreveu que era de se notar a dona da casa nº 5, na rua da Mandioca “Rosa Maria de Oliveira, viúva, preta, e senhora de mais de 30 escravos”.<sup>57</sup> Em dezembro de 1827, Hercules Florence também registrou, quando esteve na vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, ter conhecido “um velho preto de nação cabinda que, depois de conseguir a dinheiro sua libertação, a de sua mulher e filhos, comprara por seu turno lavras e escravos”.<sup>58</sup> Nessa época, o ex-cativo possuía trinta trabalhadores descritos pelo viajante como *sãos, fortes e contentes*. Entretanto, o *negro cabinda* já havia favorecido a liberdade para vinte cativos. Como vimos, mesmos as famílias humildes se esforçavam para ter ao menos um cativo.

Contemporâneo à escravidão, o memorialista José de Barros viveu em Mato Grosso, sendo servido por cativos. Registrou em suas *Lembranças*: “É preciso contar que tínhamos então dois escravos; um de nome Lúcio e outra Ana. Muito bons serviços nos prestaram.

---

<sup>55</sup> Cf. Classificação dos escravos, 1873, 1874 e 1877. p. 179-203.

<sup>56</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 141.

<sup>57</sup> MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá, 1978. p. 109.

<sup>58</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 220.

Eram bons. O Lúcio, além de trabalhador era fiel à toda prova”.<sup>59</sup> Escreveu o autor que mesmo sendo sua família pobre, quando era criança, ela tinha dois cativos. Em 1882, José de Barros morou em São Luiz de Cáceres e, em 1884, trabalhou na Fazenda Jacobina, controlando os cativos no trabalho.

A fazenda Jacobina, de propriedade do tenente-coronel João Pereira Leite, considerada a mais faustosa da província de Mato Grosso, utilizava o trabalho de muitos cativos. Segundo Hercules Florence, que esteve no local em 1827, ali havia duzentos “escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta crianças formavam toda a escravatura desse estabelecimento; mas havia quase igual número de gente forra, entre agregados, crioulos, mulatos e índios, que trabalhavam mais ou menos para si, ou pagos pelo proprietário”.<sup>60</sup>

Na fazenda, além da morada de João Pereira, havia quarenta casas com coberturas de telha, uma igrejinha, oficinas, armazéns e ranchos, olaria, máquina de socar milho e quatro engenhos de açúcar, dois movidos a água e dois por bois. A morada do proprietário da Jacobina era um sobrado alpendrado. O primeiro pavimento da casa era amplo e tinha portas de acesso a uma área aberta, onde os cativos e forros desempenhavam suas tarefas diárias.<sup>61</sup>

O alpendre da casa era grande, comprido e aberto em uma de suas laterais, sustentado então por esteios de madeira. Na moradia havia uma mesa comprida e bancos de madeira maciça. Era no alpendre que o proprietário recebia os convidados e serviam-se as refeições. Efetivamente, devido ao calor, era no alpendre que os proprietários mato-grossenses serviam as refeições, recebiam os viajantes, rezavam as ladainhas, acomodavam os hóspedes, observavam os escravos. Na obra de Florence há referências ao uso do alpendre construído e contíguo às paredes externas das casas dos homens mais abastados da província.<sup>62</sup>

Em Quilombo, região rica em diamantes e distante doze léguas da vila de Guimarães, depois de ceiar na casa do português Domingos José de Azevedo, dono de trinta escravos, Florence assistiu “a ladainha que se reza no alpendre ou sala de entrada, onde para isso reúnem-se todos os escravos”. No mesmo alpendre, após a reza, foram colocadas camas nas quais os hóspedes, inclusive Florence, descansaram. O viajante Florence não ficou

---

<sup>59</sup> BARROS, José de. *Lembranças*. Corumbá. [s. ed.], 1949. p. 16.

<sup>60</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 182.

<sup>61</sup> Cf. Id. ib., p. 180.

<sup>62</sup> Id. ib.

satisfeito com a recepção do anfitrião, que contava os grãos de café para impedir que os cativos não lhe roubassem. <sup>63</sup>

Também em Corumbá as famílias serviram-se do trabalho escravizado. Com base nos dados obtidos pela historiadora Eunice Ajala Rocha no livro 2º de Classificação dos cativos utilizado pela Junta de Emancipação-1883-1885, sabemos da quantidade de trabalhadores escravizados que cada proprietário possuía, no ano de 1885. Nesse estudo, a historiadora concluiu: “Três deles eram os que possuíam maior número de cativos, apesar de ser bem maior o número de proprietários que possuíam apenas um escravo, empregado nos afazeres domésticos dos senhores, domiciliados nesta Vila”.<sup>64</sup> Os três maiores proprietários seriam o Barão de Vila Maria, José Caetano Metelo e Firmiano Firmino Ferreira Cândido. O primeiro, com 39 cativos, o segundo com 34 e o terceiro com 21.

“Um dos senhores que tinha o maior número de escravos era o cidadão Firmiano Firmino Ferreira Cândido, que falecera antes da classificação. Dentre os 21 escravos pertencentes a sua herança, encontramos a seguinte situação: onze não foram matriculados; três estavam pronunciados em sumário crime e seis se encontravam fugidos. Entre eles, apenas três eram casados ‘não se sabendo quem era a mulher do escravo ou marido da escrava’.” <sup>65</sup>

Firmiano Firmino Ferreira Cândido era um proprietário abastado e foi assassinado em 1878 pelos seus cativos que, depois de o justicarem, “destruíram os instrumentos de trabalho e de transporte existentes da fazenda e, em seguida, evadiram-se do local, carregando armas e provisões”. <sup>66</sup> Alguns desses cativos foram presos na cadeia pública de Corumbá e condenados a galés perpétuas.

Em junho de 1879, os cativos João, Julião e José Alves, presos pelo atentado ao proprietário, encontravam-se muito doentes e necessitando de atendimento médico. Na ocasião, o delegado de polícia João Antônio Rodrigues solicitou aos herdeiros, através de ofício de 24 de junho de 1879, que enviassem médico para atender os cativos. <sup>67</sup> Em resposta ao delegado, Joaquim Ferreira Nobre, genro do Firmiano Firmino, esclareceu que a família havia desistido do direito sobre os referidos trabalhadores, como também, “sobre

---

<sup>63</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 172.

<sup>64</sup> ROCHA, Eunice Ajala. *O Processo de Emancipação dos Escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)*. Separata da Revista Dimensão nº 5/7. Corumbá: UEMT, 1975/1977. p. 91-92.

<sup>65</sup> Id.ib. p. 92.

<sup>66</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra*. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888. p. 104.

<sup>67</sup> Delegacia de polícia do Termo da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 24 de junho de 1879. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.



os de nomes José e Benedicto que igualmente se acham presos, mesmo quando por ventura venham a ser perdoados pelo poder moderador”.<sup>68</sup>

Os herdeiros de Firmiano Firmino sabiam certamente que os cativos condenados a galés perpétuas por assassinares um homem de posses, seu próprio proprietário, ficariam presos até morrer, sendo dificilmente perdoados. Ao “desistirem” dos cativos já incapazes de produzirem uma renda, “furtavam-se” nos fatos à responsabilidade com a alimentação e os cuidados que exigissem, na prisão.

No mesmo dia 30 de junho, após receber a declaração da família abdicando dos direitos de proprietária sobre os referidos cativos, o delegado de polícia requisitou ao presidente da Câmara Municipal, João José Peres, que liberasse o fornecimento de “uma ração diária a cada um, conforme a tabela em vigor; sendo necessário mais, para o de nome Júlio, assistência do médico a os remédios precisos para seu curativo, que há vinte dias se acha bastante doente”.<sup>69</sup>

A *classificação* de 1874 registra proprietários com um cativo ou mais cativos. A proprietária Ana Rosa da Cunha, por exemplo, possuía uma cativa de dezessete anos de idade, chamada Bibiana, classificada com a cor preta, estado civil solteira e “apta para o serviço doméstico”. Joaquim Timóteo Ribeiro tinha uma escrava denominada Vicência, de cor preta, solteira, e “bastante apta para o serviço de cozinheira”. Jacinto Pompeo de Camargo possuía quatro cativas que realizavam os serviços dentro de sua casa, uma cozinheira, uma lavadeira e uma roceira.

Entre os proprietários arrolados na classificação de 1877, o barão de Vila Maria possuía uma quantidade mais expressiva de cativos, totalizando vinte e um. Jacinto Pompeo de Camargo tinha dez trabalhadores escravizados e Manoel Pedroso de Barros sete. Os demais proprietários possuíam entre um e três cativos.<sup>70</sup>

Nas casas dos proprietários corumbaenses mais ricos, cativos de diferentes profissões cuidavam das várias tarefas exigidas por uma moradia. Trabalhadores especializados destinados aos serviços domésticos ou a labutarem como pedreiros, marceneiros, etc. eram mantidos pelas famílias. Em 1877, o promotor público Jacintho Pompeo de Camargo explorava dez trabalhadores de diferentes profissões, sete mulheres e três homens.

---

<sup>68</sup> Cf. Joaquim Ferreira Nobre, Cidade de Santa Cruz de Corumbá. 30 de junho de 1879. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

<sup>69</sup> Delegacia de polícia do Termo da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 30 de junho de 1879. Arquivo Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>70</sup> Cf. Tabela - 4 - Quadro demonstrativo de cativos por senhores proprietários / 1877. p. 204.

Tabela 6

## Quantidade de cativos do senhor Jacintho Pompeo de Camargo

Nome do escravo	Cor	Idade	Profissão
Virginia	Parda	16	Serviço doméstico
Romano	Preta	27	Lavrador
Pedro	Parda	18	Roceiro
João	Preta	15	Serviço doméstico
Clementina	Preta	11	Serviço doméstico
Maria Luisa	Preta	13	Serviço doméstico
Francisca	Preta	14	Serviço doméstico
Belisária	Preta	22	Roceira
Agostinha	Preta	40	Lavadeira
Sebastiana	Preta	54	Cozinheira

Fonte: *Classificação de 1877* – Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

Como vimos, a historiografia evidencia que os cativos foram usados como mão-de-obra nas cidades, mantendo a sobrevivência dos proprietários e proprietárias pobres e ricos. Os cativos urbanos eram destinados ao aluguel e ao ganho. Eles trabalhavam como serviçais domésticos. Nas ruas, os negros de ganho carregavam mercadorias em cestos, tabuleiros ou na cabeça; transportavam pessoas; prestavam serviços como operários, marinheiros, quitandeiros, barbeiros, cirurgiões, pescadores, cocheiros, músicos e pedreiros; vendiam produtos alimentícios, utilidades domésticas, roupas e livros. Havia também as cativas que se prostituíam e os doentes e inválidos que pediam esmolas a mando dos seus cúpidos proprietários.

Os cativos barbeiros mais hábeis percorriam as praias, ruas, praças, portas das oficinas e estradas com suas navalhas e a tesouras oferecendo corte de cabelo e barba, serviços de cirurgia, aplicações de sanguessugas, tratamento dentário. Esses ambulantes tinham como clientes, sobretudo os negros de ganho e os homens livres pobres, dado os baixos preços cobrados pelos serviços. Os cativos eram mandados para aprenderem ofícios industriais ou os segredos da navegação, para então exercerem sua prática como negros ganhadores ou de aluguel.

Também os cativos em Mato Grosso que não trabalhavam nos serviços domésticos aprendiam alguma função para tornarem-se cativos de aluguel ou de ganho. Lúcia Helena Aleixo comenta: “Em Cuiabá, por exemplo, existiam tendas e oficinas que ocupavam a mão-de-obra escrava para o desempenho de funções especializadas como a de carpinteiro, de oleiro, de sapateiro e outros”.<sup>71</sup> Os cativos eram também utilizados nos serviços

<sup>71</sup> ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre 1850-1889*. Brasília: Alvorada, 1984. p. 55.

domésticos como arrumadeiras, cozinheiras, amas de leite e serviços gerais. Como já mencionado, em Corumbá, os cativos também exerceram diversas funções de carpinteiro, como registra a Tabela 7.

Tabela 7

Quadro demonstrativo das profissões de cativos em Corumbá – 1873, 1874 e 1877.

PROFISSÃO	1873	1874	1877
Carpinteiro	-	-	1
Costureira	2	2	1
Cozinheira	23	12	11
Engomadeira	2	1	1
Ignora-se	1	0	-
Jornaleiro(a)	-	-	3
Lavadeira	4	4	3
Lavrador(a)	-	1	4
Marceneiro	-	-	1
Não tem	1	3	4
Pedreiro	-	-	4
Serviço de roça	12	18	19
Serviço doméstico	39	32	39
Todo serviço	-	-	3
TOTAL GERAL	84	73	94

Fonte: Classificações de 1873, 1874 e 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

A tabela 7 assinala que grande parte dos trabalhadores escravizados ocupava-se nos serviços domésticos e nas tarefas da cozinha. Entretanto, destaque-se que era habitual que os cativos domésticos fossem utilizados na produção de produtos e na prestação de serviços que aumentassem a renda dos proprietários. A pesquisa mostrou também que entre as qualidades étnico-sociais da população cativa de Corumbá havia mais escravo de cor preta, do que parda e *cabra*. A categoria *cabra* usada na época denotava a mistura de mulato com o negro.

Tabela 8

Quadro demonstrativo de qualidade e quantidade de escravos em Corumbá no período de 1873, 1874 e 1877.

QUALIDADE	1873	1874	1877
Cabra	9	0	0
Parda	21	24	32
Preta	54	49	62
TOTAL GERAL	84	73	94

Fonte: Classificações de 1873, 1874 e 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

A historiadora Maria do Carmo Brazil lembra: “Apesar de existirem, oficialmente, três qualidades étnico-sociais classificatórias da população mato-grossense (brancos, pardos e pretos), foram encontradas, no decorrer da pesquisa, diversas categorias de ordem fenotípica e outras referentes à população de cor: mulatos, crioulos, índios, mestiços, índio aldeado, caburé (mestiço de negro e índio), cabra (mestiço, filho de mulato e negro) e outras”.<sup>72</sup>

No campo e na cidade, a propriedade de cativos representava à possibilidade da família rica ou pobre viver sem se envolver em atividade braçal, obtendo renda direta, alugando os cativos para terceiros ou enviando-os às ruas para venderem serviços e produtos. Nas palavras de Jacob Gorender “[...] tornou-se bom negócio vender ou alugar escravos [...]”.<sup>73</sup>

O cativo urbano e o rural viviam em sociedade que os caracterizavam como mercadorias, instrumentos de trabalho a serem explorados pelos proprietários. Nesse sentido, não raro, não havia diferença entre o cativo rural utilizado nas charqueadas, onde trabalhava descalço, pisando o sal grosso, em tarefas duras, e aquele que trabalhava na cidade, obrigado ao duro trabalho da estiva do porto, do transporte de mercadorias, etc.

O historiador Mário Maestri assinala: “Os proprietários de escravos de ofício recebiam diretamente os salários de seus negros dos arrendatários, que, muitas vezes, deviam alimentar os trabalhadores. Os senhores podiam, em vez de alugar os cativos, mandá-los ao ganho”.<sup>74</sup> Cativos de ganho circulavam na cidade para trabalharem, sendo obrigados a retornar à casa do proprietário para prestação de contas, quando então entregavam o ganho, como vimos, acertado cada dia, cada semana ou, até mesmo, cada mês. “Escravos ou escravas com qualquer habilidade eram obrigados, diariamente, a oferecerem pelas ruas seus produtos ou serviços. Alguns destes cativos deviam voltar, até duas vezes por dia, à casa do senhor para fazerem as refeições e entregarem a fêria do dia”.<sup>75</sup>

A renda excedente ao ganho era aplicada pelo negro na sua alimentação, vestimentas e, com muita poupança, na compra da liberdade, caso lhe fosse permitido. Segundo Mário Maestri: “Para se livrarem da preocupação com a alimentação e vestuário dos negros, muitos senhores permitiam que eles vivessem ‘independentes’, com o que obtivessem

<sup>72</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. p. 74.

<sup>73</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 485.

<sup>74</sup> MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 46.

<sup>75</sup> MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 46.

acima do estipulado como ganho. Escravos habilidosos e comedidos alcançavam, depois de muitas economias, comprar a liberdade aos senhores”.<sup>76</sup>

Mais comumente, como vimos, o cativo de aluguel ficava sob a responsabilidade do locatário, o qual era obrigado fornecer-lhe comida, roupa e local para dormir. Havia cativos de aluguel que comiam e moravam com os proprietários. A remuneração do trabalho do negro de aluguel era entregue diretamente ao seu proprietário pela agência ou pelo locatário.<sup>77</sup>

Manter um cativo ganhador nas ruas obrigava os proprietários ao cumprimento de certas disposições legais, previstas nos Códigos de Posturas Municipais. No Rio de Janeiro, para que um ganhador circulasse pelas ruas, era preciso que seu proprietários requeresse licença junto à Câmara Municipal, pagando a taxa correspondente.

Luiz Carlos Soares lembra: “[...] era terminantemente proibido que os senhores colocassem os seus escravos no ganho de rua sem a autorização expressa e a licença da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. [...] Os senhores encaminhavam o seu pedido de licença à Câmara municipal e efetuavam o pagamento de 1\$000 réis relativos a cada cativo [...]. A licença concedida vigorava apenas por um ano [...]”.<sup>78</sup>

Em Corumbá, os cativos que fossem encontrados pelas ruas vendendo produtos proibidos eram punidos, assim como os compradores desses produtos. Consta no artigo 42º do Código das Posturas Municipais de Corumbá, de 1875, a seguinte informação: “Qualquer pessoa que comprar a escravos e a soldados objetos ou gêneros que estes não possam ter, será obrigada a restituí-los ao seu verdadeiro dono e a pagar multa de 30\$000 réis.” No mesmo código, o artigo 17º determinava que o fiscal municipal era autorizado a mandar prender os cativos infratores das Posturas. “O Fiscal é autorizado a mandar pôr em custódia à sua ordem, até a satisfação da multa, o infrator de Postura, que for desconhecido ou escravo”.<sup>79</sup>

Os soldados do exército imperial mencionados no relatório de 1886, instalaram-se em Corumbá em 1870 em função da desocupação da região pelas tropas paraguaias e do término do conflito com o Paraguai (1864-1869). Observa-se que os soldados eram equiparados pela lei aos cativos, o que pode ser explicado devido à situação econômica a que estavam submetidos. Muitos soldados eram libertos, negros livres, caboclos, etc. Não

---

<sup>76</sup> Id. *ibidem*.

<sup>77</sup> Cf. SOAREZ, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 8, n. 16, pp. 107-142, mar./ago. 1988.

<sup>78</sup> Id. *ib.* p. 11.

<sup>79</sup> Código de Posturas Municipais da Vila de Santa Cruz de Corumbá. Palácio do Governo da Província de Mato Grosso. Cuiabá 3 de julho de 1875. Arquivo Público de Mato Grosso-MT.

apenas na sociedade corumbaense do século XIX, os praças pertenciam à classe mais humilhada, passando necessidades e morando em ranchos precários. Nessas condições, era normal que se arranjassem para melhorar suas condições de existência.

A precária situação dos praças foi descrita pela Câmara Municipal: “Com o nome acima existe uma parte desta cidade edificada pelos praças do 3º Regimento de artilharia [...]. Nesse bairro, hoje, abriga-se a parte mais desprotegida da fortuna, da nossa população, composta pela maior parte dos soldados que obtiveram baixas do serviço e das vivandeiras que as acompanhavam [...]”.<sup>80</sup>

No Código de Posturas de 1881, elaborado em Corumbá e aprovado pela Assembléia Legislativa provincial de Mato Grosso, também foi terminantemente proibido comprar qualquer produto de cativos e de outros indivíduos sem autorização dos proprietários. Porém, não consta nas Posturas a obrigatoriedade de licença por parte dos proprietários para a exploração de cativo de ganho. O capítulo 6 artigo 20º desse Código de Posturas ordenava: “É expressamente proibido comprar-se objetos de qualquer natureza ou valor que seja, de escravos, crioulos, párvulos [idiota], ou filhos de famílias, sem autorização dos senhores, amos, pais ou tutores [...]”.<sup>81</sup>

A presença do cativo foi primordial na sociedade mato-grossense. Depois de extinta a escravatura, em maio de 1888, a produção da lavoura local diminuiu consideravelmente, atestando que também em Mato grosso a mão-de-obra escrava era a mais significativa embora não fosse à única nesta província. É o que podemos verificar no relatório do presidente da Província Francisco Raphael de Mello Rego, que registra: “[...] a perturbação, passageira, aliás, que se tem dado ultimamente no trabalho da lavoura da província, com a extinção da escravatura, deve influir para que a produção não corresponda à dos anos anteriores. Como sabeis, o único instrumento, pode-se dizer, de trabalho nesta província, era o braço escravo. O trabalho livre era tão insignificante, máxime, na grande lavoura, que quase não entrava em linha de conta”.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> Relatório de 1886. Fl. 70. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>81</sup> Código de Posturas Municipais da Vila de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Arquivo Público de Mato Grosso-MT.

<sup>82</sup> Relatório apresentado pelo Presidente da Província Francisco Raphael de Mello Rego, em 20 de outubro de 1888. Secretaria de Administração. Departamento de Documentação. Cuiabá-MT.

## CAPÍTULO IV

### Corumbá e as edificações de nuances e de transição

*Os grandes edifícios, como as grandes montanhas, são obras dos séculos. Muitas vezes a arte se transforma e eles pendem ainda, pendentes opera interrupta; continuam-se calmamente de acordo com a arte transformada. (...) a coisa se faz sem agitação, sem esforço, sem reação, seguindo uma lei natural e tranqüila... O homem, o artista, o indivíduo, se apagam nestas grandes massas sem nome de autor; a inteligência humana nelas se resume e se totaliza.*

Victor Hugo, 1831.

#### 4 Corumbá e as edificações de nuances e de transição

Alguns fatores ajudam a compreender as modificações verificadas nas estruturas materiais de um determinado espaço. Reporto-me às reflexões realizadas pertinentemente no século XIX pelo famoso escritor francês Vitor Hugo a respeito da catedral *Notre-Dame de Paris*. Segundo suas observações tropológicas, as “rugas” e “verrugas” são marcas que golpeiam as edificações urbanas. Em outras palavras, o tempo “insensivelmente [faz] mossas aqui e ali”. Outro fator destacado pelo escritor francês, capaz de explicar as lesões causadas às características de um espaço arquitetônico refere-se às revoluções políticas e religiosas, identificadas como contusões, fraturas, brutalidades, que depois são submetidas às “restaurações” realizadas sob influências acadêmicas ou de tendências diversas.

Em seguida, Hugo aponta as modas como uma das grandes causadoras de lesões nas superfícies edificadas. Como seu objeto de análise é a catedral de Paris, o escritor fez contundentes críticas a respeito dos efeitos das modas: “[...] talharam em vivo, atacaram a armação óssea da arte; cortaram, desorganizaram, mataram o edifício, tanto na forma como no símbolo, na lógica como na beleza. E depois tornaram a construir; pretensão que não haviam tido, pelo menos, nem o tempo, nem as revoluções [...]. Aos séculos, às revoluções, que devastam pelo menos com imparcialidade e grandiosidade, veio juntar-se a nuvem de arquitetos de escola, patenteados, juramentados. Degradando com discernimento e escolha do mau gosto, substituindo as rendas góticas pelas chicórias de Luis XV, para maior glória do Partenon”.<sup>1</sup>

Independente das críticas à direção política da França do século XIX e da postura conservadora de Victor Hugo em relação aos novos agenciamentos arquitetônicos, a proposta hugoana também permite ler a história de uma nação à luz da sua arte e edificações, considerando a obra no tempo, a forças dos movimentos sociais e dos projetos políticos em um determinado espaço. No Brasil, com destaque ao Rio de Janeiro e São Paulo, o modo de construir e morar acompanhou as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, permitindo que, no final do século XIX, as formas arquitetônicas coloniais fossem gradativamente substituídas. A cultura trazida pela Corte portuguesa, o desenvolvimento da economia cafeeira, o declínio da escravidão, a entrada de imigrantes, o uso de máquinas foram alguns dos fatores que alteraram o modo de construir.

---

<sup>1</sup> Hugo, Victor. *O Corcunda de Notre Dame*. São Paulo: Ed. Três, 1973, p. 92-113.



Entre as principais mudanças verificadas por Nestor Gourlat nas construções do Rio de Janeiro e São Paulo estavam o recuo das mesmas em uma de suas laterais e a presença de um jardim no espaço deixado livre. O recuo lateral permitiu circulação do ar e melhor iluminação sobretudo, nas peças intermediárias. A ocupação interna e a disposição das peças prosseguiram obedecendo no geral aos padrões antigos, “A parte fronteira, abrindo para a rua, era reservada para as salas de visitas. Dispunham-se os quartos em torno de um corredor ou sala de almoço (varanda), na parte central, ficando cozinha e banheiro ao fundo. Em inúmeros casos, o alpendre de ferro iria funcionar, até certo ponto, como um corredor externo. Para ele abriam as portas das salas de visitas e almoço, janelas ou portas de alguns dos quartos e, por vezes, mesmo as portas da cozinha”.<sup>2</sup>

O afastamento das casas nas laterais ocorreu gradativamente, já que nem todas as construções edificadas no final do século XIX obedeceram a essa evolução. Somente no século XX é que a maioria das edificações recuou em suas laterais e na frente, mesmo assim com restrições. Segundo o arquiteto Nestor Gourlat, as mudanças mais nítidas ocorreram após 1920: “Os primeiros anos do século XX assistiram à repetição, sob várias formas, dos esquemas de relações entre arquitetura e lote urbano, que haviam entrado em voga com a República. Conservando-se ainda as técnicas de construção e uso dos edifícios, largamente apoiados na abundância de mão-de-obra mais grosseira e, em pequena parte, artesanal, era natural que se repetissem os esquemas de fins do século XIX, com soluções mais ou menos rústicas, com edifícios sobre o alinhamento da via pública, a revelar, em quase todos os detalhes, os compromissos de um passado ainda recente com o de trabalho escravo e com os esquemas rígidos dos tempos coloniais”.<sup>3</sup>

No sentido do movimento nacional, em Corumbá, as moradias se mantiveram quase sem alterações, liberando uma de suas laterais no início do século XX e a partir de 1930, nas duas laterais e na frente. Em Corumbá, a mudança no modo de construir e viver foi favorecida gradativamente pela busca da modernização; pelas determinações do poder público, traduzidas em regulamentos e no Código de Postura, que exigiam maior salubridade para as moradias; pelo calçamento das ruas; pela pintura periódica; pela reconstrução de prédios, pela limpeza urbana; pelo crescimento do comércio local; pela possibilidade de importar materiais; pela presença de casas construtoras.

Em *Corumbá de Todas as Graças*, ao tratar da questão das casas e casarões da cidade, o escritor corumbaense Augusto César Proença revelou certo ressentimento ao

---

<sup>2</sup> REIS FILHO, Nestor Gourlat. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 46.

<sup>3</sup> Id. ib., p. 54.

perceber que determinadas construções, sobretudo da rua 15 de Novembro, desapareceram por motivos quase inexplicáveis: “Infelizmente, em nome do progresso, da ganância, da falta de compreensão ou de cultura, sei lá, muitas dessas casas e casarões já passaram para a história (sic), desapareceram e hoje são apenas lembrados com saudade ou vistos em fotografias ou periódicos que registram o passado da cidade”.<sup>4</sup>

O lamento do escritor corumbaense sobre o dilaceramento das edificações urbanas ao longo do tempo são quase ecos das observações de Vitor Hugo. Proença, infelizmente não aponta com precisão quais moradias a que se reporta e qual o período em que foram erguidas. Ao generalizar simplesmente o tempo com a expressão vaga como “antigamente” o escritor refere-se de forma não precisa à existência de casas com ornamentos provindos de Portugal, mas que foram derrubadas pelos proprietários “Antigamente na rua 15 de novembro, por exemplo, entre a Avenida e a Delamare, as casas residenciais eram ornamentadas com pinhas em cima de suas fachadas e com estátuas que simbolizavam as estações do ano, produto da Fábrica de Cerâmica da Santo Antônio do Porto. Uma das mais famosas de Portugal”.<sup>5</sup>

E continua o autor sem maiores especificações: “Essas casas não existem mais há bastante tempo, os proprietários as derrubaram e as estátuas foram vendidas a preço de banana ou se encontram decorando a sala de visitas dos sobradinhos que as substituíram, como relíquia”.<sup>6</sup>

As casas e casarões lembrados com saudosismo por Augusto César, como registros do passado de Corumbá, segundo ele, foram derrubadas para dar lugar às construções erigidas no Porto de Corumbá. O Casario do Porto é proposto pelo escritor como “representante maior dessa arquitetura que simboliza os prósperos anos em que se deu o ‘rush’ do comércio internacional [...]”.<sup>7</sup> O autor vê os recém-chegados como enriquecedores da arquitetura de Corumbá, “ao conceberem casarões idênticos aos que viam nas suas terras de origem”.<sup>8</sup> Segundo a concepção de Proença a cultura *estrangeira* foi a responsável pela construção de grande parte do patrimônio local, representado pelas construções comerciais, registros do poderio econômico dos comerciantes de nacionalidades diversas.

Para compensar a falta de exemplares de construções históricas ou outras edificações do final do século XIX e início do XX, Proença utilizou-se de recurso estratégico, também

<sup>4</sup> PROENÇA, Augusto C. *Corumbá de Todas as Graças*. Campo Grande. Ruy Barbosa s/d, p. 105.

<sup>5</sup> Id. *ibidem*.

<sup>6</sup> Id. *ibidem*.

<sup>7</sup> Id. *ib.* p. 106.

<sup>8</sup> Id. *ibidem*.

usado por outros pesquisadores, para desviar as atenções do leitor e limitá-las, mais uma vez, às construções do Porto que se mantiveram de pé, algumas já modificadas a ponto de exigirem estudos aprofundados no sentido de poder construir visão sobre suas origens.

É verdade que muitas construções trazem na fachada a data de sua edificação, facilitando ao estudioso a definição do ano de sua construção. Porém, as casas que não possuem datas dificultam os trabalhos e submetem os estudiosos a perigosas armadilhas e discordâncias, impedindo o avanço das pesquisas. Dependendo das características arquitetônicas que apresentam, são generalizadamente classificadas apenas como pertencentes ao final do século XIX ou início do XX.

A historiadora Maria do Carmo Brazil lembra que, situada à margem direita do rio Paraguai, a cidade de Corumbá foi fundada por iniciativa da administração metropolitana portuguesa, com objetivo de garantir ocupação e o povoamento da fronteira oeste do Brasil, durante o século XVIII. No final do século XIX e início do século XX, com a abertura para o Prata, a cidade tornou-se centro comercial de referência internacional. Porém, interpretações oriundas de estudiosos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul conjecturaram que a via férrea teria determinado a “decadência irreversível” de Corumbá, a partir do forte “mito da decadência” da historiografia brasileira, sobretudo de tendência historicista.<sup>9</sup>

A partir daí, fortaleceu-se corrente de historiadores que destacaram os edifícios erigidos no porto para disseminar a idéia de que Corumbá fora próspera, mas se encontrava hoje em franca decadência. O advento dos *trilhos* em Mato Grosso, também, tem sido apontado constantemente como fator determinante da “decadência do eixo econômico platino”, reproduzindo informações superficiais sobre a “crise” do comércio mato-grossense e a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A geógrafa Claudemira Ito lembra: “O antigo dinamismo econômico na Bacia do Prata agora desarticulado pela chegada da ferrovia, podia ser mensurada pelo grande volume de mercadorias negociada pela Casa Comercial [...]”.<sup>10</sup>

Essa proposta materializa-se sobretudo, em teses acadêmicas da década de 80, defensoras da idéia de “decadência”.<sup>11</sup> Vale ressaltar a falta de originalidade das teses

---

<sup>9</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *A cidade portuária de Corumbá e o Mito da decadência*. XVIII Semana de História: O campo histórico atual: dinâmica e interseções. Assis, SP: Programa de pós-graduação em História - UNESP/ASSIS, 2000, p. 51-3.

<sup>10</sup> ITO, Claudemira. *Corumbá: - A Formação e o crescimento da Cidade*. São Paulo: Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, 1992, p. 123.

<sup>11</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *A cidade portuária de Corumbá e o Mito da decadência*. XVIII Semana de História: O campo histórico atual: dinâmica e interseções. Assis, SP: Programa de pós-graduação em História - UNESP/ASSIS, 2000, p. 51-3.

defendidas e reproduzidas desde esses anos pelos os estudiosos mato-grossenses. Quem consultar a crônica de Valério d' Almeida, publicada em 1967, por ocasião da comemoração do 1º Centenário da Retomada de Corumbá, já observa a ausência de revisão e reflexão em que se apóia essa proposta, repetidas sem conteúdo crítico, por trabalhos acadêmicos mais recentes: “Em 1914 inaugurou-se a Noroeste do Brasil e o empório Corumbaense sofreu as conseqüências da concorrência do planalto que descarregava para o sul, o grande mercado paulista ansiado para entrar em contato com a pecuária mato-grossense. Corumbá, abandonada, sofreu o êxodo dos que aqui haviam enriquecido e também dos que procuram adaptar-se às peculiaridades de sua existência, a esse tempo, cidade rica e faustosa, lembrada sempre como uma civilização à parte nos confins de nossa fronteira ocidental [...]”.<sup>12</sup>

Segundo Maria do Carmo Brazil, o “pessimismo” e o “saudosismo” transmitem imagens de catástrofes “insuperáveis” ou “irreversíveis” em relação ao futuro da cidade. O antigo “dinamismo econômico” na Bacia do Prata “desarticulado pela chegada da ferrovia”, torna-se “incompatível” e o desenvolvimento de uma cidade portuária, outrora “rica e faustosa”, torna-se caótico e insolúvel.

Brazil, tomando por base as análises do historiador Arthur Helman, em sua obra *A idéia de decadência na História Ocidental*, explica que a visão pessimista traduz a idéia de que os habitantes da cidade “abandonada” foram “incapazes de evitar o desastre iminente o que transforma inevitavelmente o pessimismo em fatalismo. As opções reduzem-se à resignação e à retirada”.<sup>13</sup> As pessoas procuraram “adaptar-se às peculiaridades de sua existência” ou migraram, depois de “terem se enriquecido” nos “confins” da fronteira ocidental.<sup>14</sup>

Para mostrar a bela cultura herdada dos construtores estrangeiros radicados em Corumbá a partir de meados do século XIX, que teriam translado *cópias autênticas* da arquitetura de sua terra de origem, como sugere Augusto César Proença, esqueceram-se das construções levantadas nos becos, nas ruas desvalorizadas, nos quintais de pedras sobressalentes. Silenciaram sobre as casas mais simples de uma única porta e duas janelas na fachada, inúmeras delas derrubadas totalmente ou parcialmente.

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Valério d'. *1º Centenário da Retomada de Vila de Corumbá*. Corumbá: Prefeitura Municipal, 1967.

<sup>13</sup> HERMAN, Arthur. *A idéia de decadência na História Ocidental*. Tradução Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>14</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *A cidade portuária de Corumbá e o Mito da decadência*. XVIII Semana de História: O campo histórico atual: dinâmica e interseções. Assis, SP: Programa de pós-graduação em História - UNESP/ASSIS, 2000.

Enquanto as atenções foram canalizadas para o Porto, permitiram que as casas mais simples e os antigos casarões, espaços permanentes na memória coletiva dos cidadãos corumbaenses fossem derrubados e apagados do cenário urbano para darem lugar ao visto como belo, como opulento, ou seja, às construções representativas do poder econômico, estas sim, trazidas de padrões estéticos e construtivos alienígenas. Graças a um olhar mais apurado sobre as construções do final do século XIX e início do século XX, além da área do Porto, foi possível observar e estudar uma importante parte do patrimônio arquitetônico da cidade, em geral quase esquecida.

As antigas construções que ainda se encontram em pé podem não atrair a curiosidade das pessoas pela simplicidade com que se apresentam. A tendência do observador é restringir o olhar à arquitetura mais opulenta, símbolo de uma elite formada por comerciantes estrangeiros, ligados aos negócios platinos. Porém, formas mais singelas, menos suntuosas, não raro mantêm dispersas em meio a outros estilos arquitetônicos, também representam marcos da cultura corumbaense.

Cumpre-nos, portanto, lembrar que a paisagem urbana corumbaense não se restringe ao belo casario do Porto, ao qual devemos ajuntar os espaçosos casarões, de muitas portas e janelas e as simples casas de alvenaria, de uma porta e janela. Cumpre-nos lembrar, igualmente, que, nos fatos, Corumbá nasceu do pau-a-pique, do barro e da palha.

### **Corumbá em dois andares**

Fundado às margens do rio Paraguai, o povoado de Corumbá ocupou a elevada barranca calcárea e atendeu às exigências dos primeiros emissários coloniais, que deviam cumprir ordens de ocupação expedidas pela Coroa portuguesa. Para a escolha de um lugar que atendia às orientações de Luiz de Albuquerque, o emissário João Leme do Prado observou cuidadosamente o morro das Pitas que parecia lugar apropriado ao objetivo político militar do governo colonial.

Raul Silveira de Mello explica que o “Morro das Pitas” tratava-se de altas barrancas ou ribanceiras cobertas por uma espessa vegetação de piteiras, plantas cujas folhas são de base larga, de ponta aguda, bordadas de espinhos, polposas e fibrosas. Seus fios eram utilizados pelos índios para a confecção de rendas e tecidos. “O que Freitas [o cabo de dragões Manoel da Silva Freitas foi que primeiro batizou o lugar com a referida nomenclatura]... e Costa Siqueira [cronista oficial português] chamavam de morro [das Pitas], era, nem mais nem menos, aquelas ribanceiras ou altas barrancas.... Em Corumbá,

as barrancas são realmente alterosas... Não é de admirar que aqueles transeuntes, ao toparem as altas ribanceiras, tivessem a impressão de que estavam ao pé de um morro”.<sup>15</sup>

Preocupado com a melhor localização e mais fácil defesa da parte sul de Mato Grosso, dentro das orientações de Luís de Albuquerque, dois lugares pareciam adequados para a construção do povoado: o "Morrete", em frente à foz do rio Miranda, hoje denominado morro de Albuquerque ou Morrinho, onde os oficiais assentaram um forte de pequena guarnição, e as “barrancas da jusante do canal dos Tamengos”. Efetuado o reconhecimento dos sítios, o sertanista organizou um minucioso esboço topográfico e remeteu ao capitão general.<sup>16</sup>

As encostas do canal foram escolhidas por Luiz de Albuquerque para a instalação do povoado de defesa, onde foram colocadas as guarnições. Nesse sentido, os primeiros núcleos habitacionais foram erigidos na parte alta da cidade de Corumbá.<sup>17</sup> Os dados levantados por Leme do Prado explicitavam a necessidade de dominar aquele trecho do rio por se tratar de terras e águas de importância estratégica para as fronteiras meridionais.<sup>18</sup>

Decidido o local, o comando do povoado ficou a cargo de João Leme do Prado, que preferiu instalar-se em um outro local, que chamou de Ladário, a uns seis quilômetros a jusante, alegando que o terreno escolhido pelo capitão-general, por sua natureza calcária, era impróprio para plantações, portanto incapaz de atender a subsistência dos homens que serviam ao posto de serviço.<sup>19</sup>

Em 1778, para completar a política de consolidação portuguesa, Luís de Albuquerque fundou estrategicamente as povoações de Albuquerque (Corumbá) e Vila Maria (Cáceres)<sup>20</sup>. Além de garantir a posse territorial, de dominar as comunidades de nativos livres e de conter as investidas castelhanas, a iniciativa governamental franqueou o sul de Mato Grosso aos interesses dos proprietários de terras que, inicialmente, limitavam suas propriedades às proximidades de Cuiabá.<sup>21</sup>

A parte baixa do terreno, separada naturalmente da área alta pela elevação de pedras, teve seu plano ocupado pelos fortes de Santo Antônio, São Francisco e Caxias. Limitadas

---

<sup>15</sup> MELLO, Raul Silveira. *Investigações topográficas e florísticas – Onde ficava o Morro das Pitãs. Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 55.

<sup>16</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai*. O “mar interno” brasileiro. (Tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1999. p. 147-149.

<sup>17</sup> Id. *ibidem*.

<sup>18</sup> Id. *ibidem*.

<sup>19</sup> Id. *ibidem*.

<sup>20</sup> MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. [Ver Figura 4. Local exato da fundação de Albuquerque (Corumbá), p. 236].

<sup>21</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai*. O “mar interno” brasileiro. (Tese de doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1999. p.147-9.

pelo rio e pela barranca, as construções na sua maioria foram elevadas em estilo eclético com os recursos dos comerciantes. Foram, portanto, as casas comerciais que representaram o trabalho de importação e de exportação de mercadorias pelos negociantes estrangeiros.

Pela aproximação do rio, a cidade baixa favoreceu a edificação e a permanência das casas de negócios, de edifícios públicos como a Alfândega. Na parte alta, os habitantes serviram-se dos terrenos para construir suas lojas, consultórios, hospital, igrejas, praças e as moradas. A ligação entre a cidade baixa e alta foi obtida através da abertura de ladeiras, como a ladeira da Candelária, atualmente denominada Cunha e Cruz que dá acesso ao porto e ao rio Paraguai.

Os obstáculos naturais encontrados pelos lusitanos no Novo Mundo, somados ao sentido prático dos mesmos, resultaram em cidades desalinhas. “Os portugueses, dotados de maior pragmatismo realista, foram menos rígidos no urbanismo colonial. Deixaram que suas cidades se espalhassem preguiçosamente no desalinho das ruelas estreitas e retorcidas que, ora no plano, ora ladeira acima, compunham a simbiose entre a natureza variada e nem sempre fácil de domar da América Tropical, e as concepções européias do casario urbano”.<sup>22</sup>

Em *Barro e Sangue: mão- de- obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. [1777-1888]*, a arquiteta e historiadora Ester Gutierrez fez amplo estudo do Velho e o Novo Mundo, do ponto de vista arquitetônico, evidenciando como os portugueses ocuparam o território e desenharam as cidades no Brasil. Mostrou que as primeiras cidades fundadas pelos portugueses obedeceram ao plano do terreno, sobretudo ao estilo das cidades portuguesas. Nesse sentido, fundada em 1549, foi dividida em cidade baixa e alta. “[...] baixa, para atividades portuárias e de comércio de exportação e importação, e alta, para as residências mais importantes, comércio varejista, edifícios administrativos e religiosos. No alto, a cidade tendia para um traçado mais ou menos regular”.<sup>23</sup>

As matas originais da parte alta de Corumbá foram sendo derrubadas, as ruas abertas e as construções elevadas. Porém, tudo obedecendo ao traçado do presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raymundo Delamare, que promoveu o povoamento, ordenou a construção e edifícios públicos, elaborou projeto de urbanização para o povoado de Corumbá, com ruas paralelas ao rio, cortadas por outras no formato de tabuleiro de xadrez.

---

<sup>22</sup> SINGER, Paul Israel; CARDOSO, Fernando Henrique. *A cidade e o campo*. São Paulo: CEBRAP, 1972. p. 37.

<sup>23</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue mão- de- obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. [1777-1888]*. Universitária UFPel, 2004. p. 30.

A regularidade planejada para a cidade não foi idéia geral entre os luso-brasileiros, tanto que não raro a cidade nascia “ao léu, organicamente ancoradas aos acidentes topográficos, ora encarapitadas em cima de outeiros, como mandava a milenar tradição lusa das cidades em acrópole, como é o caso do porto, de Lisboa, de Olinda, de Salvador, do rio do castelo; ora nas planícies, aos pés dos morros e cordeadas ao sabor dos caprichos de seus primeiros povoadores, geralmente pessoas totalmente alheias a esses problemas de urbanização e daí a espontaneidade e a imprevisibilidade desses traçados”.<sup>24</sup>

Era costume dos espanhóis traçarem as ruas em xadrez seguindo as determinações das *Leys Generales de Las Índias*. Os portugueses, porém, adaptavam-se mais às próprias condições naturais dos terrenos. Segundo Carlos Lemos, a urbanização e a arquitetura regular, simétrica e dotada de beleza foram implantados somente por alguns engenheiros militares, cujo projeto tratava-se de uma povoação próxima a uma fortificação. Talvez isso explique o fato das ruas de Corumbá terem sido traçadas paralelas ao rio e cortadas por outras, já que na região havia fortes que delimitavam a vila, como Forte de Caxias, Forte de São Francisco e Forte de Santo Antônio. Na planta de 1889<sup>25</sup> observa-se a delimitação da região pelos fortes.

Através da planta de Corumbá traçada em 1875<sup>26</sup>, é possível observar a quantidade de ruas. Na parte alta, paralelas ao rio, havia as ruas Delamare, Barão de Iguapehy, Alencastro e Bella Vista,<sup>27</sup> cortadas por São Pedro, Câmara, Coronel Carvalho, Santa Thereza, São Gabriel, 7 de Setembro, Major Gama e Oriental. Concentravam-se neste espaço a cadeia pública, a Igreja Nossa Senhora da Candelária e os largos de São Pedro, de Santa Theresa e Carmo, além de moradias. Na parte baixa, a rua Augusta<sup>28</sup> era o caminho único e porta de entrada para os viajantes que chegavam nos navios.

Na planta de Corumbá de 1889<sup>29</sup>, traçada em cumprimento às ordens do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, observa-se que na parte baixa da cidade permaneceu a Alfândega e na parte alta, as praças e as casas dos civis e militares. Mais detalhado, o traçado permite a localização das residências do comandante da Divisão, da 1ª e 2ª

---

<sup>24</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979. p. 25.

<sup>25</sup> Cf. [Anexos- Figura 3, p. 207].

<sup>26</sup> Planta da cidade de Corumbá, 1889. Raul Silveira de Mello. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1966. p. 206. [Anexos- Figura 2, p. 206].

<sup>27</sup> Tratam-se hoje respectivamente das ruas: Delamare, 13 de Junho e D. Aquino Correa, cortadas por Tiradentes, Antônio João, Antônio Maria Coelho, Frei Mariano, 15 de Novembro, 7 de Setembro, Major Gama e Oriental.

<sup>28</sup> Atualmente denominada de Manoel Cavassa.

<sup>29</sup> Planta da cidade de Corumbá, 1889. Raul Silveira de Mello. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1966. p. 132. [Anexos – Figura 3, p. 207].



Brigada, do chefe de Comissão de Engenheiros e do Corpo de Saúde, de órgãos públicos como Câmara Municipal, Cadeia, Estação Telefônica e outros.

A arquitetura que atendeu às necessidades dos habitantes de Corumbá no final do século XIX e início do século XX caracterizou-se pelas construções em terrenos compridos e estreitos, levantadas com paredes de pedras, com peças de circulação interna, escuras e pouco arejadas, com janelas e portas expostas às ruas. Além disso, eram alinhadas à via pública e a fachada possuía ornatos aplicados. As mudanças ocorreram, gradativamente, dentro de processo lento e gradual, e o modo de construir, mesmo após a escravidão, permaneceu quase inalterado.

### **Cidade baixa**

No porto da cidade de Corumbá, algumas construções erigidas no final do século XIX e, outras, do início do século XX, sobreviveram ao tempo apesar de algumas adaptações realizadas nas portas e nas janelas, alterando a fachada e o interior das moradias, através da construção de banheiros, de cozinhas e de divisões de amplas salas para atender às necessidades da sociedade atual. Mesmo assim, é possível fazer um estudo dessas edificações, entendendo o programa de necessidades das pessoas que se utilizavam delas.

A construção n° 27, da rua Manoel Cavassa, esquina com a Travessa Mercúrio, que foi sede da firma Pereira & Sobrinhos, fundada em 1882 por Manoel Pereira Júnior, é um exemplo de edificação que subsistiu ao tempo. Foi elevada em alvenaria, com cobertura de metal, em estilo eclético. [Figura 36].

Em 1914, a casa comercial Pereira & Sobrinhos, estabelecida no referido endereço, mantinha relações comerciais com países da Europa e da América, exportando borracha, ipecacuanha, penas de garça e principalmente couros vacuns. Com apenas um pavimento, a referida construção, tem na fachada dez portas, todas em arco pleno e decoração com desenhos geométricos. “Corpo com trama de pilastras caneladas. Coroamento composto de arquitrave, friso com apliques de ornamentação, cornija e muro de atíço com ornatos e balaustradas. Pinhas como elementos de arremate.”<sup>30</sup> Construída seguindo o alinhamento da calçada e dividindo suas paredes com outras construções, possui cinco peças, cuja circulação se dá através das portas das peças, inexistindo corredores de acesso.

---

<sup>30</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, Campo Grande: UFMS, 2001. p. 469.

No *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, de 1914, a firma aparece como Pereira, Sobrinhos & Cia., de Corumbá, com a informação de que era composta por dois sócios brasileiros e dois portugueses, que se ocupavam na importação de gêneros de estiva em especial e outros artigos. Segundo Rubens de Moraes, a construção que abrigou a casa comercial Pereira, Sobrinhos & Cia foi edificada em 1832. Porém, no *Memorandum* documento escrito pelo comerciante português Manoel Cavassa, após a Guerra do Paraguai, infirma esta proposta, pois Cavassa registra que, ao chegar em 1850, não havia casas de alvenaria. Naquele documento, informou ao governo que ele foi o primeiro a construir casas de alvenaria, inclusive uma edificação para abrigar comércio de secos e molhados, em 1858, destruída pelos paraguaios quando Vicente Barrios invadiu a vila, em 1865 com sua tropa.<sup>31</sup> No *Álbum Gráfico*, há informação de que a construção que abrigou a firma Pereira Sobrinhos & Cia, foi uma das primeiras da praça de Corumbá, mas não há nada que se reporte ao ano exato da edificação.<sup>32</sup>

Considerando o *Memorandum*, documento histórico já mencionado, uma das primeiras construções levantadas foi a do comerciante português Manoel Cavassa. A construção, em alvenaria, no porto da cidade, localiza-se na rua Manoel Cavassa, nº 109 e ainda pode ser observada. Construída em 1858 para servir de depósito de mercadorias e reconstruída em 1870, depois de ter sido danificada pelos paraguaios, a edificação foi levantada com dois pavimentos e paredes geminadas. No pavimento superior, possui três portas. No pavimento térreo, tem aberturas em arco pleno alinhadas à rua. No início do século XX, a sua fachada apresentava, no andar superior, três portas de madeira que se abriam para balcões de grades de metal e três aberturas no pavimento térreo que serviam de portas de acesso.<sup>33</sup> As paredes são de alvenaria e contíguas às construções laterais. As portas e janelas são de arco pleno com estrutura de madeira e vidro.

Outra edificação sobre a qual não temos informações precisas sobre sua época de construção é a Casa Vasquez & Filhos, localizada na Ladeira José Bonifácio nº 171, que é apresentada no *Álbum* de duas formas, ou seja, com e sem grades de metal nos balcões do segundo pavimento e nas janelas do terceiro e com as devidas grades.<sup>34</sup>[Figuras 30-33].

---

<sup>31</sup> *Memorandum que dirige da cidade de Corumbá o cidadão Manoel Cavassa ao Exmo Senr Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil*, 22 de fevereiro de 1894. Rio de Janeiro. IHGB.

<sup>32</sup> AYALA, *Álbum Gráfico de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914.p. XXVI-XXVII.

<sup>33</sup> Cf. Ilustração do *Álbum* [...]. Ob.cit. p. XXI.

<sup>34</sup> AYALA, *Álbum Gráfico de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914. p. XXVIII. e 329

Para Rubens de Moraes<sup>35</sup>, a casa Vasquez foi iniciada em 1814 e concluída em 1898. Devido às razões assinaladas, a primeira origem é improvável e o longo período de tempo de construção, pouco crível. Para a arquiteta Vanda Alice<sup>36</sup>, a edificação é dos princípios do século XX. Já o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN<sup>37</sup> divulgou em documento do ano 2000 que a construção pertenceria ao ano 1909. Para o IPHAN, a construção foi erigida por Santa Lucci. Segundo Rubens de Moraes, a casa comercial foi terminada pelo construtor italiano Martino Santa Lucci. Entretanto, Santa Lucci, natural de San Pietro Altanagro (Província de Salerno) nasceu em 1855 e faleceu em 1904, assassinado por um empregado.<sup>38</sup>

Martino Santa Lucci deixou a Itália em 1871, viveu em Rosário de Santa Fé, na Argentina. “Descendente de uma família de construtores, logo se dedicou a essa atividade, tendo construído naquela cidade argentina o cais do porto e vários outros prédios. Fascinado pelas notícias da existência de minas de prata no Brasil, na região do atual município de Coxim, no antigo Estado de Mato Grosso, deixou a Argentina e, subindo os rios Paraná e Paraguai veio ter a Corumbá, permanecendo algum tempo, [...]”.<sup>39</sup> Entre 1880 a 1883, Santa Lucci permaneceu em Coxim dedicando-se à atividade de exploração das minas e, em 1884 já havia instalado-se em Corumbá, cuja cidade exerceu a profissão de construtor.

Em Corumbá, Martino Santa Lucci foi responsável por várias obras. Na parte alta construiu a caixa de água para abastecimento da cidade; o quartel de polícia localizado na rua 13 de Junho; o antigo hospital militar, atual Hotel de Trânsito, situado na avenida General Rondon; o sobrado da rua 15 de Novembro esquina com 13 de Junho; a construção que serviu de sede da *Secreta Sociedade Italiana de Instruccion Beneficenza – Fratellanza* e, também o sobrado da rua 13 de Junho esquina com Antônio Maria Coelho. Na parte baixa da cidade, às margens do rio Paraguai, Santa Lucci edificou a antiga Alfândega, atualmente ocupada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; o sobrado que pertenceu a firma de Manoel Cavassa e ainda a fábrica de gelo e refrigerantes Mandetta & Cia.<sup>40</sup>

<sup>35</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, Campo Grande. UFMS, 2001. p. 502.

<sup>36</sup> ZANONI, Vanda Alice. *A Inserção do novo no existente: uma abordagem sobre reabilitação de edificações no Casario do Porto-Corumbá-MS*, 2000. (Dissertação de Mestrado)-UFRGS-UNIDERP, Campo Grande, p.110.

<sup>37</sup> Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional –IPHAN. *Corumbá. História construída no Pantanal*. Corumbá-MS, 2000. p.17.

<sup>38</sup> Cf. PÓVOAS, Lenine C. *Os italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989. p. 41.

<sup>39</sup> Id. ib., p. 37.

<sup>40</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Os italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989. p. 38-41.

A referida casa Vasquez foi edificada em pedra e tijolo maciço, no alinhamento da rua, com sotéia na cobertura. Em estilo *art-nouveau*, apresenta no pavimento térreo um salão cujo acesso é através de cinco portas, a central, em arco pleno, e as demais dispostas nas laterais. A arquiteta Vanda Alice estudou a construção, descrevendo-a interna e externamente.

“O primeiro pavimento constitui-se de um salão, com uma porta central de acesso principal e dois pares de portas laterais à porta principal, todas localizadas no plano da fachada, no alinhamento da rua. No fundo do salão existe uma escada, localiza-se o vão do poço de iluminação/ventilação que se eleva até o nível do terraço de cobertura (sotéia). O salão ainda aloja nas laterais dois mezaninos e suas escadas, feitos em madeira. O segundo pavimento possui uma sala, ao redor da caixa de escada e do poço de iluminação/ventilação, e um corredor largo que dá acesso às salas de escritórios. No terceiro pavimento, no plano da sotéia, localizam-se três salas, cujas construções compõem a volumetria da fachada principal. Nessa sotéia também existe a cobertura de proteção da caixa de escada e do poço de ventilação, composta por um telhado estruturado em madeira e coberto com telha galvanizada. Os fechamentos laterais são painéis treliçados de madeira e portas com venezianas que permitem o sombreamento e a proteção contra chuva, mas permitem a ventilação forçada”.<sup>41</sup>

Na rua Manoel Cavassa encontra-se a casa de negócios de Wanderley Baís & Cia., fundada em 1876. No início do século XX, a sede do negócio de importação, exportação, consignação e despacho aparece constituída com três pavimentos. Porém, para Zanoni, a construção original foi elevada com dois pavimentos cobertos com sotéia, sendo que, a seguir, agregou-se um terceiro pavimento, com cobertura de madeira e telha de zinco no telhado.<sup>42</sup> A edificação Wanderley, Baís & Cia possui compridas escadarias, grossas paredes e muitas portas e janelas. [Figuras 34-35].

Nos pavimentos superiores dessa construção, há grandes peças assoalhadas. Sua estrutura é composta de três pavimentos de pedra, tijolo maciço e ferro, com revestimento de argamassa. Outros materiais como madeira, vidro e metal foram empregados igualmente. A fachada foi construída com seis portas, no térreo; quatro janelas e duas portas centrais, com saída para um balcão, no primeiro pavimento; seis janelas no segundo pavimento.

---

<sup>41</sup> ZANONI, Vanda Alice. *A Inserção do novo no existente: uma abordagem sobre reabilitação de edificações no Casario do Porto-Corumbá-MS*, 2000. (Dissertação Mestrado)-UFRGS-UNIDERP, Campo Grande, p. 114.

<sup>42</sup> Id. ib., p. 151.

O primeiro pavimento é constituído por dois salões e em um deles há uma escada de ferro que favorece o acesso ao segundo pavimento, que, por sua vez, apresenta-se como um espaçoso salão. O terceiro pavimento é dividido em espaços menores, com acesso interno facilitado por diversas portas largas. Inspirada no ecletismo, a fachada ostenta seis aberturas em cada pavimento, algumas em arco pleno e outras abatidos, balcão com gradil e monograma *WB & C A*.

Ainda na parte baixa da cidade, há uma edificação de 1896, também obra de Martino Santa Lucci, construída em alvenaria, em estilo eclético. A fachada original possuía, no térreo, duas portas de madeira em arco pleno e, no pavimento superior, duas outras portas também de madeira com saída para balcão em metal. Atualmente, uma das portas foi substituída por porta em metal. A construção apresenta “Coroamento com arquitrave, friso, cornija e muro de atíço em platibanda”.<sup>43</sup>

A construção que abrigou o escritório da casa comercial Stofen, Snack Muller & Cia, firma importadora de artigos em geral e exportadora de borracha data do ano de 1898. Os sócios da firma dispunham de quatro lanchas que faziam a navegação no rio Guaporé e laguna de Cáceres.<sup>44</sup>

Construída no porto, especificamente na rua Manoel Cavassa nº 345, a edificação possui dois pavimentos em alvenaria, revestidos com argamassa. Inspirada no ecletismo, seu pavimento térreo original possuía quatro aberturas na fachada, que serviam de entrada. Atualmente, possuía três portas, uma larga e duas estreitas. O segundo pavimento apresenta as mesmas janelas centrais do início do século XX, com exceção da proteção de ferro que havia em cada uma delas. Há ainda duas portas que dão acesso a balcões de ferro que cobrem toda a extensão das mesmas. A construção não tem fachada homogênea. Os detalhes arquitetônicos do pavimento superior são diferentes do térreo, mais trabalhados. Chamam a atenção suas pilastras, que separam portas e janelas e seus detalhes imitando tijolinhos.

Outra obra de responsabilidade do arquiteto Martino Santa Lucci é a edificação erigida em 1896, que abrigou a Alfândega e hoje serve de abrigo à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Localizada nas margens do rio, na rua Manoel Cavassa, essa construção, em alvenaria, encontra-se alinhada à calçada, com cinco aberturas em arco pleno. A porta central serve como entrada e as demais como janelas.

---

<sup>43</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, Campo Grande. UFMS, 2001. p. 491.

<sup>44</sup> AYALA, *Álbum Gráfico de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914. p. XXXV.

Diferente das outras construções, suas laterais são independentes e possuem aberturas que facilitam a aeração e a iluminação. [Figura 24-26]

A edificação de nº 19, usada por Antônio Josino Vieira como armazém e escritório no início do século XX, teria sido construída em 1886. A fachada, com três portas em arco pleno, foi modificada através da transformação das duas aberturas laterais em janelas. Permaneceu a porta central de madeira, mas a ornamentação, que ladeava as portas em toda a sua extensão, foi diminuída pela metade, assim como as pilastras que evidenciavam o ornamento aplicado na fachada. Esta edificação, erigida em alvenaria de pedra, sobre o alinhamento da via pública, tem como algumas características: “Aberturas com quadros e vedos de madeira, metal e vidro. Cobertura com estrutura de madeira e telhamento [sic] metálico”.<sup>45</sup>

Outro sobrado interessante, construído no final do século XIX, em 1880, localiza-se também na rua do porto a Manoel Cavassa. Constituído de dois pavimentos, com grossas paredes de pedras e grandes janelas e portas, está em mau estado de conservação, principalmente seu pavimento superior. O pavimento térreo do citado sobrado comunica-se com o pavimento superior, através de uma escada de madeira. Sua fachada foi construída com janelas retangulares e portas em arco, todas em madeira. No primeiro pavimento, quatro portas abrem-se à calçada, separadas por poucos metros do rio Paraguai. No pavimento superior, quatro janelas frontais garantem a aeração nas respectivas peças, que contam também com duas janelas laterais. Os dois pavimentos possuem duas espaçosas peças, ligadas por larga abertura em forma de arco.

A cobertura da construção é de telha, em quatro águas. O piso do pavimento superior é de madeira e está em péssima condição de preservação. O pavimento inferior é geminado com outra peça, que dispõe de quatro portas. Por ter sido totalmente modificada, para uso de escritório, é difícil saber se a mesma era continuidade da casa ou se foi edificada para comércio, já no final do século XIX. A construção foi levantada muito próxima à encosta de pedras, por isso teve o terreno dos fundos invadido por enormes pedras que dificultam o acesso ao local. Atualmente, a construção serve de depósito de pequenos barcos, latões de óleo, entre outros objetos. [Figuras- 13-16].

Carlos Lemos lembra que no estudo de uma habitação temos que considerar condições, como: partido arquitetônico; recursos naturais; o clima; os materiais usados; as técnicas aplicadas nas mesmas, já que todos esses elementos são determinados e

---

<sup>45</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, Campo Grande. UFMS, 2001. p. 455.

determinam o modo costumeiro de uma cultura de agir. O uso da madeira nas construções locais pode ser explicado pela abundância de madeira de lei na região, até o início do século XX.

Nas proximidades da atual rua Dom Aquino Corrêa, denominada em 1889 de Alencastro, havia quantidades consideráveis de madeira disponível à população. O memorialista Renato Báez deixou informações sobre Corumbá no início do século XX, inclusive sobre o costume do povo de buscar lenha bem próximo às ruas que hoje são o centro da cidade. Sobre o ano de 1900 registrou: “[...] partindo da atual rua Dom Aquino Corrêa, para cima, em direção a Leste, deparava-se com verdadeiro matagal, abundante em angico e infinidade de madeira de lei, onde os pobres iam despreocupadamente apanhar lenha para o consumo; os adolescentes e adultos iam caçar e pegar passarinhos, fartos em variedade e quantidade; e ouviam-se os cantos e chilreios das aves e pássaros e guincho de animais, notadamente araras, periquitos e macacos”.<sup>46</sup>

A abundância de madeira de boa qualidade favoreceu a construção de coberturas e entrespos de madeira. A pedra era e é encontrada em fartura na região. Portanto, as construções de Corumbá apoiaram-se nos recursos oferecidos pela natureza. No seu programa de necessidade, as moradias são reflexos das relações sociais de uma época marcada pela utilização do braço servil, pelo controle masculino da mulher, pelo senhorialismo, que tinha nas moradias uma das suas principais formas de expressão.

Um levantamento realizado pela historiografia local, sobre as atividades econômicas desenvolvidas em Corumbá entre os anos 1873 a 1911, comprova que até o ano de 1898, não existiam olarias em Corumbá, nem empresas especializadas na edificação de construções de qualquer natureza. As olarias, carpintarias, construtoras encarregadas de planejar e elevar casas, bem como as fábricas, segundo esse levantamento, estabeleceram-se na região a partir de 1899, quando foram instaladas três olarias, quatro carpintarias, seis construtoras e três fábricas.<sup>47</sup> Porém, um relatório da Câmara Municipal de Corumbá concluído em março de 1877 já informava haver na região duas serrarias a vapor, uma fábrica de sabão, uma de macarrão e uma de licores e águas artificiais e fábricas de telhas e tijolos, cuja qualidade era diversificada.<sup>48</sup> Também, em 1887 o vice-presidente da Província de Mato Grosso José Joaquim Ramos Ferreira em relatório apresentado a Assembléia

---

<sup>46</sup> BÁEZ, Renato. *Corumbá: Memórias & Notícias*. Corumbá: Vaner Bicego, 1977.

<sup>47</sup> Cf. SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita. A modernidade em Corumbá (1872-1918)*. 2001. 312 f. FFLCH/USP, São Paulo. p. 252. (Tese de doutorado); CORREA, Lúcia Salsa. *Casario do porto de Corumbá*. Campo Grande: Gráfica do Senado, 1985. p. 43.

<sup>48</sup> Relatório da Câmara Municipal de Corumbá enviada ao Presidente da Província de Mato Grosso em março de 1877. Livro 205. Folha 14. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

Legislativa Provincial registrava a existência em Corumbá de uma fábrica de açúcar e aguardente pertencente a Maximiliano Carcano “[...]uma fábrica de sabão de propriedade de Antônio Jacintho Mendes Gonçalves[...]” e ainda, “[...] duas serrarias a vapor em Corumbá, uma de Antônio Montero, e outra de Constâncio Gonçalves Preza, que a serraria a vapor reuniu um estabelecimento de construção naval”.<sup>49</sup>

Em Corumbá segundo Generoso Ponce Filho<sup>50</sup>, estabeleceram-se em 1873 o construtor José Fragelli e posteriormente Martino Santa Lucci, evidenciando que a presença de construtores na região é anterior à data sugerida pelo levantamento realizado por alguns historiadores.

Na sociedade escravocrata era o cativo quem realizava todas as tarefas, sobretudo as mais árduas. O ofício de carpinteiro, oleiro, pedreiro entre outros era exercido pelos escravos durante toda a escravidão. Em Corumbá, como apontado, havia escravos especializados na atividade de pedreiro, oleiro, marceneiro, jornaleiro, carpinteiro e serviços gerais.

Estudiosos preocupados em apontar a arquitetura do casario do porto de Corumbá, elevada pelos comerciantes a partir de 1873, como a principal expressão da cultura corumbaense, procuraram definir se estas construções resultam da cultura portuguesa, ou se são cópias dos países de origem dos comerciantes estabelecidos na região.

Para Generoso Ponce Filho, em sua obra *Generoso Ponce, um chefe*, as edificações de Corumbá dotadas de sotéias planas distinguem-se das construções portuguesas, que adotavam os telhados coloniais. Surpreendeu Ponce Filho a semelhança, entre as construções locais e as edificações de Nápoles, nas cercanias do Vesúvio. Ponce Filho procurou explicar a semelhança argumentando que a presença de construtores italianos em Corumbá, como José Barbato, Giuseppe [José] Fragelli, e o já citado Martino Santa Lucci, todos italianos teriam influenciado no modo de construir.<sup>51</sup> Entretanto, o citado construtor Fragelli, quando chegou em Corumbá, em 1873, trabalhou em atividades grosseiras e, tempos depois, após ter prosperado, passou a construtor. Não se sabe se Fragelli já dominava as técnicas de construir e tardou a exercer a arte ou se teria aprendido no Brasil ou no Uruguai, onde trabalhou pastoreando rebanho de carneiros, antes de imigrar para Corumbá.

---

<sup>49</sup> Relatório que o Exm. Sr. Vice-Presidente da província de Mato Grosso Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura no dia 1º de novembro de 1887. Cuiabá. Núcleo de Documentação e Informação Regional Cuiabá. FUFMT. Coleção Documentos Ibéricos.

<sup>50</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 344.

<sup>51</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.



O italiano Francisco Barbato imigrou para Corumbá antes da guerra do Paraguai e, segundo seu neto Ulisses Serra, sofreu os horrores da guerra quando Corumbá foi invadida pelos paraguaios em janeiro de 1865. “Uma semana após a invasão, juntamente com os outros estrangeiros, Barbato, sua abnegada e heróica companheira e seus dois filhos João, de seis anos de idade e Afonso, de cinco anos, seguiram prisioneiros para Assunção, para seu demorado e atroz cativoiro”.<sup>52</sup> Barbato ao retornar a Corumbá, depois de terminada a guerra, “[...]encontrou todo o seu patrimônio destruído. A própria Corumbá fora arrasada por um vendaval humano”.<sup>53</sup>

O senador José Fragelli, neto de Giuseppe Fragelli, registrou em carta que o avô paterno chegou em Corumbá provavelmente em 1882 ou 1883 “[...]empregou-se na Base naval de Ladário, ganhando três mil réis por dia. Devia fazer seus “bicos”, porque contava que tendo juntado dinheiro, comprou um carro de boi com o qual começou a luta para subir na vida.[...]. Logo comprou outro carro e assim, naturalmente, tornou-se patrão. Devia, entre outros serviços que prestava, tirar lenha no mato próximo à cidade para vender e carregar água do rio Paraguai para suprir as casas mais abastadas [...].<sup>54</sup> Segundo José Fragelli, seu avô mesmo depois de ser construtor e proprietário de casa de material de construção, não deixou de praticar as primeiras atividades de retirar lenha do mato e carregar água do rio Paraguai em pipas, no carro de boi, para ser vender à população local. Possuía, o construtor italiano, em torno de 45 a 50 casas em Corumbá, todas deixadas para seus sete filhos.<sup>55</sup>

Generoso Ponce Filho registrou ainda sobre Corumbá: “As ruas retas, largas, vão aparecendo no alto, paralelas ao estirão do rio em baixo. Deixando espaço para o futuro cais, que há de vir um dia, no porto, começam a edificar ao lado da casa de Cavassa, outros prédios para negócio. A pedra calcárea é abundante ali”. E prossegue questionando: “Teria Cavassa, trazido ou atraído construtores italianos, para Corumbá?”<sup>56</sup>

Manoel Cavassa, como vimos, o primeiro grande comerciante a se instalar e levantar construções de alvenaria em Corumbá, era português. Tanto o edifício que construiu para servir de casa comercial, na parte baixa da cidade, quanto a construção elevada, na parte alta, se observadas, apresentam os mesmos padrões aplicados às demais casas de morar e comercializar, do final do século XIX. Com alinhamento à calçada, altas e largas aberturas,

---

<sup>52</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Os italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989. p. 91.

<sup>53</sup> Id. ib. p. 93.

<sup>54</sup> Carta escrita pelo senador José Fragelli. In: PÓVOAS, Lenine C. *Os Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989. p. 33-35.

<sup>55</sup> Id. ib. p. 35.

<sup>56</sup> PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p.343.

ornamentação na fachada, elas ocupavam todo o limite do terreno. Tanto o sobrado da rua Manoel Cavassa, de 1858, quanto a construção da rua Delamare, de 1885, apesar da diferença de tempo, foram inspirados no ecletismo.[Figuras 11,19].

Na rua do Porto, distante alguns metros do sobrado de propriedade do português Cavassa localiza-se uma edificação projetada pelo construtor Martino Santa Lucci, que foi sede da Alfândega. Embora construída por um italiano, em 1896, apresenta semelhanças com as demais construções citadas. Ou seja, o mesmo alinhamento, modelo de janelas e portas, cobertura plana e pilastras aplicadas como ornamentos.

Para Vanda Alice Zanoni e os autores de *Casario do Porto*, as construções erigidas a partir de 1873, sobretudo o traçado da cidade em ruas largas, bem como a organização em cidade baixa e alta concebeu-se graças aos comerciantes. Gilberto Luiz Alves afirmou que Corumbá era dominada plenamente pelos comerciantes e que, por isso, a cidade nasceu e cresceu à *imagem e semelhança* dos negociantes locais.<sup>57</sup>

Porém, Corumbá não nasceu do capital exclusivo dos comerciantes; não teve seu traçado determinado por eles; sequer foi dividida em alta e baixa por causa das atividades praticadas pelas casas comerciais estabelecidas na rua Delamare e no Porto. Como já foi mostrado, o traçado da cidade foi determinação das autoridades e a prática de dividir a cidade em baixa, dedicada às atividades comerciais, e a alta, reservada às moradias, edifícios públicos, igrejas e praças, era uma velha tradição lusitana, ensejada pelas necessidades de defesa, do comércio, sanitárias, etc.

Não há elementos materiais e culturais para deduzir se as construções em sótéias planas de Corumbá foram uma influência das distantes edificações da Itália, devido à presença de simples construtores italianos que em geral, dificilmente determinavam o gosto e as orientações essenciais dos proprietários das moradias. Os arquitetos e historiadores Nestor Gourelat Reis Filho e Carlos Lemos mostram as modificações no modo de construir e de morar português ao ser aclimatado ao Brasil, ainda na fase colonial. Gilberto Freyre também lembra que as casas portuguesas sofreram alterações profundas, não constituindo jamais cópias perfeitas de Portugal, mas adaptações ao clima, aos terrenos, aos recursos naturais, sobretudo às relações sociais e econômicas mantidas no território explorado. A literatura evidenciou que os recursos limitados e a presença do negro cativo contribuíram profundamente para a recriação do espaço privado.

---

<sup>57</sup> ALVES, Gilberto Luis. *A trajetória histórica do grande comerciante dos portos de Corumbá* (1857-1929). Casario do Porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS. Gráfica do Senado, 1985.

O historiador sul-rio-grandense Mario Maestri mostrou que o clima e as relações sociais de produção no Brasil propiciaram o desprestígio da cozinha. “Por motivos climáticos e, sobretudo, sociais e econômicos, boa parte da vida doméstica e familiar se dava em torno da cozinha e do fogão, onde reinava, soberana, a matriarca. No Brasil, as tarefas da cozinha foram socialmente desqualificadas, ao serem entregues a trabalhadores escravizados, nativos, primeiro; africanos a seguir. Expulsando a cozinha para um puxado, construído no quintal, ou para as peças do fundo, os escravos dedicados àquela tarefa eram expulsos do coração da residência”.<sup>58</sup>

A presença dos cativos nas fazendas brasileiras obrigou o proprietário escravista a construir uma peça separada da sua morada destinada ao descanso dos cativos. Já nas casas urbanas, os trabalhadores escravizados dormiam nos porões, nas cozinhas, nos corredores, no vão das escadas, nos depósitos, especialmente nos espaços pouco freqüentados pelos membros da família senhorial. Às cativas e aos cativos de confiança eram permitidos dormir junto às portas exteriores e não raro no interior dos dormitórios do escravistas.

A compreensão de uma construção pública, privada, residencial, comercial, etc. exige o conhecimento de programa de necessidades, dos motivos pelos quais foi edificada, do contexto social em que nasceu. Exige, igualmente, como assinalado, conhecimento das influências do clima e dos recursos disponíveis, em mão-de-obra, em materiais, etc. É ingenuidade e leviandade caracterizar um conjunto de construções considerando-se apenas seus telhados.

A maioria das construções do final do século XIX e início do XX, que compõe o Conjunto Histórico e Paisagístico de Corumbá, foi construída com inspiração no ecletismo. As construções foram edificadas com platibandas com balaústres, balcões apoiados em consolos e fachadas com pilastras e ornamentos aplicados. A construção em pedra e cal, com o alinhamento nas calçadas, sem recuo nas laterais, permaneceu tanto nas casas de alvenaria erigidas entre 1880 e 1900, quanto nas construções do princípio do século XX até 1930.

Em *O que é arquitetura* o arquiteto Carlos Lemos lembra que o ecletismo, surgido no final do século XIX, traduziu-se na aplicação de vários estilos nas construções brasileiras: “[...] deu-se que na vida prática dos mestres-de-obras, o partido era sempre o mesmo, a partir de uma mesma técnica construtiva, empregando os mesmos materiais e acabamentos

---

<sup>58</sup> MAESTRI, Mario. *Dormindo em pé*. Rio grande do Sul. *Jornal Contexto*. nº 39-21/22, maio de 1994.

e sujeito às mesmas normas e idêntica legislação”.<sup>59</sup> Nesse sentido, a arquitetura eclética resumiu-se essencialmente às fachadas.

No decorrer da história, a arquitetura esteve subordinada às técnicas, aos recursos naturais, às *determinações* públicas e costumeiras, às necessidades dos construtores, etc. Havia igualmente forte inter-relação entre essas determinações. As casas paulistas eram construídas com barro socado, apresentando, portanto, pequenas janelas em número reduzido, beirais profundos, portas baixas e paredes lisas. As suas principais ornamentações restringiam-se às vergas nas janelas, sobre as quais era aplicada madeira trabalhada e às peças que sustentavam os beirais, denominadas de *cachorro*. Os códigos de posturas ao determinarem as alturas e larguras das portas e janelas, os alinhamentos, o material a ser usado, o alinhamento, etc. colaboraram na padronização da paisagem construtiva urbana.

Em Mato Grosso, sobretudo nas vilas nascidas da extração de metais preciosos, as construções eram simples, importando mais ao minerador encontrar o ouro, mas não sabia investir recursos, ainda mais devido ao inevitável esgotamento da cata ou filão. Ao ter contato com a população mato-grossense no início do século XIX, Hercules Florence mostrou que havia poucas fazendas e vilas com construções de alvenaria. Grande parte das edificações que encontrou eram casas, choupanas e ranchos de pau-a-pique, cobertas de sapé.

Na vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, onde Florence esteve em 1827, apesar dos diamantes encontrados, o proprietário das lavras possuía apenas uma casinha de sapé ou de telha para si e ranchos miseráveis, onde abrigava de trinta a quarenta cativos.<sup>60</sup> A vila de Guimarães não apresentava também edificações duráveis, não passando de “uma rua e míseras choupanas e de um largo em parte aberto em parte cercado de casinhas cobertas de sapé, com uma igreja no fundo”.<sup>61</sup> Quanto à igreja local, destacou que não apresentava quase nada de notável a não ser os ornamentos em baixo relevo dourado.

Para Florence a igreja da vila de Guimarães, apesar de decadente, era uma exceção arquitetônica, já que caracterizou as demais igrejas existentes na província como verdadeiros pardieiros, de construções sem valor e em ruínas. Assim, enquanto a população empenhava-se em procurar ouro e diamantes e a mão-de-obra era essencialmente escravizada, perduraram as construções simples feitas de barro e coberta de

<sup>59</sup> LEMOS, Carlos. *O que é arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 64.

<sup>60</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 218.

<sup>61</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 164.

sapé. Florence referindo-se as vilas mineradoras mato-grossenses nos seguintes termos: “Essa gente não levanta casas, porque sua profissão é esburacar o terreno”.<sup>62</sup>

### **Cidade Alta**

Construções do final do século XIX resistiram também ao tempo na parte alta da cidade de Corumbá. As soluções de estilo eclético também foram aplicadas nessas edificações. Na rua 7 de Setembro, ao lado de uma edificação do início do século XX, existe uma casa de 1885, mandada construir por Manoel Cavassa, que exibe uma fachada, alinhada à calçada, ornamentada com pilastra e desenhos. A casa é de alvenaria, com grossas paredes. A armação de sua cobertura de telhas é em madeira. Duas portas e uma janela central favorecem o acesso, a ventilação e a iluminação. A circulação interna é feita entre as próprias peças através de aberturas largas em forma de arco. Em uma das paredes laterais, as pedras expostas servem de elemento decorativo, mas tornam a sala mais escura, apesar da pintura branca aplicada nas outras paredes. As aberturas da fachada são retangulares em madeira, metal e vidro. Localizada na rua Antônio João, parte da edificação prolonga-se à rua Delamare. Inspirada no ecletismo, a fachada expõe várias portas e janelas em arco pleno, bem como ornamentação marcada por desenhos de flores e folhas contínuas e a data de construção.<sup>63</sup> [Figura 19-20].

Na rua Delamare, em 1898, foi erigida uma construção para uso comercial e residencial de João Firmino de Oliva. A construção inspirada no estilo eclético mantém-se conservada. Na fachada, podem ser observadas aberturas em arco pleno de madeira, com aplicação de metal e vidro. Cada uma das aberturas é separada por pilastras. Construída em alvenaria, alinhada à calçada, com paredes geminadas, a casa é coberta com telhas de barro. A ornamentação da fachada é simples: desenhos geométricos foram aplicados na direção de cada uma das aberturas existentes. As portas são ladeadas com molduras. Há um monograma – *JFO* – com as iniciais do nome do proprietário e a data da construção sobreposta a duas das portas existentes. [Figura 28-29].

Ainda na rua Delamare, esquina com a rua Ladário, há uma edificação elevada em alvenaria e datada de 1894. A referida construção possui portas e janelas em arco pleno, todas de madeira, ferro e vidro, pilastras na fachada e alinhamento à calçada. A ornamentação da fachada restringe-se ao contorno das portas e janelas. Na rua Antônio

<sup>62</sup> Id. ib. p. 172.

<sup>63</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*, Campo Grande. UFMS, 2001. p. 517.

Maria Coelho, esquina com a 13 de Junho, foi erigida em 1894 uma construção com várias janelas e portas em formato retangular distribuídas em toda a extensão da fachada da edificação. O pavimento térreo compõe-se de portas, as quais estão em simetria com o pavimento superior. No pavimento superior, há sete janelas de madeira com gradil, em cima das quais foi aplicado adorno em formato de círculo. Há também uma porta de madeira com saída para um balcão de metal.[Figura 21-22].

Observa-se que todas as construções do final de século XIX, levantadas nas prestigiadas esquinas, apresentam a mesma solução arquitetônica. Portas e janelas foram distribuídas em toda a extensão das edificações de tal modo que o acesso aos interiores das mesmas pudesse ser feito através das duas vias. Isto não quer dizer que as casas localizadas no meio das quadras eram desprovidas de portas e janelas largas em arco pleno ou retangular. Ao contrário, a mesmas aberturas encontravam-se nessas moradias, já que as peças dispostas umas após as outras nas construções estreitas e geminadas recebiam, sobretudo, através delas, ar e luz natural. A vantagem das casas erigidas em terrenos de esquina era a possibilidade de permitir uma maior luminosidade e arejamento direto de maior número de peças.

As casas mais simples, elevadas em terrenos estreitos, não permitiam a construção na fachada de várias aberturas, mas de apenas uma porta e no máximo duas janelas largas. Um exemplo é a moradia da rua 13 de junho nº 386, entre as ruas Tiradentes e Ladário, de 1899, edificada com alinhamento à calçada e fachada singela constituída de duas aberturas, porta e janela. Esta casa estreita tem sua frente voltada para o antigo Mercado Municipal área que aparece, em 1889, com a denominação de praça São Pedro.<sup>64</sup>[Figura 27]

Um exemplo de construção também típica do século XIX com estrutura de alvenaria é a casa situada na rua 13 de Junho, entre as ruas Ladário e Tenente Melquíades, com quatro peças originais formando um L. No decorrer dos anos, outras peças foram sendo construídas, sem alterar a estrutura anterior – cozinha, despensa, quarto e banheiro. As peças mais antigas são amplas e possuem paredes largas. A circulação através das peças é feita internamente, através de aberturas na forma de arcos. Na fachada, há duas largas janelas e uma porta, todas alinhadas à calçada. Observa-se nas janelas vergas em curva, característica marcante das construções mais antigas.

Uma das laterais da casa é recuada e o terreno é longo. No quintal, existe um reservatório de água construído em tijolos, mas inativo e deteriorado. Os muros que

---

<sup>64</sup> Planta de Corumbá- 1889. Raul Silveira de Mello. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 132.

cercam o lado recuado da casa são de pedra. Pode-se observar grande quantidade de pedras cravadas em toda extensão do quintal. Na argamassa usada entre as pedras, foi misturado o barro e a cal, elemento de fácil deterioração, devido à água, caso abram-se frestas nas paredes. [Figura 37]

O sobrado nº 1146 da rua 13 de Junho esquina com a 15 de Novembro, também inspirado no estilo eclético, possui na fachada muitas portas e janelas. No pavimento térreo, aberturas em arco pleno foram distribuídas de maneira uniforme. “No segundo pavimento, aberturas retangulares encimadas por frontões rebaixados, no frontispício, abertura retangular”.<sup>65</sup> Erigida de alvenaria, sua cobertura é feita com estrutura de madeira e telhas de barro. [Figura 40].

Para o arquiteto Rubens de Moraes, o sobrado foi erigido no início do século XX pelo arquiteto Martino Santa Lucci, para ser a sede da prefeitura Municipal. Porém, tudo indica que se trata de uma construção edificada no final do século XIX. Santa Lucci faleceu em 1904 e a Intendência adquiriu o lote posteriormente.

A referida construção foi propriedade de Joaquim Alves de Arruda que vendeu “o lote de terreno nº 84 da rua Treze de Junho, esquina da rua Quinze de Novembro, medindo 24,20 m. de frente ao sul para a praça da Independência [...],<sup>66</sup> tendo um sobrado construído de material[...]”, para a Intendência Municipal de Corumbá, no dia 4 de fevereiro de 1913.

O sobrado antes de abrigar o poder público serviu de hotel o chamado *Hotel Royal*. No *Álbum Gráfico de Mato Grosso* editado em janeiro de 1914, aparece uma foto do sobrado e o nome do hotel em letreiro grande, gravado no extenso balcão de gradil.<sup>67</sup>

Alinhado à via pública, com fachada ornamentada e colunas e balcão com gradil sustentado por cachorros, o sobrado possui platibanda em toda sua extensão e, nos fundos um belo algibe, distante poucos metros de uma varanda alpendrada, ainda hoje conservado. Ter um algibe em casa, como já comentado, foi privilégio de poucos corumbaenses. Somente as famílias mais abastadas possuíam reservatório de água em suas residências. [Figuras 41-42]

A casa nº 427 da rua Delamare dispõe também de um imponente algibe, assentado em uma extensa área coberta. Construída de alvenaria, com grossas paredes e em terreno estreito e comprido, a casa possui peças espaçosas, corredor lateral de entrada e recuo em

<sup>65</sup> MARQUEZ, Rubens Moraes da Costa. Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense. Tomo III. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 544.

<sup>66</sup> Registro de imóveis da Comarca de Corumbá-Ms. Transcrição das transmissões imobiliárias. Livro nº 3, ordem 638, ano 1913. Folha 185. Cartório do 1º Ofício de Corumbá.

<sup>67</sup> AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914. p. 333.

uma de suas laterais. Através desse corredor chega-se ao algibe, protegido por cobertura de estrutura de madeira e telhas de barro. Largas colunas sustentam a área coberta, na qual portas, também largas e de vidro favorecem a entrada de luminosidade. [Figuras 57-59].

## **Ordenamento Público**

As câmaras municipais das províncias do Império criaram os códigos de posturas para normalizar o espaço público e privado. Nestes códigos, eram previstos o comportamento dos cativos nas ruas e os castigos no caso de transgressão. Além disso, comumente, ficava também determinada qual a forma das fachadas das casas e do alinhamento das ruas. Porém, não apenas em Corumbá as normas eram negligenciadas pela população, sobretudo pelo segmento abastado.<sup>68</sup>

O ordenamento do espaço público no Império foi uma questão presente nos códigos de posturas que exigiam da população a limpeza das ruas, das calçadas, dos quintais, bem como a obrigação das pessoas de edificarem segundo as determinações municipais. No Rio Grande do Sul a Câmara Municipal determinava, sobretudo o alinhamento e a largura das ruas, o formato das praças, o calçamento à frente das casas nos terrenos urbanos, bem como os materiais usados nas calçadas.<sup>69</sup>

Em Mato Grosso também foi determinação de algumas câmaras municipais – Miranda, Vila Bela e Corumbá – que os proprietários mantivessem as ruas limpas, na frente de suas moradias. As Posturas, de 1860, da vila de Miranda, proibiam os moradores de jogar estrumes, animais mortos e imundícies nas ruas e obrigando-os a conservar limpa a metade da rua de frente às casas. Além disso, as frentes das construções deveriam ser calçadas.<sup>70</sup>

A preocupação com a beleza e ornamentação das ruas também esteve presente na legislação de Vila Maria – atual Cáceres. As Posturas Municipais determinavam que “os proprietários ou inquilinos” eram “obrigados a conservar limpas de selvas crescidas as frentes das casas e quintais em que morarem”.<sup>71</sup> Os moradores eram, sobretudo obrigados a calçar a frente das construções. A legislação corumbaense do século XIX foi marcada pela intenção de tornar o meio urbano mais limpo e organizado, legislando, portanto sobre

---

<sup>68</sup> Cf. Relatório de Antonio Antunes Galvão. 07/01/1887. Folha nº 08. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>69</sup> Cf. MAESTRI, Mario. O sobrado e o cativo. A arquitetura erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 82 -96.

<sup>70</sup> Código de Posturas da Câmara Municipal da vila de Miranda. Artigos 35 e 40.

<sup>71</sup> Id. ib., Artigos 28 e 40.



a limpeza das vias públicas e dos quintais; a altura das fachadas; o calçamento das ruas; a construção de muros e alinhamentos dos edifícios, etc.

Um estudo atento dos artigos presentes nos códigos de posturas e dos documentos pertencentes ao final do século XIX – ofícios e relatórios – revelam que a maior preocupação das autoridades locais era quanto à delimitação das construções, fachadas e calçamento da frente dos terrenos, bem como limpeza das ruas.

Nas Posturas de 1875, estava determinado aos moradores de Corumbá que os prédios a serem construídos deveriam ser alinhados por um *alinhador* da Câmara, que poderia ser o porteiro, um mestre carpinteiro ou um mestre pedreiro. Aqueles que tivessem terrenos urbanos eram obrigados a cercá-los e suas frentes receberiam calçadas de 1,5 metros de largura. A dimensão das calçadas foi ampliada para dois metros em algumas ruas, nas Posturas de 1881. “Todos os proprietários de prédios ou terrenos, compreendidos na rua Alencastro até a rua Augusta, paralela ao rio Paraguai, e na rua Bella até a rua do Major Gama, perpendiculares ao mesmo rio, são obrigados a mandar calçar, desde já, a frente de seus prédios ou terrenos, na largura de dois metros, com 4 centímetros de declive”.<sup>72</sup>

Em Corumbá, a frente das casas era construída sem complementos nas fachadas, pois era proibido “edificar [...] nas casas alpendres, degraus ou patamares, que estreitem as ruas ou embarcem o livre trânsito”.<sup>73</sup> Altas fachadas alinhadas às calçadas com largas janelas davam um aspecto monótono e único na vila, ao igual às outras cidades da época, cujo poder público legislava objetivando normalizar os espaços urbanos de cada localidade, a fim de transformar, no período imperial, a desordem ocorrida nos espaços durante a época colonial, quando as pessoas construíam, sem maiores preocupações com a ordem espacial e as práticas higiênicas.

O historiador Mário Maestri informou que o Rio Grande do Sul e as atenções das câmaras municipais voltaram-se primeiramente às construções das residências determinando “que as residências fossem levantadas, de forma ordenada, ao longo de ruas retas, como o mesmo nivelamento e a mesma altura”.<sup>74</sup> Além de determinar como os novos prédios poderiam ser erigidos, a legislação delimitou os reparos das edificações já existentes. O artigo 40º das Posturas Municipais de Corumbá, de 1881, ordenava: “Os proprietários de edifícios, muros ou obras que ameaçarem ruínas, são obrigados a repará-

---

<sup>72</sup> Postura Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Artigo 32º.

<sup>73</sup> Postura Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Artigo 33. § 3.

<sup>74</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso Gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 124.

los, ou demoli-los, dentro do prazo que for marcado pelo Fiscal, e que não excederá a 30 dias, sendo multado em 20\$00 reis [...]”.<sup>75</sup>

A modificação do estilo das fachadas só poderia ser feita após licença da Câmara, sob pena de pagamento de multa e de demolição da obra, caso prejudicasse a “formosura e decoração pública”.<sup>76</sup> Além dos sobrados, também a construção das casas térreas era determinada pela legislação. A partir da aprovação do Código de 1881, as casas mais simples eram levantadas com uma altura mínima de 4,5 metros de elevação. Já as janelas e portas deveriam ser construídas com abertura de 1,80 metros e 2,80 metros, respectivamente. Ficou ainda proibido o “uso de cachorros, devendo usar ainda mourisco ou cimalha no frontispício que amparar o testado”.<sup>77</sup>

Também os terrenos desprovidos de construções e, portanto, desalinhados, não eram aceitos pela legislação, que determinava ao proprietário o alinhamento na mesma proporção dos sobrados e das casas térreas através da construção de muro ou cercas acompanhadas de calçadas confeccionadas, segundo as ordenações públicas.<sup>78</sup> Em boa parte, a legislação não era respeitada pelos cidadãos locais. Na documentação da época ficaram registradas em relatórios as reclamações dos membros da Câmara, que insistiam com o governo da Província a necessidade da aplicação de leis mais rígidas em Corumbá. Em diferentes momentos, os vereadores lamentaram a má conduta dos moradores locais que desobedeciam às leis e colaboravam para que o aspecto da cidade permanecesse irregular. Em 1883, a Assembléia Legislativa Provincial aprovou e adicionou ao código da cidade três artigos regularizando as ações no espaço urbano, como fechamento de terrenos e retirada de madeiras de lei na região.

O artigo primeiro das Posturas tratava especificamente a questão dos lotes urbanos. Entretanto, as determinações limitavam-se à parte nobre da cidade. De forma detalhada, o cidadão tinha todas as informações necessárias para proceder, caso tivesse sob sua posse terreno na área urbana. “Os lotes de terrenos urbanos das três quadras empedradas da rua de Lamare que ainda não tiverem edifícios ou estes não estejam construídos no alinhamento da rua ou que não ocupem toda a extensão da frente do terreno, ficam os seus proprietários obrigados no prazo de sessenta dias, depois de intimados pelo Fiscal, a

---

<sup>75</sup> Postura Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1881.

<sup>76</sup> Id. ib., Artigo 29°.

<sup>77</sup> Id. ib., Artigo 33°.

<sup>78</sup> Cf. Id. ib., Artigo 31°.

fazerem um muro de pedra ou tijolo, com um metro e oitenta centímetros de altura, sob pena de pagarem de multa a quantia de trinta mil reis, e o dobro na reincidência”.<sup>79</sup>

Prosseguia ainda no § 1º, sobre os demais terrenos da cidade: “Os lotes de terrenos das demais quadras da mesma rua, que não tiverem edifícios ou estes não estejam nas circunstâncias referidas no artigo antecedente, ficam os proprietários obrigados no prazo de trinta dias, depois de intimados, a fazerem uma cerca de pau-a-pique, com um metro e oitenta centímetros de altura sob a pena dos artigos precedentes”.<sup>80</sup> A preocupação maior com a *estética* urbana de Corumbá restringia-se à rua Delamare, onde os proprietários eram obrigados a levantar construções alinhadas à rua e muros com materiais duráveis. Nas demais ruas, bastavam tão somente cercas de madeira. Os relatórios da Câmara oferecem visibilidade ao empenho das autoridades na organização, limpeza e calçamento de determinados espaços, como o Porto, as ruas Cândido Mariano, Delamare e 13 de Junho e a ladeira Cunha e Cruz, que ligava a parte baixa e a parte alta da cidade. Destaque-se que a ladeira Cunha e Cruz, na sua parte mais alta, termina exatamente na rua Delamare, em frente à Praça da República e da igreja Nossa Senhora da Candelária, portanto, espaço urbano de distinção social. Para Mario Maestri “a hierarquização do espaço urbano era normal no Brasil imperial – o largo da matriz constituía o espaço nobre por excelência, sede do poder civil e religioso e local de moradia dos cidadãos abonados; à medida que os quarteirões afastavam-se dela, decaíam em *status* e eram menores as exigências e determinações municipais”.<sup>81</sup>

Em 1906, tornou-se obrigatório a substituição das fachadas de madeira nas ruas citadas. Conforme o regulamento para construção e reconstrução de prédios, os “proprietários das casas cujas fachadas são de [ilegível] ou tábuas e situadas nas ruas Candido Mariano, De Lamare e 13 de junho, são obrigados dentro do prazo de um ano a substituir as ditas fachadas por outras de alvenaria [...]”.<sup>82</sup>

Na vila de Miranda, a partir de 1860, os proprietários de casas cujas fachadas tivessem como limites as ruas, deveriam rebocar, caiar e cobrir essas edificações, necessariamente telhadas. Na construção ou reconstrução de qualquer sobrado, a fachada seria levantada com vinte palmos de altura ou mais, com janelas e portas proporcionais e as

---

<sup>79</sup> Documento nº 503 de 02 de junho de 1883, Art. 1º - Barão de Batovy. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>80</sup> Loc. cit.

<sup>81</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*. A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso Gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 126.

<sup>82</sup> Regulamento para construção e reconstrução de prédios. 28 de Novembro de 1906. Artigo 12. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

frentes deveriam ser calçadas.<sup>83</sup> Em Vila Maria, determinava a legislação o seguinte: “o prédio que se edificar será calçado nas suas frentes em distância de cinco palmos e o nivelamento, evitando-se os ressaltos e soleiras de pedra [...]”.<sup>84</sup> Também as novas construções e as casas reconstruídas não poderiam ser edificadas com fachadas menores de dezoito palmos de altura. As janelas deveriam ser arquetadas regularmente com sete palmos e as portas com doze palmos, destituídas de soleiras e vergas.

Com a aplicação das leis, a concessão de um terreno através da doação, compra e venda não significava ao proprietário ter a posse permanente do mesmo. A inobservância da Lei, que determinava aos donos de terrenos a medição, o alinhamento, a construção de casa ou muro e o calçamento podia ocasionar a perda da propriedade e a demolição da obra caso não respeitasse as metragens e o estilo escolhido agredisse as determinações quanto a altura da fachada, tamanho das portas e janelas e presença de degraus adicionais ou algo que obstruísse a passagem nas calçadas. Segundo a legislação, os donos de terrenos concedidos pela Câmara de Corumbá eram obrigados a construir ou levantar uma cerca nos mesmos.

Apesar das determinações, muitos descumpriam a lei, levando a Câmara a passar o título de posse a uma outra pessoa. Na concepção dos vereadores, o favorecimento da posse de terrenos apenas às pessoas que colaboravam na melhoria da paisagem urbana foi benéfico na transformação do aspecto da cidade, pois Corumbá já apresentava, em 1886, ruas mais acessíveis ao trânsito e uma “bela aparência”.<sup>85</sup>

A normalização promulgada pela Câmara intimidava certos costumes da época como o manter nos quintais a criação de animais para o consumo da família. Em Corumbá e em outras regiões brasileiras, era costume da população plantar, criar e abater animais para complementação da alimentação. Mas essa prática trazia às aglomerações desenlaces inconvenientes devido ao mau cheiro dos currais e aos restos do animal abatido. O odor mais fétido proliferava nos quintais das famílias corumbaenses mais abastadas. A presença, os restos e dejetos dos animais e as latrinas abertas propiciavam a propagação de doenças na população. Desde 1875, a legislação proibia na vila de Corumbá e em lugares próximos a matança de rezes, não definindo, porém o local permitido ao abate dos animais. Somente em 1881 foi esclarecida essa questão: “Ninguém poderá matar, ou esquartejar rezes para o consumo, a não ser dentro do matadouro público. Enquanto não existir o dito matadouro, a

<sup>83</sup> Posturas da vila de Miranda, 13 de junho de 1860. Artigo 39.

<sup>84</sup> Leis de Vila Maria. Livro da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso, 27 de junho de 1860. Artigos 32 e 33.

<sup>85</sup> Relatório apresentado em 1886. Livro nº 205. Fls 68 A – 70 A. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

Câmara marcará o lugar, que será cercado a custa da mesma onde só e unicamente se poderá fazer tal serviço”.<sup>86</sup>

Em Corumbá, o problema da matança das rezes em espaço inadequado e a utilização dos quintais para criações domésticas persistiu provocando problemas para a saúde da população, tanto que, ainda em 1887, aparece no relatório do presidente da Câmara Antonio Antunes Galvão a referência ao desasseio nas ruas e dos quintais da cidade. As leis propunham-se também controlar os serviços na área urbana de Corumbá. O estabelecimento de casas comerciais, de lojas, de oficinas, de tavernas, de indústrias, etc., era regulamentado pela Câmara.

Procurando tornar as aglomerações com melhor aspecto e mais salubres, o poder público municipal determinava que certos terrenos não pudessem ficar sujos e abertos, sem demarcação e alinhamento, já que tais sucessos rompiam com a homogeneidade da paisagem urbana planejada pelas leis, que representava os ideais das chamadas elites *senhoriais*. Em Corumbá, os representantes locais durante a escravidão eram proprietários de cativos que cobravam do governo da Província a aplicação crescente de verbas e leis rígidas na organização da cidade.

Na documentação pública, é perceptível o desprestígio cultivado pelos vereadores quanto à política desenvolvida pelo presidente da província. Era também preocupação da Câmara a impressão que os viajantes tivessem da cidade. “Tanto mais que sendo a cidade de Corumbá aquela em que o estrangeiro primeiro salta ao entrar na Província, deve perder essa aparência selvagem que tão má impressão causa aos viajantes”.<sup>87</sup>

A paisagem urbana da Corumbá começou a modificar-se gradativamente a partir dos anos 1880, com a resolução de alguns de seus maiores problemas. A documentação sugere que a rua principal da época – Delamare – começou a ser calçada e alinhada nesse ano, como registram os recibos de pagamento do calçamento, com seus respectivos valores. Mesmo assim, persistiram problemas relacionados à água, saneamento e limpeza pública.

A proposta de calçamento foi apresentada à Câmara Municipal de Corumbá, por João José Peres, em maio de 1881, especialmente “para o calçamento de três quadras da rua Delamare, isto é, desde o largo do Carmo até a rua Sete de Setembro”.<sup>88</sup> O valor apresentado foi significativo: quinze contos de reis. Em 3 de junho de 1881, Joaquim de Sama Lobo d’Eça apresentou à Câmara orçamento detalhado sobre as despesas

---

<sup>86</sup> Postura Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Artigo 1º.

<sup>87</sup> Relatório de 1884. Folha 49. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>88</sup> Proposta apresentada à Câmara Municipal de Corumbá, 14 de maio de 1881. e Orçamento de despesa provável, 3 de junho de 1881. Folhas avulsas. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

concernentes ao calçamento da rua de Lamare entre a praça do Carmo e a rua 7 de Setembro.

Além da despesa provável calculada em 14:600#300 mil-réis, descreveram-se as obras do calçamento: “O leito da rua, que tem de receber o calçamento, será previamente nivelado e aterrado de modo a mostrar a forma dos perfis longitudinais e transversais que deve ter, devendo ser extraída parte da terra vegetal que existe na rua e substituí-la por terra branca sobre a qual serão as pedras colocadas. O calçamento será feito assentando-se as pedras de tição, tão unidas quanto for possível encima juntam desencontrados, empregando-se de preferência as pedras de bastante espessura e com a face superior preparada de modo a evitar depressões que embaracem o escoamento das águas. Em vista do diminuto declive natural que tem o terreno, deve o calçamento ser feito do meio de cada quadra para os extremos, a fim de poder-se dar maior declive às valetas de esgoto, que serão abertas junto às calçadas das casas e terão, no mínimo, o declive de 2% que corresponde a 2 centímetros por metro. [...] Depois de concluído o calçamento, será lançado sobre ali uma camada de terra branca de modo a encher os pequenos intervalos [...]”.<sup>89</sup>

Consta que no dia 5 janeiro de 1884, a Câmara Municipal pagou para a firma Firmo de Mattos Cia. a quantia de 265:200 mil-réis “por conta do calçamento da rua de Lamare”<sup>90</sup> e, em 4 de fevereiro, a quantia de 3.000:186 mil-réis.<sup>91</sup> O contrato de calçamento apresentado por João José Peres foi transferido a Firmo de Mattos e Cia, encontrando-se por isso os recibos em nome do último: “Recebemos dos Senhores Claviculares do cofre da Câmara Municipal a quantia de duzentos sessenta e cinco mil duzentos reis por conta do calçamento da rua de Lamare, cujo contrato nos foi transferido pelo Snrº Capº João José Peres. Corumbá, 5 de Janeiro de 1884. Firmo de Mattos Cia”.<sup>92</sup>

As posturas aprovadas em 22 de abril de 1881 já obrigavam os proprietários a calçarem a frente de seus prédios e terrenos, sob pena de serem multados em 20\$000 mil-reis, além de terem novo prazo de sessenta dias para término do serviço e a duplicação do valor da multa, caso não fossem cumpridas as disposições do artigo. A partir do estabelecimento do novo Código de Posturas Municipais da cidade de Santa Cruz de Corumbá, todos os proprietários “de prédios ou terrenos, compreendidos na rua de Alencastro até a rua Augusta, paralela ao rio Paraguai, e na rua Bella até a rua do Major

<sup>89</sup> Orçamento da despesa com o calçamento da rua de Lamare. Corumbá, 3 de Junho de 1881. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>90</sup> Recibo nº 89. Folha avulsa. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>91</sup> Recibo nº 14. Folha avulsa. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>92</sup> Recibo nº 89. Folha avulsa. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

Gama, perpendiculares ao mesmo rio, são obrigados a mandar calçar, desde já, a frente de seus prédios ou terrenos, na largura de dois metros, com 4 centímetros de declive”.<sup>93</sup>

Ainda no final do século XIX, as ruas de grandes aglomerações urbanas da Província e do Império eram motivos de preocupação. Mas, no caso de Corumbá tudo era mais difícil de ser resolvido, porque a vila se encontrava distante do centro de poder. A chegada de recursos necessários às obras, quando ocorria, era com muita morosidade. Segundo relata Galvão, os problemas relacionados às ruas persistiam desde o período em que era presidente da Câmara - 1883 a 1887 - e que remetera em vão relatórios para a Presidência da Província, pedindo verbas e medidas para efetuar a limpeza pública e empreender as obras necessárias. “Quando remeti o último relatório à Presidência da Província, juntei uns códigos de posturas que proibia expressamente a expôr-se casas ao aluguel sem ter uma latrina deixada, além de medidas indispensáveis para o aceio da cidade e salubridade pública”. “Isto, porém não mereceu a menor atenção do ilustre corpo legislativo, a julgar-se pelo silêncio a que ficou condenado tal reclamo”.<sup>94</sup>

O relatório de Antonio Antunes Galvão registra a dificuldade da Câmara Municipal de Corumbá em ter seus pedidos atendidos pelo presidente da Província. Por conta do descaso do poder público cuiabano e do não cumprimento das normas pela população local, que insistia em manter em seus quintais latrinas abertas, despejar as fezes nos barrancos da cidade ou ali fazer suas necessidades orgânicas, propagou-se em Corumbá a cólera. No dia 5 de dezembro de 1886, a doença manifestou-se em algumas pessoas e, dois dias após, muitos corumbaenses morreram.

A propagação da cólera obrigou o estabelecimento de uma casa com enfermeiros para cuidar dos doentes desprovidos de recursos. “O Lasareto era muito pequeno, mas era a melhor casa naquelas imediações e prestou regularmente os socorros a que foi destinado, porque esta enfermidade não tem a marcha lenta de muitas outras e quase sempre em quatro dias o doente restabelece ou morre [...]”.<sup>95</sup> O atendimento no *Lasareto* e algumas providências tomadas pelo presidente da Câmara no sentido de promover a limpeza dos quintais, ruas e da cadeia pública não foram suficientes para exterminar a doença. Galvão lembra que “a peste fazendo muitos estragos, elevou o número das vítimas dentro desta cidade; sem contar os que morrerão fora, a enorme soma até 135-regulando por alguns dias

---

<sup>93</sup> Postura Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Artigo 32º.

<sup>94</sup> Relatório de Antonio Antunes Galvão. Folha 2. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>95</sup> Relatório de Antonio Antunes Galvão. Folha 4. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

quatro casos por mil habitantes, o que é uma desproporção aterradora se compararmos com os estragos que o cólera tem feito nos lugares mais devastados por essa enfermidade”.<sup>96</sup>

Não foi fácil para as autoridades combater a *cholera morbus* em Corumbá, principalmente porque os vapores, de onde a doença havia se espalhado, atracavam com frequência no porto da cidade, sem qualquer restrição estabelecida pelo delegado da higiene pública. Por esse motivo, em 1887, o promotor público da Comarca de Corumbá denunciou José Marques da Silva Barros, delegado da Higiene Pública, por não ter tomado providência na prevenção da doença.

Em 15 de fevereiro de 1887, a denúncia representada na pessoa de José Joaquim de Souza Gomes, denunciou a seguinte situação: “Ainda prende atenção dos habitantes desta cidade as calamitosas ocorrências que se deram nos meses de dezembro e janeiro último por ocasião da invasão do *chólera morbus*, que tantas famílias (ilegível), e cujo desenvolvimento e intensidade que atingiu esse flagelo é imputado ao Doutor José Marques da Silva Barros, Delegado da Higiene Pública, que longe de cumprir os seus deveres, indiferente ao sofrimento público e aos sentimentos de humanidade, tem com criminosa negligência cruzado os braços ante a possibilidade da reprodução dessa terrível epidemia”.<sup>97</sup>

E prossegue a denúncia: “Está no domínio da publicidade por cartas recebidas de pessoas fidedignas residentes na capital desta província que ali e suas circunvizinhanças a *cholera* têm se manifestado fazendo muitas vítimas; mas essa lúgubre nova, que tanto tem colado no acima dos habitantes desta cidade, não tem tido a força que era de esperar para demorar de sua criminosa inércia a mesma Delegacia da Higiene Pública por isso que não cogitou medida alguma no intuito de prevenir a reprodução desse mal, com manifesta violação e falta de observância do Decreto nº 9554 de 3 de fevereiro de 1886, e especial, e nos seus artigos 26 nº 7º, 9º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º artigos 94 nº 7º, 8º, 10º e 11º artigos 135, 136 e 150.”<sup>98</sup>

Verifica-se que ainda nas duas últimas décadas do século XIX o meio urbano corumbaense era sinônimo de propagação de doenças, falta de higiene e não cumprimento do Código de Posturas. Nas ruas, cães bravos e cloacas impediam a circulação das pessoas. As doenças alastravam-se devido às latrinas nas casas; ao lixo e os entulhos depositados

---

<sup>96</sup> Id. ib., Folha 12.

<sup>97</sup> Processo de responsabilidade. Nº 225. Corumbá, 1887. Arquivo do Tribunal de Justiça de Campo Grande-MS.

<sup>98</sup> Processo de responsabilidade. Nº 225. Corumbá, 1887. Arquivo do Tribunal de Justiça de Campo Grande-MS.



nas ruas e quintais; à presença de chiqueiros nas proximidades das moradias; aos animais soltos pelas ruas.

A análise da documentação permite ressaltar que o fiscal não tinha autoridade para fazer a população cumprir o Código de Postura e, assim, melhorar o aspecto do espaço urbano corumbaense. O fiscal não conseguia fazer a lei ser respeitada porque muitas famílias atingidas pelas normas eram as mais abastadas da cidade e, como tal, não se achavam devedoras do cumprimento da lei. Eram, sobretudo os ricos que criavam em seus quintais animais para o consumo próprio, desrespeitando as leis.<sup>99</sup> Nas Posturas Municipais de Corumbá, de 1881, consta a seguinte proibição: “Não é permitido dentro desta cidade a criação de porcos, a não ser em quintais fechados e somente em arrabaldes”.<sup>100</sup>

Era corrente no Brasil o costume de ter no quintal da casa urbana uma criação ou plantação que auxiliasse na alimentação das moradias. Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freire<sup>101</sup> registrou que as casas grandes das cidades reservavam espaço nos quintais para a plantação de legumes e de frutas e para a criação de animais de corte, já que eram poucos os açougues e escassos os alimentos frescos nos mercados urbanos. O sociólogo pernambucano lembra que produtos como biscoitos, queijo, vinho, roupas, chapéus, peixe fresco, azeite para ascender lamparinas, mariscos para fazer a cal e cativos eram importados da Europa e África. Mesmo assim, foi preciso que cada família cultivasse em seu quintal ou nas chácaras alimentos que atendessem as suas necessidades.

Localizadas na periferia das cidades, as chácaras das ricas famílias produziam alimentos abundantes, vendidos comumente nas aglomerações. Comerciantes, funcionários, proprietários adquiriam produtos nas chácaras suburbanas, onde podiam encontrar o conforto que não conheciam nas moradias urbanas, como lembra Reis Filho.<sup>102</sup> Algumas destas chácaras eram quase pequenas fazendas. Possuíam plantações; pasto para os animais; fontes de água fresca; arvoredos; bambuzais. Essas casas de sítio, com capela, muita árvore de fruta, olho-d'água ou cacimba, existiam também nas imediações do Rio Janeiro e do Recife. Gilberto Freyre lembra que “eram em geral casa de um pavimento só, como as chácaras paulistas. Edifícios de quatro águas, como as casas de engenho. Protegiam-nos terraços acachapados ou copiares. As árvores mais comuns nessas casas do

---

<sup>99</sup> Cf. Antônio Antunes Galvão. Relatório de 1887. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>100</sup> Cf. Capítulo 3º. Art. 10º. Código de Posturas Municipais da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz de Corumbá. 22 de Abril de 1881. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 187.

<sup>102</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 30.

Norte eram as goiabeiras, os aroçazeiros, os cajueiros, as laranjeiras, os coqueiros; depois se generalizaram as mangueiras, as jaqueiras, as árvores de fruta-pão”.<sup>103</sup>

Corumbá, no final do século XIX, compunha-se de uma rua especializada no comércio – Porto Geral –, utilizada pelos comerciantes, onde ainda hoje existe o casario nas margens do rio Paraguai, e as ruas usadas exclusivamente para edificação das classes opulentas, como a rua Delamare, e dos segmentos menos favorecidos. Um espaço que se organizava segundo as relações sociais.

As ruas e as cozinhas eram sinônimas de sujeira e de trabalho e, portanto, lugar dos cativos. O espaço do proprietário e dos cativos era delimitado pelas condições de higiene ou da ideologia escravista. Até o final do século XIX o espaço do homem *de bem* e principalmente da *sinhá* e da *sinhazinha* se restringia aos interiores da casa-grande ou do sobrado urbano, sobretudo as salas e as alcovas. Aos trabalhadores escravizados, restava o campo, a senzala, a cozinha, as vendas, as ruas, as fontes ou os rios onde buscavam água para o abastecimento das casas.

Através dos Códigos de Posturas, a Câmara municipal procurou organizar Corumbá segundo os padrões da época, que exigiam a limpeza, a ordem e a homogeneidade espacial. Mas os representantes locais buscavam muito mais com a aplicação da legislação. O grande objetivo das autoridades era promover o *status* civil de Corumbá, através de uma melhor organização e da limpeza da cidade, de suas ruas e ladeiras centrais. Exigia também escolas com professores efetivos para ensinar a língua do país, devido ao receio ou prenúncio dos muitos estrangeiros influenciarem a população local.

Esses objetivos chocavam-se com os problemas sociais presentes na cidade, desde antes da instalação da Câmara, em 17 de agosto de 1872. Persistiu em Corumbá a falta de água, as ruas sujas, os quintais fétidos, os animais soltos, a ladeira intransitável, o alto índice de analfabetos, problemas que começaram a ser resolvidos, em parte somente no século XX. A beleza do rio, a vinda gradativa de estrangeiros e a edificação de sobrados dos prósperos comerciantes na cidade baixa e alta não conseguiram sobrepujar as condições sociais peculiares da época.

## **Casas do início do século XX**

A Abolição da escravidão em 1888, a Proclamação da República em 1889 e a intensificação do comércio de importação e exportação pelos comerciantes estrangeiros

---

<sup>103</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 191.

estabelecidos em Corumbá foram fatores que não alteraram o *partido* arquitetônico das construções levantadas na cidade. Segundo Carlos Lemos, na obra *Arquitetura Brasileira*, o *partido* “seria uma conseqüência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida”.<sup>104</sup> Neste sentido, o partido, ou seja, o resultado das técnicas construtivas, dos recursos humanos, dos materiais, dos costumes, etc., continuou fortemente atrelado ao século XIX, cuja arquitetura apoiara-se na rudimentar mão-de-obra escrava.

Construídas em alvenaria estilo geminado, alinhadas às calçadas, com grandes janelas e portas acessíveis aos transeuntes, as construções corumbaenses do início do século XX evidenciavam ainda vigorosos resíduos do período escravista. É preciso entender que os monumentos ou os edifícios de nuança e de transição são acima de tudo obras do tempo. Como reflexo de mudanças políticas as obras operam-se lentamente, apoiam-se nos símbolos antigos, encrostam-se neles, assimilando-os ou, se puderem, superando-os. Ao contrário de outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, que sofreram algumas mudanças significativas nas formas de construir, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo no afastamento da construção em uma de suas laterais, os habitantes de Corumbá continuaram a construir suas casas residenciais ou comerciais com forte referência na arquitetura do século XIX.

Na rua D. Aquino nº 670, esquina com Antônio João, a construção segue os padrões das edificações de esquina, já descritas, do final do século XIX, já descritas. Erigida em 1901, a fachada da construção, alinhada junto à calçada, possui várias aberturas em arco pleno de madeira, metal e vidro, pilastras e desenhos geométricos aplicados. [Figuras 43-44].

Na rua Ladário, entre a avenida General Rondon e rua Delamare, uma casa construída em 1905 ainda tem os resquícios do estilo aplicado nas construções do final do século XIX. Erigida em alvenaria, com alinhamento à via pública, é estreita e comprida. Na fachada, ainda podem ser observadas duas portas em arco pleno, que foram cimentadas, pilastras separando as aberturas da fachada, os ornamentos e o beiral sustentado por cachorros. Estão também presentes na fachada desenhos geométricos e a data de construção da casa. Esta construção identificada durante a pesquisa está parcialmente derrubada, restando atualmente a fachada e parte da primeira peça da casa. As pedras usadas na edificação encontram-se amontoadas no chão para serem removidas, pois outra edificação está sendo elevada em sentido contrário, dos fundos para frente. [Figuras 45-46]

---

<sup>104</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979. p. 9.

Caso semelhante ocorreu com uma construção na rua 7 de Setembro, nº 225 entre Delamare e 13 de Junho. A construção de alvenaria, com alinhamento à calçada e paredes contíguas, foi derrubada e somente a fachada foi mantida, enquanto outra construção estava sendo erigida no terreno. Para finalização da nova obra, a fachada foi então derrubada e ocupada por uma grade de metal. A casa apresentava três aberturas em arco pleno de madeira, vidro e metal e pilastras e desenhos geométricos identificavam a fachada.

No *Regulamento para construção e reconstrução de prédios*, cujo projeto foi delineado em 8 de Novembro de 1906 e aprovado em sessão do dia 28 de novembro de 1906, pela Intendência Municipal de Corumbá, não existem proibições quanto à construção de edifícios com alinhamento nas vias. A única restrição encontra-se relacionada aos telhados que não poderiam ultrapassar os limites das fachadas, como consta no parágrafo 13 do Artigo 6º: “Os edifícios estabelecidos no alinhamento dos logradouros públicos não terão beirada de telhado saliente”.<sup>105</sup> Também as casas elevadas com fachadas expostas às ruas não poderiam “ter degrau algum ou escada adiantando-se ao alinhamento do logradouro público”.<sup>106</sup>

A análise dos artigos que regulamentaram as construções de Corumbá no início do século XX evidencia que os vereadores preocupavam-se com a luminosidade e o arejamento a ser obtidos através de aberturas de grandes proporções nos cômodos e nas fachadas das edificações. A casa disporia também de aberturas internas centrais, com corredores menos extensos, além de porões com passagem de ar e luz. Essas exigências foram consideradas como essenciais e obrigatórias na construção de qualquer edifício na cidade.

Em obediência às novas regulamentações construtivas, os cômodos das casas em construção deveriam ter oito metros de área, serem bem arejados e iluminados, como consta no parágrafo 4: “Nenhum cômodo ou divisão terá menos de oito metros de área, exceto os destinados a despensas, passagens, cozinhas e latrinas, tendo todos, entretanto, entrada direta de ar e luz do exterior, contanto que a área total de suas aberturas estejam, pelo menos, na relação de um quinto da área que devem iluminar e ventilar, quando esta for maior de oito metros e na relação de um terço, quando menor”.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Parágrafo 13. Artigo 6º. Regulamento para construção e reconstrução de prédios, 1906. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>106</sup> Parágrafo 9. Artigo 6º. Regulamento para construção e reconstrução de prédios, 1906. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

<sup>107</sup> Parágrafo 4. Artigo 6º. Regulamento para construção e reconstrução de prédios, 1906. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS. p. 3.

Sobre os corredores das casas, o regulamento recomendava evitá-los sempre que possível. Na impossibilidade deveriam ser “reduzidos no seu comprimento. Quando porém forem maiores de dez metros, deverão receber luz direta do exterior”.<sup>108</sup> Igualmente as janelas e portas deveriam favorecer a entrada de luz e ar no interior das edificações, como pode ser verificado: “As aberturas das fachadas, portas, janelas, mezaninos, olhos de boi, etc. guardarão as devidas proporções arquitetônicas tendo-se em atenção a necessidade de dar em abundância ar e luz aos prédios. A superfície das aberturas não poderá ser inferior a um quinto da do compartimento [...]”.<sup>109</sup>

Na rua Delamare, entre as ruas 7 de Setembro e Major Gama, existem ainda edificações do início do século XX, que dividem uma de suas paredes com outras casas, com a lateral oposta recuada, apresentado um corredor aberto para o qual se abrem as janelas. A casa de nº 1392, construída em 1909, segue o estilo mencionado. Edificada em alvenaria em terreno estreito e comprido, com fachada alinhada à calçada, divide uma de suas paredes com outra casa, a outra lateral aberta, em forma de corredor estreito, propicia luminosidade à construção. O acesso a cada uma das peças é obrigatoriamente interno.

Os muros que separam os fundos das casas foram erguidos de pedras. Nos quintais o mesmo tipo de pedra usado na construção pode ser visto. A fachada simples dessa casa exhibe duas janelas grandes e uma porta de acesso ao corredor aberto. Uma abertura, ao lado, permite o acesso à primeira peça da frente da casa, através da qual é possível ir passando pelos demais cômodos espaçosos. A residência foi construída obedecendo a regulamentação de 1906, pois as aberturas laterais favorecem a entrada de ar e luz e os cômodos são amplos. A circulação permaneceu desfavorecendo a individualidade na família. [Figuras 47-48]

Algumas casas construídas depois da regulamentação de 1906 apresentam as mesmas características das escuras construções elevadas no final do século XIX. Ainda na rua Delamare nº 1277, uma casa de 1920 apresenta corredor lateral de distribuição das peças. A casa, que ocupa toda a extensão do terreno, é comprida e estreita. Este domicílio urbano apesar de erigido quatorze anos depois da aprovação do regulamento, teve mantido o corredor interno, mas foi desprezado o recuo lateral previsto. Como vimos, o regulamento de 1906 exigia que corredores com mais de dez metros deveriam receber luz diretamente do exterior. As janelas e a porta central largas, os degraus internos de acesso ao corredor

---

<sup>108</sup> Loc. cit.

<sup>109</sup> Loc. cit.

central, a cobertura escondida e as peças amplas cumpriam as determinações legais. [Figura 55-56].

Na rua Cuiabá nº 869/879 entre as ruas Frei Mariano e Antônio Maria Coelho a residência do ano de 1926 possui os mesmos traços arquitetônicos das construções do final do século XIX descritas. Construída de alvenaria com alinhamento na via pública a casa tem na fachada três portas e três janelas em arco pleno e uma porta retangular, além, das datas gravadas 1926 e 1929.

Apesar do traçado de algumas casas não ter obedecido ao recuo em uma das laterais e ocupado toda a largura do lote, um recuo nos fundos era deixado para favorecer a claridade interna. Na rua Tiradentes nº. 275, a construção datada de 1917, se observada somente pelo externo, não aparenta ter espaço que facilite a entrada de ar e luz, pois sua frente com alinhamento à calçada ocupa todo o limite do terreno. Nos fundos, porém, há um corredor recuado com várias aberturas voltadas às peças que foram distribuídas umas após as outras, com circulação através das mesmas ou do corredor lateral. Na fachada, quatro janelas estreitas permitem iluminação e aeração direta das duas primeiras peças não servidas pela abertura dos fundos. [Figuras 53-54].

Na rua Delamare nº 1568, entre Major Gama e Firmo de Matos, na casa construída em 1911, apesar da fachada ocupar toda a extensão da frente, uma das paredes laterais é totalmente afastada do limite do lote e duas janelas altas acompanham paralelamente a porta de entrada, facilitando o arejamento interno. Neste caso, as normas construtivas foram aplicadas. O alinhamento da fachada e a circulação por dentro dos cômodos eram costumes presentes no modo de construir e foram mantidos nas edificações de Corumbá ainda nas primeiras décadas do século XX. [Figura 50].

Consta no documento de 1906 já citado que as fachadas das construções em Corumbá não poderiam ser levantadas com qualquer material, sendo proibido “paredes de frontal, estuque, madeira ou zinco nas fachadas ou nas faces divisoras entre prédios contíguos”.<sup>110</sup> O regulamento restringiu-se às condições técnicas das construções e ao calçamento das vias públicas. Mesmo assim, no início do século XX ainda havia problemas concernentes à circulação nas calçadas, em frente às moradias, apesar das determinações legais.

“Os proprietários de prédios nas vias públicas já calçadas são obrigados a construir os respectivos passeios dentro do prazo de seis meses contados da data da promulgação do

---

<sup>110</sup> Parágrafo 11. Artigo 6º. Regulamento para construção e reconstrução de prédios, 1906. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS. p. 3

presente regulamento. § 1º Os passeios deverão ser formados de lajotas apicotados, tijoletas hidráulicas de barro petrificado ou concreto com chapa de cimento, com meios fios de pedra e ficarão no nível indicado pelo engenheiro municipal. § 2º Os atuais passeios formados por lajotas irregulares deverão ser substituídos no prazo de um ano, nas ruas Candido Marianno, de Lamare, 13 de junho e travessas compreendidas entre as mesmas de conformidade com o disposto no parágrafo antecedente”.<sup>111</sup>

O problema não se restringia à ausência de passeios públicos. Algumas quadras das principais ruas da cidade também não haviam sido calçadas. Em 1914, a rua da República, mais precisamente em frente à Sociedade Italiana di Instruzione-Beneficienza-Fratellanza<sup>112</sup> localizada diante da praça da República – a mais antiga da cidade, ex-praça do Carmo<sup>113</sup> – não era calçada e não possuía o passeio público previsto pelo Regulamento. A rua do Porto, na época chamada de Presidente Costa Marques; a 15 de Novembro e a rua 13 de Junho, parte da Frei Mariano e parte da Delamare, no sentido Antônio João/Oriental, também não haviam sido empedradas.<sup>114</sup>

Nas Posturas de 1910, não há observações ou proibições relacionadas às construções. Somente em um dos seus trinta artigos há menção às edificações, ainda assim para tratar restritamente das necessidades de manter as fachadas dos edifícios em boas condições. “Todas a pessoas que tiverem domínio direto sobre qualquer prédio são obrigadas a trazer competentemente rebocada ou pintada a fachada do dito prédio assim como construir os respectivos passeios sob pena de 10% por dia que exceder o prazo que lhe for marcado. § 1º Se, terminado o prazo, a obra não tiver sido começada, o Intendente mandará executá-la administrativamente, correndo as despesas e mais 10% por conta do proprietário”.<sup>115</sup>

As diminutas modificações observadas em algumas construções erigidas nas primeiras três décadas do século XX limitaram-se ao afastamento da casa em uma de suas laterais, com a possibilidade da aplicação de portas e janelas nas paredes voltadas para essas aberturas. A outra parede continuou sendo contígua com a construção vizinha. Solução que continuava permitindo o aproveitamento do terreno e ainda possibilitava a circulação do ar e luminosidade aos moradores.

---

<sup>111</sup> Artigo 9º. Regulamento para construção e reconstrução de prédios, 1906. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS. p. 5.

<sup>112</sup> AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Álbum Gráfico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo: 1914. p. 336.

<sup>113</sup> Cf. Planta da Vila de Corumbá organizada em 1889 pelo Capitão Hermes Rodrigues da Fonseca e pelo 1º tenente Clodoaldo da Fonseca. Observa-se na planta a existência da Praça do Carmo e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construção iniciada em 1885 e concluída em 1887. [Anexos, p. 207].

<sup>114</sup> AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Álbum [...] Ob.cit. p. 333-334*.

<sup>115</sup> Posturas Municipais de Corumbá, 5 de Novembro de 1910. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

Há exemplos curiosos de construções geminadas, com fachadas idênticas, que a uma primeira vista parecem se tratar de uma só casa. Nos terrenos de esquina, os proprietários continuaram aproveitando o limite dos mesmos e aplicando várias aberturas voltadas às ruas. As edificações do início do século XX permaneceram sendo elevadas de pedras, com o mesmo alinhamento e com as portas e janelas para a rua. As pedras eram abundantes na região por isso foram usadas ordinariamente pela população local. [Figuras 47, 51-52]

Em 1930, Corumbá ainda era marcada pelos padrões do período imperial caracterizados essencialmente pela uniformidade, pelo alinhamento à via pública e pelas laterais ocupando os limites dos lotes, etc. O afastamento dos limites do terreno começa a ser aplicado na arquitetura corumbaense a partir de 1930, quando as casas recuaram na frente e nas laterais, permitindo jardins nas áreas livres. Foi a partir dessa época que as construções corumbaenses deixaram de registrar as antigas soluções arquitetônicas herdadas do período imperial.

A rua Cuiabá nº 1063, entre as vias 15 de novembro e Frei Mariano, edificada em 1932, apresenta afastamentos laterais e recuo na frente. A casa foi construída de pedra e tijolo maciço. Também inspirada no ecletismo como as edificações do final do século XIX, o domicílio urbano exhibe em sua fachada aberturas largas de madeira, metal e vidro, pilastras e ornamentos aplicados. Através de um alpendre, acessa-se à residência. Ainda na mesma rua, no nº 1043 existe uma casa datada de que 1933 construída no mesmo estilo de “alvenaria estrutural de pedra e tijolo maciço revestida de argamassa. A casa apresenta aberturas com quadros e vedos de madeira, metal e vidro. Sua cobertura foi feita com estrutura de madeira e telhas de barro”.<sup>116</sup> A fachada foi ornamentada com pilastras e apliques de desenhos.

Uma terceira casa, também de 1933, situada na mesma rua e quadra, no nº 1083, ostenta aberturas retangulares, alpendre, ornamentos e pilares. A casa foi construída com fundação “e pedra, alvenaria estrutural de pedra e tijolo maciço revestida de argamassa. Aberturas com quadros e vedos de madeira, metal e vidro. Cobertura com estrutura de madeira e telhas de barro”.<sup>117</sup>

As três casas descritas foram edificadas pela construtora Amorim & Irmãos Ltda e apresentam a mesma quantidade e disposição interna das peças. Externamente, as residências possuem os recuos laterais e frontais; balcões das janelas da fachada; alpendres; ornamentos aplicados, tudo no estilo eclético. Observa-se o permanente uso da

<sup>116</sup> MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*. Tomo III. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 561.

<sup>117</sup> Loc. cit.



pedra, dos balcões, do pilares e dos ornamentos nas residências mesmo após 1930. O recuo das casas nas laterais e nas fachadas e a presença de jardins foram as principais mudanças aplicadas na arquitetura de Corumbá.

Carlos Lemos explicou a razão do recuo: “Foram os novos conceitos de higiene, mormente aqueles ligados à habitação e às novas técnicas de construção, com todas as suas possibilidades, que sugeriram as primeiras normas de construção, logo transformadas em leis – tanto as que se interessavam pela saúde do povo como as mais voltadas à remodelação urbana, visando o abandono definitivo dos velhos costumes gregários das casas geminadas. E surgiram os afastamentos laterais para o sol e o ar penetrarem nos cômodos do centro da planta. Foi o adeus às alcovas abafadas, e o surgimento dos jardins”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979. p. 26.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto colonial português, abarcando a escravidão, o monopólio, a expansão territorial e o latifúndio, determinou a essência da história brasileira e marcou sensivelmente o processo de organização das cidades e suas relações sociais e econômicas.

Corumbá, espaço urbano que elegi para refletir a escravidão e a arquitetura foi criado em fins do século XVIII assumindo um modo de construir e de viver vinculado à política lusitana de ocupação e à ordem escravista do antigo sistema colonial.

A consolidação do projeto político de fundação e formação do arraial de Albuquerque, em 1778, o incêndio na vila em 1800, a liberação da navegação do rio Paraguai, em 1856, a invasão paraguaia (1865) e o desenvolvimento do comércio representam o conjunto de fatos consideráveis que marcaram a paisagem urbana e a história da cidade.

O povoado de Nossa Senhora de Albuquerque, hoje Corumbá, “nasceu” de taipa, com ranchos e casas cobertas de palha. O referido núcleo urbano foi inicialmente delimitado pelos fortes, mas teve seu espaço ampliado e sua arquitetura modificada com as construções de pedras, elevadas no final do século XIX.

No restante do Brasil, sobretudo nas grandes cidades litorâneas, a modernização urbana e o processo da abolição da escravatura, na segunda metade do século XIX promoveram, ainda que de forma lenta, as alterações nos quadros da arquitetura. Na cidade de Corumbá o modelo colonial manteve-se consistente até o início do século XX, sobretudo, nas fachadas e nas áreas interior das moradias construídas.

Foram identificadas através da pesquisa várias casas construídas durante o período escravista. Podemos afirmar que muitas famílias corumbaenses recorriam aos cativos para desempenhar a maioria das tarefas cotidianas. Alinhadas à rua, as casas possuíam quintais compridos e paredes geminadas. Eram casas extensas no sentido longitudinal, com janelas e portas expostas à rua. Algumas moradias mais simples que permanecem erigidas ainda hoje têm na sua fachada uma ou duas janelas grandes e uma porta lateral de acesso às demais peças. Outras residências identificadas como espaço de pessoas mais abastadas, possuem várias portas e janelas na fachada.

Foi mostrado que a casa representou o reflexo das condições físicas, naturais, financeiras e legais de uma época. Ciente de que o programa de necessidades preexistentes num determinado momento histórico é que delinea interna e externamente uma residência,

considerarei que a discussão apresentada neste trabalho não se esgota nestas colocações. Antes é mais um caminho, uma possibilidade a ser explorada e aprofundada por outros pesquisadores que desejam contribuir com o avanço da história social. Ainda existem documentos diversos subjacentes no Fórum de Corumbá que podem auxiliar a compreensão sobre as relações sociais estabelecidas na região durante a escravidão, cujo acesso foi inviabilizado durante esta pesquisa.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1 Fontes Manuscritas**

#### **Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá.**

CÓDIGO DE POSTURAS de Santa Cruz de Corumbá, 1875.

CÓDIGO DE POSTURAS de Santa Cruz de Corumbá, 1881.

CÓDIGO DE POSTURAS da Vila de Miranda, 1860.

CÓDIGO DE POSTURAS de Vila Maria, 1860.

#### **Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá. Corumbá.**

AÇÃO DE LIBERDADE da escrava Thereza Valéria de Jesus, 27 de Maio de 1884.

AÇÃO DE LIBERDADE do escravo, Galdino da Silva Rondão, 29 de Junho de 1884.

CERTIFICADO de batismo dos filhos de escravos, 1873.

CLASSIFICAÇÃO dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1873.

CLASSIFICAÇÃO dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1874.

CLASSIFICAÇÃO dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1876.

CONDIÇÕES de contrato a serem obedecidas pelo arrematante do calçamento das ruas São Gabriel e Santa Teresa, 1884.

EDITAL elevando a povoação de Corumbá á categoria de vila, sob a denominação de Vila de Corumbá. Nº 6, 1862.

EDITAL elevando a vila de Santa Cruz de Corumbá á categoria de cidade. Nº 525, 1878.

FOLHAS para pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira em frente à rua de São Gabriel, 16, 23 e 30 de Janeiro de 1876.

FOLHAS para pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira em frente à rua de São Gabriel, 1º, 9, 16, e 23 de Abril de 1876.

FOLHAS para pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira em frente à rua de São Gabriel, 14 e 28 Maio de 1876.

LIVRO Nº 28. Trabalhos da Junta Classificadora de Corumbá. 1873-1885.

OFÍCIO da Comissão de Agenciamento de donativos para o Basar Abolicionista dirigido ao Presidente da Diretoria da Sociedade Abolicionista Corumbaense o Coronel Antonio José da Costa, em 28 de junho de 1884.

OFÍCIO da Delegacia de Policia do Termo da Cidade de Santa Cruz de Corumbá, delegado João Antonio Rodrigues, para o presidente da Câmara João José Peres, para tratar dos escravos presos, em 24 de Junho de 1879.

OFÍCIO da Delegacia de Policia do Termo da Cidade de Santa Cruz de Corumbá, para o presidente da Câmara João José Peres, para tratar da escrava Delfina, em 24 de Junho de 1879.

OFÍCIO de João Antonio Rodrigues dirigido ao Presidente da Associação Abolicionista Corumbaense Coronel Antônio José da Costa, em 10 de Maio de 1887.

OFÍCIO de Joaquim Ferreira Nobre ao delegado de polícia do termo da cidade de Santa Cruz de Corumbá, comunicando a desistência do direito sobre escravos.

OFÍCIO do Palácio da Presidência da Província de Mato Grosso para a Câmara Municipal de Corumbá comunicando a aprovação provisória de três artigos reformando as leis gerais. Nº 9, 1882.

OFÍCIO do Palácio do Governo da Província de Mato Grosso para a Câmara Municipal de Corumbá comunicando quais escravos deveriam ser libertos, 1883.

OFÍCIO do Palácio do Governo da Província de Mato Grosso para a Junta Classificadora de escravos do Município de Corumbá, em 11 de Agosto de 1883. Cuiabá-MT.

OFÍCIO do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá José Joaquim Rabello, convidando os vereadores a comparecerem em sessão para recebimento do arquivo da Sociedade Abolicionista, em 25 de Maio de 1888.

OFÍCIO do Presidente da Província à Câmara Municipal da cidade de Corumbá aprovando três artigos de posturas adicionais. Nº 503, 1883.

OFÍCIO do Tesoureiro Luiz A. Esteves dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, em 09 de Junho de 1884.

ORÇAMENTO da despesa com o calçamento da rua de Lamare, 13 de Junho de 1881.

Pedido de pagamento às despesas com o calçamento da ladeira. Nº 36. Secretaria da Câmara Municipal da Vila de Corumbá, 30 de dezembro de 1876.

PEDIDO de pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira. Nº 2, 1º de Fevereiro de 1876.

PEDIDO de pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira. Nº6, 2 de Maio de 1876.

PEDIDO de pagamento das diárias dos presos que trabalharam nas obras da Ladeira. Nº 9, 3 de junho de 1876.

PEDIDO de pagamento dos materiais da obra ladeira. Nº 31. Paço da Câmara Municipal da Vila de Corumbá, 1º de dezembro de 1876.

POSTURAS Municipais de Corumbá, 1910.

PROPOSTA para calçamento da rua de Lamare, 14 de maio de 1881.

RECIBO de compra de ferro para obra da Ladeira em frente a rua São Gabriel, 1º de dezembro de 1876.

RECIBO de pagamento concernente ao calçamento da rua de Lamare. Nº 14, 4 de fevereiro de 1884.

RECIBO de pagamento o calçamento da rua de Lamare. Nº89, 5 de janeiro de 1884.

RECIBO de pagamento pelo fornecimento de pedra. 30 de dezembro de 1876.

REGULAMENTO para construção e reconstrução de prédios, 1906.

REGULAMENTO para construção e reconstrução de prédios. Corumbá, 1906.

RELATÓRIO da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso, apresentado em março de 1881. Cópias de relatórios da Câmara, projetos de leis de orçamentos para a receita e despesa anuais, assim como das leis e regulamentos expedidos pelo Corpo Legislativo da Província. 1875 a 1888. Folhas 18 a 22.

RELATÓRIO da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso, apresentado em 1886. Folha 69.

RELATÓRIO de cópia do Livro de batizado dos filhos de escravos da Paróquia do vigário Frei Mariano de Bagnaia, realizado pelo escrivão Manoel Leite, em 12 de dezembro de 1873.

RELATÓRIO do fiscal Antônio Carvalho Vieira à Câmara Municipal de Corumbá, 1883.

RELATÓRIO do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá Antonio Antunes Galvão aos vereadores da Câmara, 1887.

RELATÓRIO do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá Antônio Antunes para o General Barão de Batovy, Presidente da Província de Mato Grosso, apresentado em sessão ordinária no dia 24 de setembro de 1884. Livro 205. Folhas 47-49.

RELATÓRIOS da Câmara Municipal de Corumbá ao Presidente da Província de Mato Grosso. Livro 205, 1875 a 1888.

### **Memorial do Tribunal de Justiça. Campo Grande**

AÇÃO DE LIBERDADE da escrava Francisca. Nº 134. Juízo Municipal e Órfãos da Vila de Miranda e seu Termo, 1885.

AÇÃO DE LIBERDADE da escrava Lucilla. Juízo Municipal de Órfãos da Vila de Miranda, 1886.

AÇÃO DE LIBERDADE da escrava Maria Alves da Conceição.

AÇÃO DE LIBERDADE da ex-escrava Joaquina. Juízo Municipal da Comarca de Miranda, 1886.

AÇÃO DE LIBERDADE do escravo João d' Assumpção. Nº 163. Juízo de Direito da Comarca de Miranda, 1884.

INVENTÁRIO Amigável de Izabel Nunes da Silva. E 004, Cx 1415, P 005, D 32533. Juízo de Direito da Comarca de Corumbá. Cartório do 2º Ofício. São José de Herculândia, 1883.

INVENTÁRIO de Gabriel Portilla. Juízo de Órfãos do Termo de Santa Cruz de Corumbá, 1887.

INVENTÁRIO de Henrique Augusto Ferreira de Andrade. Vila de Miranda, 1872.

INVENTÁRIO de Joaquim Pereira Valle. Juízo de Órfãos do Termo de Santa Cruz de Corumbá, 1886.

INVENTÁRIO de Marcos Giorgetti. E 013, Cx 526, P 004, D 12560. Juízo de Órfãos e Ausentes da Vila de Santa Cruz de Corumbá, 1878.

PROCESSO CRIME. E 025, Cx 1043, P 006, D 27581. Juízo de Direito da Comarca de Santa Cruz de Corumbá. Subdelegacia de Polícia do Distrito de São José de Herculândia, 1877.

PROCESSO CRIME. E 034, Cx 1409, P 004, D 32484. Juízo de Direito da Comarca de Corumbá. Juízo Geral da Polícia, 1877.

PROCESSO de responsabilidade. Nº 225, E 034, Cx 1393, P 001, D 32130. Juízo municipal de Corumbá, 1887.

RECURSO CRIME. Juízo de Direito da Comarca de Santa Cruz de Corumbá. Delegacia da Polícia de Corumbá, 1873.

## **2 Fontes impressas**

ROLIM DE MOURA. D. Antônio. *Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária. NDIHR/UFMT, 1982.

### 3 Crônicas, descrições, discursos, memórias e viagens

- ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. São Paulo: Ática, 1977.
- ALINCOURT, Luiz d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1976.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BÁEZ, Renato. *Corumbá: Evocações & Realidades*. Bauru: Tip. Brasil S/A, 1965.
- BÁEZ, Renato. *Cenas de minha terra*. Bauru: Tip. Brasil S/A, 1965.
- BAÉZ, Renato. *Circunstâncias e Reconhecimentos*. Corumbá – MS, 1993.
- BAÉZ, Renato. *Corumbá: Memórias & Notícias*. São Paulo: Vaner Bicego, 1977.
- BAÉZ, Renato. *Corumbá: Nótulas & Depoimentos*. São Paulo: Vaner Bicego, 1976.
- BAÉZ, Renato. *Corumbá: Reminiscências & Impressões*. São Paulo: Vaner Bicego, 1975.
- BAÉZ, Renato. *Ensaio e Cartas*. São Paulo: Resenha Tributária, 1984.
- BAÉZ, Renato. *Pioneiros e Registros*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.
- BAÉZ, Renato. *Corumbá: Reportagens & Pesquisas*. São Paulo: Vaner Bicego, 1974.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.
- BARROS, José de. *Lembranças*. Corumbá: [s. ed.], 1949.
- BOSSI, Bartolomé. *Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, S. Lorenzo, Cuiabá el Arinos*. Paris: Libreria Parisiense, Dupray de la Mahérie, 1863.
- CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo: Melhoramentos, 1949.
- COELHO, Filipe José Nogueira. *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato-Grosso: principalmente da Provedoria da Fazenda real e Intendência do ouro*. RIHGB, 1972. v.13.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. [Visconde de Taunay]. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*. Romances. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- MATOS, Lobivar. *Sarobá*. Poemas. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Nicteroy: Typ. Salesiana, 1919.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typ. Henrique Schoroeder, 1869.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. São Paulo: Pongetti, 1952.
- BARBOSA DE SÀ, Joseph. *Relações das povoações do Cuyabá e o Matto grosso e seus principios thé os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975.



SERRA, Ulisses. *Camalotes e Guavirais*. Campo Grande: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, 2004.

SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

#### 4 Artigos em jornais e revista

ALENCASTRO, Luiz F. de. De Nabuco a Nabuco. *Folhetim. Folha de São Paulo*, n. 535, São Paulo, p 6-8, 08 de maio de 1987.

ALENCASTRO, Luiz F. de. Abolição e constituição. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2-5, 19 de novembro de 1988.

BLAJ, Ilana. *A Escravidão Colonial: algumas questões historiográficas*. Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 37, p. 147-159, 1994.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. Análise de Testamentos na Comarca de Porto Alegre (1817-1818): Escravo e Dote. *Humanitas*. p.13.

CARVALHO, José M. Saudade do Escravo. *Guia. Folha de São Paulo*. São Paulo, Domingo 02 de abril de 2000. p. 21.

CARVALHO, Roberto M. Escravidão: violência e terror. *Leitura*, São Paulo, v. 6, n. 68, p. 10-11, janeiro de 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio da Arquitetura*. I Arquiamérica Ouro Preto, setembro de 1992.

CORREA, L. S.; BRAZIL, M. C. Conflito e violência em Corumbá. *Histórica-Revista Edunesp*, Assis, São Paulo, v. 10, p. 141- 150, 1990.

DEBES, Célio. Aspectos jurídicos da escravidão. *Leitura*, São Paulo, v. 6, n. 68, p. 14-15, janeiro de 1988.

DELSON, Roberta Marx. *Versalles em Guaporé*. A evidência visual do passado glorioso de Vila Bela. *Varia História*, n. 30, pp. 123 a 36, julho 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira. O Escravo Urbano na Visão de um Viajante. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, XVI(1,2) 95-103, jul. e dez., 1990.

FARIA, Sheila de Castro. De olho nas casas da colônia. *Nossa História*. nº 16, ano 2, Editora Vera Cruz, p. 55-60.

GATTIBONI, Rita. Cartas de Alforria em Rio Grande (1874-9/1884-9). *Estudos Ibero-americanos*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1 e 2, pp. 117-136, jul./ dez. 1990.

- LAMONICA, A. B.; COELHO, M. T. S. Re-vedo escravismo e transição. *Cadernos do Neru. Escravidão Ponto e Contraponto*. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFMT, Ed. UFMT. Cuiabá - MT, nº 2, p. 17-32, dezembro de 1993.
- LARA, Silvia H. Cativeiro e Alforria. *Folhetim. Folha de São Paulo*, nº 535, São Paulo, p. 9-10, 08 de maio de 1987.
- MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: da Casa-grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil”. *Cadernos IHC - Revista*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 31, 2004.
- MAESTRI, Mario. Dormindo em pé. *RS Contexto*. Suplemento Cultural, n. 39, 21-22 maio 1994. p. 1.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. A Riqueza no Espaço Privado: Bahia, século XVIII. Anais do IV Congresso de História da Bahia. p. 585-594.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilbertiano. *Folha de São Paulo*. p. 13-14, 12 de março de 2000.
- MESGRAVIS, L. Trabalho e festa: o cotidiano negro. *Leitura*, São Paulo, v. 7, n. 77, p. 4-5, outubro de 1988.
- PELEGRINE. Sandra C. A. História, Cultura e Patrimônio. Os solares urbanos do século XIX. *Varia História*, n. 29, p. 65- 76, janeiro de 2003.
- PROENÇA, Augusto César. *Corumbá de todas as graças*. Campo Grande: Ruy Barbosa, [s. d.].
- QUEIROZ, Suely R. Passado cativo: herança e memória. *Leitura*, São Paulo, v. 7, n. 77, p. 12-13, outubro de 1988.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Lembranças do passado cativo. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: v. 8, n. 48, p.36-39.
- ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888). *Dimensão*. UFMS/CEUC, Corumbá, n.5/7, p. 78-108, 1975 -1977
- .
- SANTOS FILHO, Lycurgo de C. República, mas sem Abolição. *Leitura*, São Paulo, v. 6, n. 68, p. 16, janeiro de 1988.
- SANTOS, Graziela E. L. dos. Sesquicentenário e Escravidão Negra: uma revisão historiográfica. *Estudos Ibero-americanos*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1 e 2, p. 287-289, jul./ dez. 1990.
- SANTOS, Roberto Carlos dos. Urbanização, moral e bons costumes - Patos de Minas em fins do século. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 30, p. 152-176, julho 2003.

SCHAWARCZ, Lilia. Negras Imagens. *Folhetim. Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3-5, 08 de maio de 1987.

SILVA, José Luiz W. da. A Lei Áurea revisitada. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 48, p. 11-13, nov. 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Os escravos na paisagem urbana. *Ciência Hoje-Revista*, v. 8, n. 4, 1988.

SIMÃO, Ana Regina Falkemback. As manumissões na cidade de Pelotas (1832-1849). *Estudos Ibero-americanos*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1 e 2, p. 309-327, jul./ dez. 1990.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX. *Estudos Econômicos - IPE/USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan./abr. 1983.

SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX. ANPUH - Marco Zero, Revista Brasileira de História, São Paulo. v. 8, n. 16, p. 107-142. març./ago. 1988.

TOLEDO, Roberto Pompeo de. Escravidão O passado que o Brasil esqueceu. *Veja*. n. 20, pp. 52 a 65, 15 de maio de 1996.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência do Brasil. *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Revista*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 7, 1943.

VENTURA, Roberto. Saudades do Engenho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 5-7, 13 de maio de 1988.

## **5 Material iconográfico**

*Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1919.

*Atualização e Complementação do Levantamento Físico do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá – MS*. Escritório Técnico II. Corumbá/ 18º Superintendência Regional/MS. IPHAN.

*Corumbá História construída no Pantanal*. 14ª Superintendência Regional/ IPHAN- 11ª Subregional/IPHAN. Corumbá/MS, fevereiro de 2000.

*Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS* - 88 fotos/ 24X18, 1913-1922. Photo-Wulfes. Instituto Luís de Albuquerque. ILA. Corumbá-MS.

## **6 Bibliografia**

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre. (1850-1889)*. Brasília: Alvorada, 1984.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília, DFJ, CNPq, 1988.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/Proed, 1988.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do Açúcar: engenhos do Recôncavo baiano no período colonial*. São Paulo: Nobel, 1990.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988.

BATISTA, Valmir C.; CORREA, Lúcia Salsa C.; ALVES, Gilberto Luiz. *Casario do Porto de Corumbá*. Campo Grande: Fundação de Cultura de MS. Gráfica do Senado, 1985.

BETHENCOURT, Francisco & RAMADA CURTO, Diogo (Org.). *A Memória da Nação*. Livraria Sá da Costa, 1997.

BRAZIL, Maria do C. *Fronteira negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC, 2000 V (CD ROM).

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: O “mar interno” brasileiro*. 1999. 321 f. (Tese de doutorado) FFLCH/ USP, São Paulo.

BUENO, Ana Isa Garcia. *Estudo de Identificação dos Bens do Conjunto Urbanístico de Corumbá – MS. 11º Sub-Regional – IPHAN*. Campo Grande – MS, 2002.

CAMPOS, Fausto V. de. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Brasil - Oeste, 1969.

CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Crioulos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

CASTRO, Alceste de. *Corumbá de Antigamente*. 4. ed. Campinas - São Paulo, s/d.

COELHO NETTO, J. T. *A construção do sentido na arquitetura*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1968.

CORREA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Typographia do Jornal do Comércio, 1922.

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Matogrossenses*. IBGE, Rio de Janeiro, 1946.

COSTA, Emília V. da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República*. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

D'ALMEIDA, Valério. *1º Centenário da Retomada da Vila de Corumbá*. Corumbá: Prefeitura Municipal, 1967.

ESSELIN, Paulo M. *A Gênese de Corumbá*. Confluência das frentes Espanhola e Portuguesa Mato Grosso 1536-1778. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

FREITAS, Silvia Correia de. *Tecendo Laços: As práticas comunitárias dos escravos em Antonina (1840-1870)*. 2003.148 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Centro de Filosofia e História, UFSC, Florianópolis.

FRENTESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Novas perspectivas sobre o passado. Trad. de Telma Costa Lisboa: Teorema, 1994. (Série especial).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GALLO, José Roberto. *Fortificações de Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Desenvolvimento Social/Diretoria de Patrimônio Cultural, 1983.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1992.

GUTIÉRREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas. [1777-1888]*. Pelotas: Universitária UFPel, 2004.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura Latino-Americana*. São Paulo: Nobel, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Heloísa B. de; CAPELATO, Maria Helena R. (Org.). *Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas*. São Paulo: EDUSP, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HOLANDA, Sérgio *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEMOS Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LEMOS Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.

LEMOS Carlos. *O que é arquitetura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- LEMOS Carlos. *Cozinhas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEMOS Carlos. *Alvenaria Burguesa*. Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS Carlos. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LE GOFF, Jaques. *Por amor às cidades*. Conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: EdUNESP, 1988.
- LINS, José Pereira; OLIVEIRA, Doratildo. *Lobivar de Matos: o poeta desconhecido*. Dourados: Departamento Cultural do Colégio Oswaldo Cruz de Dourados, 1994.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- MAESTRI, Mário José. *Depoimentos de Escravos Brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.
- MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho: Resistência e trabalho*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1993.
- MAESTRI, Mário. *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista Ocaso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. Volume I, 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*. Tomo III. Campo Grande: UFMS, 2001.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EdUSP, 1980.
- MATTA, Roberto da. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- MELLO, Raul Silveira de. *Um Homem do Dever*. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. Typografia Salesiana. Nictheroi, s/d.
- MOURA, Francisco Carlos. *As Artes Plásticas em Mato Grosso Nos Séculos XVIII E XIX*. São Paulo: Fundação Cultural de Mato Grosso e Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMG, 1976.
- NUNES, José M. de S. *Real Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: SPALA, [s/d].
- PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*, São Paulo: Global, 1988.

- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- PÓVOAS, Lenine C. *Sobrados e Casas Senhoriais de Cuiabá*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.
- PÓVOAS, Lenine C. *Influências do rio da Prata em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGBMT, 1982.
- PÓVOAS, Lenine C. *Os italianos em Mato Grosso*. São Paulo. Resenha Tributária, 1989.
- PÓVOAS, Lenine C. *Reminiscências*. Cuiabá-MT: Companhia Brasileira de Artes Gráfica, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- REIS FILHO, Nestor G. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo, FAPESP, 2000.
- REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- SHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Tradução. Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas (1822-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. [Malungo, 9].
- SOUZA, João Batista de *Evolução Histórica Sul de Mato Grosso*. São Paulo: Organizações Simões, s/d.
- SOUZA, Lécio Gomes de. *Bacia do Paraguai: geografia e história*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.
- VOLPATO, Luiza Rios. *Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. Cuiabá: Marco Zero e UFMT, 1993.
- WEIMER, Günter. *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- WEIMER, Günter. *Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra, UFRGS, 1991.
- ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre. (1840-1860)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.
- ZANONI, Vanda A. G. *A inserção do novo no existente: uma abordagem sobre reabilitação de edificações no Casario do Porto-Corumbá-MS*. Dissertação (Mestrado). Universidade do Rio Grande do Sul. UFRGS/UNIDERP. Campo Grande – MS, 2000.

## GLOSSÁRIO

**Adobe:** Tijolo rudimentar de barro e seco ao sol.

**Aeração:** Ato ou efeito de arejar. Renovação de ar.

**Alcova:** Quarto pequeno sem janelas.

**Alfurjas:** Pátio interno destinado a ventilar e iluminar cômodos de uma casa, saguão.

**Algibe:** Cisterna, reservatório de água.

**Alpendre:** Telhado que se prolonga para fora da parede mestra da casa. Uma de suas extremidades apóia-se em colunas. Espaço aberto e coberto, característico das construções antigas.

**Arquitrave:** Viga mestra, assentada horizontalmente sobre colunas ou pilares.

**Art-nouveau:** Estilo usado entre 1890 a 1905. Apresentava linhas suaves e ondulantes e ornamentação com flores.

**Balcão:** Corpo saliente na fachada. Sacada, á qual se tem acesso através de uma ou mais portas.

**Beiral:** Prolongamento do telhado em torno das paredes externas da edificação.

**Cabungo:** Buraco feito no fundo do quintal aonde se acumulava os dejetos humanos. Posteriormente, um recipiente cilíndrico de ferro ou madeira, no qual, os excrementos eram depositados durante o dia e esvaziados a noite pelos escravos. “Tigres”.

**Cachorro:** Peça ou adorno que sustenta os balcões e beirais das construções.

**Camarinha:** Quarto de dormir; aposento.

**Carapinhé** - O cabelo crespo e lanoso dos negros. Cabelo agastado, cabelo de cupim, cabelo ruim, carrapicho, lâ, picumã, pixaim.

**Choupana:** Habitação rústica e pobre, cabana, choça.

**Cimalha:** A parte superior da cornija. Saliência da parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado.

**Cloaca:** fossa ou cano que recebe dejeções e imundícies. Coletor de esgoto. Latrina.

**Cocurutu:** O ponto mais elevado de uma coisa. Saliência de terreno, montículo.

**Coluna:** Elemento arquitetônico de sustentação, composto geralmente por base, fuste e capitel. Pilastra.

**Colunata:** Série de colunas alinhadas simetricamente.

**Comezinha:** Piedade, pena, dó, compaixão.



**Cornija:** Conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior de uma fachada. Molduras sobrepostas, que formam saliências na parte superior da parede, porta, etc.

**Cururu:** Dança de roda em que se canta ao desafio.

**Dom-juan:** Conquistador de mulheres.

**Ecletismo:** Estilo do final do século XIX, que misturou diferentes estilos.

**Eirado:** terraço.

**Friso:** Parte do entablamento compreendida entre a arquitrave e a cornija.

**Frontispício:** Fachada principal, frente.

**Gineceu:** Parte da habitação grega destinada às mulheres.

**Gradil:** Grade de metal ou madeira.

**Ipecacuanha:** erva humilde, de longas raízes grossas e nodulosas que favorece a emetina, alcalóide empregado no tratamento de amebíase.

**Mezanino:** Andar pouco elevado, entre dois andares altos. Pequena janela dessa espécie de andar. Janela de porão de edifício.

**Mourisco:** Ornato de ourivesaria.

**Ornato:** Enfeite diversificado. È aplicado nas fachadas das construções. Adorno.

**Paliçada:** Tapume fito com estacas fincadas na terra. Obstáculo feito para defesa militar.

**Pau-a-pique:** Parede de madeira ou galhos dispostos no sentido vertical horizontal preenchida por barro.

**Platibanda:** Parede larga e vertical que circunda um terraço ou contorna e camufla um telhado.

**Relha:** Peça de ferro.

**Sótão:** Pavimento entre o forro e a armação do telhado.

**Sotéia:** Açotéia. Eirado ou terraço por cima das casas ou torres.

**Sova:** Surra, pancada.

**Taipa:** Técnica para construir moradias. Barro molhado é colocado à mão para preenchimento das paredes de pau-a-pique.

**Telha-vã:** Telhado sem forro. Telha que não leva argamassa.

**Tenalha:** Pequena obra de fortificação com duas faces e um ângulo reentrante para o lado do campo.

**Testado:** Parte da rua ou da estrada que fica a frente de um prédio. Linha que separa uma propriedade particular do logradouro público.

**Vedo:** Tapume.

**Zinco:** Folha desse metal, corrugada, com que se cobrem casas, galpões, etc.

# **ANEXOS**

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
1	Glegaria	Preta	12	Solteira	Serviço doméstico	Pouca		Boa	João Lopes Carneiro da Fonseca	Cria do senhor
2	Victa	Preta	12	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Maria da Cunha e Oliveira	Havida por compra por escritura a 16 de julho de 1870
3	Laurinda	Parda	13	Solteira	Serviço doméstico	Apta		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
4	Izabel	Parda	14	Solteira	Serviço doméstico	Regular		Ignora-se	Julião Anacleto	Seguiu para a Corte a 30 de nov. 1872.
5	Benedicta	Preta	14	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	Luisa Leite de Mesquita	
6	Efigenia	Preta	15	Solteira	Serviço doméstico	Regular		Ignora-se	José Gomes Monteiro	
7	Philomena	Preta	16	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Antonio Maria Coelho	
8	Joana	Preta	16	Solteira	Serviço de roça	Regular		Ignora-se	Francisco de Lara Falcão	
9	Esmeria	Preta	16	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	Luisa Leite de Mesquita	
10	Dorothea	Preta	17	Solteira	Cozinheira	Bastante		Boa	Joaquim Gomes Lobo de Eça	
11	Mariana	Parda	17	Solteira	Serviço doméstico	Pouca		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
12	Josepha	Parda	18	Solteira	Serviço de roça	Boa		Ignora-se	Benedito Viana da Silva	
13	Juliana	Preta	18	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	José Gomes Monteiro	
14	Alvispiniana	Preta	18	Solteira	Serviço de roça	Boa		Ignora-se	Luisa Leite de Mesquita	

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
15	Francisca	Parda	18	Solteira	Serviço doméstico	Apta		Ignora-se	Barão de Villa Maria	Havida por herança
16	Belisaria	Preta	18	Solteira	Lavadeira	Boa		Ignora-se	Jacinto Pompeo de Carvalho	
17	Igneth	Preta	18	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Miguel Paes de Barros	
18	Maria	Cabra	19	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Antonio Maria Coelho	
19	Francisca	Cabra	19	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Custodia de Arruda e Oliveira	
20	Rita de Sousa	Preta	19	Solteira	Serviço doméstico	Apta		Ignora-se		
21	Eva	Parda	19	Solteira	Serviço doméstico	Pouca		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
22	Esmenia	Cabra	20	Solteira	Serviço de roça	Regular		Ignora-se	Francisco de Lara Falcão	
23	Sophia	Preta	20	Solteira	Serviço de roça	Boa		Ignora-se	Antonio Gomes de Arruda	Havida por compra
24	Leonada	Parda	20	Solteira	Engomadeira	Regular		Ignora-se	Maximo Manoel de Souza Mello	
25	Leonarda	Parda	20	Solteira	Cozinheira	Boa		Ignora-se	Antonio Luis da Silva Albuquerque	
26	Francelina	Preta	20	Solteira	Serviço de roça	Apta		Ignora-se	Ana Alves Ferreira	
27	Anna	Cabra	21	Solteira	Engomadeira	Todo serviço		Ignora-se	Miguel Paes de Barros	
28	Clara	Preta	21	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Joaquim José Franco	
29	Clementina	Preta	21	Solteira	Não tem	Não tem		Ignora-se	Joaquim José de Carvalho	Havida por herança
30	Maria	Preta	22	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	José Gomes Monteiro	
31	Ignacia	Preta	22	Casada	Cozinheira	Boa	1	Boa	Passydonio Vieira	

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
32	Brigida	Preta	23	Solteira	Serviço doméstico	Pouca		Ignora-se	Custodia Maria Sylvania	
33	Cecília	Preta	24	Solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Ignes da Chagas do Amor Divino	
34	Benedicta	Preta	24	solteira	Serviço doméstico	Todo serviço		Ignora-se	Ezequiel Monteiro de Vasconcelos Mourão	Havida por compra
35	Amélia	Parda	24	Solteira	Costureira	Boa		Ignora-se	Carlos Antunes de Almeida	
36	Nympha	Parda	24	Solteira	Costureira	Boa		Ignora-se	Maria Luisa da Costa Garcia	Havida por herança
37	Margarida	Cabra	25	Solteira	Serviço doméstico	Ilegível		Ignora-se	Francisco Marciano de Bagnaia	
38	Ignez	Preta	25	Solteira	Serviço de roça	Regular		Ignora-se	Candida Ferreira da Silva	
39	Antonia	Parda	25	Solteira	Cozinheira	Sofrível		Ignora-se	Carlos Antunes de Almeida	
40	Theresa	Preta	26	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	Joaquim José de Souza Franco	
41	Amélia	Parda	26	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
42	Francelina	Parda	26	Solteira	Serviço de roça	Pouca		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
43	Ângela	Preta	28	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Antonio Maria Coelho	
44	Martinha	Parda	28	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
45	Theresa	Parda	28	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
46	Romana	Preta	30	Solteira	Serviço de roça	Regular		Ignora-se	Francisco de Lara Falcão	

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
47	Isidora	Preta	30	Solteira	Serviço de roça	Regular		Ignora-se	Candida Ferreira da Silva	
48	Firmiana	Preta	30	Casada	Lavadeira	Boa	1	Boa	Luisa Leite de Mesquita	
49	Florinda	Preta	30	Solteira	Ignora-se	Pouca		Ignora-se	Manoel Vicente de Souza	Havida por compra
50	Maria das Dores	Preta	30	Solteira	Serviço de roça	Pouca		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
51	Maria Magdalena	Preta	30	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
52	Theresa	Parda	30	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
53	Antonia	Preta	32	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Benedicto Viana da Silva	
54	Vicencia	Preta	32	Solteira	Cozinheira	Regular		Ignora-se	Joaquim Tomotheo Ribeiro	
55	Luzia	Cabra	33	Solteira	Serviço doméstico	Regular		Ignora-se	Victor Antonio Paes Coimbra	
56	Paula	Cabra	33	Solteira	Serviço doméstico	Regular		Ignora-se	Joaquim José de Carvalho	Havida por compra. Acha-se fugida desde 1870.
57	Joaquina	Preta	34	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	José Bento da Silva Graça	Havida por herança.
58	Josepha	Cabra	35	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	João Lopes Carneiro da Fontoura	
59	Rofina	Parda	35	Solteira	Cozinheira	Regular		Ignora-se	Manoel José Clementino Silva	
60	Miquelina	Parda	35	Solteira	Lavadeira	Alguma		Ignora-se	Dionísio Pires da Motta	Havida por compra

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
61	Eva	Preta	35	Solteira	Cozinheira	Regular		Ignora-se	Leonor Josephina Alsegonia	
62	Theodora	Preta	35	Viúva	Cozinheira	Boa		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
63	Maria	Cabra	36	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	Custodia de Arruda Oliveira	
64	Agostinha	Preta	36	Solteira	Lavadeira	Alguma		Ignora-se	Jacinto de Pompeo de Camargo	Havida por compra
65	Luciana	Preta	38	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
66	Prachedes	Preta	39	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Austrilino Villasim	Acha-se na Corte com seu senhor.
67	Josepha	Preta	40	Solteira	Serviço doméstico	Doentia		Ignora-se	Francisco da Costa Leite de Almeida	
68	Felisarda	Preta	40	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Anna de Campos Maciel	
69	Benedicta	Preta	40	Solteira	Serviço doméstico	Regular		Ignora-se	Antonia Prina da Silva Leme	Havida por compra.
70	Sebastiana	Preta	40	Casada	Cozinheira	Boa		Regular	Luisa Leite de Mesquita	
71	Maria Magna	Preta	40	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
72	Floriana	Preta	42	Casada	Serviço doméstico	Doentia	1	Ignora-se	Jose Joaquim de Sousa Franco	
73	Martinha	Parda	42	Solteira	Serviço doméstico	Ignora-se		Ignora-se	Jose Bento da Silva Graça	Fugida desde 1864.

**Tabela 9 - 1873 - Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Nome do Senhor	Observação
74	Maria Victoria	Preta	44	Viúva	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
75	Feliciana	Preta	45	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Ignora-se	Anna de Campos Maciel	
76	Margarida	Parda	45	Viúva	Cozinheira	Regular		Ignora-se	Manoel Maximo de Sousa Mello	
77	Maria Pequena	Preta	45	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
78	Candida Joaquina	Preta	49	Viúva	Cozinheira	Boa		Ignora-se	Anna Alves Ferreira	Havida por compra.
79	Shomaria	Preta	50	Solteira	Serviço doméstico	Pouca		Ignora-se	João Baptista da Conceição	Havida por compra.
80	Emilia	Preta	50	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
81	Clara	Preta	50	Solteira	Cozinheira	Bastante		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
82	Egina	Parda	50	Solteira	Serviço de roça	Pouca		Ignora-se	Barão de Villa Maria	
83	Sebastiana	Preta	50	Solteira	Cozinheira	Pouca		Ignora-se	Jacinto Pompeo de Camargo	
84	Anna	Preta	50	Solteira	Serviço doméstico	Boa		Ignora-se	Passidonio Vieira	

Fonte: Livro de Classificação dos escravos / Fundo de Emancipação / 1873. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.



**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
675	21	Violante	Preta	42	Solteira	Cozinheira	Bastante	Filhos	Thiago José Mangini	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 24. Tem uma filha.
690	22	sic	Preta	8	Solteiro	sic	Sic	Manoel	Thiago José Mangini	Nesta vila	Matriculado em Cuiabá e averbado aqui sob nº. 125
691	23	sic	Preta	7	Solteira	sic	sic	Luisa	Thiago José Mangini	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 126
11	24	Josefa	Parda	23	Solteira	Lavradora	Bastante		Benedicto Viana da Silva	Nesta vila	
12	25	sic	Parda	8	Solteiro	sic		Felippe	Benedicto Viana da Silva	Nesta vila	
4258	26	Delfina	Parda	29	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 77. Tem 2 filhos livres em virtude da lei.
4254	27	sic	Parda	8	Solteiro	sic		Pedro	Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 74
4589	32	Virgina	Parda	17	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 94. Tem 1 filho livre pela lei.
45	34	Dorothea	Preta	22	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Joaquim da Gama Lobo D'eça	Nesta vila	Tem um filho livre pela lei.

**Tabela 10 -1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
227	35	Francisca	parda	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 29. Tem 1 filho livre pela lei.
4426	36	Lucinda	parda	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 28. Tem 1 filho livre pela lei.
4446	37	Marciana	parda	22	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 48. Tem 1 filha livre em virtude da lei.
3181	38	Catharina	preta	22	Solteira	Cozinheira	Bastante		José da Silva Rondon	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 17. Tem 1 filha livre em virtude da lei.
273	41	Josefa	preta	25	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Antonio Antunes Galvão Sobrinho	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 109. Tem u1 filha livre em virtude da lei.
4260	42	Delfina	parda	28	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 78. Tem 1 filho livre pela lei.
59	43	Ignez	preta	29	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Cândida Ferreira da Costa	Nesta vila	tem 2 filhos livres pela lei.

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
6	44	Anna	parda	31	Solteira	Engomadeira	Bastante		Miguel Paes de Barros	Nesta vila	Tem 1 filha libertada pelo seu senhor, de 8 anos de idade.
37	47	Felizarda	preta	44	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Anna de Campos Maciel	Nesta vila	Tem um filho livre pela lei.
4593	48	Maria Luiza	preta	14	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 59. Tem um filho livre pela lei.
1629	49	Luiza	preta	17	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Benedicto Marciano de Campos	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá. Tem 1 filho livre pela lei.
4428	50	Laurinda	parda	18	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 30. Tem 1 filha livre em virtude da lei.

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
sic	51	Joana	preta	27	Solteira	Roceira	Bastante		sic	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá. Ignora-se o nº. da matrícula por não constar da respectiva relação. Tem um filho livre em virtude da lei de nome Frederico matriculado no mesmo município em 3 de dezembro de 1873.
443	54	Maria Eugênia	parda	8	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 33
4447	55	Luiza	preta	8	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 49
4593	58	Clementina	parda	12	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	
1721	61	Vicencia	parda	12	Solteira	Costureira	Bastante		Carolina Alves Correia	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 93
4430	62	Maria Contidiana	Parda	13	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 32
4625	63	sic	Parda	13	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Short	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 64

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4429	65	Amélia	Parda	15	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 31
4580	66	Francisca	Preta	15	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 56
43	67	Victa	preta	16	Solteira	Cozinheira	Bastante		Maria da Cunha Oliveira	Nesta vila	
276	68	Ignez	parda	16	Solteira	Costureira	Bastante		Antonio Antunes Galvão Sobrinho	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 111
sic	70	Bibiana	preta	17	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Anna Rosa da Cunha	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 94. Tem 1 filho livre pela lei.
4263	74	Joana	parda	19	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 67
4503	78	Julia	preta	22	Solteira	Cozinheira	Bastante		Luiza Leite de Mesquita	Nesta vila	
82	80	sic	preta	23	Solteira	Roceira	Bastante		Luiza Leite de Mesquita	Nesta vila	
4593	81	Belizaria	preta	23	Solteira	Roceira	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 61
7	82	Maria	parda	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Miguel Paes de Barros	Nesta vila	
<b>66</b>	84	Rita de Souza	preta	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Antonio Elippe	Nesta vila	

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
3477	85	Maria	parda	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Maria Francisca de Campos	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 107
4624	89	Teresa	preta	25	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Short	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 63
1177	91	Tiburcia	parda	25	Solteira	Lavadeira	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 130
31	95	Benedicta	preta	27	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		sic	Nesta vila	
33	96	Rosa	parda	27	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Martha de Arruda Leite	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 112
1205	98	Antonia	preta	30	Solteira	Lavadeira	Pouca		Benedicto Mariano Campos	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá
4441	100	Emilia	preta	31	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 43
4444	101	Francilina	preta	31	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 46
3366	102	Rita de Souza	preta	31	Solteira	Roceira	Bastante		Martha de Arruda Leite	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 121
4432	104	Martinha	preta	33	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 34
4439	105	Teresa	preta	33	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 31

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
5276	106	Vicencia	preta	34	Solteira	Serviço Doméstico	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 104
1233	107	Egnez	preta	34	Solteira	Lavadeira	Bastante		Manoel Francisco	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 105
3976	108	Rosa	preta	34	Solteira	Cozinheira	Bastante		Antonio Delmiro Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 91
4437	110	Maria	preta	35	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 39
32	111	Vicencia	preta	35	Solteira	Cozinheira	Bastante		Joaquim Timótheo Ribeiro	Nesta vila	
4436	112	Maria das Dores	preta	36	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 38
58	113	Izidora	preta	36	Solteira	Cozinheira	Bastante		Cândida Ferreira da Costa	Nesta vila	
40	116	Antonia	preta	38	Solteira	Roceira	Bastante		Benedicto Viana da Silva	Nesta vila	
4	119	Josefa	parda	40	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Germano José da Silva	Nesta vila	
4585	122	Agostinha	preta	41	Solteira	Lavadeira	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 52
3178	123	Anna	preta	41	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		José da Silva Rondon	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 116

**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4623	124	Anna	preta	41	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Short	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 62
4425	126	Luciana	preta	43	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 27
35	127	Josefa	preta	45	Solteira	Cozinheira	Bastante		Francisco da Costa Leite de Almeida	Nesta vila	
65	128	Benedicta	preta	45	Solteira	Serviço doméstico	Regular		sic	Nesta vila	
4438	130	sic	preta	45	Solteiro	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 40
4516	131	Vicencia	preta	45	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Anna Isabel 192óis Pimenta	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 108
2210	135	Januária	preta	47	Solteira	Cozinheira	Bastante		Randolpho Olegário de Figueiredo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 88
6	136	Feliciana	preta	50	Solteira	Cozinheira	Bastante		Anna de Campos Maciel	Nesta vila	
<b>118</b>	137	Eva	preta	50	Solteira	Cozinheira	Regular		Leonor Josefina de Alsegaria	Nesta vila	



**Tabela 10 – 1874 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação.**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4434	138	Maria Pequena	preta	50	Solteira	Cozinheira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 3
4442	141	Emilia	preta	55	Solteira	Roceira	Pouca		Barão de Vila Maria	Nesta vila	
4443	142	Clara	preta	55	Solteira	Roceira	Pouca		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 45
4448	143	Virgínia	preta	55	Solteira	Roceira	Pouca		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 50
4490	144	Sebastiana	preta	55	Solteira	Cozinheira	Pouca		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá e averbada aqui sob nº. 57

Fonte: Livro de Classificação dos escravos / Fundo de Emancipação / 1874. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
1720	16	Martinha	Preta	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Carolina Alves Corrêa	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 1720 e averbada aqui sob nº 92. Filhos Benedito livre com 5 anos de idade.
1421	17	sic	Parda	11	Solteira	sic	sic	Filha Vicencia	Carolina Alves Corrêa	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 1 e averbada aqui sob nº 93.
11	18	Josepha	Parda	22	Solteira	Lavadeira	Bastante		Benedito Viana da Silva	Nesta vila	
12	19	sic	Parda	7	Solteira	Serviço doméstico	Bastante	Filho Felipe	Benedito Viana da Silva	Nesta vila	
4258	20	Delfina	Parda	28	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4258 e averbada aqui sob nº 77. Filhos livres em virtude da lei. Constância de 2 anos de idade matriculada sob nº 9 e Theresa recém nascida
4254	21	sic	Parda	7	Solteiro	sic	sic	Filho Peoro	Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 4254 e averbado aqui sob nº 74.
96	23	Cecilio	Preta	8	Solteiro	sic	sic		Joaquim da Gama Lobo d' Eça	Nesta vila	
45	24	Dorothea	Preta	21	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Joaquim da Gama Lobo d' Eça	Nesta vila	Filhos - Honório, livre em virtude da lei, matriculado sob nº 23 e com 1 ano de idade.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4427	25	Francisca	Parda	22	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4427 e averbada aqui sob nº 29. Filhos Samuellivres em virtude da lei com 2 anos de idade matriculada sob nº 17.
4426	26	Lucinda	Parda	22	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 442 e averbada aqui sob nº 28. Filhos livres em virtude da lei. Maria Theresa com 5 anos de idade matriculada sob nº 4 e Salvato de 18 meses matriculado sob nº 21.
59	28	Ignes	Preta	28	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Cândida Ferreira da Silva	Nesta vila	Filhos livres em virtude da lei, Francisco com 5 anos de idade matriculado sob nº 3.
37	30	Felisarda	Preta	43	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Ana de Campos Maciel	Nesta vila	Filhos livres em virtude da lei, Augustinho com 5 anos de idade matriculado sob nº 2.
6	31	Anna	Parda	30	Solteira	Engomadeira	Bastante		Miguel Paes de Barros	Nesta vila	Tem um filha de nome Joana libertada pelo seu senhor com 7 anos de idade matriculada sob nº 8.
4587	33	Virgínia	Parda	16	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4587 e averbada aqui sob nº 54. Tem uma filha livre em virtude da lei, de trinta dias de nascida.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4260	35	Delfina	Parda	27	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4260 e averbada aqui sob nº 78. Filhos livres em virtude da lei, Francisco de 18 meses.
3181	38	Catharina	Preta	21	Solteira	Cozinheira	Bastante		José Francisco Rondon	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3181 e averbada aqui sob nº 114. Tem uma filha de nome Claudina livre em virtude da lei, em dezembro de 1876.
273	39	Josepha	Preta	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Antonio Antunes Galvão Sobrinho	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 243 e averbada aqui sob nº 109. Tem uma filha livre em virtude da lei, de nome Thereza com 6 anos de idade e 50\$000 reis pecúlio em mão do seu senhor segundo declaração mesmo.
sic	43	Aleixo	Preta	45	Solteiro	Pedreiro	Bastante		Francisco Nunes da Cunha	Nesta vila	Ignora-se o número da matrícula e o lugar onde foi matriculada por não existir em Cuiabá o respectivo documento segundo a informação do seu senhor.
3998	51	Firmino	Parda	35	Solteiro	Marceneiro	Bastante		Joaquim Pinto Guedes	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3998 e averbada aqui sob nº 106. Passou a pertencer ao Capitão Joaquim Pinto Guedes por falecimento de sua mãe D. Ursula Paes d' Almeida

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4446	56	Anacleto	Preta	34	Solteiro	Lavrador	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 4406 e averbada aqui sob nº 69.
5	58	Estevão	Preta	33	Solteiro	Pedreiro	Bastante		Miguel Paes de Barros	Nesta vila	
3172	60	Leopoldina	Preta	31	Solteira	Todo serviço	Bastante		José da Silva Rondon	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3172 e averbada aqui sob nº 114.
943	63	Semião	Preta	29	Solteiro	Roceiro	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 943 e averbada aqui sob nº 69.
9	64	Benedicto	Preta	29	Solteiro	Pedreiro	Bastante		Joaquim Pinto Guedes	Nesta vila	
115	67	Venceslao	Parda	28	Solteiro	Não tem	Pouca		Pedro Rodrigues Froes	Nesta vila	
sic	68	Rufino	Preta	27	Solteiro	Jornaleiro	Bastante		Francisco nunes da Cunha	Nesta vila	Ignora-se o número da matrícula e o lugar onde foi matriculada por não existir em Corumbá o respectivo documento segundo a informação do seu senhor.
4588	69	Romano	Preta	27	Solteiro	Lavrador	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculado em Cuiabá com o nº 4588 e averbado aqui sob o nº 55
3171	71	Galdino	Parda	27	Solteiro	Carpinteiro	Bastante		José de Souza Rondon	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 3171 e averbado aqui sob nº 113.
2209	75	Manoel	Preta	26	Solteiro	Pedreiro	Bastante		João Caldas	Nesta vila	Matriculado em Corumbá sob o nº 2209 e averbado aqui sob nº 90.
105	77	Manoel	Parda	24	Solteiro	Roceiro	Regular		José Manuel Bueno	Nesta vila	

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
sic	76	Feliciano	Preta	26	Solteiro	Todo serviço	Bastante		Boavantura da Matta	Nesta vila	Ignora-se o nº da matrícula e o lugar onde foi matriculado constando apenas sua averbação neste município sob o nº 120.
104	78	Domingos	Preta	24	Solteiro	Roceiro	Bastante		José Luiz de Magalhães	Nesta vila	
47	83	Amália	Preta	23	Solteira	Jornaleira	Bastante		José de Souza Lima	Nesta vila	
44	87	Salvador	Preta	22	Solteiro	Jornaleiro	Bastante		Antonio José da Costa	Nesta vila	
4248	88	Agostinho	Preta	22	Solteiro	Lavrador	Bastante		Manoel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4248 e averbada aqui sob nº 71.
4415	89	Belisário	Preta	21	Solteiro	Lavrador	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4415 e averbada aqui sob nº 65.
3368	91	Ludigero	Preta	20	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Shorts	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3368 e averbado aqui sob nº 65.
4253	92	Portásio	Preta	20	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Miguel Pedroso de Barros	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4253 e averbado aqui sob nº 73.
275	93	Gracintha	Parda	20	Solteira	Cozinheira	Bastante		Antonio Antunes Galvão Sobrinho	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 275 e averbada aqui sob nº 110. Tem de pecúlio em mãos de seu senhor a quantia de 50\$000 reis segundo declaração do mesmo.
114	96	Antonio	Parda	18	Solteiro	Roceiro	Bastante		Miguel Henrique de Carvalho	Nesta vila	

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4586	100	Pedro	Parda	18	Solteiro	Roceiro	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4586 e averbada aqui sob nº 53.
4591	106	João	Preta	15	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 4591 e averbado aqui sob nº 58.
4420	113	Venceslao	Preta	9	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 4420 e averbada aqui sob nº 22.
42	115	Manoel	Preta	7	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Custódia Maria Libania	Nesta vila	
4431	116	Maria Eugenia	Parda	7	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4431 e averbada aqui sob nº 33.
4447	117	Luzia	Preta	7	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4447 e averbada aqui sob nº 49.
4593	121	Clementina	Preta	11	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4593 e averbada aqui sob nº 60.
4430	123	Maria Cantidiana	Parda	12	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4430 e averbada aqui sob nº 32.
4625	124	Callicto	Parda	12	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Shorts	Nesta vila	Matriculado em Corumbá com o nº 4625 e averbado aqui sob nº 64.
4592	125	Maria Lusía	Preta	13	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4592 e averbada aqui sob nº 59.
4429	126	Amélia	Parda	14	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4429 e averbada aqui sob nº 31.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4589	127	Francisca	Preta	14	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4589 e averbada aqui sob nº 56.
43	128	Victa	Preta	15	Solteira	Cozinheira	Bastante		Maria da Cunha e Oliveira	Nesta vila	
276	129	Ignes	Parda	15	Solteira	Costureira	Bastante		Antonio Antunes Galvão Sobrinho	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 276 e averbada aqui sob nº 111.
sic	131	Bibiana	Preta	16	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Anna Rosa Cunha	Nesta vila	Ignora-se o nº da matrícula constando apenas da matrícula do município de Cuiabá e averbada aqui sob o nº 94 como se vê do livro de averbações.
4428	132	Laurinda	Parda	17	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4428 e averbada aqui sob nº 94.
4263	134	Joana	Parda	18	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4263 e averbada aqui sob o nº 67.
4594	140	Belisária	Preta	22	Solteira	Roceira	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Cuiabá com o nº 4594 e averbada aqui sob nº 61.
7	141	Maria	Parda	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Miguel Paes de Barros	Nesta vila	
64	143	Rita de Souza	Preta	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Antonio Lay Elippe	Nesta vila	Tem direito ao usufruto somente segundo as informações ministradas a essa Junta pelo promotor público desta comarca.
3477	144	Maria	Parda	23	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Maria Francisca de Campos	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3477 e averbada aqui sob o nº 107.



**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
4624	149	Theresa	Preta	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Felippe Orlando Shorts	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4624 e averbada aqui sob o nº 63.
1175	150	Tibúrcia	Parda	24	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 1175 e averbada aqui sob o nº 66.
31	152	Benedicta	Preta	26	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Esequiel Monteiro de Vasconcelos Mourão	Nesta vila	
3367	153	Rosa	Parda	26	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Martha de Arruda Leite	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3364 e averbada aqui sob o nº 122.
41	154	Brígido	Preta	27	Solteiro	Serviço doméstico	Bastante		Custódia Maria Libania	Nesta vila	
4441	157	Esmília	Parda	30	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4441 e averbada aqui sob o nº 43.
4485	158	Francelina	Parda	30	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4444 e averbada aqui sob o nº 46.
3366	159	Rita	Parda	30	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Martha de Arruda Leite	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3366 e averbada aqui sob o nº 121.
4432	161	Martinha	Parda	32	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4432 e averbada aqui sob o nº 34.
4439	162	Theresa	Preta	32	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4439 e averbada aqui sob o nº 41.
5272	163	Vicencia	Preta	33	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Boaventura da Motta	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 5276 e averbada aqui sob o nº 104.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
1233	164	Ignês	Preta	33	Solteira	Lavadeira	Bastante		Manoel Francisco d' Avila	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 1233 e averbada aqui sob o nº 105.
4437	165	Maria Magdalena	Preta	34	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4437 e averbada aqui sob o nº 39.
3976	166	Rosa	Preta	33	Solteira	Cozinheira	Bastante		Antonio Delmiro Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3976 e averbada aqui sob o nº 91.
32	167	Vicencia	Preta	34	Solteira	Cozinheira	Bastante		Joaquim Thimóteo Ribeiro	Nesta vila	
4436	168	Maria das Dores	Preta	35	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4436 e averbada aqui sob o nº 38.
58	169	Isadora	Preta	35	Solteira	Cozinheira	Bastante		Cândida Ferreira da Silva	Nesta vila	
97	172	Joaquina	Preta	38	Solteira	Todo serviço	Bastante		Germano José da Silva	Nesta vila	
4585	176	Agostinha	Preta	40	Solteira	Lavadeira	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4585 e averbada aqui sob o nº 52.
3178	177	Anna	Preta	40	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		José da Silva Rondon	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 3178 e averbada aqui sob o nº 116.
4623	178	Anna	Preta	40	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Felipe Orlando Shorts	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4623 e averbada aqui sob o nº 62.
4425	179	Luciana	Preta	42	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4425 e averbada aqui sob o nº 27.

**Tabela 11 – 1877 – Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação**

Nº de matrícula	Nº de classificação	Nome	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Nome do Senhor	Morada	Observação
35	180	Joséfa	Preta	44	Solteira	Cozinheira	Bastante		Francisco da Costa Leite d' Almeida	Nesta vila	
66	181	Benedicta	Preta	44	Solteira	Roceira	Regular		Antonio Trina da Silva Lemes	Nesta vila	
4438	183	Maria Madalena Grande	Preta	44	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4438 e averbada aqui sob o nº 40.
4516	184	Vicencia	Preta	44	Solteira	Serviço doméstico	Bastante		Anna Isabel de Roiz Pimenta	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4516 e averbada aqui sob o nº 108, tem em mãos de sua senhora a quantia de 340\$000 reis por conta de sua liberdade.
36	184	Feliciano	Preta	49	Solteira	Cozinheira	Bastante		Anna de Campos Maciel	Nesta vila	
118	186	Eva	Preta	49	Solteira	Cozinheira	Regular		Leonor Josefina de Albugária	Nesta vila	
4434	187	Maria Pequena	Preta	49	Solteira	Cozinheira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4434 e averbada aqui sob o nº 36.
4442	190	Emília	Preta	54	Solteira	Roceira	Pouca		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4442 e averbada aqui sob o nº 44.
4443	191	Clara	Preta	54	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4443 e averbada aqui sob o nº 45.
4448	192	Hegina	Preta	54	Solteira	Roceira	Bastante		Barão de Vila Maria	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4448 e averbada aqui sob o nº 50.
4490	193	Sebastiana	Preta	54	Solteira	Cozinheira	Bastante		Jacinto Pompeo de Camargo	Nesta vila	Matriculada em Corumbá com o nº 4490 e averbada aqui sob o nº 57.

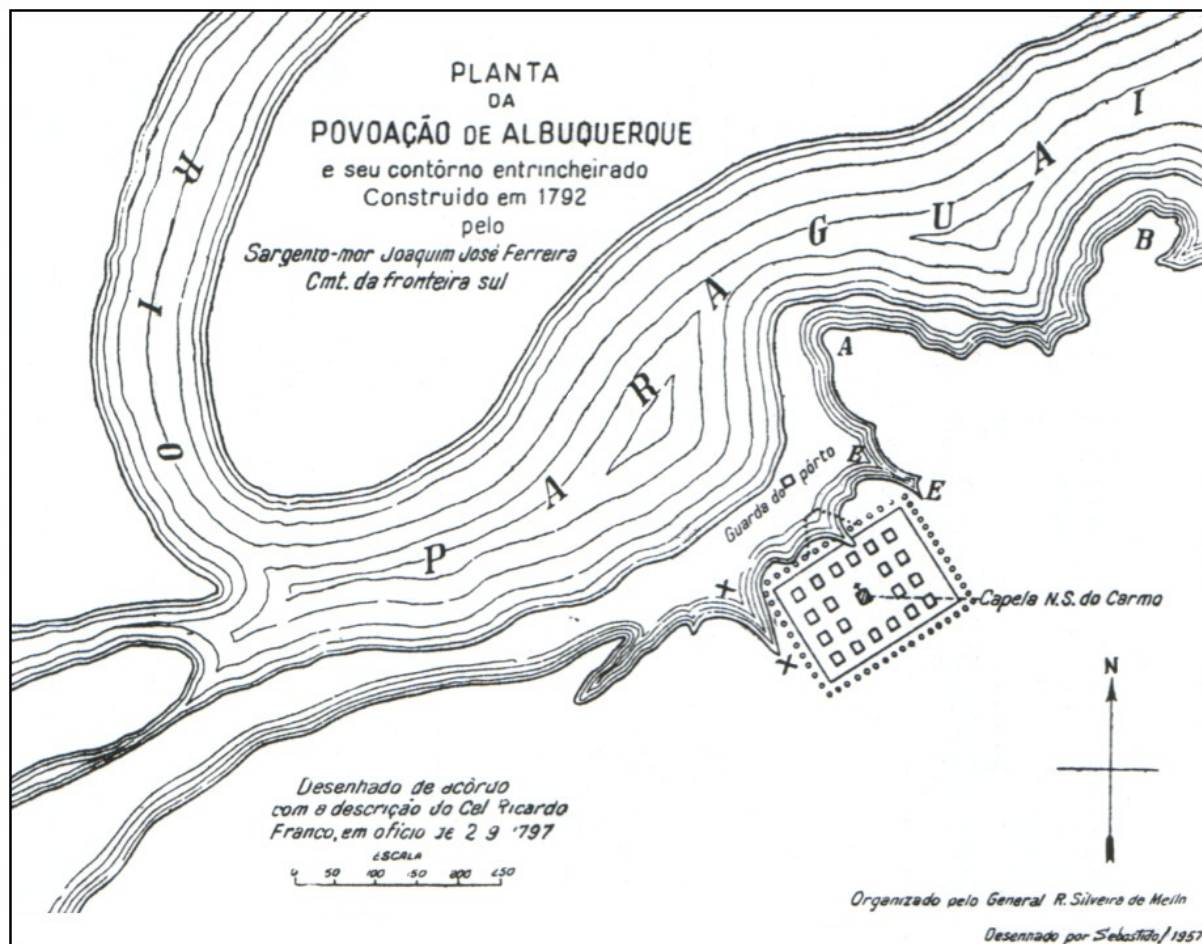
Fonte: Livro de Classificação dos escravos / Fundo de Emancipação / 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Tabela 12 - Quadro demonstrativo de cativos por senhores proprietários / 1877.**

Nome dos Senhores	Quantidade de escravos
Ana de Campos Maciel	2
Ana Isabel de Roiz Pimenta	1
Anna Rosa Cunha	1
Antonio Antunes Galvão Sobrinho	3
Antonio Delmiro Pompeo de Camargo	1
Antonio José da Costa	1
Antonio Lay Elippe	1
Antonio Trina da Silva Lemos	1
Barão de Vila Maria	21
Benedito Viana da Silva	2
Boaventura da Matta	4
Candida Ferreira da Silva	2
Carolina Alves Correa	2
Custódia Maria Libania	2
Ezequiel Monteiro de Vasconcelos Mourão	1
Fellipe Orlando Shorts	4
Francisco da Costa Leite D' Almeida	1
Francisco Nunes Cunha	2
Germano José da Silva	1
Jacinto Pompeo de Camargo	10
João Caldas	1
Joaquim da Gama lobo D' Eça	2
Joaquim Pinto Guedes	2
Joaquim Thimótio Ribeiro	1
José da Silva Rondon	2
José de Souza Lima	1
José de Souza Rondon	1
José Francisco Rondon	1
José Luiz de Magalhães	1
José Manoel Bueno	1
Leonor Josefina de Albugária	1
Manoel Francisco D' Avila	1
Manoel Pedroso de Barros	7
Maria da Cunha Oliveira	1
Maria Francisca de Campos	1
Martha de Arruda Leite	2
Miguel Henrique de Carvalho	1
Miguel Paes de Barros	3
Pedro Rodrigues Frões	1

Fonte: Livro de Classificação dos escravos / Fundo de Emancipação / 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

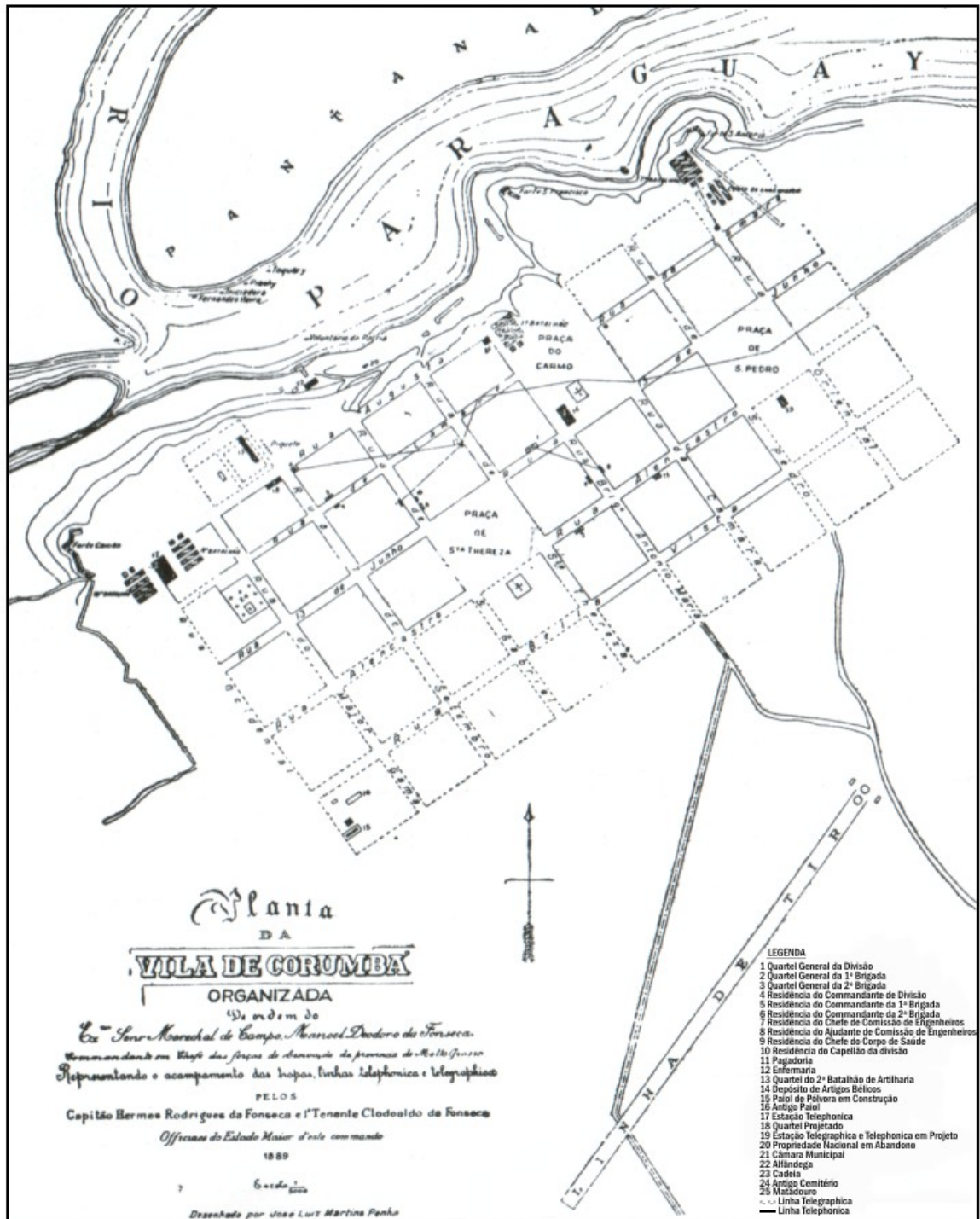
Figura 1  
Planta da povoação de Albuquerque – 1792



Fonte: MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 108.



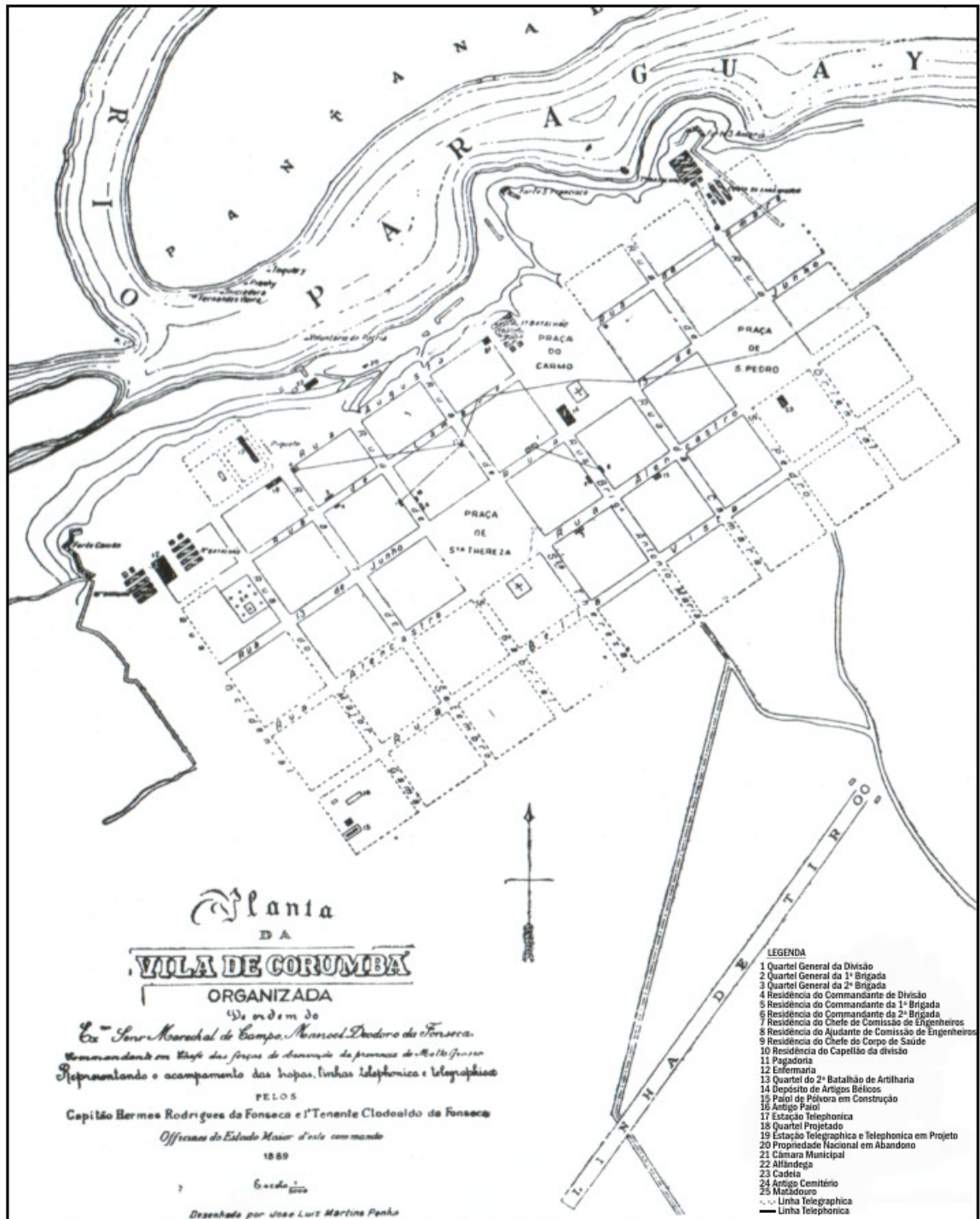
Figura 3  
Planta da cidade de Corumbá – 1889



Corumbá, 29 de Maio de 1889 - Reproduzida no Gabinete Fotocartográfico do M. G. por Sebastião M. Silva, em 28 de outubro de 1957.

Fonte: MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 132

Figura 3  
Planta da cidade de Corumbá – 1889

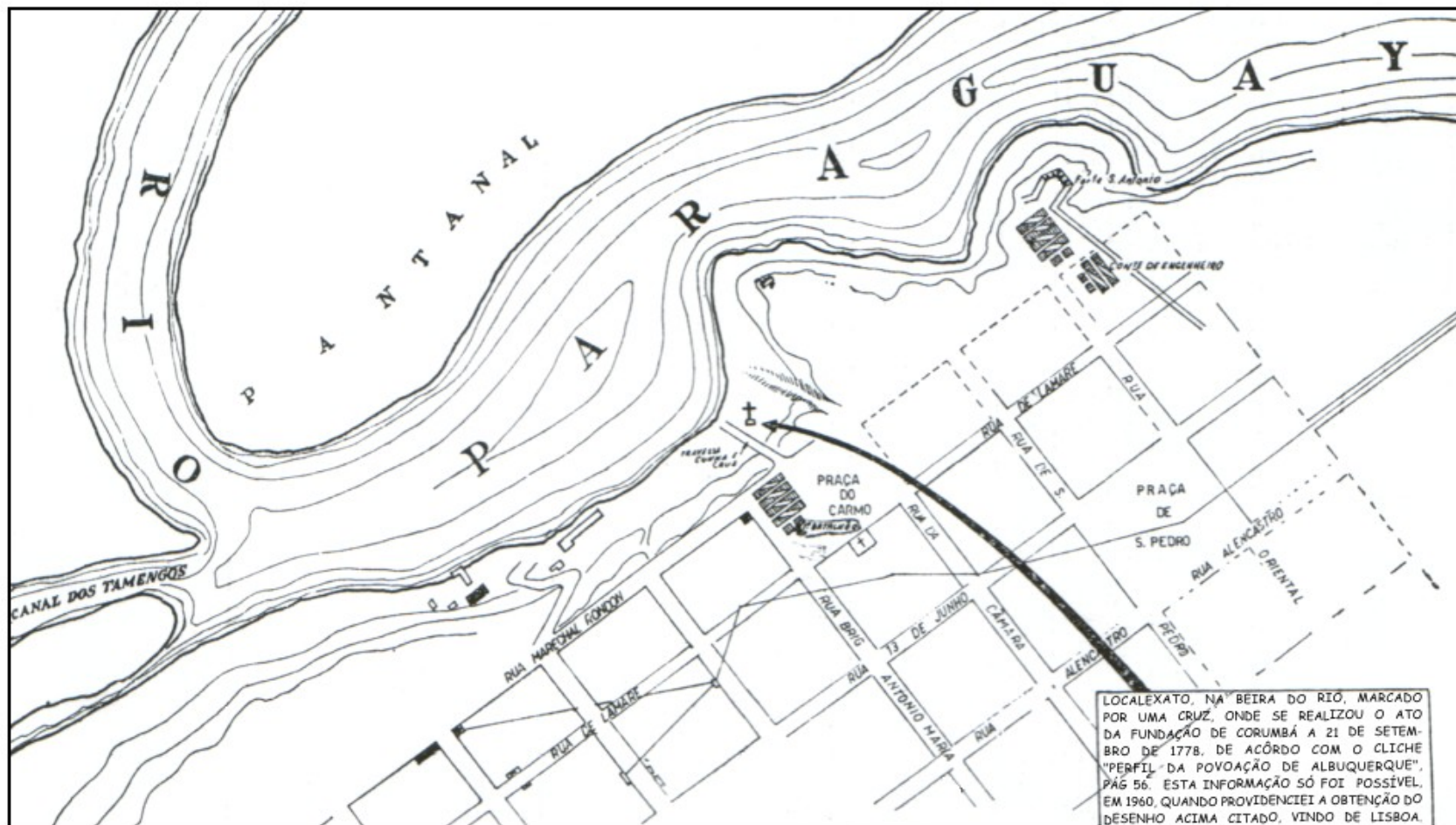


Corumbá, 29 de Maio de 1889 - Reproduzida no Gabinete Fotocartográfico do M. G. por Sebastião M. Silva, em 28 de outubro de 1957.

Fonte: MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 132



Figura 4  
Planta mostrando o local exato da fundação de Corumbá



MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 236.

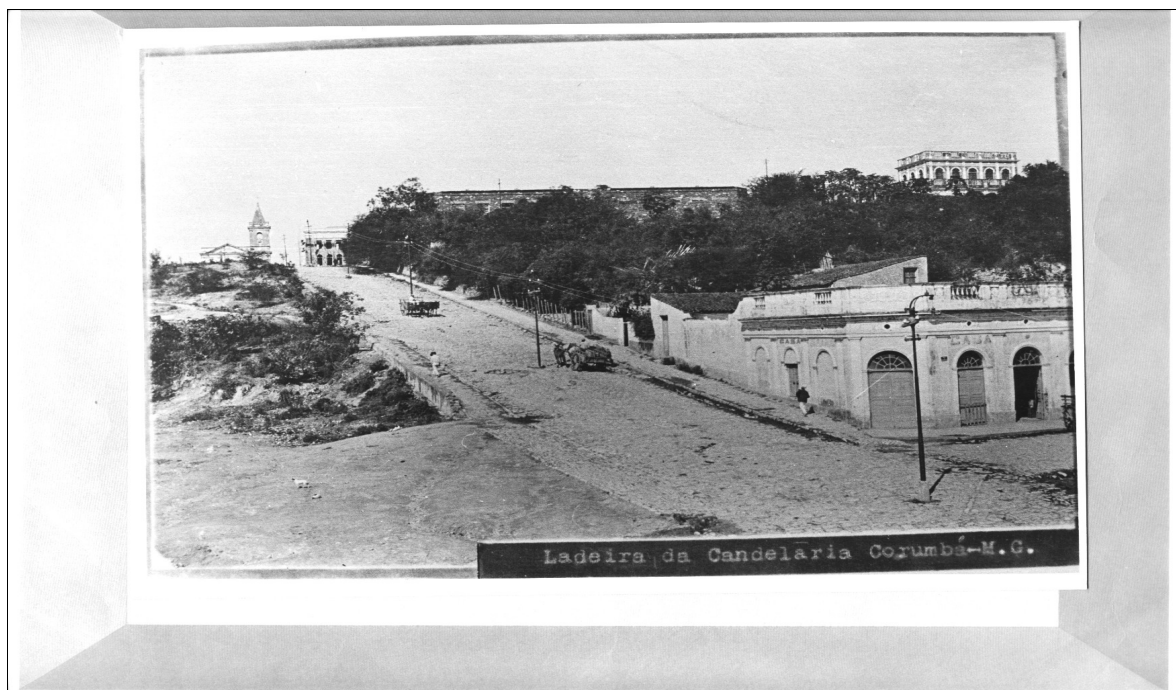


Figura 5. Vista parcial de Corumbá. Ladeira da Candelária (atual Cunha e Cruz). Carroças subindo a ladeira. Em primeiro plano estão as construções da rua Manoel Cavassa esquina com a referida ladeira. No alto, em cima da barranca calcárea, algumas construções, entre elas a Igreja Nossa Senhora da Candelária. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

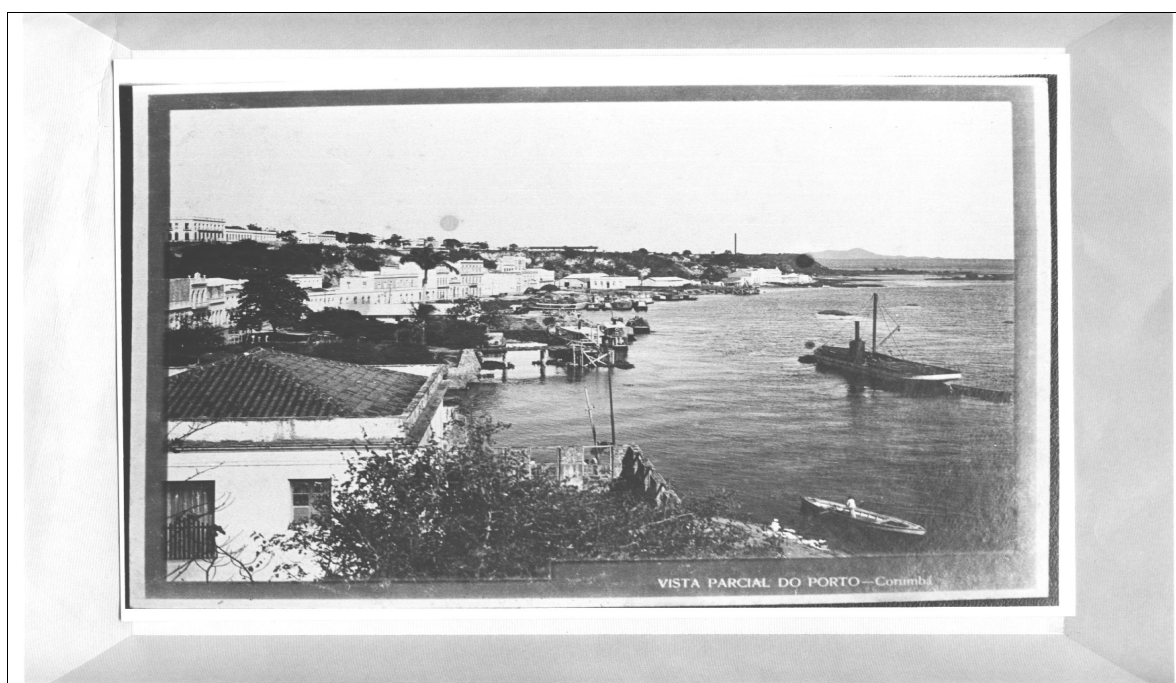


Figura 6. Vista parcial do porto. Rio Paraguai, como um chão vidrento, reflete o célebre Casario e as antigas construções na parte alta da cidade. Em primeiro plano edificação de 1880, com telhado de quatro águas. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

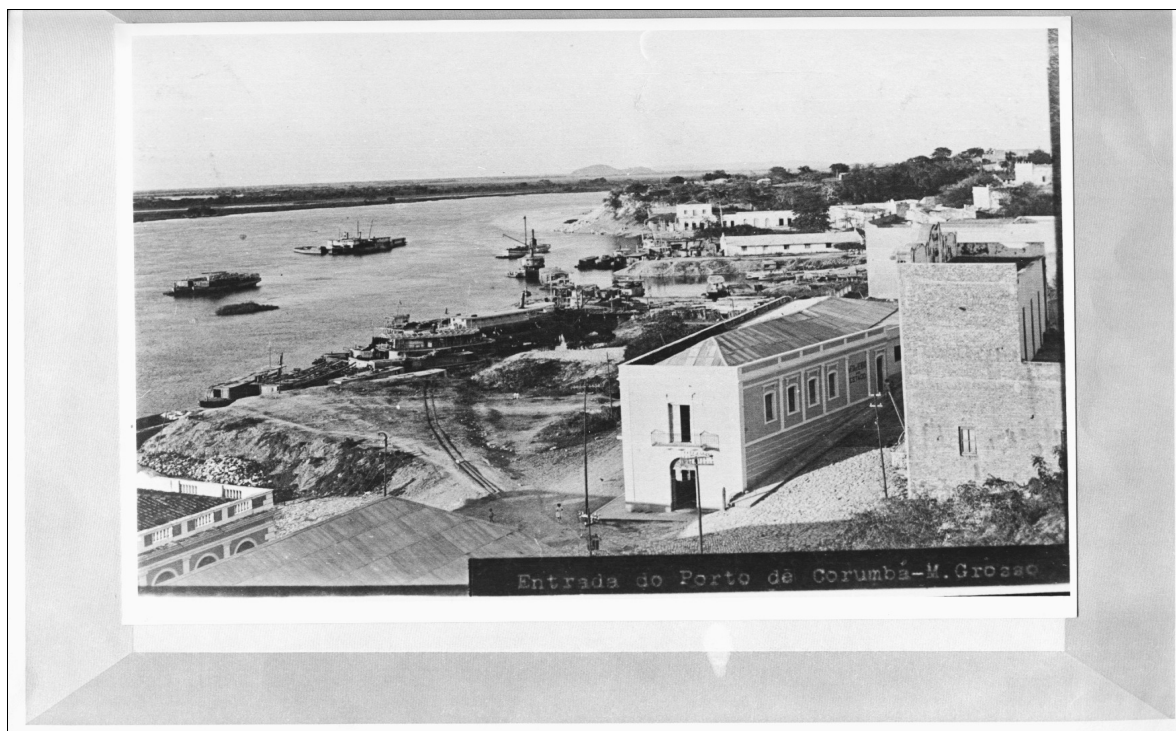


Figura 7. Vista parcial do porto de Corumbá. À direita, a ladeira José Bonifácio; a construção firma Larocca, Mônaco & Cia e a lateral da construção Vasques & Filhos construída com sotéia plana. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

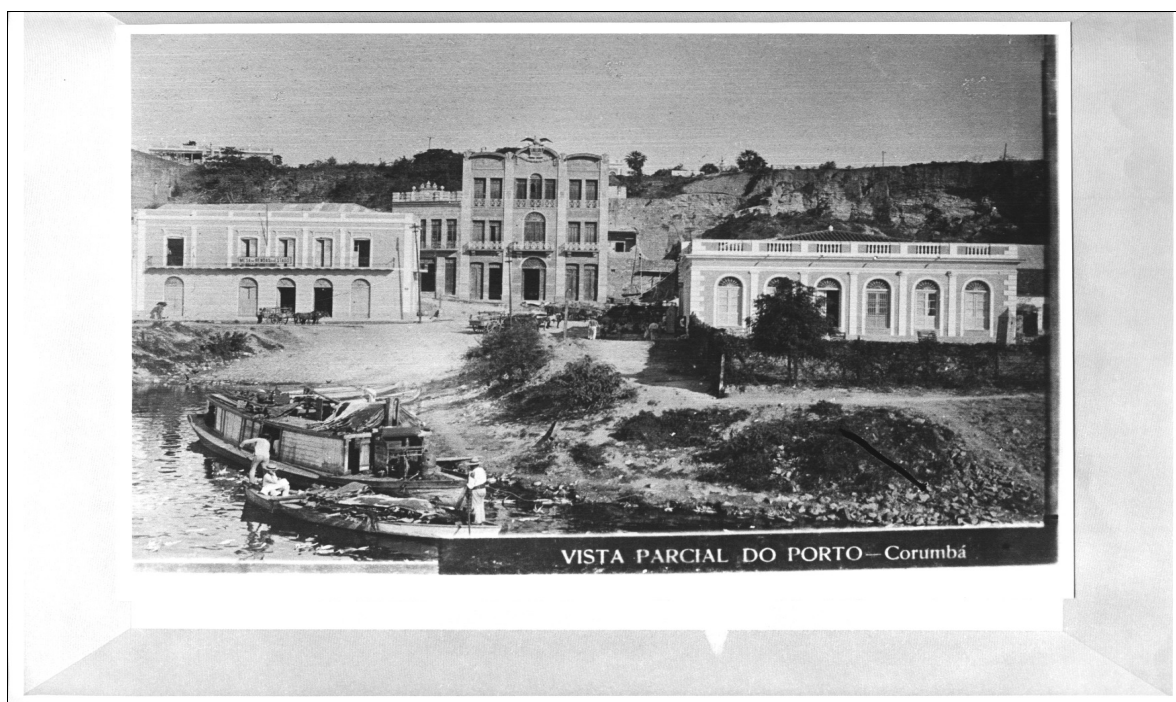


Figura 8. Porto de Corumbá. No centro, a construção Vasquez & Filhos; à direita, a Alfândega e à esquerda, a edificação que foi sede da firma Larocca, Mônaco & Cia, fundada em 1902. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

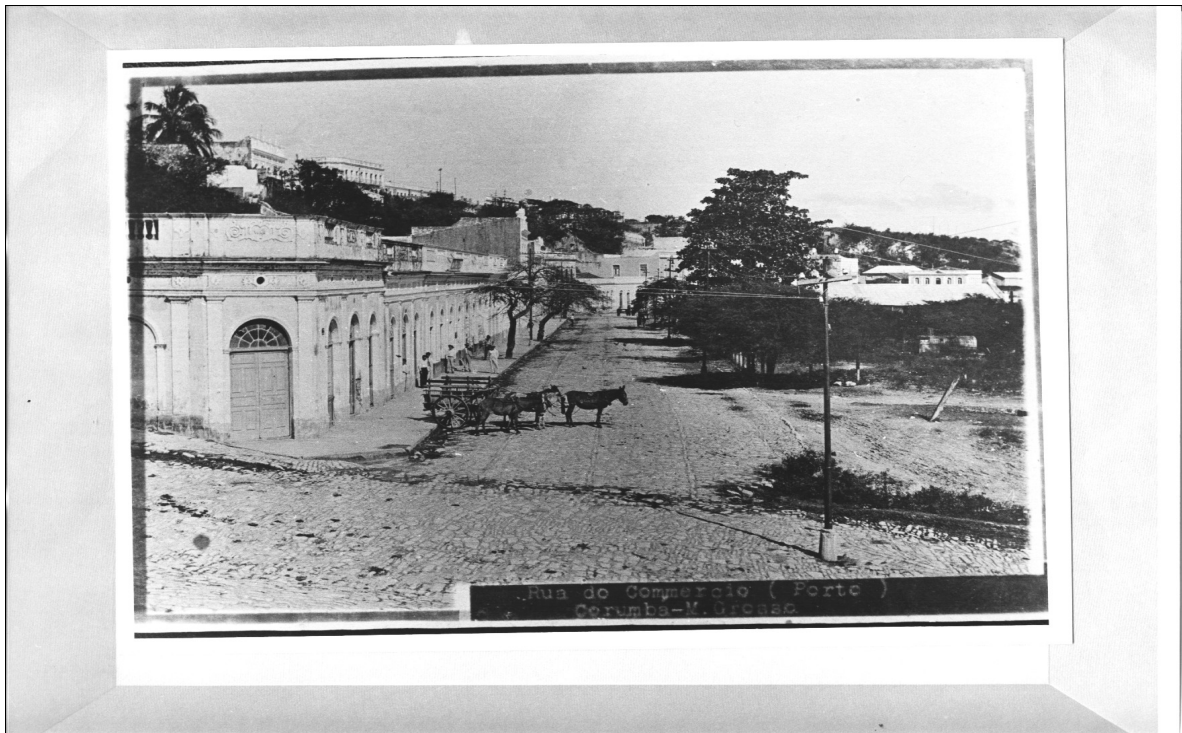


Figura 9. Vista da rua do Comércio (atual Manoel Cavassa). Edificações alinhadas na via pública e carroça usada no transporte de madeira, água, mercadorias. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.



Figura 10. Rua Delamare. WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário-MS*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS